

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

JORNALISMO, ESPETÁCULO E DESVIO
Violência e Criminalidade na Imprensa através de estudos de caso

GABRIEL COLLARES BARBOSA

RIO DE JANEIRO
2004

JORNALISMO, ESPETÁCULO E DESVIO
Violência e Criminalidade na Imprensa através de estudos de caso

GABRIEL COLLARES BARBOSA

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação da Escola
de Comunicação da Universidade Federal
do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ, como
requisito parcial para obtenção do título
de Doutor em Comunicação e Cultura

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ESTER KOSOVSKI
PROFESSORA TITULAR EMÉRITA UFRJ

Rio de Janeiro
2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

TÍTULO: JORNALISMO, ESPETÁCULO E DESVIO — Violência e Criminalidade na
Imprensa através de estudos de caso

AUTOR: GABRIEL COLLARES BARBOSA

BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADORA:

Prof.^a Dr.^a Ester Kosovski

Prof. Dr. José Amaral Argolo

Prof. Dr. Mohammed Elhajji

Prof.^a Dr.^a Selma Aragão

Prof. Dr. José Alfredo Ratton

SUPLENTES:

Prof. Dr. Prof. Dr. Dalmer Pacheco

Prof. Dr. Fernando Fábio Fiorese Furtado

BARBOSA, Gabriel Collares. Jornalismo, Espetáculo e Desvio. Violência e Criminalidade na Imprensa através de estudos de caso. Orientadora: Prof^a Dr^a Ester Kosovski. Rio de Janeiro, fevereiro de 2004. 240 páginas, Tese de Doutorado. Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo

Esta Tese de Doutorado aborda a criação de mitos cujo comportamento desviante foi espetacularizado pela imprensa. Procuramos situar, principalmente, a questão do espetáculo e do desvio a partir de ampla e diversificada fundamentação teórica. O processo de construção de olímpianos desviantes cumpre dupla função: primeira, garantir mecanismos para sustentar, na economia de mercado, as empresas jornalísticas; segunda, sitiar as forças capazes de objetar o *status quo*. Como estudos de caso representativos do fenômeno de espetacularização, elegemos quatro personagens do mundo do crime — Lúcio Flávio, Hosmany Ramos, Leonardo Pareja e Fernando Dutra Pinto. Desta forma, podemos acompanhar o *modus operandi* da Indústria Cultural desde a década de 70. À guisa de consideração final, encontramos situações recorrentes como, por exemplo, o discurso antecipatório, a banalização da violência e a retórica do sensacionalismo. Além disso, cumpre registrar que os personagens dos estudos de caso alçados à categoria de olímpianos se tornaram vitimizadores e, ao mesmo tempo, vítimas.

Abstract

This work deals with the creation of mythical characters whose marginal behavior has been spectacled out by the Press. We tried to analyze the marginal behavior using a broad and varied range of theoretical basis. The construction of mythical deviant heroes fulfills a double function. First, in a free-market economy, it provides economical gain for Press Companies. Second, it besieges revolutionary forces.

Our focus is on four criminal characters — Lúcio Flávio, Hosmany Ramos, Leonardo Pareja and Fernando Dutra Pinto — who are representative examples of the *spetacularization* phenomenon. Thus, we could track Cultural Industry's *modus operandi*, during the seventies.

Finally, we identified some recurrent devices, such as the beforehand discourse, trivial exposure of violence and the *spetacularization* rhetoric. Moreover, the study cases' characters, who were launched to a hero status, became aggressors as well as victims of society.

Agradecimentos

A Deus por me iluminar e ser meu refúgio em momentos de tormenta; nas bem-aventuranças esteve também sempre presente.

A minha amada esposa Rosimere Oliveira que me incentivava a cada página desta Tese. Meu amor e gratidão são insuficientes para retribuir-lhe o que me deste.

A meu pai que faz do trabalho um exercício de amor ao próximo.

A minha mãe, medianeira dos mistérios agora revelados de Deus.

A meu irmão Alexandre, companheiro de peleja e destemido guardião da Justiça.

A meu irmão Mauro que prenuncia seguir um caminho virtuoso na estrada da vida.

A meu irmão Alan, em cuja meninice me espelho para jamais perder a simplicidade.

A minha avó Therezinha Barbosa pelo ensinamento de virtudes eternas.

Aos meus tios Manoel Collares Chaves Neto e Maria Alice Gago Collares Chaves: apesar da distância estaremos sempre próximos nas atitudes.

A jornalista Regina Gonçalves pelo empenho e dedicação na coleta de dados hemerográficos.

A meu amigo e Ir.º José Argolo sem o qual eu jamais trilharia os passos acadêmicos. Que o Grande Arquiteto te ilumine e guarde hoje e para sempre.

A minha orientadora e amiga Ester Kosovski pelo zelo e carinho. É com imensa satisfação e orgulho que divido os méritos deste trabalho.

Aos Professores da UFJF Dalmer Pacheco, Francisco Pimenta, Marta de Araújo Pinheiro, Alice Arcuri, Laura Faria Pinto, Eduardo Leão, Fernando Fábio Fiorese e Christina Musse. Todos me acolheram com amizade e propiciaram agradáveis e proveitosos momentos em Juiz de Fora.

Aos Professores da UFRJ Muniz Sodré, Mohammed Elhajji e Raquel Paiva gostaria de destacar, em particular, os laços profissionais e de amizade que firmamos. Lealdade é apenas uma das obrigações que a virtude me evoca a exercer com os companheiros; aos funcionários Fernando, Laércio, Valéria e Mariene da secretaria da Pós-Graduação e Graça e Gilda do Gabinete da Direção reitero meus votos de estima e consideração.

Epígrafe

“(...) Mas o que devemos fazer para que nossa alegria seja plena e compartilhada com nossos semelhantes?

Deveríamos nos converter ao amor. Mas, francamente, não sei com que força moral poderíamos convencer os violentos a renunciar à violência, quando as próprias instituições públicas adotam a lógica da violência. Nem sei com que credibilidade poderíamos convidar os pobres a ter confiança nas leis, quando os próprios legisladores são os primeiros a desrespeitá-las...

Deveríamos posicionar-nos contra a violência sem restrições. Mas desde que nos posicionemos também a favor da justiça, da fraternidade e da igualdade. Porque, se pretendemos bancar os defensores das leis e da ordem estabelecida, mas sem mexer um dedo em favor dos injustiçados, nós deixaríamos de ser cristãos e viraríamos inimigos do gênero humano.

E se não atendermos às primordiais exigências da caridade — “quem tiver duas túnicas dê uma a quem nada tem; e quem tiver comida que faça o mesmo” —, automaticamente perderíamos o direito de reclamar da violência. Aliás, acabaríamos sendo responsáveis por ela...

Condenemos com todas as forças a violência e os violentos, o terror e o terrorismo, o seqüestro e o seqüestrador. Mas condenemos também a fraqueza, a indiferença e a inércia dos que foram eleitos para estabelecer a justiça, e não honram o mandato que receberam do povo. Quanto a nós, para termos o direito de alegrar-nos, à espera do Natal, cabe-nos restabelecer o nexo entre o evangelho da alegria e o evangelho da justiça. Mas sempre lembrados de que a alegria tão desejada só pode vir depois da justiça.”

Padre Virgílio Ciaccio

O Domingo, Semanário Litúrgico-Catequético. 14/12/2003, pg. 4

SUMÁRIO

Nota Explicativa

Apresentação

1. Jornalismo como poder

1.1. Jornalismo como aparelho de hegemonia social

1.1.1 Informação: capital ou mercadoria?

1.1.2 A mídia na definição da opinião pública

1.1.3 Indústria Cultural

1.1.4 Ideologia

1.2. A notícia na era do consumo

1.2.1 Conflitos de interesse nos conglomerados

1.2.2 Interferências no jornalismo: a publicidade e pressões de outra natureza

1.2.3 Ainda sobre o caráter de mercadoria da notícia

1.3. Jornalismo e Espetáculo

1.3.1 Sensacionalismo na Imprensa

1.3.2 *Fait-divers*

1.3.3 Grotesco

1.3.4 Detalhando o emprego do termo “sensacionalismo”

1.3.5 O fenômeno da Vitimidiação

2. Desvio, Violência e Crime

2.1. Da Norma ao Desvio

2.1.1 Direito, Lei e Justiça

2.1.2 A Teoria dos Valores

2.1.3 Teoria do Desvio

2.2. Violência e Crime como práticas culturais

2.2.1 Cultura como sistema de mediação

2.2.2 Linguagem e Cultura

2.2.3 Aproximando Cultura e Violência

2.2.4 Violência

2.2.5 O Crime

2.2.6 A gênese da prisão como sistema autocontido de Vigiar e Punir

2.2.7 A reabilitação como desvio: caminhos para uma política de segurança pública

3. Estudo de Casos de Grande Repercussão na Mídia (em ordem cronológica)

3.1. Lúcio Flávio

3.1.1. Apêndice: Esquadrão da Morte dos Homens de Ouro

3.1.2. Apêndice: Mariel Moryscotte

3.2. Hosmany Ramos

3.3. Leonardo Pareja

3.4. Fernando Dutra Pinto

4. Considerações Finais

5. Notas Bibliográficas

6. Bibliografia

7. Hemerografia

8. Anexos

8.1. As redes de solidariedade e as cidades como núcleos de comunicação e de resistência

8.2. Comunicação e Cidade: entre meios e medos

8.3. Repórteres da cobertura do “teatro do horror”

8.4. A síndrome de Estocolmo

8.5. Algumas matérias

9. Índice

Nota Explicativa

Esta explicação é no sentido de apresentar os pontos relevantes da Tese no que tange a originalidade bem como a requerida adequação à linha de pesquisa. Apresentamos também a metodologia empregada, ou seja, como desenvolvemos o trabalho e de quais fontes e métodos nos valem para ver confirmadas, ou não, determinadas hipóteses, mais desenvolvidas em capítulo subsequente.

Notamos, ao longo da pesquisa, um choque de vários discursos, todos perpassados pela Cultura. Temos o Estado — exercendo sua relação de poder —, a sociedade civil e, finalmente a mídia. De antemão percebemos o predomínio do discurso maniqueísta onde toda a violência é atribuída ao marginal. Nosso intento foi verificar como, numa relação dialética, a sociedade reage a esta exposição e como a própria mídia, num *feedback*, responde. Ou seja, que violências outras se estabelecem entre estes atores sociais.

Discutimos a questão do desvio, da ética e da vitimização (vitimização pela mídia), tendo como objetos de estudo a carreira criminal de quatro delinquentes: Lúcio Flávio, Hosmany Ramos, Leonardo Pareja e Fernando Dutra Pinto. A pesquisa recobre um largo período, de 1965 a 2002: Lúcio Flávio – 1965 a 1975; Hosmany Ramos – 1981 a 2001; Leonardo Pareja – 1995 a 1996; Fernando Pinto – 2001 a 2002. Para delimitar o objeto, nos ativemos apenas às matérias veiculadas na imprensa escrita. Contudo, note-se aí que analisamos o projeto gráfico, o sistema analógico (fotografias, ilustrações, infográficos) e sistema lingüístico (manchetes, títulos principais e auxiliares, legendas, texto-legenda e matérias).

O ordenamento cronológico dos estudos de caso foi para acompanhar, década a década, desviantes cujo comportamento foi espetacularizado pela mídia. Assim, ao longo de quase cinquenta anos podemos ver que o *modus operandi* das empresas jornalísticas não se alterou substancialmente. Cabe registrar que não escolhemos os desviantes a esmo. Na verdade, como pode ser visto, esses personagens não se encaixam no estereótipo motivacional do criminoso. Como não possuem o álibi da origem humilde o que, em parte e de certa forma, explicaria o ingresso no mundo do crime, se constituem em desviantes num duplo sentido.

A imprensa, atraída por esse diferencial, tratou de amplificar seus feitos criminosos. Contudo, o fato de possuírem certos atributos não justifica práticas jornalísticas espúrias. Desta forma, a **nossa hipótese central foi investigar se, de fato, através da retórica do sensacionalismo perpetrada pelas empresas jornalísticas se**

percebe a criação de mitos desviantes. A partir daí se delinearam hipóteses secundárias — e indispensáveis: será que os jornais buscam transmitir os acontecimentos com imparcialidade? Isto é possível? O jornalismo contemporâneo brasileiro é utilizado como aparelho de hegemonia social? Em que situações e de qual forma a imprensa, em maior ou menor grau, se vale do sensacionalismo? De que modo a violência se transforma em mercadoria de consumo de massa? A análise das matérias propicia o vislumbrar do fenômeno da banalização da violência e conseqüente incorporação desta violência no cotidiano e ao mesmo tempo reação à mesma?

A metodologia adotada foi aplicada tendo como escopo a realização de extensa pesquisa bibliográfica e hemerográfica, além de entrevistas. Também arquivos de jornais e revistas e outras teses de Doutorado foram pesquisadas. Destacamos, em particular, a hemerografia levantada na Biblioteca Nacional — que dispõe de um vasto número de periódicos catalogados e microfilmados. Realizamos entrevistas com os jornalistas José Amaral Argolo, José Louzeiro e Adriano Barbosa, todos profissionais competentes que fizeram escola na editoria de Polícia dos grandes jornais cariocas. Além disso, estes jornalistas tiveram contato, direta ou indiretamente, com os protagonistas dos casos analisados por nós nesta Tese.

Por fim, observamos ainda que elaboramos dois tipos de notas: as bibliográficas, com numeração arábica, elencadas em item especial no final da Tese, e as notas de pé de página em algarismos romanos, no decorrer do texto.

Feita esta introdução que julgamos necessária, passamos a apresentar o texto integral.

Apresentação

Estatísticas levantadas junto ao Ministério da Justiça ajudam a traçar o perfil do preso brasileiro. De acordo com os dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN-2002) há no Brasil um total aproximado de 230 mil presos, o que dá uma proporção de 142 presos para cada 100 mil habitantes. Como são poucas as unidades prisionais, existe um déficit de 60 mil vagas. Sobre a composição da população carcerária cumpre registrar que a mesma é formada basicamente por adultos jovens, pobres e baixo nível de escolaridade. Nessa pesquisa do DEPEN sobre o sistema prisional vimos que mais da metade dos presos tem menos de trinta anos; 95% são pobres, 95% são do sexo masculino e dois terços não completaram o primeiro grau (cerca de 12% são analfabetos).

Assim, para ir além da *lógica simplista* que vincula causa/efeito, ou melhor, desigualdade social e crime, optamos por buscar no vértice da pirâmide motivacional criminosa justamente aqueles condenados que fogem do estereótipo do desviante criminoso. Inclusive, fala-se hoje em uma nova geração de ladrões de carros, assaltantes de apartamentos e arrombadores de caixas eletrônicos sem o álibi da origem humilde. Essa constatação cada vez mais freqüente nos leva a esboçar hipóteses que talvez expliquem, em parte, o fenômeno da criminalidade que atinge tanto o delinquente “comum” como principalmente o “desviante”: crise dos valores morais, degradação das instituições, falência da Justiça, impunidade, entre outras.

O fato é que a mídia, dentro dos ditames do mercado, espetaculariza os feitos destes homens e os projeta a nível nacional como *olimpianos* desviantes, *les fleurs de les vilaine qui sont de toute beauté mais terribles*. Esses criminosos podem ainda receber vários adjetivos que marcam sua imagem pública: é o fenômeno da “vedetização”, isto é, protótipos cujos comportamentos se destacam da maioria e, por isso, recebem tratamento diferenciado da mídia.

Porém, “vedetes”^I dependem de atributos individuais, seja a posse de um temperamento que demonstre uma agressividade incontrolável ou um destemor assombroso. O vedetismo, ou estrelismo, consagra o modelo do espetáculo. Ao exibirem na mídia suas *personae*, atendem às necessidades do mercado.

Ademais, cumpre desvelar a responsabilidade das empresas de comunicação na vitimização da sociedade a partir da veiculação espetacularizada do crime e da

^I Pessoas em evidência, postas em primeiro plano.

violência. Os profissionais da indústria da violência produzem publicações coalhadas de cadáveres e tintas de sangue para as empresas jornalísticas nas quais trabalham. A morte, o crime, o atentado terrorista que culminou em certo número de vítimas realmente aconteceu, porém, o recorte do fato, sua amplificação e banalização dão o tom do noticiário que atenta contra a ética profissional e a função da imprensa.

Percebemos, finda a nossa dissertação de mestrado, que muita coisa ainda havia para descobrir, teorizar, apresentar sobre as práticas da comunicação de massa. Assim, nesta tese de doutorado em *Comunicação e Cultura* procuramos mostrar que é no campo da cultura onde se percebe mais claramente a importância dos Meios de Comunicação. Entendemos aqui por cultura o “conjunto de sentidos e significações, de valores e padrões, incorporados e subjacentes aos fenômenos perceptíveis da ação e comunicação de um grupo humano concreto” (1).

A estrutura da cultura compreende duas facetas, uma explícita e outra implícita. Assim, para não cair na simplificação tautológica^{II}, precisamos enxergar além dos fenômenos epidérmicos, ou seja, mais aparentes, para mergulhar nos aspectos contingenciais, subliminares, de sentido sócio-antropo-etnográfico, trazendo os estudos culturais como guia para melhor apreender o fenômeno da exposição da criminalidade e da violência pela imprensa.

Os Estudos Culturais nasceram da necessidade de estudar a realidade trazendo a cultura como elemento vital. São um projeto político e intelectual. O importante é relacionar sociedade e cultura e não apenas analisar partindo de uma única posição teórica. Para estudar a criminalidade não basta, numa lógica reducionista, se fechar numa análise de causa econômica, ou ainda atribuída à psicopatia ou crise de valores. Mas como tudo isso se relaciona e qual o papel da cultura nesse enredo? Ou melhor: como a cultura se articula? Podemos, por exemplo, trabalhar com a noção de violência como uma fala, um discurso dos marginalizados, da periferia. Assim, qual seria o papel dos estudos culturais na análise da violência?

Os Estudos Culturais podem ser definidos, tal qual a famosa Escola de Frankfurt, como uma teoria crítica. O ponto essencial desse tipo de teoria é que ela é reflexiva, isto é, aborda seu próprio contexto de origem e de aplicação se posicionando como uma forma de conhecimento. As teorias críticas examinam as configurações de mundo que podem ser utilizadas para, por exemplo, legitimar instituições sociais

^{II} (Gr. *tautó* + *lógos*) - vício de locução que consiste em dizer sempre a mesma coisa, em termos diferentes.

repressivas. A partir da conscientização da figuração de mundo ideológica, os próprios agentes sociais podem se libertar, questionar o estado de coisas vigente.

“A Teoria Crítica responde dizendo que toda reflexão parte de uma constatação histórica e cultural de determinados tipos de frustração e de sofrimento, vivenciados por agentes humanos na tentativa de construir um projeto histórico aceitável. É a lacuna, a falta de condições para uma vida “decente”, “boa”, que é o fator iniciante de toda a reflexão. Partindo dessa situação, Habermas coloca que a teoria crítica tem sua origem na experiência da dor e da repressão”. (2)

No caso brasileiro, podemos falar de violências e não apenas de violência. Daí a importância dos estudos culturais no sentido de nos fazer refletir que de nada adiantam soluções ou propostas universalistas que não levem em consideração a conjuntura de nosso país. Quando Stuart Hall^{III}, um dos precursores dos estudos culturais, argumenta que as “identidades culturais provêm de alguma parte, têm histórias”, podemos fazer uma releitura aplicada à temática da violência. Assim como tudo que é histórico sofre transformações constantes, a violência está sujeita ao jogo da história, da cultura e do poder.

Não nos compete, porém, tentar mapear todas as manifestações de violência para lê-las à luz das especificidades de nosso país. Além de pretensiosa, a empreitada far-se-ia incompleta. Isto porque devemos levar em consideração a “contaminação” natural a que o pesquisador estaria sujeito, ou seja, o modo como apreende a violência se daria a partir das suas subjetividades. Se porventura conseguisse o distanciamento, poderia ainda oferecer um conceito fechado, estanque, que não permitiria outras abordagens. Mas o principal obstáculo reside no fato de que a violência é um conceito dinâmico que se move e intersecta com outros. Esse desvelamento das *limitações* do pesquisador se faz necessário para que se justifique o recorte, ou seja, as angulações através das quais a concepção estará sujeita. Como faremos um aporte em Stuart Hall, urge explicitar que segundo ele a idéia de um sujeito centrado, unificado e definido em termos de *locus* sociocultural se esvanece. Segundo Hall, uma mudança estrutural está fragmentando e deslocando as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade

^{III} Stuart Hall é um dos maiores expoentes da corrente conhecida como *Escola de Birmingham*, ou “estudos culturais”, conjunto de pensadores britânicos contemporâneos que, a partir de uma leitura do filósofo marxista Antonio Gramsci, fazem uma radiografia dos processos culturais contemporâneos, tendo como pano de fundo as mudanças societárias impostas pelo processo de globalização e a chamada cultura pós-moderna. Stuart Hall, a partir de uma perspectiva que contém aportes marxistas, propõe o estudo dos processos de comunicação massiva segundo um *modelo* que contemple o processo como um todo, as instâncias de produção, circulação, consumo e reprodução. Em outras palavras, propõe a fuga da perspectiva linear dos estudos baseados na seqüência emissor/ mensagem/ receptor. A importância deste conceito também repousa no estudo das significações sociais dos produtos midiáticos, objetivo da proposta de Hall, e dos Estudos Culturais em geral.

— se antes, estas identidades eram sólidas localizações nas quais os indivíduos se encaixavam socialmente, hoje elas se encontram com fronteiras menos definidas que provocam uma crise.

Para que tenhamos idéia, podemos ler a violência subsidiada pela Vitimologia, ou ainda, embasada pelos estudos de psicopatologia. Uma abordagem interessante é a que vislumbra a violência como uma prática que simboliza o desejo da apropriação da identidade do outro.

“Esse olhar — por assim dizer — desde o lugar do Outro, fixa-nos, não só em sua violência, hostilidade e agressão, mas também na ambivalência de seu desejo” (3)

Por que filmes e jornais que exploram o bizarro, a violência e o escatológico fazem tanto sucesso no Brasil e em todo o mundo? Esta será uma das questões que tentaremos abordar embora o mérito maior talvez esteja na proposta de se olhar sob um outro viés esta problemática. A peculiaridade desta tese está exatamente em propor um enfoque que contemple não apenas o papel da mídia, mas o papel do receptor na valorização de notícias de cunho sensacionalista. Nosso enfoque, porém, não se dará alicerçado por um determinado campo de saber mas, sim, na interlocução, na confabulação de diversos saberes.

Algumas questões: quais demandas do público são satisfeitas pelos veículos que exploram o *fait-divers*, o grotesco, o sensacional? Como o indivíduo, impossibilitado de participar da gestão da *res* pública, delega a outros esta tarefa, instalando-se assim a alienação midiática? Como se desenvolveu a sociedade do espetáculo contemporânea?

Antes de tudo, é preciso deixar claro que nesta tese de doutorado o objetivo não será julgar — o que nos levaria a uma postura maniqueísta, portanto reducionista — mas sim abrir questões. Os estudos de caso sobre desviantes criminosos não são feitos com a intenção de imputar-lhes culpa ou extrair-lhes responsabilidade. Devemos fugir dos papéis estanques que determinem “bons” e “maus”, “vítimas” e “algozes”, “mocinhos” e “bandidos” para uma atitude que permita olhar o que se sucede entre essas categorias e não apenas seus extremos. A composição de suas histórias de vida nos leva amiúde a um exame de valores da sociedade em voga e o entrechoque de várias forças. Assim, dependendo do estímulo que recebam, por exemplo, certos aspectos de uma personalidade ganhariam preponderância, enquanto outras circunstâncias poderiam atenuar traços do comportamento. O indivíduo não é jamais uma unidade indivisível, estática e, sim, dinâmico, plural, interpenetrado por redes que ajudam a moldar seu próprio *eu*.

Outra questão que levantaremos no trabalho diz respeito ao papel da imprensa. Parece-nos que o modelo de jornalismo em voga está esgotado. O terceiro setor, isto é, a sociedade civil, precisa fixar limites para a atuação da imprensa e atuar conscientemente na tomada de decisões políticas. O mercado como apanágio de tudo revela-se um modelo cruelíssimo onde o homem se converte em mero consumidor de bens duráveis e/ou culturais. Urge, assim, pleitear um jornalismo “humanista” calcado em preceitos éticos que devolva à imprensa o papel de serviço de utilidade pública. Portanto, devemos manter aberto um canal de discussão para debater o real funcionamento – e objetivos – da imprensa numa sociedade democrática a partir da criação de novos parâmetros que incluam outros sistemas para o registro e divulgação de fatos do cotidiano.

O jornalista Alberto Dines afirma, com efeito, que a *tabloidização* impregnou a imprensa nacional. Assim, confunde-se o papel do jornal na sociedade onde a busca pelo furo, por exemplo, ou por alguma matéria que renda primeira página, “justificam” táticas espúrias que vão desde o uso de câmeras ocultas para revelar a vida privada ao julgamento precipitado da mídia que sentencia ao limbo pretensos suspeitos.

“É um gigantesco faz-de-conta, armação joco-séria. Profissionais imaginam-se livres, empresas jornalísticas fingem imparcialidade. Arrogância, onipotência e, às vezes, perversidade escondem-se atrás de um aventado senso de justiça que não resiste a qualquer avaliação mais profunda. A isenção é uma farsa, mera distribuição de barbaridades em todas as direções. O linchamento dá-se com uma foto inocente e uma legenda pretensamente objetiva. A goela escancarada de um âncora ou o falsete de outro são as provas irrefutáveis de uma infração sequer investigada. (...) As redações são bunkers, escreve-se para aqueles que escrevem. O leitor que se dane. O sistema mediático, viga mestra do processo democrático, converteu-se num pêndulo de clonagem e canibalismo, no qual todos se copiam e todos se digladiam. A concorrência não busca a pluralidade, a diversidade ou a qualidade, mas a anulação desta pela reiteração. (...) todas as suspeitas são fundadas, todos os suspeitos, culpados. Impera a ambiguidade. Ninguém presta, todos na vala comum, humanidade sem crédito. Simulacro de justiça – sem ritos, prazos, normas” (4)

Alguns setores da sociedade têm observado e colocado em discussão a prática recorrente de empresas jornalísticas que, utilizando-se de métodos invasivos, desrespeitam limites para obter o ângulo mais emocional de alguma reportagem. O suposto interesse público, evocado por estas empresas, sobrepõe-se aos direitos individuais, à privacidade e, muitas vezes, à reputação.

A banalização da violência, a superficialidade do noticiário, a pasteurização do modo de fazer jornalismo parecem atender aos ditames de um modelo compromissado em vender sempre mais a fim de atender as exigências dos anunciantes e acionistas da empresa. Não raro tomamos ciência de pautas “sugeridas” pelo setor comercial ou o

desagrado deste diante de alguma matéria que “atentou contra interesses”. Por vezes, a publicidade vem maquilada de notícia... A retórica da notícia calcada no sensacionalismo sugere espalhar-se por toda a grande imprensa como modelo vigente. O aporte no espetacular, grotesco, bizarro, dá o tom onde se produziria uma espécie de “vitimização” com a desculpa de que isso atende ao “gosto do público”.

Este tipo de imprensa parece prosperar na medida em que se detecta, sobretudo, um esvanecimento do horizonte ético. Desta forma, o individualismo se sobrepõe ao comunitário e a mercantilização de tudo põe em segundo plano os valores fundamentais como solidariedade, compaixão, virtude, lealdade, entre outros.

Por fim, cabe registrar que a produção deste trabalho resulta também na superação de paradigmas que nos marcaram como jornalistas. Isto porque carregamos uma série de técnicas que priorizam a informação capturada em um breve instante, com vistas a atender a ditadura do tempo. As mensagens volatizam-se com o decorrer do tempo, a obsolescência da notícia tem nos obrigado a produzir com celeridade cada vez mais quantidade informativa. Produzem-se notícias como num processo de linha de montagem onde o “agora é o ápice do tempo”. O já neurótico tique-taque do relógio ganhou nova configuração através das tecnologias de informação. É preciso desacelerar a vida contemporânea e lutar por um jornalismo calcado em outros valores. Em consonância com este pensamento, enfrentamos o desafio de transpor o umbral da factualidade para desenvolver um trabalho que, dado nosso esforço e dedicação, quiçá figure como obra de reflexão e norte para futuras gerações de profissionais.

1. Jornalismo como poder

1.1. Jornalismo como aparelho de hegemonia social

“O menos infame de todos os comerciantes é o que diz: ‘sejamos virtuosos, para ganhar muito mais dinheiro que os tolos que são viciosos’. Para o comerciante, a própria honestidade é uma especulação de lucro”.
(BAUDELAIRE, Charles)

O Congresso Nacional promulgou no final do mês de maio de 2002 a Emenda Constitucional^{IV} que permite que empresas estrangeiras tenham até 30% do capital das companhias brasileiras de comunicação — jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão. Até então a propriedade das empresas jornalísticas era exclusiva de pessoas físicas brasileiras (ou naturalizados há mais de dez anos). As empresas também só podiam contar com capital nacional. Embora a medida possa trazer bônus ao setor, há também ônus. O assunto não foi discutido a contento e os partidos de esquerda, tradicionalmente contrários à proposta, apoiaram-na em troca da implementação do Conselho Nacional de Comunicação^V.

O fato de os meios de comunicação ditarem tendências e opiniões, influenciando consideravelmente a sociedade, apontou para a criação de fato desta “agência reguladora”, conforme previsto na Constituição desde 1988. Um dos pontos positivos da abertura do setor, segundo os adeptos da livre concorrência, é o fato de estas empresas poderem se capitalizar, oferecendo ao público melhores serviços. Além disso, será possível captar recursos em bolsas de valores. Em contrapartida, ela intensifica um processo já em curso em outros países que é a formação de grandes conglomerados econômicos. Assim, a questão queda muito clara. Estamos diante de duas situações: de um lado, a submissão dos principais meios de formação da consciência crítica e, de outro, a busca da afirmação da soberania popular, da democracia e da nacionalidade. A entrada de capital externo tem sido tratada pelas empresas como uma saída simplista e pragmática para a solução imediata de seus problemas de caixa. A que preço!?

Nos Estados Unidos da América, um pequeno número de conglomerados controla boa parte da produção industrial, atuando em setores díspares, como tecnologia nuclear, indústria bélica, comércio varejista, entretenimento e comunicações. Na instância endógena, esses grupos econômicos apresentam um conflito de interesses que

^{IV} A Emenda Constitucional nº 230-A também permite que pessoas jurídicas tenham o controle acionário de emissoras e jornais, desde que essas empresas tenham sede no Brasil.

^V O Conselho Nacional de Comunicação será responsável pela condução da política do setor e contará com a participação efetiva da sociedade. Opinará sobre conteúdo da programação e discutirá, entre outros assuntos, a renovação de concessões para emissoras de rádio e TV.

extrapola a antiga — e delicada — relação entre a atividade jornalística e os anunciantes que sustentam os periódicos. O desafio passa a ser o de evitar que determinadas abordagens nas matérias favoreçam deliberadamente outros ramos do conglomerado, em detrimento da *res pública*.

Antigamente, um dos dilemas deontológicos que se colocava para o jornalista era: *uma matéria pode ser publicada mesmo se prejudicar um anunciante de peso do jornal?* Hoje, a pergunta compreende implicações mais severas: *pode uma matéria ser veiculada mesmo se prejudicar as empresas que integram o conglomerado no qual está inserida a empresa jornalística?*

No Brasil, para entender a dimensão do problema, é necessário analisar a estrutura das empresas de comunicação, mais especificamente sua lógica de mercado construído ao longo do tempo para depois compreendermos o porquê da espetacularização.

1.1.1 Informação: capital ou mercadoria?

Durante o século XX, todos os grandes jornais do país passaram por mudanças que atingiram a linha editorial, o trabalho jornalístico ou a organização da empresa. Entre os fatores que provocaram as mudanças estão os mercadológicos: o jornal impresso é uma mercadoria, vendida na rua, pronta para o consumo.

Uma digressão, porém, se faz necessária. No século XVIII, a imprensa burguesa surgiu como uma síntese de aspirações para soterrar o obscurantismo, os paradigmas baseados no *a priori*, os dogmas. Instrumento de divulgação do ideário iluminista, defendia a transparência, questionava as autoridades, trabalhava por desconstruir o poder instituído em torno da igreja e da monarquia; o jornalismo, enfim, se expandiu como símbolo da afirmação do espírito burguês. Ciro Marcondes Filho explica que neste período surge o chamado “mito da transparência”, onde *todo o saber deve ser desvelado, nada pode escapar dos jornais* que, a partir daquele momento, estão em todos os lugares para fiscalizar, denunciar, divulgar e entreter o público.

A partir do “mito da transparência”, confundia-se — e isso persiste ainda hoje — liberdade de imprensa com liberdade de expressão. A primeira implica em garantias de apurar e veicular acontecimentos sem cerceamentos de qualquer natureza; já a segunda quer dizer que temos direitos mas também deveres na busca do fato, na sua mediação e implicações junto à sociedade. A liberdade de expressão situa o jornalismo como um fórum de manifestação de idéias.

A *Organização Não Governamental Repórteres sem Fronteiras* divulgou, em 24 de outubro de 2002, um balanço no qual aponta o Brasil como um país onde a liberdade de imprensa se acha açodada por grupos político e/ou econômicos, censura interna nas redações, ameaças diversas e criminalidade. Cita, inclusive, o caso do repórter Tim Lopes como exemplo de cerceamento à atuação profissional. Assim, a ONG colocou o Brasil na 54ª posição, atrás de países como Uganda, Nigéria e Mali. A mídia nacional não gostou e as Organizações Globo, em particular, classificaram a lista como “leviana, sem critérios”:

“Como se explica que o Brasil seja considerado como tendo uma imprensa pior que a do Paraguai? Ou que o Reino Unido esteja atrás de Hong Kong, controlada por um regime que só admite a imprensa oficial? No caso brasileiro bastaria argumentar que a grande massa da população é abastecida de informações livremente colhidas e escolhidas pelas redes nacionais de TV e de rádio, que não sofrem as chamadas “pressões locais”. E os grandes centros urbanos têm acesso à grande imprensa que a ONG considera a salvo de pressões. Isso, e mais a baixa confiabilidade de fontes com motivação obviamente política — cuja presença e cujo poder de deturpação é inevitável em estudos marcados pela subjetividade — bastam para que se lamente o pitoresco relatório. Enquanto se preocuparem em produzir rankings, como se jornalismo fosse tênis, basquete, futebol, boliche, sinuca ou automobilismo, não poderão jamais ser levados a sério. (5)

O porquê da grita da grande imprensa é claro. Esses veículos procuram transmitir à população que aqui se tem liberdade total para o trabalho de investigação e que o resultado da apuração é um noticiário livre. Acobertam, na realidade, a tomada de partido e a ingerência nos rumos do país. Assim, a divulgação de que no Brasil sofremos com a falta de liberdade de imprensa comprometeria a falsa noção de liberdade que se construiu ao longo dos anos.

“A liberdade celebrada em todos os tons e cores pela mídia não passa dum mero ritual de legitimação da dominação, pois sob o jugo de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em poderoso instrumento de dominação uma vez que a eleição livre dos senhores não abole os senhores ou os escravos” (6)

Guardadas as devidas contingências históricas, políticas e econômicas, percebemos que hoje também vivemos sob a égide do jornalismo como instrumento de propagação do ideário burguês na medida que são as elites que detêm os meios de produção e a mais valia. Falar de elite aí nada mais é do que designar aqueles instamentos sociais com acesso a mecanismos que lhes garantem o exercício de poder. Assim, são as elites que possuem, nos Estados Nacionais, o controle direto da mídia e moldam o discurso desta de acordo com suas necessidades:

“Dentro do próprio sistema informativo (jornais, radiodifusão, editoras, agências de publicidade etc) constituem-se hoje pequenas elites intelectuais, a que se pode chamar de logotécnicas, isto é, especializadas na neo-retórica elaboradora do discurso público. As elites logotécnicas – editorialistas, articulistas, editores, colunistas, âncoras de tevê, criadores publicitários, artistas, jornalistas especiais – funcionam como filtro e síntese de variadas formas de ação e cognição presentes nas elites econômicas, políticas e culturais coexistentes no contexto social” (7)

Voltando ao tema, num primeiro momento — logo que as lutas contra o poder das monarquias absolutistas européias e pela independência dos Estados Unidos se iniciam — a liberdade de expressão exercida através da imprensa era a afirmação de um direito do cidadão contra o poder do Estado. Era o tempo de uma prensa artesanal e de baixo custo, o que permitia a disseminação de folhas eminentemente de caráter político.

Conquistadas as liberdades políticas, inicia-se a revolução industrial e o desenvolvimento do sistema capitalista; aos poucos tudo isso vai descentrar a imprensa de seu caráter eminentemente político-engajado, artesanal e de audiência restrita, para reestruturá-la em outras bases: a da moderna empresa de comunicação e de massas. Se antes a liberdade de expressão se exercia pela posse da prensa, acessível porque de baixo custo, com essa transformação ocorreu um processo de concentração de empresas, no qual sobrevivia quem tivesse capital para bancar os novos e vultosos investimentos em rotativas de altas tiragens para atender a demanda gerada.

Tais transformações conduzem o regime de imprensa a um impasse e a uma nova ordem. A liberdade de expressão, exercida pela liberdade de informar associada ao regime da livre empresa (livre iniciativa), é seriamente comprometida com a concentração de empresas, situação que restringia tal liberdade apenas aos donos de jornais.

Com o florescimento da indústria cultural o jornal passa a ser visto como grande empresa capitalista por meio da qual vai se acumular capital para amortizar, por exemplo, a modernização das máquinas. Assim, a notícia vai adquirindo as feições de mercadoria, isto é, a imprensa se vê sintonizada com as exigências do lucro a qualquer custo. No entanto, ela jamais se desvencilha — como deixamos assente — da função primeira que era, e continua a ser, garantir a divulgação da ideologia burguesa e do liberalismo econômico.

Mister analisar a mudança ocorrida com o caráter da informação. Em prol da auto-sustentação financeira, vemos as publicações se tornarem um catálogo, um mostruário de produtos que serão vendidos no varejo. O jornal configura-se como um amontoado de comunicações publicitárias permeado de reles notícias. A indústria

publicitária vai descaracterizando o jornalismo lentamente. Investe-se também na aparência, nos elementos da linguagem gráfica para atrair os leitores:

“A informação deixa de ser ‘capital’ para ser ‘mercadoria’. Enquanto o catedrático e o sacerdote detinham as informações e as transmitiam em doses discretas aos iniciados, que tinham um longo percurso pela frente até chegarem a uma posição próxima à desses ‘privilegiados’, o jornalista descarregava tudo o que tinha, nada ficando preso, retido, guardado. Informação é algo diferente do capital, que pode ficar armazenado à espera de uma rentabilidade ou valorização direta da demanda. Notícia é, ao invés disso, uma mercadoria altamente perecível, que deve ser consumida rápida e integralmente” (8)

Passagens que corroboram a assertiva supracitada podem ser acompanhadas através dos estudos de caso que serão vistos nesta tese. Sobretudo quando Marcondes Filho fala em “notícias consumidas rápida e integralmente”, percebemos a busca sem fim da imprensa por desviantes capazes de sustentar o rótulo de “inimigos públicos número 1” da sociedade. A mídia elege estes criminosos e passa a acompanhar os feitos até a história desaguar na prisão dos mesmos ou na morte destes desviantes. Aí é o momento de se eleger outro personagem, de se “fabricar” um anti-herói que ajude a aumentar a circulação. Como deixou claro Marcondes Filho, esses *olimpianos gauche* serão manchete de jornal por um hiato de tempo até que cumpram determinada tarefa delegada pela indústria cultural: espetaculariza-se assim a violência, gera-se o pânico, publica-se apenas o sensacional e reduz-se o homem em mercadoria de consumo imediato.

Ademais, outro ponto merece destaque nesta análise do comportamento da mídia. A quantidade de informações veiculada sobre este ou aquele criminoso é tão assombrosa que acaba por banalizar-se, esvazia-se o conteúdo pela ostensiva exposição:

“Tudo o que é demasiadamente mostrado se queima. Despotencia-se, esvazia-se o fato, o novo, o estranho, pelo excesso. No jornalismo a superexposição de pessoas, fatos, acontecimentos, provoca o processo social de queima na medida em que as notícias excessivamente veiculadas tornam-se inócuas, não provocam mais nenhum efeito. Conduzem ao seu total esquecimento onde o excesso é a forma mais insidiosa de extermínio da coisa e de seu total apagamento da memória”. (9)

Dentro desta orientação do jornalismo, a persuasão, as estratégias de veiculação de opinião editorial passam a ser trabalhadas para agir a nível inconsciente, ou ainda para serem ministradas nas entrelinhas. São mensagens subliminares que somente um leitor mais atento poderá se precaver. Produzem-se chamadas que não correspondem à matéria, angulam-se fotos que produzirão leituras paralelas, redigem-se lides mas os colocam no pé da matéria, isto é, em posição secundária; enfim, são técnicas de construção de realidades marcadas pelos interesses ideológicos/mercadológicos. A

overdose que deprecia a informação jornalística é mais uma estratégia de desvirtuação do leitor. Porém, os assuntos associados ao insólito, curioso, pitoresco, grotesco ganham destaque no noticiário e são eles que cumprirão a função catártica com mais propriedade.

“Dentro da nova diretriz da imprensa, os acontecimentos ligados ao imagetivamente impressionante ganham mais espaço no noticiário, que deixa de ‘informar-se sobre o mundo’ para ser ‘surpreender-se com pessoas e coisas’”. (10)

A partir de então se privilegia a notícia curta; dá-se destaque aos *drops* informativos — pequenas notas sobre acontecimentos políticos, econômicos, culturais ou ligados à editoria de cidade — em detrimento de matérias mais embasadas; os infográficos substituem o texto escrito; o estilo e a linguagem jornalísticos acabam optando pelo clichê.

“Todo o sistema informativo perde terreno para a distração, o espetáculo, a transformação da notícia em mais um entretenimento pueril e sem conseqüências. A época não é efetivamente favorável a nenhuma intelligentsia, mas se sabe, ao mesmo tempo, que o desprezo à cultura e aos ensinamentos do passado levou aos genocídios e às barbáries” (11)

Fundamental reafirmar que a maior parte do jornalismo periódico brasileiro está hoje atrelado aos imperativos da publicidade. A noção da profissão como sistema de formação do senso crítico e estímulo ao amplo debate fica em segundo plano. A mídia acaba por se tornar um canal para veiculação de bens ou serviços pagos. Dentro desta lógica de consumo, as notícias acabam se banalizando ou buscando o furo a qualquer preço.

A sociedade da informação apresenta o mercado como justificativa para tudo. Parece consolidar-se como apanágio, fundamento moral onde publicar falsos escândalos ou matérias mal apuradas na primeira página são o caminho para aumentar as vendas e o número de assinantes. As conseqüências são nefastas, ainda mais por se tratar de um país onde a mídia é formadora de opinião. De modo geral, o leitor tem em suas mãos um jornal que resulta de uma prática editorial que privilegia a fugacidade e a levandade, onde o principal objetivo é vender mercadorias: *“Preferindo definir o veículo como bom suporte publicitário a bom transmissor de informações, o comunicador é levado a valorizar sempre os ângulos, digamos, publicitários da informação”.* (12)

O tratamento de notícia dado a determinados fatos pela imprensa sensacionalista é antagônico as premissas básicas de um jornalismo que assuma a defesa do interesse coletivo, prestador de serviços, em prol da promoção da cidadania e sinônimo de

responsabilidade social. Na verdade, é uma tentativa de construir uma competência jornalística que reflita, da melhor forma possível, um olhar diferenciado do meio, sob a ótica da cidadania. Talvez, sob a égide do mercado e, conseqüentemente, do tratamento da notícia como produto, se configure como desvio propor ao leitor informação de qualidade, onde ele seja autor, sujeito e o beneficiário principal da notícia.

Na linha da notícia como forma de conhecimento, a missão do repórter é captar fragmentos de realidade com a maior precisão possível e expô-la de forma que o receptor construa a partir daí a sua visão do fato, exercitando assim seu senso crítico. Apesar destas considerações, no contexto da indústria cultural^{VI} torna-se difícil separar *informação* de *distração*. Desta forma, uma fugaz sondagem, tomando por unidade a matéria jornalística, aponta o predomínio de notícias carregadas da função distração. São amenidades e/ou frivolidades, tais como o mundo dos olimpianos, novidades da “alta sociedade” e o mundo das emoções primárias. Na cobertura diária a informação de consumo é o fato imediato de significação primariamente emocional.

Nota-se especialmente na formulação dos textos, nos apelos visuais e lingüísticos, na seleção das fotos, a preocupação em corresponder a um gosto médio ou, em outras palavras, em revestir a informação com a “roupagem” adequada.

A mensagem jornalística resulta de um conjunto de elementos estruturais característicos do processo de informação. Toda matéria parte de uma pauta que garante a angulação daquela mensagem, ou seja, a empresa conduz a informação desde o momento da sua captação até a formulação estilística. Esta angulação se faz perceber mais claramente em todas as mensagens opinativas das páginas editoriais. Entretanto, somente uma análise mais minuciosa pode perceber o discurso persuasivo da mídia. Embora escamoteadas, técnicas editoriais são utilizadas para “encobrir a realidade”. Assim, o jornal que chega às bancas ou aos assinantes é fruto de um processo subjetivo no qual as idiosincrasias de um grupo são veiculadas sob a forma de um discurso falacioso que se diz “imparcial”. Para se ter idéia, um dos artifícios em voga — como já explicitamos em parágrafos anteriores — é fornecer ao leitor o lide às avessas:

“No jornalismo contemporâneo não se deve confiar nos títulos e na abertura, ou primeiras linhas (lide) da matéria, que são sempre otimistas. Os editores escondem a verdade, isto é, os problemas, nas últimas quatro linhas — o que lhes permite fingir que não estão deixando de noticiar nada, uma atitude hipócrita, pois eles sabem muitíssimo bem que a informação que impressiona o leitor é aquela estampada no título e no lide.” (13)

^{VI} O professor Muniz Sodré, em *Reinventando a Cultura*, pg. 22, coloca que “indústria cultural é o nome que vem recebendo a organização particular da transição da cultura burguesa elitista para uma cultura burguesa de massa”.

O que se pretende dizer aqui é que foi passada para o leitor comum a visão da sacralidade da notícia, isto é, do pretenso distanciamento dos jornalistas no exercício profissional e da imparcialidade das empresas na mediação do fato. Porém, através de mecanismos sofisticados, se disfarçam muitas das decisões do poder que alimentam a imprensa atual. O que é divulgado, inclusive as notícias mais rotineiras, deve ser visto como resultado das interferências ideológicas dos emissores, ou seja, daqueles que detêm o monopólio da fala.

O trabalho do *gatekeeper*, função exercida pelos editores, consiste justamente na decisão do que vai ser ou não publicado, além do ofício de tratar a notícia de acordo com as leis de mercado ou conveniências afins com os grupos financeiros que controlam a empresa.

“O editor age como elemento regulador da oferta e da demanda. (...) o material coligido e em ‘redação bruta’ chega às mãos do editor que vai decidir sua formulação gráfica na página do jornal. Ele define a formulação da mensagem, ou seja, a morfologia com a matéria aparece na página, os títulos, a diagramação, o emprego da fotografia, tudo isso, a rigor, deverá estar intimamente ligado com a angulação inicial que gerou a matéria”. (14)

A imprensa, portanto, atua como aparelho a garantir hegemonia de grupos através do uso de técnicas que englobam tanto a persuasão através de linguagem específica como dispositivos eletro-eletrônicos que possibilitem atingir vasta audiência. Alguns autores^{VII} têm trabalhado no sentido de mostrarem como as interpretações dos acontecimentos pela mídia podem alterar as interpretações da realidade pelo público. Logo, se as instituições que ajudavam na construção de significado de mundo foram substituídas pela indústria noticiosa assentada em bases capitalistas, há de se convir que os meios de comunicação de massa funcionam como dispositivos ideológicos.

1.1.2 A mídia na definição da opinião pública

Opinião pública é uma expressão bastante difundida e, talvez em razão disso, erroneamente utilizada. Embora não se pretenda aqui defini-la à luz de suas diversas acepções, seu emprego pelos teóricos da comunicação se faz necessário. Mais até do que rotular “opinião pública” é preciso analisar suas manifestações no bojo da sociedade, em especial o papel dos meios de comunicação. Entendida como juízo de

^{VII} Um dos pioneiros foi Walter Lippmann, autor do livro “Public Opinion”, de 1922. Nesta obra ele demonstra como as pessoas agem não baseadas no que realmente está se passando ou que tenha ocorrido, mas naquilo que imaginam seja a situação real conseguida de descrições fornecidas pela mídia – “significados e interpretações que amiúde têm apenas limitada correspondência com o que se passou” (DE FLEUR, Melvin e BALL-ROKEACH, Sandra. Teorias da Comunicação de Massa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Pg. 279)

valor formulado por setores da sociedade com poder suficiente para interferir nos rumos do país, a Opinião Pública é estabelecida a partir das relações, dos choques, entre a subjetividade dos agentes sociais e da conjuntura que os cerca.

A questão é que se procura manipular a opinião pública para garantir legitimidade em determinado processo. A homogeneização do pensamento através do bombardeio de informações diário a que estamos submetidos de certa forma contribui para a “marcação de impressões” que formamos de nós mesmos e do mundo. Um dos instrumentos para verificar as tendências da Opinião Pública é a sondagem ou pesquisa. Quantificadas as opiniões individuais, e definida a tendência majoritária, temos a Opinião Pública. Porém, o processo de priorizar determinado tipo de programação televisiva, por exemplo, a partir do gosto do público — aí calcado nas pesquisas de opinião — se torna excludente na medida em que uma minoria deixa de ser atendida. Além disso, esse gosto do público pode ter sido moldado pela indústria cultural e não refletir os anseios legítimos por notícias, informação e/ou entretenimento.

Pode, também, significar a satisfação inconsciente de instintos primários. Assim, para o exercício de um jornalismo edificante é necessário não se deixar levar exclusivamente pelas pesquisas de opinião pública. Se perguntarmos em que base assenta a tendência majoritária, num exame mais qualitativo do que quantitativo, poderemos começar a romper o mito do “gosto do público” como sagrado. Outro passo importante nesse sentido é dotar a sociedade de senso crítico para que ela possa, por si mesma, conscientizar-se da massificação a que está sujeita. Entretanto, a *receita* está longe de vingar...

Vamos analisar melhor como se dá o fenômeno da Opinião Pública.

“Concebida como opinião predominante ou opinião majoritária, a Opinião Pública é um produto da atividade social. Por isso mesmo tem um caráter dinâmico, estando submetida à influência dialética das opiniões que refletem as forças vivas da sociedade” (15)

No processo de formação das opiniões individuais, que depois se convertem na Opinião Pública, entram várias instituições como a família, a participação nos grupos primários, a escola, entre outros. Os formadores de opinião seriam então estes grupos cujos pontos de vista se espraíariam pela sociedade. Aos meios de comunicação caberia apenas o papel de acelerar esse contato, de colocar para um público mais vasto as opiniões de grupos até então distantes. Os *mass media* apenas reverberariam os anseios, as idiossincrasias alheias. Contudo, houve um apagamento dessas instâncias outras que contribuíam na formação das opiniões individuais. Com a substituição desses espaços de representação pela mídia, as relações que delineiam o pensamento e o

comportamento do indivíduo se fazem de maneira unilateral. A imprensa é a grande responsável pela circulação e reprodução de temas sociais, além de — pela natureza de permanência do seu suporte material, que é o texto escrito — constituir-se em fonte de pesquisa e registro da história do homem. Não podemos negar que por ter repercussão em diversos âmbitos, seja político, axiológico ou jurídico, entre tantos outros, a mídia é responsável direta pelas transformações, ou não, que aconteçam na sociedade. O campo midiático não constitui apenas um dispositivo de representação daquilo que passa em outra cena. A imprensa se converte em dispositivos que não apenas narram mas agem de fato — segundo intenções nem sempre evidentes — sobre o espaço público, funcionando como uma espécie de poder paralelo.

A imprensa no Brasil, por exemplo, vai mediar e espalhar as preocupações e opiniões dos grupos formadores de opinião, ou ainda daqueles que detêm os meios de produção dos aparelhos ideológicos.

“A Opinião Pública assim configurada foi considerada como experiência nociva porque transformava os indivíduos em seres acríticos, manipuláveis coletivamente. (...) Marcuse, por exemplo, fala de uma sociedade sem oposição em que os indivíduos funcionam como peças de uma engrenagem, facilmente dirigíveis” (16)

Cumprir destacar que as empresas jornalísticas, dentro do regime capitalista, submetem-se às leis da oferta e da procura. Quando ainda há concorrência no mercado, esforçam-se por conquistar o público consumidor. Nessa fase ainda se deixam guiar pelas tendências predominantes do público alvo. Porém, numa fase de monopólio, é possível ter controle sob o gosto do público, suas expectativas, necessidades, para aí difundir o que atende aos interesses político-ideológico-mercado-lógicos das elites que detêm os meios de produção. A propriedade dos meios de comunicação reflete o conteúdo das mensagens veiculadas pelos canais que se pretendam utilizar. É latente o domínio da visão de mundo de quem emite a informação para formatar e controlar de maneira homogênea o *status quo*, isto é, para garantir a estabilidade do sistema. Alguns autores sustentam que o termo *Opinião Pública* já não é satisfatório diante do quadro citado acima. Devemos falar então de “massa”, de como os meios de comunicação formaram a “sociedade de massas” onde o público se torna consumidor dos produtos culturais e alienado a partir dos condicionamentos executados.

“Como remate, uma definição do público numa sociedade de massas como sendo uma coletividade passivamente exposta aos meios de comunicação e indefesamente sujeita às sugestões e fluxos desses meios” (17)

Interessante destacar que “massa^{VIII}” envolve, indiscriminadamente, ricos e pobres, alfabetizados e analfabetos, povo e elite. Todos somos prisioneiros desse sistema massificante embora cada categoria possua mais ou menos “filtros” para fazer o jogo da assimilação ou hibridização.

No processo de massificação procura-se despojar o ser humano de sua capacidade de influir na formação da própria consciência. A imprensa é um dos aparelhos ideológicos mais eficientes no sentido de desarticular, esmorecer, apagar as identidades culturais para impedir a “emergência da consciência real”:

“(...) enquanto as pessoas se sentem abrigadas em seus próprios grupos sociais, ficam imunes à influência externa. O artifício empregado então consiste em romper a resistência do espírito individual por meio da desorganização dos grupos aos quais esses indivíduos pertencem. Sabe-se que o homem sem laços com o grupo é como um caranguejo sem a carapaça” (18)

Através da indústria cultural procura-se fazer crer ao homem que ele deve aceitar sua condição de indivíduo-objeto. Tenta-se “naturalizar” a subordinação onde qualquer reação seria inviável. Por exemplo: público de programas sensacionalistas está eternamente preso aos seus instintos primários e por isso resistir e procurar programação de melhor qualidade seria uma ilusão. Mas não é só esse tipo de mensagem condicionadora que recebemos. Como se sabe, o fornecimento ao indivíduo dos chamados “pseudo-universos” socialmente valorizados faz com que ele se distraia, ou melhor, se iluda com a impressão de que faz parte daquele *métier*. Edgar Morin já demonstrou como se criou — e qual a finalidade — do mito dos olímpianos.

Cabe, à guisa de ressalva, dizer que a tentativa de massificação da indústria cultural não é invencível. Fendas e rupturas existem e o homem pode, nestas brechas, questionar paradigmas, dogmas, valores. Por isso todos os espaços de mediação social devem ser valorizados, seja o engajamento das pessoas em movimentos artísticos-culturais ou ainda a participação em conselhos comunitários. Então fica aqui o anseio para que o homem consiga participar ativamente da vida social e mantenha-se informado para construir um *background* que lhe permita filtrar as mensagens com as quais interage.

^{VIII} Francisco Doria procura distinguir na *massa* três grandes estruturas de classes urbanas no Brasil: “classe dominante - é quem exerce o poder e busca a própria satisfação; não percebe limites no exercício do poder ou na procura do gozo, apenas obstáculos; classe subalterna - sem horizontes, possui como a classe dominante um pensamento hedonista. Mas conformado, submisso. É o pessoal que acha que vida boa é tomar chope quente em pé no bar vendo passar de longe a mulher gostosa que nunca vai ser deles; classe média - é quem está insatisfeito com a própria situação. Quem berra contra tudo e contra todos; é quem prega a ética, qualquer ética”. DORIA, Francisco Antonio. Comunicação em Massa In Lumina I. FACOM/UFJF, 1998. Pg. 13)

1.1.3 Indústria Cultural

Neste momento, um recorte se faz necessário no sentido de posicionar a tão propalada Indústria de Massa. O moderno fenômeno da cultura de massa só se tornou possível com o desenvolvimento do sistema de comunicação por dispositivos tecnológicos, ou seja, com o progresso e a multiplicação assombrosa dos veículos de massa — mídia impressa e audiovisual.

“Cultura de massa em como pressuposto, e como suporte tecnológico, a instauração de um sistema moderno de comunicação (os mass-media, ou veículos de massa) ajustado a um quadro social propício.” (19)

De acordo com o *Dicionário de Comunicação* de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, a acepção deve ser entendida também como “a comunicação dirigida a um grande público (relativamente numeroso, heterogêneo e anônimo), por intermediários técnicos sustentados pela economia de mercado” (20). Destacam-se, entre as características dos meios de comunicação de massa, o fato de esta informação ser gerada em organizações amplas, complexas, com grande número de profissionais (extensa divisão de trabalho) e conseqüentemente alto grau de despesas. Para custear essa estrutura, faz-se imperativo promover estratégias de marketing que garantam a viabilidade financeira. Para orientar sua produção, promovem pesquisas de mercado. Podemos ainda explicitar como características o uso de máquinas na mediação da comunicação bem como aparelhos e dispositivos mecânicos, elétricos, eletrônicos para multiplicar a mensagem e atingir milhares de receptores. Desta monta, a possibilidade de se atingir uma numerosa audiência em pouco tempo é outra especificidade. Talvez o ponto mais sensível dos meios de comunicação de massa seja o fato de serem veículos em um só sentido, isto é, por mais que possuam mecanismos de troca com os receptores^{IX}, serão sempre as suas idiossincrasias que se farão presentes, numa neurose narcísica onde a tríade onipotência, onipresença e onisciência é a tônica: *“aquilo que obtemos através dos Meios de Comunicação de Massa não é comunicação.*

^{IX} O feedback não é total uma vez que não se pode falar em interação pelo simples fato de a empresa jornalística disponibilizar telefones, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de canal. O diálogo que se apresenta é muito tênue. Já que se fala também das pesquisas mercadológicas para se tentar capturar os anseios do público, cumpre destacar que essas são na maioria das vezes circunstanciais, epidérmicas, frágeis. Essas ferramentas metodológicas que garantiriam maior previsibilidade se fazem notar pela prática das empresas jornalísticas que eventualmente telefonam para seus assinantes a fim de levantar quais as matérias, fotos, chamadas, infográficos mais observados: *“A pesquisa em jornalismo baseia-se no princípio do copy-test. É uma técnica que consiste em investigar que notícias são mais vistas pelo leitor. Nesse mecanismo simplista do empirismo sociológico dos pesquisadores de mercado, fica-se na superfície do fenômeno, nas respostas racionalizadas pouco intensivas. Não se investiga em profundidade o porquê da declaração, as causas que estão além do nível consciente, tampouco as aspirações e os interesses que vão além do que o veículo noticia”.* (MARCONDES FILHO, Ciro. O Capital da notícia. Pg. 36)

Comunicação é via em dois sentidos” (21)

As relações na sociedade da informação em que vivemos são verticais, impositivas. Esse verticalismo está implícito no sistema de propriedade dos que produzem o noticiário e os demais bens culturais. Poucos dirigem mensagens a muitos onde não há interação de fato. Mudar de canal, comprar outro periódico, escolher certa estação de rádio significa uma escolha dada e não uma possibilidade real de participação do povo naquilo que deseja obter. Enquanto muitos podem ter acesso à informação — o problema cotidiano não é mais esse —, poucos têm acesso à produção e à distribuição das notícias.

Adorno e Horkheimer apresentaram, portanto, sua discordância quanto ao uso do termo “cultura de massa” porque levaria, erroneamente, à compreensão de uma “cultura surgida espontaneamente das próprias massas, arte popular”. Como contraponto, Adorno sugeriu a expressão “indústria cultural”: *“As massas são meros acessos da máquina. O consumidor não é rei, como pretende a indústria cultural; não é sujeito, mas objeto” (22)*

Neste sentido os adeptos da Escola de Frankfurt procuram mostrar que se fazem produtos adaptados ao consumo das massas. Este sistema tem, segundo eles, a incumbência de firmar e reforçar a ideologia das elites que detêm os meios de produção e que visam, por intermédio destes, se perpetuar no poder.

O teórico da comunicação José Merton destaca três pontos na engenharia de produção de mensagens da *Indústria Cultural*: função de atrair prestígio para pessoas, ações e/ou grupos; reforçar normas sociais explícitas ou implícitas; disfunção narcotizante, ou seja, o receptor obtém informações sobre determinadas questões mas não atua de fato para resolvê-los, ou seja, assume a postura de mero espectador. Já Umberto Eco defende uma linha de ação mais pragmática. Segundo ele, o dilema colocado não é discutir se é bom ou mau que exista a cultura de massa e, sim, do momento em que a presente situação de uma sociedade industrial torna ineliminável a ação dos *mass media*, devemos apostar na intervenção das comunidades culturais.

Pedrinho Guareschi defende a tese de que os meios de comunicação de massa contribuem para a homogeneização cultural na medida em que são instrumentos do capitalismo internacional que visa nivelar os valores culturais e individuais de várias raças e culturas. De acordo com ele, a imprensa tanto pode funcionar para servir aos interesses legítimos do povo quanto para negar, transformar e descaracterizar a cultura local ou regional.

“Os meios de comunicação de massa se tornam o meio e o espaço privilegiado onde a cultura é criada, fortificada, reproduzida e retransmitida, dum lado; como podem se tornar paradoxalmente o espaço e o meio onde essa cultura é negada e dominada para servir a outros interesses que não são os do próprio povo. Tornam-se os novos ‘cavalos de Tróia’, dados como presentes, mas carregando dentro de si o veneno que contaminará as mentes e os corações de inúmeras populações, sem defesa e sem resistência.” (23)

A comunicação interfere na definição de nossa identidade sócio-cultural. Se em parte somos produto das relações várias que estabelecemos durante nossa existência, o contato com o mundo através da mídia vai canalizar nossa percepção para responder desta ou daquela maneira, ou seja, sem oferecer muita resistência ao sistema. Os frankfurtianos temiam um futuro onde o controle social fosse tão eficaz que os membros da sociedade viveriam como “escravos felizes”, contentes com suas cadeias, “beijando os grilhões que os aprisionam”, na expressão de Marcuse. Porém, é preciso saber agir nas brechas para construir instrumentos de contra-cultura. Onde há poder(es), sempre há resistência(s):

“Os meios de comunicação de massa, onde a massa não se comunica, através de seu meio, são, sem dúvida, bastante eficientes na criação de códigos totalizantes. Entretanto, a luta é pela vida e não acaba nunca. Movimentos se desmancham e novos se articulam de forma independente. É um pulsar, um poder que se articula no microtecido social que, por vezes, burlando a interdição da mídia, desenvolve circuitos de comunicação auto-suficientes e de exteriorização intensiva da atualidade, trazendo consigo a potencialidade de que, a qualquer momento, se desencadeie uma ação, capaz de fazer implodir ou explodir as estruturas institucionais hegemônicas” (24)

Devemos, portanto, começar também por indagar as relações que existem entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas. E aí entra uma questão séria: como preservar o gênio inventivo de nossa cultura em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade de ação, nossa eficácia, também mutilam nossa identidade cultural? Como sabemos, a produção dos bens culturais transformou-se em um negócio e uma das leis que regem esse negócio é a uniformização dos padrões de comportamento.

O mito do *american way of life* atua também como um mecanismo de alienação e pacificação interna. Armand Mattelart prefere usar a expressão *american dream of life* na medida em que, segundo ele, o modo de vida estrangeiro só pode ser sonhado, nunca usufruído pela população colonizada. Diante disso tudo, passa a ser difícil mapear nossa identidade cultural e, conseqüentemente, identificar manifestações culturais populares que poderiam dialogar, trocar ou até mesmo resistir, àquela cultura expansionista disseminada pela indústria cultural.

Quando o *ter* sobrepuja o *ser*, as pessoas passam a “valer mais” pelo que elas aparentam e possuem do que pelo que elas são. Assim, se a presença ou ausência de traços era o que indicava a evolução, o desenvolvimento das sociedades, hoje, o sujeito “desenvolvido” é aquele que progrediu materialmente na vida, que ficou rico, que possui bens materiais para desfrutar a vida. Quando falamos que o homem da pós-modernidade parece privilegiar o *Ter* do que o *Ser*, isto significa que com a figura do mercado como parâmetro, adota-se um exercício constante de mensuração. Porém, dá-se valor apenas a aquilo que é calculável ou que possa estar relacionado com a valoração de atividades de natureza econômica. Pouco ou nenhuma importância se dá aos que legam suas vidas ao saber, à busca pelo conhecimento, ao viver reto e coerente. E aquele *way of life*, ou modo de vida, vendido pelos meios de comunicação de massa, é uma violência.

O Psicanalista Contardo Calligaris afirma que nosso *status* social não é mais definido, como antigamente, pelo sangue, mas pelos apetrechos que possuímos e pela imagem que mostramos de nós aos outros:

“O ladrão brasileiro não está só pedindo posse de mais coisas. Para isto, roubaria do mesmo jeito que seus colegas europeus ou norte-americanos. Roubaria o carro ou o rádio sem matar o motorista. Tiraria a carteira sem apontar uma arma. Arrombaria residências na ausência do morador, não esperaria sua presença para invadi-las. A questão de poder, na relação entre pobres e ricos no Brasil, é antes de mais nada uma questão de posse de corpos. A violência, portanto, é contra os corpos. São eles que ‘é bom’ possuir” (25)

Talvez em razão disso possa ser explicado, em parte, o fascínio exercido pelos olímpicos, figuras midiáticas sobre as quais se voltam nossos olhares, nossos anseios, nossos desejos. Os mecanismos de projeção e identificação ocorrem simultaneamente e servem para exprimir a atração do público pelas celebridades. Quanto ao primeiro mecanismo, atribui-se a alguém características que nos são próprias; no segundo, acontece o oposto da projeção, onde o sujeito em vez de se projetar no mundo, absorve-o: “A mais banal projeção sobre outrem – o eu ponho-me no seu lugar – é já uma identificação do outro comigo: esse outro se tornou assimilável” (26).

Edgar Morin fala a seu modo destes mecanismos quando utiliza a metáfora do médium possuído pelos espíritos que invoca. Isso significa uma incorporação das figuras midiáticas pelo receptor onde segundo Morin, esse vínculo emocional acontece quando o leitor se projeta e se identifica com a celebridade, “se ele vive neles e se eles vivem nele”. No processo o leitor ao mesmo tempo em que expurga fantasias, transfere-as para as personagens. As celebridades delimitam as extremidades entre o toque e o

distanciamento. Soam como “entes próximos” mas de fato são estranhas. Morin diz que vamos sentir experiências através deles que de fato não praticamos. No nosso imaginário, sonhos, aspirações e devaneios são cristalizadas na figura dos olímpicos. Funcionam como nosso alter ego idealizado ou recalcado.

“Dá uma fisionomia não apenas a nossos desejos, mas também às nossas angústias e temores. Liberta não apenas nossos sonhos de realização e felicidade, mas também nossos monstros interiores, que violam tabus e a lei, trazem a destruição, a loucura ou o horror” (27)

Eis um questionamento que, embora já tenhamos deixado assente, cisma em retornar à discussão: quais são de fato as implicações da Indústria Cultural na dinâmica social? De acordo com Umberto Eco, existem dois posicionamentos: *os apocalípticos* argumentam que através do divertimento e da ênfase no prazer, além do reforço de normas sociais não discutidas, do encorajamento ao conformismo social, levariam à alienação^X, à “barbárie cultural”; já *os integrados* defendem que, ao informar, revelaria para o homem suas significações e as do mundo, democratizando a cultura. Entretanto, nos parece mais convincente, através do estudo do fenômeno da comunicação de massas no Brasil que de fato ocorre uma tentativa de acomodação dos atores sociais através de uma postura que os leve a sublimação do cotidiano pela mera contemplação.

“Eles são feitos de modo que, se a sua apreensão adequada exige, por um lado, rapidez de percepção, capacidade de observação e competência específica, por outro lado, é feita de modo a vetar, de fato, a atividade mental do espectador, se ele não quiser perder os fatos que, rapidamente, se desenrolam à sua frente” (28)

Destarte, percebe-se que sob a égide da cultura de massa, abatem-se sobre o público informações quantitativamente intensas, porém fragmentadas, isto é, sem parâmetros sociais ou históricos referenciais. Nas palavras de Abraham Moles, “é uma cultura mosaica, fragmentada e aleatória”, onde não se constrói pelo receptor um corpo sistemático e coerente de conhecimentos. Com fins de exemplificação, podemos explicitar um caso que ocupou o noticiário: sucederam-se matérias a respeito das falsificadas contabilidades de grandes corporações americanas^{XI}. Noticiar os fatos pura

^X Alienação: na sociedade do espetáculo são exercidas formas sutis de dominação, de controle. “À magia das palavras, a contemporaneidade acrescentou o fascínio mágico das imagens produzidas por novíssimas tecnologias, com efeitos de ilusionismo e demagogia semelhantes aos obtidos com a velha adulação da sofística” (SODRÉ, Muniz. *Reinventando a Cultura*, pg. 23)

^{XI} O ano de 2002 será sempre lembrado pela onda de escândalos que abalaram a confiança nas corporações americanas. Milhares de acionistas viram suas economias ser engolidas por contabilidades fraudulentas na *Enron*, *Merck* e na *WorldCom*, ex-estrelas do mercado de ações. Na medida em que órgãos fiscalizadores e o FBI aprofundaram seus trabalhos, uma série de empresas passou a ser investigada, incluindo outras firmas americanas conhecidas como, por exemplo, a *KMart* e a *AOL Time Warner*. No final de 2001, a *Enron* — uma das maiores distribuidoras de energia do mundo e

e simplesmente em nada esclarece a lógica que os engendra. Sem fazer emergir a explicação das tramas responsáveis por tais procedimentos delituosos, a realidade na qual elas se deram permanece recoberta por algum tipo de mistério a alimentar uma modalidade jornalística que, cada vez mais, se confunde com folhetim de suspense. Uma nova postura para os meios de comunicação passa a ser demandada, independentemente do quererismo ou não dos atuais defensores do modelo em voga.

1.1.4 Ideologia

Existem teóricos que consideram a ideologia como a “pior das prisões”, aquela que afasta o Homem da grandeza de sua dignidade, “da autonomia de ser e realizar-se em si mesmo” (29). Outros, contudo, a encaram como um dos principais elementos de manutenção da liberdade na medida em que através da pluralidade de pensamento temos a garantia do exercício do livre arbítrio.

A raiz da palavra ideologia vem do grego “Idea”, que significa representação mental de uma coisa concreta ou abstrata. O vocábulo foi criado na Revolução Francesa, pelo filósofo Destutt de Tracy, autor da obra “Elementos de Ideologia”, para designar uma disciplina filosófica que deveria ser o fundamento das demais ciências.

Marx desenvolveu o conceito de ideologia a partir de três componentes básicos: um sistema de pensamento, ou seja, a maneira de conceber o mundo sobre aspectos naturais e, sobretudo, sociais; a impossibilidade deste conjunto de idéias ser compreendido como produto e reflexo de uma sociedade uma vez que a ideologia, enquanto “visão de mundo”, expressa os interesses, a atividade e o papel histórico dos grupos e classes sociais de forma distorcida, parcial ou obscura; por fim, o fato de que a ideologia não consiste em um sistema de pensamento neutro ou inócuo pois tem como meta legitimar, justificar e colaborar com a manutenção da ordem social existente, ou no caso das ideologias críticas, desvelar e contribuir para sua mudança.

financiadora da campanha eleitoral do presidente George Bush — foi à falência. Motivo: seus balanços eram mascarados com a conivência dos auditores da empresa de consultoria *Arthur Andersen*. Começava o efeito dominó: em junho de 2002, a *WorldCom*, segunda maior companhia de telefonia de longa distância americana, abalou o mercado mundial ao anunciar um rombo de US\$ 3,8 bilhões em suas contas, provocado por fraudes em seu balanço. As despesas da empresa, que controla a *Embratel*, eram registradas como se fossem investimentos. Assim, os acionistas julgavam que a empresa estava aquecida, com capital de giro suficiente e possibilidade de expandir para ganhar mercado não imaginavam que, na realidade, estavam investindo em uma empresa quebrada. Iniciaram-se então auditorias e verificou-se que o procedimento de maquiar dados era mais comum do que se imaginava. As próximas empresas na lista de escândalos financeiros foram as gigantes *Xerox* e a *Vivendi Universal*.

No Brasil a primeira a sentir os efeitos da derrocada da *Enrol* foi a *Elektro*, distribuidora paulista de energia controlada pela multinacional. As consequências em nosso país foram inevitáveis: disparada do dólar e fuga de investimentos externos. No caso em questão, o leitor brasileiro teve à disposição dados sobre as corporações americanas mas poucos periódicos se dispuseram a explicar a porquê do aumento

Ainda segundo o sociólogo alemão, trata-se de uma reunião de idéias e conceitos concernentes à determinada classe social – há, portanto, a ideologia da burguesia e a do proletariado. Ela nomeia o conjunto das convicções e convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociais e políticas, relacionadas com a situação social de seus representantes dentro da sociedade.

Outra definição de ideologia corresponde a uma forma de consciência da realidade, parcial, ilusória e enganadora que se baseia na criação de conceitos e preconceitos como instrumentos de dominação. Ela designa os sistemas de idéias que elaboram uma compreensão da realidade para ocultar ou dissimular o domínio de um grupo sobre o outro.

A acepção plural da ideologia dá margem a outras interpretações. Antônio Gramsci a classifica como o “cimento da estrutura social”, capaz de tornar possíveis e regulares as relações sociais de uma dada época. Já Marilena Chauí destaca dois traços fundamentais da ideologia:

“a capacidade de desvincular as idéias da realidade histórica e cultural, fazendo que elas pareçam responsáveis por tal realidade, sendo que, na verdade, é o contexto que as torna legítimas. No segundo traço, a ideologia funcionaria como legitimadora das condições sociais de exploração e dominação, fazendo-as parecerem justas e verdadeiras até mesmo para as classes mais oprimidas” (30)

Althusser afirma que a ideologia “é um sistema de representações dotadas de uma existência e um papel históricos no seio de uma sociedade”. Mantém a coesão dos diferentes grupos e mediatiza suas relações. Ele define “conteúdos ideológicos como grandes séries temáticas – idéias, doutrinas, atitudes, opiniões, representações etc. – que se entrecruzam na vida coletiva e que são materializadas através de sistemas diversos – os aparelhos ideológicos”.

O passar do tempo trouxe novas significações para a palavra ideologia, que se tornou bastante recorrente, inclusive, entre as obras de Comunicação e Jornalismo. Entretanto, freqüentemente o vocábulo é mal empregado, sendo relacionado apenas ao sistema político, uma limitação que desvincula, sem necessidade, ideologia política e filosófica.

Em “A síndrome da antena parabólica”, Bernardo Kucinski aborda a questão da ideologia na mídia, um dos meios de propagação de idéias e pensamentos que ganhou força até tornar-se vital na sociedade de massa do século passado. De lá pra cá, a realidade brasileira, neste setor, pouco mudou:

da inflação, as sucessivas quedas das bolsas de valores ou ainda o aumento da taxa Selic de juros a partir do ocorrido.

“O papel da mídia no Brasil é mais ideológico do que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais”. (31)

1.2. A notícia na era do consumo

Nos Estados Unidos, na década de 1920, surgiu o chamado método *igreja-estado*. Seu idealizador foi o dono da revista **Time**, Henry Luce, que ao organizar a empresa decidiu separar a redação dos outros setores, principalmente o comercial. A partir disso, os temas jornalísticos passaram a ser decididos à parte, sem levar em conta *“os argumentos das equipes que vendem anúncios ou dos que captam financiamentos em bancos”* (32). Assim, pela primeira vez estabeleceu-se uma autonomia entre o funcionamento da “igreja” (jornalismo) e do “estado” (comercial). Compreende-se aí a preocupação essencial que era evitar os conflitos de interesse entre anunciantes e empresa jornalística. Tentava-se, assim, resolver uma antiga questão: jornalistas podem publicar reportagens que prejudiquem anunciantes? Como foi ressaltado, hoje verificamos que o conflito se tornou mais agudo, onde se apresenta o choque entre o trabalho de apuração do repórter e os interesses das empresas que fazem parte do mesmo conglomerado^{XII}.

Nos Estados Unidos, um pequeno número de conglomerados econômicos controla a maioria das empresas de comunicação e boa parte dos negócios em outras áreas. Em 1997, quatro conglomerados com esse perfil se destacavam: **General Eletric**, **Time Warner**, **Disney Cap Cities** e **Westinghouse**. Todos eles, revelando conflitos de interesse:

“A General Eletric, situada no primeiro lugar da lista da revista Forbes das maiores empresas dos EUA, além de controlar a rede nacional NBC, com todas as suas ramificações, tem atividades nos ramos de transportes, de

^{XII} Nos Estados Unidos, um caso que merece análise é o da relação entre a indústria do tabaco e um grupo de mídia televisiva. Em 1995, a rede de TV CBS se envolveu em um dos maiores escândalos da história da imprensa norte-americana. Tudo começou dois anos antes quando o químico Jeffrey Wigand foi demitido da empresa de fumo *Brown & Williamson*. Preso à empresa por um contrato de sigilo, Wigand estava impedido de revelar detalhes ou documentos de sua antiga função. O sigilo era importante para que as empresas mantivessem em segredo pesquisas revelando que o cigarro provocava não apenas dependência, mas também degeneração física e câncer nos usuários. Os efeitos colaterais decorriam da utilização de determinadas substâncias na fabricação do produto, como por exemplo o aromatizante benzopireno. O jornalista Lowell Bergman, produtor do programa 60 minutos da CBS, comandado por Mike Wallace, se interessou pelo assunto. O produtor acabou convencendo Wigand a conceder uma entrevista bombástica, revelando os bastidores da indústria do fumo. A entrevista foi gravada e estava pronta para ir ao ar. Entretanto, a CBS estava sendo negociada com o grupo *Westinghouse*. Acionistas consideraram que a entrevista representava um fator de risco, uma vez que as ações da CBS poderiam despencar na Bolsa de *Wall Street*. Conseqüentemente, o lucro com a venda da TV também cairia. Somado a isso, advogados alertaram para ações judiciais perpetradas por aqueles que se sentissem prejudicados. Como resultado, a entrevista foi ao ar editada para não ferir interesses.

equipamentos elétricos, de serviços de comunicação, de plásticos, de seguros, de serviços médicos, de finanças, entre outros”. (33)

Os conglomerados continuam o processo de fusões e de compra de outras empresas, intensificando a concentração de negócios. Assim, um panorama atualizado demonstra que os grandes conglomerados de hoje surgiram da fusão dos seguintes grupos: ***Time, Warner, Turner e AOL; Viacom, Paramount, Blockbuster, Westinghouse e CBS; GE e NBC; Capital Cities, ABC e Disney; News Corp, Triangle, 20th Century Fox e Metromedia TV; Gannett e Multimedia; AT&T, NCR e McCaw; Vivendi e Seagram.***

1.2.1 Conflitos de interesse nos conglomerados

“A internacionalização do comércio, das finanças e da produção tem gerado o fenômeno conhecido como globalização da economia mundial. Nesse contexto, sobressai a atuação das multinacionais, que são responsáveis por cerca de um terço da produção mundial”. (34)

No campo empresarial, um dos fenômenos mais relevantes é o da formação de grandes conglomerados econômicos, cujos centros administrativos comandam empresas das mais variadas atividades. A busca por novos mercados é encarada como necessidade. Surgem, porém, duas conseqüências diretas: de um lado, os conglomerados fornecem capital para expansão e consolidação dos negócios; de outro, as empresas jornalísticas se envolvem com o dilema de ter que discutir assuntos relacionados aos outros ramos de atividade do conglomerado colocando em risco a objetividade.

No Brasil, algumas famílias^{XIII} detêm o monopólio das comunicações. Com a introdução do capital estrangeiro, é possível que se acirre a concentração dos meios de produção. Desta forma, é preciso gerar mecanismos que possam sustentar financeiramente as empresas para que elas possam cumprir seu fim último que é o de perpetuar grupos hegemônicos através de aparelhos privados de hegemonia ideológica. Através dos *mass media* pode-se moldar uma realidade afim com o interesse destes grupos onde gerar receita a qualquer preço é um dos requisitos:

“A Folha de São Paulo não é encarada como uma brincadeira que pode dar dinheiro ou pode não dar dinheiro. Claro que não. Ela é encarada como empresa que tem que dar dinheiro”. (35)

^{XIII} Os sete grupos são: família Frias, do grupo Folha; família Mesquita, do grupo Estadão; família Sirotsky, do grupo RBS; família Civita, do grupo Abril; família Marinho, das Organizações Globo; família Nascimento Britto, do Jornal do Brasil e família Saad, da Rede Bandeirantes.

Não se trata, porém, de discutir a impossibilidade de se falar em ética jornalística no mundo dos negócios. Mesmo empresas de menor monta, ou sindicatos e associações de moradores que necessitem um canal próprio com seus leitores, precisa se valer de práticas do sistema para gerar receita. Então a questão passa a ser assentada em uma base que discuta os fins a que se destinam os jornais bem como sobre as táticas implementadas para se obter êxito:

“Então a ética seria a negação do espírito pragmático que caracteriza o mundo dos negócios? Não necessariamente. A ética na imprensa é, sim, a demarcação de limites para o pragmatismo, que, por si, não conhece limites” (36)

No ambiente de formação de grandes conglomerados, a demarcação de limites, sem dúvida, é tarefa árdua. Principalmente porque o jornalismo, produtor de notícias, não se limita a ser apenas um divulgador de novidades a serem comercializadas. A notícia

“(...) é uma novidade que altera o arranjo dos fatos, dos poderes ou das idéias em algum nível. A notícia incide, portanto, sobre as relações humanas: ela é socialmente notícia. Ou não é. O jornalismo não lida prioritariamente, portanto, com a divulgação de relatos. Ao contrário, sua justificativa é descobrir segredos que não se quer divulgar.” (37)

Mas e se esses segredos fizerem parte da mesma organização empresarial em que o jornal — ou a rede de TV, não importa — está inserido? As pressões sobre as empresas de jornalismo, sem dúvida, aumentam exponencialmente.

“For the first time in our history, the news increasingly is produced by companies outside journalism, and this new economic organisation is important. We are facing the possibility that independent news will be replaced by self-interested commercialism posing as news. If that occurs, we will lose the press as an independent institution, free to monitor the other powerful forces and institutions in society” (38)

Os desafios ganham ainda mais importância quando examinamos o capital envolvido nas atuais transações econômicas, impulsionadas pelas bolsas de valores. Dados de 1998 indicavam que o volume de transações cambiais, principalmente aplicações financeiras, atingiam a cifra de US\$ 1,5 trilhão em um único dia^{XIV}. Nesse cenário, alguns conglomerados econômicos ligados à mídia faturaram mais de US\$ 35 bilhões por ano — valor maior do que o PIB de muitos países subdesenvolvidos e correspondente a cerca de 4,6% do PIB brasileiro.

^{XIV} SAYAD, João e SILBER, Simão Davi. *Comércio Internacional* IN PINHO, Diva Benevides, VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (orgs.). Manual de Economia. São Paulo: editora Saraiva, 1998. Pg. 479.

Ao analisar a situação brasileira, destacam-se segundo Bucci quatro processos de concentração que ajudaram a consolidar os grupos que controlam a imprensa no país:

- a) *Concentração horizontal*, em que ocorre monopolização ou oligopolização em um setor;
- b) *Concentração vertical*; favorece a integração de etapas da cadeia produtiva (um grupo controla a produção, comercialização, veiculação e distribuição de uma mesma mercadoria);
- c) *Propriedade cruzada* – grupos controlam ao mesmo tempo a propriedade de emissoras de rádio ou TV, jornais, revistas, gráficas etc;
- d) *Monopólio em cruz*, que diz respeito à reprodução da propriedade cruzada nos níveis local e regional.

1.2.2 Interferências no jornalismo: a publicidade e pressões de outra natureza

A publicidade é um dos elementos que constituem a receita dos veículos de comunicação. Sobretudo os jornais de elite compõem com cerca de 50 a 70% da receita com a veiculação de anúncios, seja da iniciativa privada ou do setor público. A venda avulsa em bancas de jornal e a carteira de assinantes representam, na maioria das vezes, menos da metade da receita.

Há, porém, nos jornais populares como *O Dia* e o *Agora São Paulo*, uma considerável participação de venda em bancas. Essas publicações não contavam, há pouco tempo, com assinantes. A publicidade também não supera a receita obtida com a venda no varejo. Logo, essas publicações dependem de um apelo, seja ele qual for, para atrair os leitores. Até porque, com o produto na praça, conta-se também com o comprador eventual, ou seja, aquele sujeito que atraído pelas manchetes de capa resolve adquirir um exemplar. Pesquisas indicam também que no caso dos jornais populares, aproximadamente quatro pessoas lêem um único exemplar. Assim, ao considerarmos o número de leitores real por jornal multiplicado pela circulação teremos como resultado um índice de leitura expressivo.

Com as informações acima, não se pretende, porém, insinuar que os jornais que dependem financeiramente da publicidade estejam, necessariamente, comprometidos no plano financeiro e ideológico. Também não se quer insinuar que os jornais populares são mais sensacionalistas que os de elite por prescindirem da venda em bancas. Porém é

necessário buscar um equilíbrio entre assinaturas, publicidade e venda em bancas para que se tenha maior autonomia e independência editorial.

Outro questionamento que podemos fazer se refere a política de concessões dos serviços de radiodifusão e telecomunicações, incentivos fiscais e tributários à mídia impressa e, mais ainda, o direcionamento de polpudas verbas governamentais — sob a chancela de propaganda — que são distribuídas às empresas jornalísticas com tez ideológica similar. Um dado pouco difundido é que o governo federal oferece como subsídio às empresas de comunicação a isenção total de IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) para a compra e distribuição de papel. Tal postura — travestida de bom-mocismo — não se sustenta a um rápido cotejo com práticas que revelam a função da mídia no suporte de um sistema hegemônico defensor do neoliberalismo. Tais verbas, que poderiam ser sinônimo de estímulo ao pluralismo de idéias, acabam se configurando em práticas hedonísticas e de favoritismo.

Em contrapartida, os meios de comunicação de massa no Brasil operam no sentido de criação do consenso e na definição da agenda de discussões. Produzem-se notícias com o intuito de reafirmar determinadas ideologias e consolidar o senso comum.

“No mundo moderno, a informação é um dos elementos básicos do poder. A informação é poder, desde que a falta de informação reduz a capacidade do homem de participar dos processos sociais. Por outro lado, a concentração ou o monopólio de informação, quer pelo Estado, quer por grupos particulares, priva a sociedade dos recursos de ação política, gerando condições pouco favoráveis para a consolidação do Estado democrático” (39)

Uma abordagem crítica também cabe a atuação do jornalista contemporâneo neste debate prospectivo. O jornalista, de modo geral, tem sua atuação e livre arbítrio cerceados onde faltam garantias à liberdade de expressão. Mas em contrapartida há muitos que de maneira confessa servem às elites atuando como instrumentos de controle social.

“A hierarquia nas redações é dividida horizontalmente: editores e subeditores leais aos proprietários comandam, para assegurar que a cobertura não viole nem os interesses estratégicos da empresa nem as idiosincrasias e favoritismos da família proprietária. O jornalista comum, num mercado saturado por 150 escolas de jornalismo, é arbitrariamente demitido a qualquer incidente menor e não tem direitos estatutários à livre opinião e nem garantia de emprego. Atinge a taxa anômala de 30% ao ano a rotatividade nas redações, fazendo das demissões um instrumento rotineiro de intimidação (...) Instala-se freqüentemente entre jovens jornalistas um processo de alienação crescente e desligamento em relação ao texto final. (...) As gerações mais velhas de jornalistas, moldadas pela ética, foram em boa parte purgadas das redações, especialmente a partir da última grande greve dos jornalistas, em 1979” (40)

À ação das forças econômicas sobre a imprensa se somam, em alguns momentos, as forças arbitrárias — tal qual ocorreu no Brasil com a nefasta decretação do Ato Institucional número 5, por exemplo. Entretanto, o tipo de censura contemporânea se dá de maneira disfarçada, ou seja, não é uma “censura declarada”. Às vezes, temos notícia de que pessoas ou grupos de interesse agiram violentamente para impedir que determinado dado chegasse à opinião pública. Nesse caso, o jornalista se vê objurgado através de práticas venais como a agressão verbal e/ou física. Porém, nesta discussão interessa mostrar sobretudo o emprego das forças que se exercem sutilmente. Esta intervenção pode se dar tanto no trabalho de coleta quanto de divulgação de informações.

Eficientes mecanismos dificultam ou impedem o livre trânsito de informações nas relações da imprensa com o Poder. Um deles é o chamado “garrote econômico” que significa a suspensão imediata de repasses públicos ou privados por parte daqueles que se sentem lesados com a divulgação de certos fatos. Assim, a informação disponibilizada às massas será a que efetivar a hegemonia de classes específicas, confirmando a máxima segundo a qual “quem detém a informação detém o poder”. Há cerceamentos e os fatos, veiculados como “verdade”, nada mais são do que “verdades parciais” comprometidas com interesses ideológicos. À censura alicerçada em forma de lei adveio a censura mascarada.

Dentro desse quadro nunca é demais destacar o papel fundamental da imprensa nas sociedades democráticas. O jornalismo tem uma função ímpar de servir como palco de debate para troca de informações com ampla participação de todos os segmentos da sociedade. Contudo, a bandeira talvez seja fazer com que o povo conquiste espaço e esteja à frente, inclusive, de alguns veículos de imprensa.

O panorama pós-moderno aponta para o domínio do capital transnacional, para a violenta concentração de renda e de terra, para a imposição de valores e costumes ligados aos países do primeiro mundo, para a expropriação da classe trabalhadora — durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso os docentes de ensino superior, por exemplo, tiveram perda salarial de 75% de acordo com a Fipe —; enfim, diante de tudo isso é preciso iniciar o processo de retomada dos instrumentos de contracultura.

Não é de hoje que governos ou grupos detentores do poder procuram fazer uso dos meios de comunicação. O seu uso pode tanto atender a parâmetros éticos como servir a práticas espúrias. Apenas a título de ilustração, o rádio — que por suas características poderia cumprir um papel fundamental na distribuição de mensagens —

acaba tendo papel decisivo na manutenção do clientelismo político e dos currais eleitorais em cidades de pequeno e médio porte. Como é sabido, licenças de rádio são ofertadas como moeda de barganha política^{XV}. Já que fizemos referência ao governo FHC, não custa lembrar que foram ofertadas emissoras de rádio a políticos que se empenharam na campanha pela reeleição do presidente.

Dessa maneira, passadas mais de duas décadas da “redemocratização” do Brasil, um setor permanece intocado. Trata-se do controle do sistema de comunicação de massa pelos *barões midiáticos*, ou *coronéis eletrônicos* como preferem alguns. A nomenclatura pouca importa aí. É mero jogo retórico. A alta concentração de veículos^{XVI} nas mãos de poucos atenta contra a pluralidade de idéias e contra a próprio ideal democrático calcado no diálogo. Só para citar alguns exemplos, a família Sarney, proprietária do *Sistema Mirante de Comunicação*, no Maranhão, possui três afiliadas da *Rede Globo*, duas rádios AM, quatro FM e um jornal diário impresso. Antônio Carlos Magalhães, por sua vez, possui na Bahia seis afiliadas da *Globo*, uma TV UHF, 2 emissoras AM e um jornal impresso. Logo, a propriedade de veículos de comunicação por políticos demonstra uma das concentrações do setor. Com presença garantida na mídia, o uso da comunicação pode ir desde a manutenção do *status quo* a alteração deste, desde que em consonância com o ideário de seus proprietários.

1.2.3 Ainda sobre o caráter de mercadoria da notícia

O jornal impresso passa a ser tratado como um produto de qualquer natureza onde se procura torná-lo agradável, atraente para o consumidor. Assim, trabalha-se com afínco na definição de um “*appeal*” para a notícia. O fato é que deve apresentar-se com elementos gráfico-visuais, estilo e linguagem adequada para arregimentar cada vez mais leitores de banca, assinantes e anunciantes.

“A imprensa, à medida que vai se transformando em grande empresa capitalista, acompanhando o movimento geral da atividade econômica em direção ao modo capitalista de organizar a produção, tende a trabalhar seu produto segundo as imposições da estética da mercadoria. Jornais de massa devem tornar-se sensacionalistas para justificar, por meio de grande vendagem, o alto investimento de capital” (41)

^{XV} “O general Figueiredo (1979-1985) concedeu 634 frequências de rádio e de TV a congressistas para garantir a derrota da emenda Dante de Oliveira. Seu sucessor, José Sarney (1985-1989) distribuiu mais 1024 frequências de rádio e TV, das quais 539 a seus protegidos a fim de conseguir a extensão de um ano em seu mandato” (Kucinski, Bernardo. A síndrome da antena parabólica. Pg. 32)

^{XVI} Estudo de 2001 feito a pedido do Partido dos Trabalhadores pelo engenheiro Israel Bayma aponta que “das 3315 concessões de rádio e televisão distribuídas pelo governo federal, 37,5% pertencem à políticos filiados ao PFL, PMDB, PPB e PSDB. Constatou ainda que cinco governadores de Estado e 47 dos 513 deputados federais são oficialmente proprietários de emissoras de rádio e/ou televisão”. (Extraído da Revista Caros Amigos, edição especial, novembro de 2002, pg. 22)

Alguns teóricos defendem a tese de que acreditar em um jornalismo que negue o caráter de mercadoria da informação é ilusório. Isso porque, segundo eles, é da essência do modo de produção capitalista prescindir desse tipo de imprensa. Vendido como algo necessário, de vital importância, várias empresas jornalísticas adotam *slogans* que reforcem a aparência do valor de uso^{XVII}. Porém, o tipo de jornalismo praticado ali não contribui decisivamente para despertar o senso crítico. Tampouco se percebe uma primazia do jornalismo interpretativo ou até mesmo investigativo.

Quando há espaço para alguma grande reportagem — gênero cada vez mais raro na imprensa diária — é porque ela representará um meio eficiente de autopromoção. O jornalismo investigativo, assim, parece muito mais um meio do que um fim em si mesmo.

“Libertar-se da forma capitalista de fazer jornal não significa fazer jornalismo objetivo e imparcial. Este não existe: significa, isto sim, valorizar diferentemente e segundo outros critérios a divulgação de notícias. A mudança da forma capitalista de fazer jornalismo está mais no tratamento da matéria. No enfoque, na valorização dos componentes da notícia, na perspectiva subjetiva de aproveitamento do fato, que conduz à identificação do leitor e à quebra de relação coisificada entre produtor e receptor de notícias” (42)

Qual deveria ser, então, o tipo de jornalismo corrente? Um jornalismo plural, com diversos produtos para nichos específicos, contemplaria parte dos críticos da imprensa contemporânea. Porém, é preciso ir além e reivindicar uma angulação das matérias que rompam convencionalismos, questione pontos de vista baseados no a priori; enfim, o jornalismo deve provocar no leitor a dúvida, reflexão, o alvorecer do senso crítico. Esta postura de imprensa arrojada e compromissada com a sociedade poderia provocar a médio e longo prazo um “salto para frente”, possibilitando formar cidadãos solidários, engajados e combativos. Embora isso vá de encontro às diretrizes do marketing do jornalismo, de acordo com o qual há de se respeitar o “gosto do público”, é a única maneira de conscientizar o leitor da alienação a que está submetido. Como massa de manobra, é levado a acreditar que é ouvido, que suas opiniões realmente contam. Porém, é manipulado de forma sutil para reproduzir estereótipos, manter o senso comum e contribuir para a perpetuação das classes hegemônicas.

“A primeira reação do receptor às comunicações do primeiro tipo, as que propõem rupturas, é a de defesa (defesa até dos valores tradicionais, tanto na esquerda quanto na direita). A assimilação dessas revoluções é morosa mas, em compensação, efetivamente transformadora. Há um salto qualitativo na medida em que se rompe uma estrutura anterior e o sujeito começa a repensar e a reestruturar seu ambiente e sua vida. Cria-se aí não apenas adeptos, mas

^{XVII} As Organizações Globo, por exemplo, lançaram o slogan “quem lê jornal sabe mais”. Já a Folha de São Paulo, “Folha, não dá pra não ler”.

convictos. Isso é o que interessa politicamente. Opostamente, no marketing jornalístico, fixamo-nos no convencional, não provocamos nenhuma ruptura, crise no sujeito, apenas se confirma o que sempre foi estabelecido” (43)

Se uma de nossas hipóteses aponta para a banalização da violência e da criminalidade a partir da veiculação desses temas como produtos midiáticos, faz-se necessário estudar os meios de comunicação de massa. Como vimos também, determinadas posturas “justificadas” pelos adeptos do marketing do jornalismo acabam até mesmo contribuindo para a ocorrência de danos psicológicos na sociedade.

Em estudos sobre violência e narcisismo, há uma patologia psíquica à qual seria interessante voltarmos nossa atenção. Trata-se da *neurose traumática*, marcada, em uma de suas fases, por um período de evocação repetitiva do evento traumático. Isso sem dúvida acaba provocando pânico e sensação de insegurança: “*Nesta síndrome, o que surpreende é a repetição do acontecimento desagradável, defesa oposta ao princípio do prazer*” (44)

Para a Psicologia Social, um grande impacto em relação à influência manipuladora no processo de comunicação é a “formação de impressões”, ou seja, de tanto o indivíduo deparar-se com notícias sobre criminalidade e violência acaba por desacreditar no estado democrático de direito como fórum de equacionamento dos problemas. O medo se espalha e grassa a sensação de impotência diante do crime organizado. Não queremos dizer que a mídia fabrique esses eventos. Eles existem mas o enfoque dado é desvirtuado, amplificado para explorar ângulos mais interessantes do ponto de vista comercial.

Logo, voltando ao tema deste capítulo vemos que, regida por leis de mercado, a mídia tudo faz para obter altos índices de audiência ou tiragens expressivas. Assim, banaliza a violência e espetaculariza atos criminosos. Constrói-se um *show* midiático diário onde a prática da violência é explorada como espetáculo no que ela tem de mais grotesco, mobilizador das paixões humanas. Em nenhum momento se dá ao trabalho de procurar analisar — ou fornecer elementos aos receptores — sobre quais são as motivações ou causas da criminalidade. Veiculam-se recortes do real, ou melhor, fragmentos de histórias montadas para causar comoção, compaixão ou aversão. É a retórica do sensacionalismo que acaba também por legitimar a existência dos aparelhos repressivos do Estado ou a recorrência “a justiça feita com as próprias mãos”.

Esta superexposição acaba tornando a sociedade insensível, quando não impulsionada à práticas agressivas — pelo menos através da mídia damos vazão aos instintos naturais que Freud identificou nos seres humanos.

Parece-nos que a sociedade pós-moderna tem tido extrema dificuldade para lidar com a violência, em particular com a criminalidade. As soluções perpetradas estão longe de resolver o problema. Como diz Zygmunt Bauman, em *O mal-estar na pós-modernidade*, duas estratégias são empregadas.

“Uma é antropofágica: aniquilar os inadaptados devorando-os e depois, metabolicamente, transformando-os num tecido indistinguível do que já havia. É esta a estratégia da assimilação – tornar a diferença semelhante. A outra estratégia é antipoêmica: vomitar os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda comunicação com os do lado de dentro. Essa é a estratégia da exclusão – confinar os estranhos dentro das paredes visíveis dos guetos, ou atrás das invisíveis, mas não menos tangíveis”. (45)

Ciro Marcondes Filho afirma com base na teoria da comunicação que:

“costuma-se dizer que as pessoas são adeptas de programas de violência porque têm aquela carga de violência em si mesmas e buscam confirmação nos meios de comunicação”. (46)

Para entender a *práxis* do jornalismo brasileiro devemos buscar imbricações com a cultura, história e política contemporâneas. De um período artesanal — quando se veiculava a mensagem utilizando-se poucos recursos técnicos com vistas a uma audiência desconhecida no particular — para um período tecnológico, onde a velocidade da informação e aparato *high tech* permite o direcionamento da notícia para específicos públicos, pode-se concluir que apesar de os meios terem se desenvolvido, a necessidade de usar signos para a comunicação sempre foi intrínseca ao homem. Valemo-nos dela para simbolizar, para fazer com que nos reconheçamos como indivíduos. Assim, a linguagem não pode ser encarada apenas como instrumento de comunicação mas, sim, o espaço de uma organização do mundo a que se chama cultura.

Para tornar exequível financeiramente uma empresa jornalística de grande porte, por vezes engendra-se a técnica de provocar demanda a partir dos imperativos de consumo. Os meios de comunicação assumem um caráter opressivo a serviço da reprodução do modo de produção. A sociedade capitalista não é capaz de satisfazer as necessidades que ela própria gera, embora precise continuar criando cada vez mais necessidades para poder continuar existindo. No marketing da notícia, vale então o sensacionalismo, o apelo à emotividade do receptor ou simplesmente limitar o fluxo de informações a partir do comportamento do mercado — sugestiona-se o leitor a procurar tal publicação nas bancas mas produz-se número menor. Com isso, a expectativa aumenta e no próximo lançamento da publicação faz-se uma tiragem duas ou três vezes maior do que a inicial. A técnica de marketing da *escassez provocada* é conhecida e aplicada por diversas empresas quando no lançamento de um produto.

Porém, voltamos a destacar — embora repetitivo nunca é demais salientar — que se tivermos em mente as premissas essenciais da nossa profissão, não nos afastaremos da objetividade, responsabilidade social e utilidade pública. Jornalismo como prestador de serviços e, a partir daí, responsável para e perante a sociedade devem ser prática corrente, assim como a apuração criteriosa dos fatos. Fazer jornalismo é sinônimo de engajamento por mais que a grande imprensa adote o falacioso discurso da “imprensa livre e independente”. Escamotear suas posições ideológicas sempre foi regra na chamada grande imprensa brasileira. A neutralidade jornalística, ou o mito da imparcialidade, é um clichê dissuasório porque o papel de mediação social já implica em engajamento.

Como se sabe, a postura da "imparcialidade jornalística" foi adotada pelos americanos, no final do século XIX, para rebater as crescentes críticas da sociedade civil sobre a "tabloidização" da Imprensa naquele país, isto é, o sensacionalismo. De acordo com estatísticas da época, grande parte das publicações havia adotado o padrão narrativo que priorizava o espetáculo, as matérias de "interesse humano". As edições de baixo custo, dirigidas a um público amplo em geral e caracterizadas pelo destaque atribuído as notícias do cotidiano marcaram o período da *penny-press*. Esperava-se do repórter capacidade não só interpretativa, mas também "inventiva" onde a dimensão narrativa conduzia o leitor a sensações como curiosidade, medo, escárnio entre outras.

"Na perspectiva da dimensão narrativa da informação, as notícias de interesse humano podem ser entendidas como pertencendo à ordem do mito, uma vez que veiculam respostas plausíveis para questões desconcertantes sob a forma de histórias. Nelas, o real é apenas um vago referente, um ponto de partida para a livre interpretação do narrador" (47)

O esgarçamento do Jornalismo como instrumento de informação e utilidade pública foi alegado e as empresas jornalísticas viram-se obrigadas a tomar algumas decisões. A linguagem foi modificada bem como a angulação das matérias. Foi também nesse espaço temporal que surgiram os repórteres profissionais, isto é, aqueles homens que recebiam uma quantia mensal por seus trabalhos nas empresas. Contudo, o surgimento de "profissionais" da notícia não implicou no exercício de um profissionalismo jornalístico.

A chamada "imprensa amarela" não desapareceu por completo. Algumas publicações mantiveram-se adeptas do modelo enquanto outras buscaram um "padrão de qualidade" através da adoção de manuais de redação, estilo e procedimentos profissionais. Nestes livretos a imparcialidade é evocada em nome do "bom jornalismo". Porém, não só algumas destas empresas continuavam a se valer das

técnicas editoriais da imprensa amarela, embora de forma escamoteada, mas também aproveitavam o mito da neutralidade jornalística para esconder do público a tendenciosidade das notícias veiculadas. A questão era muito mais fazer com que o público enxergasse o exercício do jornalismo como sinônimo de objetividade e, por conseguinte de credibilidade, do que qualquer outra coisa. Assim, a credibilidade não era um fim em si mesmo mas um meio de conquistar a confiança da opinião pública.

Cumprir destacar, apenas na intenção de denunciar os pontos de insustentabilidade do discurso da neutralidade, que o público precisa se conscientizar que as informações recebidas passam, obrigatoriamente, por uma gama de filtros, sejam eles estilísticos, ideológicos ou culturais.

Na editoria de produção, ou muito antes em se tratando de matéria super recomendada^{XVIII}, a pauta vai procurar angular a notícia numa lógica perversa: o repórter sai para a rua apenas para confirmar a pauta quando na verdade ela deveria servir apenas como uma diretriz. Some-se a isso o fenômeno da produção do consenso através da *agenda setting*, isto é, uma espécie de conluio patrocinado pelos barões da imprensa onde apenas alguns fatos receberão atenção. Tudo aquilo que não se julgou de interesse da empresa jornalística é esquecido.

As empresas jornalísticas cumprem quotidianamente o ritual de selecionar os fatos que farão parte do noticiário desta ou daquela edição. Discute-se aí o espaço, tempo e enfoque das informações a serem divulgadas. Assim, o conteúdo que chega ao leitor passa por um filtro seletivo que trabalha segundo a configuração estabelecida pelos proprietários. Por vezes, na edição, determinado fato pode ser relegado a segundo plano ou, dependendo da situação, sequer figurar na matéria.

O conceito do *news judgement* diz respeito ao discernimento que editores fazem em determinar o que é notícia, ou melhor, que fatos possuem “valor-notícia” e, por esta razão, merecem ser veiculados. Interessante notar que *valor* tem aí uma conotação que prioriza muito mais a notícia como valor de troca como valor de uso. Os fatos serão então escolhidos a partir de sua melhor adequação aos ditames do mercado. De acordo com essa diretriz, os teóricos do *news judgement* explicam que procura-se dar noticiabilidade aos acontecimentos anormais ou desviantes. Assim, os editores precisam, subjetivamente ou ainda baseados no senso comum, julgar quais acontecimentos se afastam daquela “normalidade consensual” e que, portanto, merecem registro. Apenas como dado, nos cumpre lembrar que ao concentrarem-se no desvio, no estranho e no insólito, os jornalistas acabam defendendo implicitamente certas normas e

^{XVIII} Contrapauta: pauta especial preparada pelo editor e que possui precedência sobre as demais.

valores da sociedade. Assim, o juízo que leva as empresas de comunicação a estabelecerem o que é noticiável está calcado no senso comum. Isto acaba nos remetendo também para o tema da construção da realidade pelos meios de comunicação.

A tradição contemporânea ocidental delegava ao historiador a legitimação do acontecimento. Pierre Norra afirma que cabe agora à mídia este papel onde somente por intermédio dela é que o fato se concretiza.

“Acontecimentos capitais podem ter lugar sem que se fale deles. O fato de terem acontecido não os torna históricos. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido” (48)

Sobre a ação da imprensa em transmitir certa(s) realidade(s), a cobertura da mídia a um determinado evento — e a percepção desta presença pelos participantes — interfere no ambiente e, portanto, “modifica” o próprio evento, que passa a ser encenado em função de sua veiculação. Assim, um dos pontos de apoio da objetividade jornalística começam a cair por terra pela simples presença do repórter no campo de ação. Há uma teoria, a *construcionista*, que trabalha nesta linha. Segundo ela, a condição de existência dos acontecimentos é a sua construção na mídia, ou melhor, só é “reconhecido” como existente aquilo que é construído como realidade pelas empresas midiáticas. Em contrapartida, permanece privado de “existir” tudo o que é relegado à segundo plano. Isso é curioso pois, desta forma, os acontecimentos perdem sua autonomia e passam a ser regulados em função da imprensa. Na retórica da notícia, outra maneira de se trabalhar com o real é submeter alguns acontecimentos a uma exposição excessiva. A produção jornalística, desta forma, se adequou aos padrões dos valores-notícia, servindo assim para atender as expectativas empresarias e ideológicas.

O procedimento da mídia acabou nos conduzindo a um círculo vicioso onde fechada sobre si mesma, a imprensa se priva da produção criativa e crítica — salvo honrosas exceções. O público é submetido ao quadro existente e aceita sua função de espectador. Ao agir desta maneira, acaba por legitimar esse jornalismo. Como não aponta alternativas, induz os meios à contínua repetição do espetáculo da notícia. A indústria jornalística entende o público não como o objetivo, mas como o *canal* para se obter lucro. A notícia se transforma aí em um artigo a ser vendido no varejo. A superficialidade do noticiário, toscas apurações, textos com pouca ou nenhuma criatividade, uso indiscriminado de fontes anônimas, enfim, levam a uma prática jornalística repetitiva, efêmera e pobre em conteúdo. Na busca neurótica por tiragens ou audiências elevadas, recorre-se à montagem de um circo de notícias onde são

apresentadas ao público as mensagens estereotipadas, pré-concebidas, os lugares-comum, tudo aquilo que desperte algum tipo de emotividade ou que fique na superfície dos fenômenos.

Outra corrente que corrobora o exposto acima foi desenvolvida, amiúde, pela sociologia norte-americana: é a hipótese da *agenda-setting*. Ela propõe que a mídia não é capaz de determinar como o público pensa, mas condiciona os temas sobre o que pensa, definindo a agenda social. Aí, um dos problemas assaz debatidos tem sido resolver o dilema: “É a realidade que pauta o jornalismo ou o jornalismo que pauta a realidade?”

As versões da história fornecidas pela Imprensa forneceriam à sociedade um mosaico onde a partir da junção dos relatos fragmentados de cada veículo de comunicação compor-se-ia o “real”. No Brasil, em especial, isto se torna problemático na medida em que, conforme vimos, há a questão da concentração e exercício do poder nas suas mais diversas formas. O monopólio da propriedade privada da terra, os latifúndios, se prolongam no monopólio do poder político como dominação e passam a abranger também o monopólio dos meios de Comunicação social.

Aos empresários que detêm os meios de produção não é conveniente ater-se em apenas relatar o acontecido, mas sim tentar persuadir o receptor de que aquela versão produzida é definitiva. Cabe a estes homens o monopólio da história. O que temos então são “verdades parciais”, quando não “mentiras” armadas para passar à posteridade com a pecha de “jornalismo que reproduz fielmente o que acontece no mundo”. Essas “verdades parciais” estão calcadas em interesses ideológicos, classistas.

“Os media transformam em atos aquilo que não teria sido senão palavra no ar, dão ao discurso, à declaração, à conferência de imprensa a solene eficácia do gesto irreversível”. (49)

Nas sociedades de consumo, o sistema tende a alimentar a chamada fome de acontecimentos. Pierre Norra coloca que “(...) *é próprio do acontecimento moderno encontrar-se numa cena imediatamente pública, em não estar jamais sem repórter-espectador nem espectador-repórter*” (50). Temos diante de nós um mecanismo que se retroalimenta. Se é típico da sociedade de consumo a “fome de acontecimento”, a Imprensa vai justamente oferecer ao receptor aquilo que ela julgou ser digno de configurar-se como história.

Detentores dos meios de produção, os empresários da comunicação no Brasil sabem que, como afirma Pierre Norra, “*multiplicar o novo, fabricar o acontecimento, degradar a informação, são seguramente os meios de se defender*” (51).

Assim, alguns fatos são descartados enquanto que, aqueles outros selecionados, receberão ajustes e tratamentos específicos para serem veiculadas como *notícia*.

Na apuração incorre-se também numa quebra da neutralidade, pois o próprio olhar do repórter já se configura em flagrante violação da idéia de se levar ao público *o fato tal qual ocorreu*. Nossas idiossincrasias, vivências e expectativas entram em cena interferindo na captura dos fatos. Somado a isso ainda temos o *gatekeeping*, ou seja, o crivo do editor e o recorte e montagem do fato dentro de uma linguagem própria.

O repórter, agente que levará o fato para a redação, “melado” pela carga cultural de seu meio vai apreender o acontecimento condicionado àquela determinante; mais do que isso, detentor, ou melhor, reproduzidor de “técnicas” de apuração transmitidas nas faculdades, agirá conforme a metodologia já internalizada. Não raro, opera sob o signo da autocensura que fabrica interferências na captação e transmissão dos fatos.

Para fugir dos juízos de valor ou das acusações maniqueístas, mister apontar também os jornalistas que trabalham nas empresas de comunicação como responsáveis pelo esvaecimento dos padrões deontológicos. Essa adesão ao jornalismo *fast-food* se explica, embora não se justifique, pelo temor das demissões, pela necessidade social e profissional de ocupar cargos mais elevados na hierarquia das redações, pela premência do tempo cada vez mais reduzido para se apurar corretamente determinada pauta. Mas é também no meio que surgem, respaldados pelas universidades e centros de saber, demandas por um agir fundamentado em parâmetros deontológicos mais seguros.

Com a transformação dos jornais em empresas, vimos o jornalista ceder lugar ao administrador, ao economista, ao publicitário, onde o papel do jornal se desloca do campo social para o campo do mercado, ficando o jornalismo submetido às exigências de várias naturezas.

Como já foi exposto, o jornalismo em geral se tornou um instrumento de dupla função: ideológica e mercadológica. A imprensa é um dos canais onde as elites exercem seu poder, sustentam seu sistema hegemônico, não deixando de lado, porém, que este é também um modo bastante eficaz de se gerar receita. Assim, o jornalismo investigativo, e/ou ainda o interpretativo, cede lugar a práticas cada vez mais fatuais de veiculação dos fatos. O *jornalismo tipo fast-food* afasta-se da sua função social, que é fornecer ao leitor elementos que o instiguem, que o conduza a desenvolver o julgamento equânime:

“(...) destrói a aura do jornalismo como fonte de formação do cidadão, porque já não informa: a descartabilidade da ‘obra de arte’ do jornalismo reduz a informação a uma mercadoria, cujo destino é o mesmo dos restos do fast-food, isto é, a lata do lixo”. (52)

A partir do exposto e referendado por diversos autores, podemos apresentar uma síntese da questão central deste capítulo: a notícia é notadamente marcada pela ordem do valor de troca, isto é, a informação adquire caráter mercantil, como uma *commodity*. Pode-se argumentar, portanto, que as empresas jornalísticas apresentam um discurso não só pretensioso mas também dissuasório de que “as notícias por elas veiculadas representam a inteira realidade fenomênica” dos fatos. Mister esclarecer que os acontecimentos vistos pela mídia como “noticiáveis” se submetem a regras de produção que visam a atender aos ditames do mercado — por vezes do público em se tratando de meios de comunicação com outro intento — e as idiossincrasias daqueles que detêm os meios de produção.

Fundamental lembrar também como se deu o lento, porém gradual, processo de transmigração dos textos noticiosos de caráter partidário para o oblíquo imperativo de geração de receita a partir da industrialização da imprensa. A história registra que no século XIX um tipo específico de texto jornalístico impulsionou o jornal como mercadoria. Eram os folhetins. Este tipo de produto recorria aos *fait-divers*, espécie de texto dramático e sensacional, que descreveremos a contento no próximo capítulo.

1.3. Jornalismo e espetáculo

“O que habitualmente chamamos de “real” é de fato “uma realidade”, ou seja, a resultante de um modelo de representação que a opõe a ‘imaginário’, para onde se projetam as diferenças da realidade. O real é assim uma noção socialmente produzida. E as realidades da sociedade moderna — trabalho, transporte, habitação, lazer, educação etc. — orientam-se no sentido das representações produzidas pelo modelo dominante. O sistema de informação impõe-se contemporaneamente como o lugar central de produção do real do Ocidente moderno.” (53)

A vida mediada pela imprensa exemplifica bem a contraposição entre o *real* e a *realidade*. O *real*, como categoria filosófica almejada porém inatingível, contrapõe-se com a *realidade*, com nossas percepções de mundo. Se tomarmos como referência o cinema *hollywoodiano*, percebemos que há a veiculação de uma *realidade* onde tudo é magnânimo. Nossa vida cotidiana nem de perto corresponde ao *glamour* com que Clark Gable (interpretando Rhett Butler) flerta com Vivian Leigh (Scarlett O’Hara), em “E o vento levou” ou com o tom aventureiro que adquiriu o assassinato e o roubo com o filme *Butch Cassidy and Sundance Kid*, estrelado por Paul Newman e Robert Redford. No cotidiano, nossas existências são reprimidas pela lei. Nossos desejos, nossas fantasias são censuradas em prol da convivência. A liberdade imaginária ajuda a dar

alento à vida sob o signo do interdito. Mas, como salientou Freud, é a única possível, ou seja, a imposição de tabus e leis tornou possível à humanidade se perpetuar. Mas é ali, no filme, no folhetim, no programa radiofônico de cunho sensacional, que o indivíduo encontra-se “livre” da norma social.

“A liberdade-infra se exerce abaixo das leis, nos submundos da sociedade, junto aos vagabundos, ladrões, gangsters. Esse mundo da noite é, talvez, um dos mais significativos da cultura de massa. Porque o homem civilizado, regulamentado, burocratizado, o homem que obedece aos agentes, aos editais de interdição, aos “bata antes de entrar” aos “da parte de quem”, se libera projetivamente na imagem daquele que ousa tomar o dinheiro ou a mulher, que ousa matar, que ousa obedecer à sua própria violência” (54)

Edgar Morin defende a idéia de que os criminosos retratados pela mídia como “inimigos públicos números 1” cumprem um papel simbólico de expiação, isto é, personificam os instintos bestiais de toda a coletividade. Porém o que os difere dos demais é que ultrapassaram a barreira dos homicídios, furtos e violências “sonhadas” para a execução dos delitos. A partir daí recebem o rótulo de “desviantes” e cumprirão suas sinas.

Ponto central da discussão talvez seja descobrir se a catarse, a descarga psíquica por “procuração” realmente contribui para o apaziguamento dos espíritos violentos ou se funciona como permanente recarga agressiva. O acompanhamento do noticiário, além dos estudos de caso elencados por nós nesta tese, apontam nos dois sentidos. Os que possuem um instamento moral sólido ficam apenas na fruição *voyeurista* dos instintos. Entretanto, o tênue muro erguido pela cultura para coibir a bestial virulência de ataque dos homens pode não funcionar caso a ética humanista se esvaneça aqui ou ali.

“há um fundo de violência no ser humano que precede nossa civilização, qualquer civilização, e que não pode ser reduzido definitivamente por nenhum dos modos atualmente conhecidos pela cultura. A civilização é uma fina película que pode solidificar-se e conter o fogo central, mas sem apagá-lo. (...) Todas as experiências mostram que ninguém está definitivamente civilizado: um pequeno burguês pacífico pode tornar-se em certas condições um S.S. ou um carrasco. A cultura de massa nos entorpece, nos embebeda com barulhos e fúrias. Mas ela não nos curou de nossas fúrias fundamentais. Ela as distrai, ela as projeta em filmes e notícias sensacionalistas” (55)

1.3.1 Sensacionalismo na Imprensa

A colonização e industrialização brasileiras são as influências históricas mais emblemáticas para se compreender a postura de empresas de comunicação, empresários, jornalistas e público. Os portugueses, com sua política de colonização exploratória, estrutura fundamentada no latifúndio, escravidão e patriarcalismo baseado na centralização do poder deixaram marcas indeléveis neste sentido. Do autoritarismo, por exemplo, derivam a censura prévia, a autocensura, o formalismo e o culto ao

personalismo. O jornalismo atual carrega, assim, os estigmas infligidos por regimes autoritários. Ademais, nosso processo de industrialização e urbanização tardia e a ausência de políticas efetivas de promoção social, como educação, saneamento, emprego e habitação, ajudam a entender o pouco engajamento do povo na defesa de nossa cultura, o fascínio pelos bens culturais dos estrangeiros e conseqüentemente a dependência cultural.

“O grotesco chocante permite encenar o povo e, ao mesmo tempo, mantê-lo à distância. Dão-se voz e imagem a energúmenos, ignorantes, ridículos, patéticos, violentados, disformes, aberrantes, para mostrar a crua realidade popular, sem que o choque daí advindo chegue às causas sociais, mas permaneça na superfície irrisória dos efeitos” (56)

Se a produção de bens culturais cumpre antes de tudo uma função de controle — ou seja, aparelho ideológico cujo objetivo é garantir a perpetuação do *status quo* —, necessário enxergar as imbricações do capitalismo internacional com as classes dominantes dos países dependentes. É isso que torna possível a aceitação dessa intervenção na medida em que as elites locais adotam os modelos culturais da sociedade dominante e difundem em nosso próprio meio, legitimando a sua receptividade pelas outras camadas sociais. Daí torna-se possível compreender também o papel exercido pelos meios de comunicação em nosso país.

“Reduzir uma sociedade de 150 milhões de pessoas a um mercado exige um processo cultural muito intenso e muito sofisticado. É preciso embrutecer esta sociedade de uma forma que só se consegue com o refinamento dos meios de comunicação, dos meios de publicidade, com um certo paisagismo urbano que disfarça a favela, que esconde as coisas” (57)

Pertencentes àquelas mesmas classes que detêm os meios de produção, agem para reforçar a dependência cultural, criar necessidades para fomentar o consumo supérfluo e abrir novas frentes de dominação. É através da visão de mundo veiculada pela grande imprensa brasileira que se propagam os símbolos e estereótipos da ideologia dominante e, ao mesmo tempo, que se mascaram aqueles outros símbolos que poderiam resultar em ameaça ao sistema hegemônico. Assim, faz-se uma seleção de símbolos para impedir que alguns deles se formem ou ainda estimulem a formação de outros. O culto ao grotesco, ao espetacular, ao *fait-divers* e, por conseguinte, a banalização da violência trabalha no sentido de levar o indivíduo à passividade catártica através da alienação midiática. No *show* que a mídia nos oferece podemos simplesmente assumir a posição de espectadores e delegar a outras instâncias a tarefa de dirimir os conflitos. Transferimos, assim, o problema para que outros resolvam. Quando não procedemos desta forma, elegemos um bode expiatório que cumprirá um papel singular.

A fomentação de mitos que transgridem os padrões vigentes, como os criminosos, longe de figurar como ameaça ao sistema constitui-se numa espécie de esvaziamento do real. Isto porque vários aspectos contingenciais são dissimulados ou ignorados na montagem do episódio e aí apenas o sensacional, espetacular, anedótico ou absurdo virá à tona. Todo o mal a que estamos sujeitos, a desigualdade, as contradições de nosso sistema político-econômico, enfim, todas as violências — incluindo a criminalidade — são encarnadas por uma personagem, um determinado ator social que mascara as causas reais do fenômeno — daí, portanto, a prática recorrente de se “humanizar o relato”, isto é, eleger um personagem e colocá-lo em cena. Sem dúvida, este processo é bastante usual em assuntos referentes à criminalidade, onde aqueles desviantes figuram como símbolos de uma animalidade que aturde a sociedade.

A personificação da notícia, além de trabalhar no sentido da criação de celebridades — quando não de mitos —, oferece mais peso dramático às notícias apresentadas ao público. Não raro todo um conjunto de técnicas jornalísticas são utilizadas para este fim onde se destaca, sem dúvida, o estilo da narração. Cria-se uma espécie de ambiente afetivo, um jogo entre a figura personificada e o público, onde a mídia cumpre o papel da mediação.

Os olimpianos, ou a mitologização, nada mais é do que um artifício que cumpre uma função específica:

“Todo mito cumpre uma função determinada: sitiar as forças capazes de contrariar e/ou desmascarar a impostura da classe dominante e seu sistema. Quando aparece na sociedade um processo ou um fenômeno suscetível de revelar as contradições imanentes ao sistema, o mito faz desaparecer o sentido indicativo de uma realidade social que dito fenômeno ou processo poderia ter, assinalando-lhe uma explicação que oculta as contradições desses sistemas”
(58)

Para que a história ganhe força são adicionados “temperos” especiais. Prática recorrente da imprensa brasileira é trazer ao domínio público cenas da esfera privada. Não apenas a cena, mas — como apontamos anteriormente — o personagem que se ocupa dela. Logo, dá-se espaço no jornalismo contemporâneo aos indivíduos e suas histórias particulares, angulação essa, aliás, característica da cultura de massa.

“Humanizar o relato significa conduzi-lo num nível de generalização capaz de encontrar as preocupações do conjunto do público fazendo-o reviver a história como se fosse ele o próprio herói” (59)

Nessa tendência sensacionalista, ocorre a desenfreada busca de fatos e quanto mais tensos, melhor. Daí a importância da crônica policial. Porém, não se trata de notícia qualquer porque a mensagem aí categorizada é tratada como produto de

consumo que deve atrair a atenção a partir de componentes próprios. Isso pode ser feito através de apelos verbais, como os títulos e lides, apelos visuais ou ainda apelos afetivos: “*A mensagem-consumo exige um título de apelo forte, bem nutrido de emoções, surpresas lúdicas, jogos visuais, artifícios lingüísticos*” (60).

As sociedades contemporâneas se tornaram espetacularizadas, ou seja, tomam ciência de si e dos outros através dos meios de comunicação de massa. A mídia, por sua vez, não oferece visão de mundo imparcial uma vez que cumpre função ideológica e mercadológica definidas. Assim, a sociedade perceberá e valorizará acontecimentos construídos a partir de uma retórica espetacularizante. Televisão e filmes como produções de imagem não são apenas entretenimento e atração. Estas produções também constituem formas de poder. O espetáculo é um mecanismo central do poder. Mas não é só isto: estas mesmas produções atendem, como dissemos, as necessidades do mercado. Logo, a partir do bombardeio de mensagens que apelem para o sensacional, vai-se construindo no receptor o gosto por este tipo de angulação editorial. Conforme os behavioristas, a “magnitude da resposta depende da intensidade do estímulo”. Certos instintos natos dos indivíduos são aguçados, estimulados por um tipo de retórica do jornalismo que seleciona os fatores de motivação para criar ou mobilizar a necessidade de compra, distração, sublimação entre outros. A seguir, categorias empregadas na retórica do jornalismo para atingir esse intento.

1.3.2 *Fait-Divers*

O conto folhetim era um tipo de linguagem empregado pelos jornais diários desde o século XIX. Entretanto, é a partir da mudança de concepção do fazer jornalístico, isto é, quando se adotam os moldes industriais do capitalismo quanto à produção de notícias, que o *fait-divers* ganha espaço considerável e vira pauta constante. As matérias de interesse humano são aquelas em que se elege um personagem para encarnar toda uma situação seja de vingança, ódio, amor ou piedade. Morin diz que a partir daí a dramatização tende a preponderar sobre a informação como valor de uso. Há uma espécie de processo de voyerismo coletivo onde tudo que é passível de provocar emotividade vira manchete. Quando o voyerismo coletivo se dirige então para figuras já consagradas o apelo é ainda mais forte: intimidades, confidências, segredos, taras, tudo será disputado por um público ávido, sedento por notícias tornadas espetáculo em si.

Fabricam-se celebridades a todo instante. O que devemos destacar é que novos assuntos e personagens são tratados com intensidade e assiduidade, enquanto seguem interessando à própria imprensa. Porém, todos os acontecimentos têm uma

“durabilidade”, uma permanência temporal; quando concluído este “ciclo vital”, passa-se necessariamente ao próximo assunto. Logo, algumas celebridades possuem (e recebem) atributos que garantirão maior permanência junto ao público; outras, porém, terão um período de evidência efêmero. Mas é a mídia, nos novos tempos, que confere o *status* de mitos seja para celebridades ou para desconhecidos. O autor de “O espírito do tempo” toca num ponto central quando mostra que a mitificação cumpre um papel político de esvaziar discussões ou distrair o público de temas que poderiam se configurar em ameaça ao sistema.

“A cultura de massa despolitiza relativamente o político que ela integra em seu seio, no sentido de que ela pode ser indiferente aos temas políticos propriamente ditos. (...) a cultura de massa vedetiza por vedetizar, porque ela precisa de vedetes, e é nesse sentido que ela exalta a grandeza olimpiana das recepções, das visitas oficiais etc., e prospecta todas as dimensões da familiaridade privada do olimpiano político”. (61)

Os *fait-divers* não tratam de explicar o mundo às pessoas mas de oferecer um conhecimento difuso, fragmentado de instantes particulares. O *publisher* percebe que até mesmo acontecimentos triviais como funerais, casamentos, batizados, festas de aniversário podem virar notícia desde que tragam celebridades como personagens. Tudo o que jogue com o imaginário coletivo, as aspirações e paixões do indivíduo, entrará na *agenda-setting*, isto é, na pauta de cobertura.

“Consumida esteticamente, a cultura de massa desenvolve uma práxis e uma mitologia. Isso significa que ela ultrapassa a estética tanto no sentido do real como no sentido do imaginário. Esses dois movimentos, aparentemente contraditórios, são, de fato, inseparáveis. (...) a cultura de massa produz seus heróis, seus semideuses, embora ela se fundamente naquilo que é exatamente a decomposição do sagrado: o espetáculo. A mitologização é atrofiada; não há verdadeiros deuses; heróis e semideuses participam da existência empírica, enferma e mortal. (...) estão longe as antigas lendas, epopéias e contos de fada... mas como está próximo, como é atrativa e fascinante a mitologia da felicidade” (62)

Logo, notícias do tipo *fait-divers* são comuns na imprensa por garantir audiência. Elas satisfazem a curiosidade do público; possuem linguagem de fácil compreensão — na medida em que não exigem reflexões, interpretações nem associações de fatos — e também possibilitam o indivíduo a realizar imaginariamente os seus desejos e extravasar as suas frustrações: *“O fait-divers espreita sempre a notícia, na medida em que esta é suscetível de moldagem do imaginário”.* (63)

Para alavancar as vendas os periódicos nacionais lançam mão do erotismo, da violência, do sensacional. Podemos afirmar, com efeito, que essas publicações são feitas para o entretenimento e a evasão do consumidor. Este conjunto de temas, a que se convencionou chamar *faits-divers*, não é fácil de caracterizar. Nascidos no século XVI,

quando histórias de escândalos, acidentes e crimes circulavam de forma oral nas vilas e nos campos, os *faits-divers* desenvolveram-se na imprensa popular da segunda metade do século XIX, adaptando-se, desde então, a cada novo progresso tecnológico e estendendo-se à rádio, revistas, televisão e Internet. Nota-se que o sucesso do texto se dá através da dramatização dos acontecimentos. O sucesso dos *reality shows* nos anos 90, tal qual *Big Brother* ou *Survivor*, mostra que o gênero atravessa os *media* e as épocas.

Longe da importância política, econômica ou social das grandes notícias da atualidade, os *faits-divers* confinam-se a um espaço de significação menos global, trazendo a público pequenas coisas da vida de pessoas comuns ou a vida cotidiana e privada de celebridades. Já foi dito pelo professor Muniz Sodré, em uma de suas aulas na Pós-graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ, que "o *fait-divers* é uma representação do extraordinário ordinário". Assim, o *fait-divers* irá se estruturar como uma notícia de fundo paradoxal, isto é, de contradição, enfocando a antítese do fato e, assim, tornando-o interessante ao leitor. Segundo Nilson Lage, este tipo de narrativa reflete fenômeno de retórica muito anterior ao surgimento do jornalismo:

"Basta dizer que o cúmulo é figura da tragédia grega. O sentido do fait-divers é ao mesmo tempo enganar - toda vez que uma informação se oculta por detrás da antítese atraente - e revelar que a realidade pode ser mais contraditória do que imaginam os historiadores e cientistas" (64)

A notícia de *gênero diverso* é uma rubrica que não demonstra seu processo de construção: trata-se na realidade de recortar determinado episódio, dar-lhe um destaque descabido para acentuar sua importância. De acordo com Maffesoli:

"em uma sociedade de massas, mas também de comunicação, o fait-divers é uma informação quente e circunstancial, localizada (...) ele emana de um lugar datado, ele é carne e sangue em sua origem". (65)

No desenvolvimento desta tese, ao analisarmos nossos estudos de caso, precisamos verificar se uma das hipóteses se confirma: o uso do *fait-divers* cumprindo uma função de manipulação na medida em que formaria e/ou reforçaria estereótipos, atuando no senso comum e distraindo o leitor de outros acontecimentos.

O professor doutor Muniz Sodré, fulgurante estudioso na temática da Comunicação de Massa, demonstra que o entendimento dos padrões editoriais passa pela tríade: *sensação*, *sucesso* e *relaxamento*. No primeiro caso, apenas os ângulos mais interessantes, do ponto de vista do espetáculo e da *sensação*, são abordados; na segunda situação, o luxo, o encantamento, a riqueza e outros adjetivos que qualificam o *sucesso* — de acordo com o código de valores vigente na sociedade capitalista — são

explorados. Desta forma, o povo — geralmente ausente da pauta da grande imprensa — pode se realizar na pele de um artista ou vedete de televisão. Os chamados olímpianos nos pertencem^{XIX}. Sabemos o que comem, sentem, pensam e como agem. Através destes personagens, somos levados a priorizar estilos de vida que na verdade reforçam o senso comum e nos fazem esquecer dos problemas cotidianos: *“Adorno e Horkheimer denunciam a transposição da realidade em pura mentira, seu pseudo-significado não formulado explicitamente, mas sugerido e inculcado”*. (66)

Os olímpianos, heróis da cultura de massa, se configuram como modelos, parâmetros. Além disso, transmitem a ilusão de que poderemos um dia ser como eles, a “utopia pode se realizar”. Esse modo de vida constitui-se no niilismo contemporâneo sob a forma de espetáculo.

“Esses olímpianos propõem o modelo ideal da vida de lazer, sua suprema aspiração. Vivem segundo a ética da felicidade e do prazer, do jogo e do espetáculo. Essa exaltação simultânea da vida privada, do espetáculo, do jogo é aquela mesma do lazer, e aquela mesma da cultura de massa” (67)

A transformação da vida cotidiana em entretenimento se deu quando os primeiros produtores de cinema comercial perceberam que as platéias precisavam de algum elemento de identificação para que o espetáculo as envolvesse. Neil Gabler diz, com efeito, que *“ho cinema a solução foram as estrelas. Para o filme-vida, são as celebridades”* (68). Isso torna possível que desviantes, criminosos ou qualquer um possa ser alçado a esta categoria e ostentar, ainda que efemeramente, o rótulo que os faz sobressair da massa anônima. Há, em contrapartida, um outro sentido para quando empregamos o termo “olímpiano” para classificar alguém. São os desviantes que atingem o *Olimpo* da fama através de conduta criminosa.

Edgar Morin já havia chamado a atenção para a diferença entre celebridades e heróis. Enquanto os primeiros vivem somente para si, os heróis devem agir para “redimir a sociedade”. A saga do herói clássico fala de um ser que parte do mundo cotidiano, se aventura a enfrentar obstáculos considerados intransponíveis, vence-os e retorna à casa dividindo os seus feitos com seus semelhantes. Todavia, os personagens do mundo do crime estudados por nós adquirem um duplo *status*. No caso deles, essas categorias não são excludentes mas complementares. São celebridades — uma vez que suas vidas viram objeto de consumo público — e anti-heróis, sendo que por vezes alcançam o *Olimpo*. A explicação do fascínio exercido por esses olímpianos desviantes

^{XIX} Jean Cazeu nos fala de como isso se dá através dos *processos de projeção* (o receptor desloca suas pulsões para os personagens); *identificação* (o receptor torna-se inconscientemente idêntico ao personagem no qual vê qualidades que gostaria ou julga que lhe pertençam) e *empatia* (conhecimento da vida do olímpiano faz com que o mesmo nos seja familiar).

pode ser corroborada por Umberto Eco em suas considerações sobre o mito do *superman*. O autor chama a atenção sobre a possibilidade do sucesso do herói das histórias em quadrinhos estar ancorado justamente no fato de ele sair das vestes de um homem comum. Assim, estes criminosos tornados celebridades pela imprensa se constituem naquilo que os homens comuns gostariam de ter sido, ou ainda, admiram-lhe a audácia, coragem ou qualquer outro atributo de tez inconsciente:

“(...) um tipo aparentemente medroso, tímido, de medíocre inteligência, um pouco embaraçado, míope (...) Através de um óbvio processo de identificação, um accountant qualquer de uma cidade norte-americana qualquer, nutre secretamente a esperança de que um dia, das vestes de sua personalidade, possa florir um super-homem capaz de resgatar anos de mediocridade.” (69)

Desta forma, passamos para o terceiro ponto do tripé editorial proposto por Muniz Sodré, o *relaxamento*: os sentidos dos leitores são liberados, onde a preocupação é livrar-nos dos tormentos do dia-a-dia. Para causar determinado efeito, tudo é construído para atingir este propósito. O aspecto gráfico desempenha aí papel fundamental onde as imagens fotográficas, a policromia e uma esmerada paginação alienam o leitor do texto, transformando o veículo num templo de contemplação.

Engana-se quem imagina que a exploração de *fait-divers* seja exclusiva da imprensa rotulada de sensacionalista ou popular. Hoje em dia, os *fait-divers* espalharam-se por toda a imprensa, não obstante existirem diferenças, no tratamento desses temas, entre jornais populares e ‘de referência’^{XX}. Quanto mais um jornal os

^{XX} O professor e jornalista José Amaral Argolo, nas aulas de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, distinguia os aspectos mais relevantes das publicações para tentar mapear sua identidade. Para tanto ele classificava os periódicos em duas categorias, os jornais de elite, ou jornais de qualidade, e os jornais populares. O primeiro apresenta informação que será consumida por leitores das classes A e B; possui também, a partir da composição elitista de seus leitores, anunciantes *top de linha*; quantidade maior de assinantes do que venda em bancas, destaque nas editorias política e econômica, editoriais densos, reportagens especiais, entre outros. Já os jornais populares buscam especialmente leitores nas classes C e D. São veículos que “desprezam” a opinião editorial, tem grande circulação e baseiam sua receita na venda avulsa, não dependendo assim do volume de anúncios. As matérias são mais curtas, dão ênfase nas ilustrações, trazem em suas páginas celebridades ou pessoas em evidência travestidas de colunistas, procuram angular as matérias para o local ou regional, buscam também matérias referentes à utilidade pública e prestação de serviços. Porém, tão importante quanto verificar nestas duas categorias estanques onde o sensacionalismo grassa, é estudar o critério de classificação do que é notícia. A partir daí, poderemos verificar o porquê do sensacionalismo existir tanto em jornais de elite quanto em jornais populares, embora com as devidas ressalvas estilísticas.

Assim, com o intento de representar com mais propriedade o modo como cada jornal recorta a realidade, é necessário verificar o estabelecimento da hierarquização das notícias. Segundo Amaral (AMARAL, Luis. *Jornalismo, Matéria de Primeira Página*. Brasília: editora Tempo Brasileiro, 1978), os temas que se revestem de maior interesse são os acontecimentos mais carregados de valor emotivo, agrupados da seguinte maneira e nesta ordem: a) *sexo – casamentos, nascimentos, divórcios, crimes passionais e histórias picantes*; b) *morte – falecimento de personalidades e todas as mortes violentas*; c) *destino – catástrofes (inundações, incêndios, tempestades), prodígios e fatos surpreendentes, monstrosidades*; d) *dinheiro – alta e baixa dos preços, impostos, juros, dólar, falências, escroquérias, roubos, fortunas, loteria, herança*; e) *tempo – fenômenos extraordinários, o tempo que está fazendo*; f) *generosidade – doações espetaculares, obras de caridade, donativos, salvamentos, grandes benfeitorias*

explora mais se aproxima da versão de imprensa popular ou mesmo tablóide. Nos jornais ‘de referência’, o interesse pelo *fait-divers* concentra-se, geralmente, nas páginas de Sociedade ou em rubricas especiais que tendem a ultrapassar os limites tradicionais do gênero, dando-lhes um significado social. Os *faits-divers* respondem não apenas a objetivos de natureza comercial, mas também a necessidades mais profundas, inscritas no ser humano.

"A identificação é tão forte que interfere em critérios jornalísticos fortemente assentados, como a atualidade e a proximidade. O fluxo centralizado de informações aproxima cenários distantes. Mas esta condensação e tribalização do mundo opera em um só sentido, da periferia para o centro: porque, se um moço da cidade pequena se identifica com o surfista de Ipanema ou com o motoqueiro de Los Angeles, a recíproca é improvável" (70)

Em páginas anteriores discurremos sobre a prática da imprensa de trazer ao domínio público cenas da esfera privada. No gênero *fait-divers* isso é recorrente. Porém, uma situação em particular é explorada: destacar a tristeza dos parentes e amigos das vítimas das fatalidades que se tornam públicas é a estratégia cada vez mais presente na mídia. Não se pode mais restringir esse dispositivo à imprensa sensacionalista, pois essa prática de explorar aspectos da vida privada, usual no jornalismo televisivo, pode ser verificada no investimento editorial de jornais e revistas ditas de elite. Com essa afirmação pretende-se reforçar o fato de que o sensacionalismo não é mais uma estratégia discursiva apenas dos jornais populares, mas, em tempo de concorrência acirrada entre as mídias, em que há assuntos que só são vendáveis se bem “embalados como mercadorias”, a espetacularização passa a ser dispositivo extremamente eficiente.

1.3.3 Grotesco

O grotesco é largamente explorado pelos *mass media* nacionais. O fabuloso, a aberração, o ridículo, o monstruoso, o macabro, tudo que a primeira vista foge dos parâmetros de “normalidade” são passíveis de virar notícia.

“(...) o grotesco é uma aberração de estrutura ou de contexto. (...) A estranheza que caracteriza o grotesco coloca-o perto do cômico ou do caricatural, mas também do Kitsch. Em resumo, o grotesco é o mundo distanciado, daí a sua afinação com o estranho e o exótico”. (71)

Bathos, na retórica clássica, é o rebaixamento do sentido estético que atravessa as épocas possibilitando as mesmas reações de riso, horror, aversão entre outras. Homens com a fisionomia de animais, partes do corpo humano desproporcionais, ênfase

da humanidade; g) piedade – história de crianças, sobretudo quando elas são infelizes, histórias de animais, grandes sofrimentos, casos absurdos e emocionantes.

nos órgãos de reprodução, formas e situações que fogem do esperado, tudo isso é alvo daquilo que se convencionou chamar de grotesco.

“O grotesco funciona por catástrofe. Não a mesma dos fenômenos matematicamente ditos ‘caóticos’ ou a da geometria fractal, que implica irregularidade de formas, mas dentro dos padrões de uma repetição previsível. Trata-se da mutação brusca, da quebra insólita de uma forma canônica, de uma deformação inesperada” (72)

Grotesco, que no início era um substantivo com uso restrito no julgamento estético de obras de arte, torna-se um adjetivo ao ganhar novos matizes associados ao desvio de uma norma vigente, seja referente a costumes, convenções ou comportamentos. *Disgusto* na Itália, *Brutesco* em Portugal ou ainda *Burlesco* — quando reduzido seu sentido para referir-se aos elementos da farsa em textos teatrais ou quando se tratava de motivos ornamentais na pintura e na arquitetura — os efeitos que provocam junto ao contemplador são semelhantes. Como se trata de uma impressão de natureza emocional, o espectador pode sentir uma gama de sensações que vão desde a piedade ao sarcasmo.

O riso pode se configurar como um momento de extrapolação das regras culturais na medida em que possibilita dar vazão ao sarcasmo e até mesmo a crueldade. É por isso que o grotesco costuma explorar o riso em todas as suas manifestações, seja o riso cruel, vulgar ou grosseiro:

“O riso não conhece nenhum limite, sua obscenidade expansiva transforma em sujeira tudo o que poderia parecer inocente. Ele não dá nenhuma chance à ilusão, já que destrói a nobreza das intenções. Mas, apesar de sua malandragem, tem também suas virtudes quando demole as bases do pudor por demais afetado e abala a segurança dos protocolos” (73)

Ainda sobre o riso, Bérghson diz que o mesmo é sinal de insensibilidade. Talvez seja por essa razão que autores trabalham com a hipótese de o riso expressar espécie de punição, reprimenda ou advertência. Ridicularizar alguém é uma demonstração de poder:

“O riso é uma punição ao que a sociedade considera espúrio, mas, também, uma forma de banalizar atos considerados impróprios. (...) O riso pune, moralmente, o desviante social. Entre o sorriso benevolente do perdão e a gargalhada cruel, flutua a gradação da punição pelo riso como instrumento regulador do comportamento social.” (74)

A imprensa sabe muito bem como fazer uso de uma retórica que explore o riso, o grotesco e a violência. Sobre este último ponto, a exposição da violência promovida pelo jornalismo ao mesmo tempo incita e apazigua um fundo de violência existente no ser humano, operando uma espécie de catarse cotidiana. Logo, a violência nos meios de

comunicação de massa opera esse efeito catártico onde o sujeito descarrega seu potencial agressivo através da participação simbólica, da participação vicária nas experiências registradas no impresso, nas experiências televisivas ou das histórias em quadrinhos, enfim, em qualquer outro meio de comunicação que se considere. Talvez o homem busque momentos permitidos pelas regras culturais, como festejos populares, eventos esportivos ou midiáticos, para dar vazão às pulsões de morte, bem como aos atos e gestos agressivos e/ou violentos. Há, porém, um limiar estabelecido neste “mergulho ao estado da natureza”. Havemos de viver nesta *tensão do limite entre o homem e o animal*, como pontuam Muniz Sodré e Raquel Paiva. A domesticação, segundo eles, se dá pelo ingresso na cultura, que prevê regras e contenções: “A domesticação de um animal não pode ser tão satisfatória do ponto de vista da civilização quanto a domesticação, por ética e cultura, do ser humano” (75)

Quando queremos nos referir a algum criminoso muito perverso, dizemos que aquele sujeito é um *animal*, uma *besta humana*, uma *fera*. Interessante notar que essa adjetivação indica que o homem assim qualificado apresenta-se desprendido de regras e normas gerais de conduta, como se ele estivesse a parte da civilização, num estado animalesco. A palavra “Ferini”, em italiano “feroz”, designa aqueles homens afins com o estado natural das feras. O filósofo Julien de La Mettrie sustentava a não existência de qualquer distinção entre homens e animais e apresentava argumentos favoráveis à satisfação total dos instintos: *‘Parricida, incestuoso, ladrão, celerado, infame e justo objeto de execração dos homens de bem, será feliz apesar de tudo. Bebe, come, dorme, ronca, sonha; e se às vezes pensas, que seja bêbado... Refocila como os porcos e será feliz ao jeito deles’*. (76)

Em contraposição, mais de dois milênios antes, Aristóteles em “Ética a Nicômano” assinalava que deveríamos priorizar a vida política ou então a vida contemplativa. De acordo com ele: *‘pessoas de maior refinamento e de índole mais ativa identificam a felicidade com a honra, pois a honra é o objetivo da vida política (...)*’. Considerava, entretanto, que grande quantidade de homens se *‘assemelham a escravos, preferindo uma vida comparável à dos animais’*. Cita como exemplo Sardanapalo, Rei mítico da Síria, que teria mandado esculpir em seu epitáfio: *‘Eu, Sardanapalo, filho de Anacindaraxes, construí Anquial e Tarso em um dia. Comi, bebi, vivi em orgias. Todo o resto não vale isso’* (77). Em outro momento, mais especificamente no livro VII, deixa claro que há três espécies de disposições morais a serem evitadas: o vício, a incontinência e a bestialidade.

Cumprer destacar um componente que contribui para a apreciação do grotesco: é o outro que faz o papel de exótico, ridículo, perverso. *Antes ele do que eu* ou ainda *ele bem que mereceu* são bordões que ilustram bem a situação onde os leitores se eximem de quaisquer responsabilidades ou atuam como magistrados sentenciando culpa ou absolvição. Através da imprensa, leitores também aliviam suas tensões e se *esquecem* de qualquer traço de compaixão. O outro será o *Judas* contra o qual vamos nos insurgir já que deslocamos nossas frustrações para aquele indivíduo que agora personifica aqueles que nos fizeram ou fazem sofrer. Edgar Morin procura enfatizar a função do sacrifício simbólico oferecido pela mídia. O criminoso é “sacrificado” para nos purgar de todo mal que trazemos dentro de nós. Ele vai nos expiar de nossos pecados: “*Há sempre uma certa libertação psíquica em tudo o que é projeção, isto é, expulsão para fora de si daquilo que fermenta no interior obscuro de si*” (78).

A imprensa participa do jogo adotando uma “postura de isenção”, se colocando apenas como mediadora entre os leitores e o grotesco. Na realidade essas variedades televisivas que colocam o grotesco em evidência têm muito em comum com os espetáculos das feiras livres ou então com as festas e rituais pagãos.

Ademais, outro ponto a ser analisado é o tratamento das linguagens jornalísticas que em determinados programas podem levar o receptor a perder a referência com o real, ou seja:

“(...) as dolorosas conseqüências da violência são diminuídas e desvalorizadas pela forma asséptica com que nos são apresentadas. A morte é limpa e abstrata, despojada do patético e do horror com que geralmente se recobre. Limpa-se o produto e falsifica-se a realidade” (79)

Ainda sobre o processo catártico por parte dos consumidores dos periódicos de cunho sensacionalista, pode-se dizer que a exploração do grotesco nada mais faz do que procurar compensar o indivíduo dos grandes centros urbanos da angústia ou do medo. Nesse processo de “disfunção narcotizante”, o sujeito se alheia da realidade e passa a ser apenas um espectador do circo midiático: “*No caso brasileiro, a mídia é o espelho que reflete o id e os demônios das nossas estruturas. É o espelho em que a sociedade se olha e se oferece como espetáculo*”. (80)

Para qualificar a questão da retórica jornalística, tomemos como exemplo as manchetes de primeira página da “imprensa tabloide”. Tal qual ocorre com *fait-divers*, as letras garrafais, por vezes coloridas, capturam a atenção do leitor utilizando frases de impacto que visam causar sentimentos como estranheza, curiosidade ou repulsa. Esses recursos de choque perceptivo levam os receptores a adquirirem

determinado periódico mesmo sabendo que o conteúdo da matéria provavelmente não corresponderá aos apelos da referida manchete.

Estabelece-se através dessa e de outras práticas editoriais o arrebatamento do receptor onde lhe é oferecida a sublimação, o gozo — ainda que contido. Se de fato o leitor procura satisfazer seus instintos, ainda que inconscientemente, de outro não pode concretizar o ato sob risco de responder as sanções explícitas ou implícitas vigentes. Assim, é através das mensagens jornalísticas revestidas de signos apropriados que os receptores conseguem dar vazão, em parte, a sua sede de violência. Interessante notar também que, em contrapartida, o prazer da violência acaba por banalizar a prática e, não raro, esta violência assistida se transforma em violência contra o espectador. O que era passado como divertimento converte-se em tensão^{XXI}.

1.3.4. Detalhando o emprego do termo “sensacionalismo”

A imprensa de massa se consolidou no final do século XIX a partir da adoção de técnicas que garantiram aumentar ao máximo a circulação. Era preciso achar um diferencial para sobreviver num mercado competitivo e praticamente saturado de publicações.

Quando a concorrência se intensificou e alguns jornais produzidos de forma semi-artesanal fecharam as portas, as incipientes empresas jornalísticas de então se voltaram para qualquer artifício que atraísse mais leitores. Embora a história registre publicações que veiculavam *fait-divers* desde o século XVI, foi sem dúvida nos Estados Unidos, a partir de 1890, que as notícias “espetaculares” foram gestadas nos moldes de produção das demais empresas capitalistas. Nascia aí a chamada imprensa amarela. Os editores Joseph Pulitzer, do *New York World*, e William Randolph Hearst, do *Mourning Journal*, apostaram em um nicho onde propunham reportagens em tom sensacional, amplas ilustrações em detrimento do conteúdo, manchetes e textos apelativos. Essa orientação editorial colocou os jornais no topo daqueles com maior tiragem à época. Só o *World* obteve em 1890 um lucro líquido de U\$ 1,2 milhão, quantia considerável mesmo hoje. Estima-se que as duas publicações juntas contabilizavam tiragens de até um milhão de exemplares/dia.

“(...) os jornalistas amarelos... abafaram completamente os canais noticiosos de que dependia o homem comum, com menosprezo total pela ética e senso de responsabilidade jornalística. Foi deles um tipo de jornalismo estridente, espalhafatoso, estabonado, doido pelo sensacionalismo, que seduzia o leitor usando qualquer recurso possível. Apossaram-se das técnicas de redação,

^{XXI} Essa questão será discutida a contento no capítulo sobre “Violência”.

ilustração e impressão que eram o orgulho do novo jornalismo e deturparam-nas para usos perversos. Isso fez do altaneiro drama da vida de um ordinário melodrama, e deturpou os fatos do dia-a-dia para qualquer forma que melhor parecesse servir para gerar vendas para os garotos que anunciavam o jornal aos berros. Pior de tudo, ao invés de oferecer a seus leitores uma liderança eficaz, apresentou-lhes um paliativo de pecado, sexo e violência.” (81)

A fórmula de sucesso empresarial de Pulitzer e Hearst se perpetuou. Até porque quando se descobre uma receita para atrair a atenção das pessoas, influir nas decisões de compras de um segmento considerável da audiência e ainda distrai-las das questões do cotidiano, ela só será abandonada, se o for, após intensa mobilização de setores da sociedade civil.

Antes de tudo, porém, é preciso posicionar a contento o termo “sensacionalismo”. O leitor comum o utiliza genericamente para rotular qualquer publicação que, no entender dele, “apele” para a exacerbação do convencional. Assim, fotos chocantes, textos ou qualquer outra forma de discurso que esteja acima ou abaixo da linha que se convencionou inserir como parâmetro recebe tal denominação. Consideramos que a marca recebida carrega um sentido simbólico negativo, pejorativo. Desta maneira, “sensacionalista” é a primeira palavra que a maior parte das pessoas utiliza para condenar um periódico. Curioso notar também que a fração da imprensa que recebe tal rótulo acaba carregando um outro que vem a reboque: a imprensa sensacionalista não é vista como sinônimo de credibilidade. Por isso, a grande imprensa — que precisa aumentar ao máximo sua circulação — utiliza-se com profusão das técnicas da imprensa amarela. Entretanto, para fugir da pecha e, conseqüentemente, não afugentar os anunciantes, faz uso dessa linguagem de maneira subliminar, escamoteada. E aí está um ponto sensível na discussão desta categoria jornalística. Alguém poderia questionar, portanto, a relação credibilidade-circulação. Expliquemos melhor: o que faz com que leitores acorram as bancas para adquirir informação? E por que escolhem determinada publicação em detrimento de outrem? Claro que a resposta enseja um estudo de caso, quiçá de recepção, que foge aos nossos propósitos. Entretanto, como hipótese fomentada a partir de nossa vivência acadêmica na área da Comunicação, parece que os jornais de maior tiragem se esforçam para carregar consigo adjetivos como credibilidade, análise rigorosa dos fatos, apuração, entre outros. O que o leitor comum não apreende é que por trás de uma postura construída para transmitir exatamente essa imagem, está uma imprensa em sua maioria comprometida com interesses ideológicos e mercadológicos.

Os jornais sensacionalistas, por sua vez, também alcançam tiragens expressivas. Se não possuem o atributo da credibilidade, por que vendem tanto? A principal fonte de receita não é, como na grande imprensa, os anunciantes ou assinantes mas a venda em bancas. Esta é uma das questões que tentaremos explicar melhor ao longo deste capítulo.

Antes, porém, não deixemos escapar o termo “sensacionalismo”. A expressão, exatamente por seu caráter movediço, plural, foi melhor categorizada por Rosa Nívea Pedroso, em sua dissertação de mestrado concluída na ECO/UFRJ, em 1983. Neste trabalho acadêmico, ela define esse gênero jornalístico como:

“Modo de produção discursivo da informação da atualidade, processado por critérios de intensificação e exagero temático, lingüístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados ou subtraídos no contexto da representação ou reprodução de real social” (82)

O sensacionalismo se dá quando superdimensionamos um fato que, de modo geral, não mereceria destaque por si. Tal qual numa hipérbole, figura de linguagem que se vale do exagero, extrapola-se o real. Não se produz assim um texto verossímil mas um registro não demonstrável por aferição, descontínuo e que visa prioritariamente produzir sentimentos.

Podemos ir além de Pedroso e elencar de maneira sucinta pontos recorrentes da imprensa amarela^{XXII}:

- uso abusivo de fios, cores e demais elementos gráfico-visuais que atraem a atenção do leitor;
- linguagem que persuade o público a valorizar matérias estampadas na capa — como seriam as mais importantes da edição, por isso mesmo são as mais sensacionais, grotescas, espetaculares, escatológicas;
- títulos principais ou subtítulos trazem, por vezes, informações que o leitor não encontrará desenvolvidas a contento ao longo do texto — a intenção, através destas técnicas de persuasão, é “fisgar” o público pelo oferecimento de dados que satisfariam necessidades instintivas;
- veiculação exacerbada do extraordinário, do desproporcional, do anormal, do bizarro;

^{XXII} O jornalista americano Frank Luther Mott, autor da obra “A history of newspaper in the United States”, expõe as características da imprensa amarela em seu país: manchetes escandalosas com corpo tipográfico excessivamente largo, “garrafais”, impressas em preto ou vermelho, espalhando excitação; uso abusivo de ilustrações, muitas delas inadequadas ou inventadas; impostura e fraude de vários tipos, com falsas entrevistas e histórias, títulos enganosos, pseudociência; quadrinhos coloridos e artigos superficiais; campanhas contra os abusos sofridos pelas “pessoas comuns”, tornando o repórter um cruzado a serviço do consumidor.

- valorização do modo de vida e comportamento dos “olimpianos”;
- descontextualização do acontecimento através da acréscimo/supressão de dados — esvaziamento da discussão que poderia fomentar o senso crítico na medida em que praticamente não há desdobramento e contextualização política-econômica-social-cultural nas edições subsequentes;
- uso de linguagem vulgar como palavrões, gírias e grafia incorreta de nomes, além de eventuais erros de gramática;
- discursividade repetitiva, autoritária, preconceituosa, reducionista, unidirecional, rotuladora etc.;
- destaque para matérias baseadas sobremaneira na temática do sexo, nudez, violência e demais desvios comportamentais.

Ainda que os editores e repórteres de publicações sensacionalistas adotem uma linguagem característica, é possível que a elaboração daquele produto midiático veicule, por vezes, signos oriundos do inconsciente. Sabemos como isso pode se dar no que tange os receptores mas o mesmo pode também se aplicar a quem emite, produz a informação. Assim, os *fait-divers*, por exemplo, acabam satisfazendo certas pulsões dos emissores. Como produto social, o jornal revela incongruências, dúvidas, desejos e atua como instrumento punitivo em editoriais, manchetes e chamadas onde predominam as “lições de moral”; entretanto, ao enfatizar aspectos “mais sombrios” de um crime acaba, por conseguinte, proporcionando ao leitor a fruição de fantasias proibidas. Não é à toa que, independente da classe social, os produtos sensacionalistas se ocupem de oferecer tudo aquilo que é pouco tolerado, ou então explicitamente estigmatizado. A transgressão social, por exemplo, se dará pela indústria cultural.

Livros reportagem, edições extra ou ainda cadernos especiais sobre o bandido Lúcio Flávio, ou seu contemporâneo, Fernando Dutra Pinto — o seqüestrador do apresentador Silvio Santos — são sucesso de venda. Quer-se aí não apenas tomar ciência dos detalhes do seqüestro perpetrado por Fernando ou as peripécias de Lúcio Flávio mas, de certa forma, tomar parte no delito. É como se, por procuração, o leitor estivesse em cena, gozando muito mais do que seus quinze minutos de fama apregoados por Warhol.

Se este é o modo discursivo das notícias de cunho sensacionalista, cumpre entender sobremaneira a motivação psicológica dos emissores e dos receptores. Ciro Marcondes Filho argumenta que tais publicações agem como “nutrientes psíquicos” para gozo de pulsões instintivas.

“O jornalismo sensacionalista extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece. Fabrica uma nova notícia que a partir daí passa a se vender por si mesma. Não se presta a informar, muito menos a formar. Presta-se basicamente a satisfazer as necessidades instintivas do público, por meio de formas sádica, caluniadora e ridicularizada das pessoas.” (83)

No que se refere ao estilo de texto empregado, notamos que as publicações desta tez contrariam os padrões editoriais vigentes ao adotar a narração e não a exposição. O professor de comunicação Nilson Lage demonstra o porquê de a imprensa ter optado em sua maioria por um tipo de texto que garanta uma aparente distância na mediação dos acontecimentos. Isso só se torna possível com a exposição, isto é, elegem-se os dados mais relevantes — segundo critérios preestabelecidos — para dispô-los no primeiro parágrafo da matéria. Os parágrafos seguintes seguem hierarquizados a partir de um ordenamento decrescente. Assim, a entrada dos elementos não se dá cronologicamente mas, sim, pelo grau de importância. Já na narração, prolongam-se ou reduzem-se as ações, as entradas de elementos, subjetivamente. Isso significa que podemos encadear tantos eventos temporais quanto quisermos. Além disso, a linearidade do discurso, a produção textual que atenda a *seqüenciação* “início, meio e fim”, condiz com os paradigmas ocidentais que estabelecem essa diretriz. Tal qual em um conto, a narrativa consegue transportar o leitor para a cena do crime, delegando sensações por procuração. A satisfação simbólica é ainda maior quando imaginariamente tomamos parte de um evento desta natureza onde saciamos perversões, fantasias e outros instintos.

Na retórica do jornalismo cria-se um espetáculo onde o receptor assistirá ao desenrolar da trama. É uma espécie de voyerismo onde o público tem assim a impressão que participa da cena, que opina e arbitra, mas ao mesmo tempo se percebe a uma distância confortável. O envolvimento é mediado, a participação é simbólica mas não materializada.

“Essa membrana invisível nos isola e ao mesmo tempo nos permite ver melhor e sonhar melhor, isto é, também participar (...) dos mundos à altura da mão. Assim, o espetáculo moderno é a maior presença e a maior ausência. É insuficiência, passividade, errância televisual e também participação na multiplicidade do real e do imaginário” (84)

Já que colocamos em discussão a questão da retórica do jornalismo, há algumas temáticas recorrentes da imprensa amarela que merecem registro nesta tese e que, em particular, podem ser corroboradas através dos estudos de caso. São elas:

1) **A morte** é ritualizada, cultuada diariamente em imagens e textos dispostos em destaque na primeira página. Quanto mais chocantes forem, maior probabilidade de ajudar na venda dos periódicos. A morte, a “indesejável das gentes” como dizia Manoel

Bandeira, é fetichizada. As publicações trazem o resultado estampado daqueles que ousaram viver perigosamente ou ainda a situação daqueles que foram “pobres vítimas” do destino. O texto quase sempre não esgota o assunto, ou seja, não há desdobramentos. Os porquês são minimizados em prol de outros elementos do *lead*. Lúcio Flávio, Cara de Cavalo, Leonardo Pareja^{XXIII}, Elias Maluco, Fernandinho Beira Mar, entre outros, figuram como desviantes que ousaram desafiar a morte e as regras da sociedade. O público nutre uma pernicioso admiração por esta “valentia” inconseqüente. Quando os criminosos porventura aparecem mortos, a lição de moral, a conseqüência pela tomada de atitudes intempestivas, vem à tona.

O leitor dos jornais sensacionalistas, de qualquer forma, tem também a oportunidade de se deparar com a morte sem ser tocado por ela. O espetáculo da morte é degustado com prazer.

“A morte próxima de casa é dissimulada, enquanto a morte como um transe humano universal, a morte dos anônimos... é exibida espalhafatosamente, convertida em espetáculo de rua nunca findo (...). Assim banalizada, a morte torna-se demasiado habitual para ser notada. Seu horror é exorcizado pela sua onipresença, tornado ausente pelo excesso de visibilidade, silenciado pelo barulho ensurdecedor”. (85)

Tanto as publicações “sóbrias” como as do gênero “espreme que sai sangue” trazem a morte em suas páginas. A diferença é a linguagem editorial. Freud, em “Além do princípio de prazer”, demonstra que todos nós vivemos numa dualidade psíquica constante: os instintos de vida se opõem aos instintos de morte, *Eros adversos tanatos*^{XXIV}, respectivamente.

“Abolir a morte é a nossa fantasia que se ramifica por todos os rumos: o além da vida e a eternidade para as religiões, a verdade para a ciência, a produtividade e a acumulação para a economia” (86)

Por fim, cumpre destacar que a morte é narrada em linguagem clichê. A morte tem aí múltiplas significações. Há aquela que acomete o escárnio, outra que simboliza a “justa punição”, há também aquela que é saboreada como vingança ou exercício de sadismo.

2) **A violência**, tema a ser analisado posteriormente nesta tese, é outra temática valorizada. Torna-se banalizada na medida em que o receptor passa a encará-la, dada a

^{XXIII} Leonardo Pareja costumava dizer que *só gostava de viver perigosamente*. Já em um episódio da vida de Lúcio Flávio fica evidente a tensão de vida e de morte quando do episódio da Rua Barata Ribeiro, em Copacabana: Dirigindo em alta velocidade pela contramão, ele disputava um racha. Quando perguntado sobre a inconseqüência, ele respondeu: “Queria mesmo arrebentar-me aos pedaços!”.

Obs.: Estes pequenos trechos estão inscritos e se acham desenvolvidos quando do estudo de caso.

^{XXIV} Existem duas formas gerais de expressão dos instintos; a forma prazerosa, construtiva e a destrutiva, marcada sobretudo pela agressividade.

quantidade informativa que recebe, como algo natural, corriqueiro. Editorialmente o *jornal sensação* privilegia notícias sobre assassinatos, estupros, brigas, crimes bárbaros por saber que isso atende a um dos desejos específicos e inconscientes do público. A violência, porém, não fica apenas restrita nas páginas do jornal. Ela por vezes serve como ponto de partida para a prática de atividades miméticas por parte de alguns leitores. Também acontece de esta violência se voltar contra o próprio leitor: somos violentados pela foto chocante, pelo assassinato cruel, pelo estupro insidioso. Como contraponto, justo argumentar que a violência também aparece nos jornais de elite, seja na parte de esportes ou na editoria de cidade. Entretanto, os públicos digerem a violência de acordo com suas formas de projeção sobre ela. Isso significa que quando há interesse do *publisher* em dar uma conotação emocional a um acontecimento, há a adoção de linguagem própria do sensacionalismo. Porém, nada que choque a estética preconcebida dos leitores. A miséria, a dor, a violência, o sangue são filtradas no processo de edição para serem “digeridas” pelo público.

3) **Os tabus** estão calcados no senso comum, nas tradições herdadas ou nos conceitos transmitidos por relações parentais ou societárias. Como dizia Gramsci, é necessário transformar o senso comum em bom senso através do exercício da crítica. A manutenção das classes hegemônicas se dá através dos paradigmas, dos interditos, de normas sem base no racionalismo. Cazeneuve, por exemplo, entendia tabu como “*proibição que não se justifica racionalmente, mas que é regra num grupo social dado*” (87). Alguns antropólogos demonstram em seus estudos — esse mesmo fenômeno pode ser verificado por nós no cotidiano — que há uma reação violenta contra todos aqueles que violam tabus. O sujeito ou grupo infrator pode ser banido, posto à margem, sofrer humilhações que atentem contra a sua honra ou até mesmo danos físicos podendo chegar à morte. Em nenhum momento se questionam as regras, ou seja, em que base racional repousam os argumentos que instituíram a proibição. Violar o tabu, segundo Freud, é no entanto o que muitos gostariam de proceder. Entretanto, embora se deseje a violação, o medo se impõe “apagando” o ânimo e a tomada de posturas desviantes. É fundamental ressaltar novamente que cabe à Imprensa o papel de satisfazer o desejo inconsciente do homem de quebrar tabus e, ao mesmo tempo, atuar como instrumento de condenação. Por fim, cabe destacar que nesta postura de “superego acessório”, os jornais sensacionalistas atuam como alicerces do sistema, onde não questionam as causas reais dos fatos, mas optam pelo moralismo ou pela conclusão epidérmica, aparente. Assim, ao veicular, por exemplo, a morte de um criminoso no presídio de segurança máxima Bangu 1, acaba nas entrelinhas justificando o assassinato uma vez

que o morto era um “transgressor”, “desviante”, “marginal”, “consistia em um perigo iminente à sociedade”, “indivíduo irrecuperável” etc.

Embora merecesse um trabalho à parte, num rápido cotejo percebemos também que à mulher companheira de figuras criminosas desviantes como Lúcio Flávio, Leonardo Pareja ou Hosmany Ramos cabe um papel espetacularizado. Instituiu-se no ocidente a imagem da mulher submissa a qual só restavam as tarefas do lar como opção. Essa participação da mulher na sociedade ainda é forte mas vai aos poucos se apagando com a tomada lenta e gradual de espaços antes cativos do homem. A mulher no universo do crime sempre foi transmitida pela indústria cultural como fetiche. Percebemos em nossos estudos de caso que a mulher vai ocupar no imaginário coletivo o papel daquelas que gostariam de quebrar paradigmas, adotar posturas de contestação. Mesmo sendo uma rebeldia não dirigida, acrítica — o que bem direcionada poderia figurar como importante momento de questionamento da realidade e engajamento em processos de transformação — simbolizam um desejo de ruptura. Assim, a Imprensa quando publica matérias em que destaca a mulher do criminoso — mesmo esta não tendo qualquer participação delituosa — brinca com o desejo. O público masculino e feminino adquire jornais para ler notícias onde a mulher figura como objeto de fascínio, fetichizada; sua presença é garantir a venda.

Os repórteres de polícia sabem também que fontes imprescindíveis para uma matéria são as mulheres dos criminosos. Podem ajudar a esclarecer pontos obscuros, traçar um quadro do temperamento do homem, mas sem dúvida representam para a reportagem um *plus* que garantirá o interesse do leitor e, conseqüentemente, vendas elevadas. Não raro, tempos depois essas mesmas companheiras adquirem *status* de celebridade^{XXV}.

Cabe então uma análise que esclareça o papel dos meios de comunicação de massa na cobertura de assuntos onde a violência é o pano de fundo bem como a motivação dos leitores em adquiri-los.

Através de nossos estudos de caso, percebemos as influências negativas desses veículos como agentes estimuladores de comportamentos desviantes. Sem dúvida não atuam sozinhos como responsáveis — a hoje superada teoria hipodérmica, que vincula causa e efeito, não se aprofundou na questão do receptor — mas assumem papel capital como ponto de partida para a tomada de ações — seja por *mímesis* ou simplesmente

^{XXV} Um dos casos que ilustram a situação ocorreu com uma modelo brasileira. Após a trágica morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, sua namorada Adriane Galisteu ocupou o noticiário para se tornar, tempos depois, uma celebridade televisiva.

como elemento de abrandamento do superego. Ponto peculiar é ambivalência, o perpétuo antagonismo entre a transgressão e a punição. A postura da imprensa sensacionalista é moral-imoral, legalista-anômica, repressora-liberal o que revela seu caráter “esquizofrênico”.

1.3.5 O fenômeno da Vitimidação

Dentre as diversas formas de vitimização do indivíduo, estudiosos têm despendido atenção especial a participação dos meios de comunicação. Em particular a Professora Doutora Ester Kosovski, notória especialista no tema, explica que a Vitimologia é uma ciência recente no campo jurídico. Até o seu surgimento, os olhares se voltavam exclusivamente para a figura do réu. À vítima não era dada a atenção que muitas vezes se fazia necessária. Além disso, passou-se a levar em consideração também o aspecto de que até mesmo o réu merecia ser visto como “vítima” em determinado grau. Assim, torna-se fundamental apontar os descaminhos dos *mass media* na fabricação de vítimas bem como essa postura tem se convertido numa “agressão” autodirigida.

“A vítima nos meios de comunicação são aqueles indivíduos que sofrem todo tipo de achincalhe e humilhações dentro da própria televisão, nos programas ditos populares. (...) o calouro desdentado, a mulher mais gorda casada com o homem mais magro, o portador da careta mais feia, o travesti que imita Gal Costa, a mulher barbada do circo local, todo esse séquito de desviantes desvalidos vai desfilando seus tipos ou composições estranhas, diante das câmeras. Quanto mais patético for, melhor. A vítima dos meios de comunicação são observadas em duas categorias: as figuras públicas e as pessoas para as quais ver televisão constitui-se em sua única e compulsiva forma de lazer solitário”. (88)

O *Surgeon General’s Scientific Advisory Committee on Television and Social Behavior*, entidade norte-americana calcada em estudos da recepção, desenvolveu trabalho em 1994 que concluiu que o comportamento agressivo e anti-social de uma parcela considerável de jovens telespectadores aumentou através da violência mediada. Outros relatórios de importantes entidades dos EUA também foram divulgados e constataram que a violência exibida quotidianamente pode influenciar atitudes e comportamentos agressivos^{XXVI}.

Para compreendermos isso melhor, dentre as diversas manifestações da violência contemporânea urge destacar a violência mediada e a questão da recepção. Antes de

^{XXVI} “Stack (1989) verificou o efeito da divulgação de práticas de suicídio pela mídia no período de 1968 e 1980. Acabou por concluir que a exibição deste tipo de notícia contribuiu para o crescimento da taxa desse tipo de crime contra a vida” (RANGEL, Jair. IN KOSOVSKI, Ester (org.). Vitimologia. Enfoque Interdisciplinar. Pg. 38)

qualquer coisa, porém, é preciso salientar que entabular uma discussão sobre violência e criminalidade é uma tarefa multidisciplinar. A pouca compreensão da extensão dos efeitos da violência no contexto brasileiro pode acarretar distorções.

As pessoas vivem hoje em um ambiente de constantes transformações onde velhos paradigmas cedem lugar a novos estatutos de relacionamento social. Tal dinamismo erige uma nova interlocução, a formação de valores calcados na solidariedade, ética e respeito à diferença. Abrir espaço para essas manifestações legítimas pode contribuir no sentido de combater a agressividade, a violência irrefletida e a criminalidade. Trata-se de canalizar positivamente as frustrações e angústias. Trabalhar a partir da mídia uma axiologia humanista pode significar também uma maneira de dar voz, e por que não cidadania, aos excluídos. Não custa lembrar que o caminho de edificação da democracia real no Brasil tem encontrado barreiras oriundas do autoritarismo, do arbítrio e da estigmatização que imperaram durante décadas em nosso país. Contemporaneamente a exclusão social resultante do sistema político-econômico agravou as injustiças e contradições, seja do lado dominante, para as diferentes formas de violência e marginalização, seja do lado dos segmentos que fazem do crime o modo de “subsistência”. Daí recorrermos a diversas áreas de conhecimento a fim de compreender o papel de várias instâncias na questão da espetacularização de criminosos pela imprensa.

Após esse breve e pertinente contraponto, é preciso destacar que, embora os defensores dos meios de comunicação — *os integrados* como os alcunhou Umberto Eco — pretendam esvaziar o debate ao defenderem a relativização dos trabalhos dos *behavioristas* e a capacidade do receptor em “filtrar” as mensagens recebidas, temos percebido que realmente há uma estreita, porém não absoluta, relação entre violência mediada e comportamento anti-social. A agressão aprendida através de exemplos de modelos mediadores tem a capacidade de desinibir comportamentos ou aliciar novos. Todavia, em alguns casos, estudos também comprovam que em situações específicas pode ocorrer um certo abrandamento da agressividade através da *catarse*. O termo *catarse* vem do grego e significa “purificação”, “limpeza”. É apresentado como espécie de válvula de escape de inúmeras tensões e conflitos, dando-lhes novo direcionamento. A crítica que podemos fazer aos que defendem a manipulação da violência por dispositivos midiáticos como instrumento de controle está no fato de que se concorda então que a agressividade é um estado natural do homem e não algo que possamos transcender e coibir através do discernimento e senso crítico. As histórias dramatizadas que esgotam tendências agressivas através das fantasias vicariantes seriam então uma

espécie de “mal necessário”. Porém, o que talvez falte ao receptor são outros caminhos, outras possibilidades para canalizar uma instintividade que seria latente e quase absoluta. Contudo, se os desejos inconscientes do *id* não forem tão absolutos como se imagina, veicular imagens violentas não ajudaria no esvaziamento de impulsos agressivos e, sim, nos estimularia através do relaxamento do superego. Talvez a postura mais correta seja entender que a veiculação de imagens violentas, por exemplo, podem estimular “determinados” indivíduos em “determinadas” circunstâncias ao ato agressivo. Um caso que foi manchete na mídia nacional e internacional ocorreu em São Paulo, ano de 1999. Mateus da Costa Meira, universitário de medicina, abriu fogo contra a platéia que assistia ao filme “Clube da Luta”. Esquizofrênico e viciado em cocaína, declarou que o filme “o ajudou” a fazer o que tinha que ser feito. Resultado: quatro pessoas morreram e cinco ficaram feridas.

O emprego do termo psicanalítico “esquizofrenia” vem a calhar. Serve como ponte para entendermos como a violência e a criminalidade, objetos centrais de nosso estudo, são utilizados pela imprensa para gerar receita justamente porque encontram abrigo no campo do inconsciente dos leitores. De acordo com Freud, o ego vive em estado de tensão permanente uma vez que precisa avaliar a todo momento se pode ceder aos instintos ou se deve dominá-los. Esse controle, segundo ele, é parte consciente e parte inconsciente: *“O ego está submetido a uma tríplice servidão, sofrendo ameaças de três espécies de perigos — o que provém do mundo exterior, o da libido do id, e o da severidade do superego”* (89).

O curioso é notar que a mídia vai agir tanto na estimulação da libido, ou seja, o *id*, quanto na coibição e punição dos excessos. O superego na idade tenra do indivíduo vai se formando paulatinamente, isto é, começa com os pais — que por sua vez já carregam consigo normas sociais introjetadas — e continua pela vida adiante com o próprio indivíduo recebendo estímulos e agregando-os nesta instância mental a partir da cultura em que se acha inserido. Naquela cultura, as leis, interdições, tradições, enfim, tudo vai ajudar na consolidação de seu superego bem como a influência exercida através de figuras lendárias, personagens de filmes, amigos, professores, autoridades etc.

“Se acontece que várias pessoas tornam o mesmo objeto como representante do respectivo superego, daí se seguirá que elas se identificam entre si, é o mecanismo típico de formação de grupos. A crença na autoridade em geral deve-se sempre a uma projeção das qualidades do superego” (90)

Importante notar que toda e qualquer sociedade ocidental contemporânea reserva determinados períodos para descarga de instintos, como uma espécie de válvula de escape que alivie a pressão interna. Em algumas festas populares, como o carnaval, por

exemplo, “suspende-se” a ação do superego. Deste modo, esta abolição temporária permitirá, na verdade, assegurar o controle dos indivíduos até o próximo festejo.

“Todas as sociedades têm a instituição de festejos, ou seja, ocasiões em que periodicamente se anulam proibições do superego: instituições que se baseiam certamente em uma necessidade social. Toda sociedade que cria insatisfação crônica em seus membros precisa de instituições pelas quais as tendências represadas à rebeldia sejam canalizadas: assim é que por estes festejos se dá uma forma de descarga dos desejos hostis contrários às instituições existentes”. (91)

Entretanto, isso parece não bastar. O sujeito ainda não saciado vai buscar no dia-a-dia outras situações que lhe permitam aliviar suas frustrações. A TV brasileira, tendo em vista a proliferação de programas que exploram o grotesco, o bizarro, escatológico e sensacional, cumpre bem esta tarefa catártica. O que há algumas décadas era privativo de algumas publicações impressas, tornou-se “regra” para a mídia nacional.

Um artifício bastante utilizado na retórica do jornalismo e, por que não dizer, impulsionado pelo *marketing* da notícia, é a criação de um vínculo emocional entre leitor e personagem a que denomina-se identificação ou projeção. Neste bojo entram os olímpicos; as notícias sobre personagens que vagam pelo imaginário coletivo; notícias sobre pessoas que correspondem a aspirações coletivas ou figuras que contrariem as regras estabelecidas e se caracterizam como desviantes. O *fait-divers* valoriza o espetacular, a interpelação pela emoção. O repórter procura criar histórias dramáticas fazendo, quase sempre, a ênfase recair sobre um “*dramatis personae*”. A consequência é a identificação projetiva do público, culminando com a catarse. A violação de preceitos quaisquer — sem que se corram riscos — só é permitida socialmente através de certas práticas. Como diz Morin, “*o horrível, o ilícito, o destino e a morte são consumidos não como um rito criminal, mas na mesa, no metrô, com café e leite*” (92).

A mídia torna-se então uma dessas instâncias reconhecidas como espaço de satisfação simbólica. A cultura de massa vende a ilusória sensação de quebra de paradigmas, tabus e normas enfeixando essa ruptura numa figura qualquer. Assim, o público ao mesmo tempo em que libera as suas fantasias psíquicas e as fixa sobre os anti-heróis, reconhece-se no desviante.

“Vivemos por procuração o que nós mesmos não temos coragem de viver. O ego passa então essa tarefa de controle das pulsões para o meio, que vai transgredir, recompor a ordem, se entregar ao prazer, espetacularizar o cotidiano e as relações pessoais, exercendo o trabalho mesmo de meio como extensão do homem, conforme o termo cunhado por McLuhan” (93)

Antes de brandir por qualidade na programação, é preciso perceber que a responsabilidade não é unilateral. Se a indústria cultural é ré, o público deve se considerar partícipe. As pesquisas mercadológicas apontam que a programação veiculada retrata, em parte, o “gosto do público”. O que nos motiva comprar um periódico que satisfaça, por exemplo, o sadismo ou o *voyerismo*? Mesmo tendo ciência de que herdamos de nossos ancestrais pulsões instintivas, como a agressividade, sabemos que o homem tem condições de transcendê-las. É preciso fazer despertar nosso senso crítico para que aí consigamos pleitear um noticiário — ou qualquer outro produto midiático — responsável, ético e solidário. Além disso, o “gosto do público” nada tem de sagrado que não possa ser contrariado. Essa, aliás, deveria ser a postura da imprensa ao veicular conteúdo que realmente se justificasse pelo valor de uso e não pelo valor de troca. Ou seja, informação que contribuísse para o auto-aprimoramento individual e da comunidade. Entretanto, como é sabido, faz parte do *modus-operandi* da indústria cultural vender sempre mais.

Por fim, a partir da superexposição dos feitos criminosos sem a devida contextualização temos uma espécie da banalização, difusão do medo que se espraia por todas as camadas sociais. Todos somos possíveis vítimas. Essa vitimização da sociedade se dá na medida em que apenas os ângulos bizarros ou espetaculares são veiculados em detrimento de um viés que contemplasse a raiz do fenômeno. Vivemos a época do simulacro, da sociedade imagética em que as pessoas constroem sua visão de mundo a partir das informações adquiridas pelos meios de comunicação. Logo, não é difícil compreender o interesse do público pelo sensacionalismo. Aliás, não é só isso. Com a banalização do ato e do contexto violentos, acabamos também por fortalecer a idéia de que a violência é lugar comum, uma possibilidade permissível em uma sociedade contraditória e injusta. Daí a admiração, o fascínio, a mitologização de desviantes criminosos.

2. Desvio, Violência e Crime

2.1. Da Norma ao Desvio

2.1.1 Direito, Lei e Justiça

Nos primórdios da civilização, para que houvesse convívio social, foi necessário impor certas limitações aos homens através de leis. O Direito nasceu então como uma forma de regular a vida em comum:

“Em todo tempo, e tão longe quanto o investigador mergulhe no passado, onde quer que encontre um agrupamento social, onde quer que homens coexistam, seja na célula menor que é o organismo familiar, seja na unidade tribal, seja na entidade estatal, ainda que em estágio rudimentar, encontra sempre presente o fenômeno jurídico” (94)

Com efeito, vejamos que o vocábulo que traduz o nosso atual *direito* é, em latim, o vocábulo *jus*:

“Justo é o que está em harmonia com o Jus. E Justitia é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu. Direito seria então definido como o complexo das normas obrigatórias de conduta impostas pelo Estado para assegurar a convivência dos agrupamentos humanos” (95)

Uma ressalva se faz necessária no sentido de diferenciar dois conceitos facilmente confundidos. Os positivistas vinculam a lei ao direito. Para evitar tal deslize, Cícero^{XXVII}, há mais de dois mil anos, dizia que seria inverossímil admitir que:

“o furto ou assassinato se tornassem justos em razão de o legislador, num gesto tresloucado, o permitisse como norma de comportamento” (96)

Assim podemos ter, dentre inúmeras definições, que o *direito* é o princípio de adequação do homem à vida social. Esse anseio pela Justiça, pelos valores mais elevados do ser humano, se procura concretizar na forma de Lei.

Justiça para Platão é “termos e fazermos o que nos compete”. É termos direitos e termos deveres.

Poderíamos, portanto, afirmar que o direito está mais próximo à ética enquanto que a lei à moral (que é transitória, ou seja, se molda e ajusta conforme a época)^{XXVIII}.

Discussão similar se faz quando é contraposto *direito positivo* e *direito natural*:

^{XXVII} Estadista, orador e escritor romano (106 a 43 A.C)

^{XXVIII} Discorreremos a contento sobre estes dois conceitos no final deste capítulo.

“Direito Positivo é o conjunto de princípios que pautam a vida social de determinado povo em determinada época. É nessa acepção que nos referimos ao direito romano, ao direito inglês, ao direito germânico e assim por diante. Direito Natural é o que a própria natureza ensina a todos os animais — **ius naturales, est quod natura omnia animalia docuit**. Ele é universal e eterno, válido para todos os tempos e em todos os lugares”. (97)

Assim, o primeiro representa o regime de vida social corrente e o segundo o conjunto de idéias e princípios preexistentes.

Os filósofos pré-socráticos já sustentavam a existência de princípios eternos e imutáveis geradores da idéia de justiça (*Arché*^{XXIX}). Em contrapartida, os romanos não deixam de admitir o **ius natural** mas o consideram apenas como uma espécie de pauta. Com o Cristianismo, especialmente com Santo Tomás de Aquino, retoma-se a idéia do *Direito Natural*, de origem divina, desenvolvendo-se o tema da dualidade de princípios. Aquino, na lógica de suas deduções, expõe na menção das três espécies de lei:

Lex Alterna — que governa o mundo e é inacessível ao comum dos mortais;

Lex Naturalis — perceptível pela razão do homem, porém ditada pela expressão divina;

Lex Humana — que tende à perfeição na medida em que se aproxima da *lex naturalis*.

No século XVI, Hugo Grocio — sustentando que em oposição ao direito positivo, imperfeito e transitório, há um direito ideal e eterno, impregnado na consciência e gerado pela razão humana — criou a chamada *Escola de Direito Natural*.

“Direito Natural é o paradigma da lei mutável e humana e, por isso, as leis não têm base na vontade do legislador, que é apenas o intérprete ou o veículo da lei natural” (98)

A ela se opõe a *Escola Histórica*^{XXX}, “onde o fenômeno jurídico como produto do meio social não tem origem sobrenatural nem emerge da razão humana”. Para eles, é elaborado em consequência de fatores históricos e peculiares a cada nação, estando em permanente processo de evolução e desenvolvimento.

No direito brasileiro, como na maioria dos sistemas jurídicos ocidentais, a lei é a principal fonte formal de direito, por via da qual o Estado politicamente organizado dita

^{XXIX}Princípio natural de todas as coisas.

^{XXX}Adversária igualmente do *direito natural* está a *Escola Positivista*, de Augusto Comte.

as regras de comportamento. Lei é, portanto, uma regra obrigatória^{xxxI}. Ela tem como requisitos básicos:

- 1) *A Lei é uma ordem* — um comando, uma determinação do legislador aos indivíduos;
- 2) *Generalidade* — como ordem geral dirige-se indistintamente a todos;
- 3) *Permanência* — é próprio da lei a extensão no tempo. Não significa que a lei seja eterna. Ao revés, toda lei é contingente: nasce, vive e morre. Então pode ter existência mais ou menos longa;
- 4) *A lei deve emanar da autoridade competente*;
- 5) *Coercibilidade* — a lei é provida de sanção.

Com efeito, as palavras sanção, coercibilidade, lei, castigo, pecado podem ser resumidas por apenas uma: superego.

Cabe perguntar se a imposição de leis não seria, no fundo, uma interferência, ou melhor, uma exteriorização do superego. Como se sabe, o superego é cultural. Devido ao sentimento de culpa provocado pela inevitável exigência dos instintos humanos, o superego entra em cena, coibindo e punindo.

“A que fins e propósitos de vida expressam os homens em sua própria conduta? O que esperam da vida, o que pretendem alcançar com ela? Aspiram a felicidade, querem chegar a ser felizes” (99)

Na profícua busca da felicidade^{xxxII} o homem se frustra. É o eterno procurar por algo que ele nunca alcança na civilização. Como disse Freud, são três os pilares que o homem utiliza para satisfazer suas frustrações: a arte e as ciências, a religião e as drogas. Instinto de vida e morte caminham lado a lado.

“Por quê ao homem resulta tão difícil ser feliz? Já respondemos ao assinalar as fontes do sofrimento humano: a supremacia da natureza, a caducidade do nosso próprio corpo e a insuficiência de nossos métodos para regular as relações humanas na família, no Estado e na sociedade” (100)

Freud diz ainda que a vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais poderosa do que cada indivíduo isolado e se consegue manter o

^{xxxI} Mesmo não concordando ou achando justa determinada lei, nem por isso vamos deixar de cumpri-la, até mesmo porque poderemos sofrer as sanções legais. Uma história pitoresca, presenciada pelo autor da tese, ilustra bem o peso que as pessoas dão ao cumprimento das leis: “uma senhora, notando que nenhum coletivo parava no ponto de ônibus em que estava — devido as obras de reurbanização da cidade algumas placas indicando Parada Obrigatória foram retiradas e ainda não repostas — não pensou duas vezes. Tratou de tirar um caderno espiral da bolsa, uma caneta vermelha tipo pilot e escreveu em letras capitulares: ‘AQUI É PONTO DE ÔNIBUS’ E afixou o cartaz num poste de luz próximo. Em seguida, estendeu o braço sinalizando para o coletivo que se aproximava...”

^{xxxII} É interessante notar que Aristóteles, em *Ética*, I, 7, também coloca, assim como Freud, que o objetivo da vida não é o bem por si mesmo e, sim, a felicidade: “pois nós escolhemos a felicidade por si

grupo unido. É a “força bruta” que se impõe. A substituição do poder individual desses “chefes tribais” pelo da comunidade representa o passo decisivo feito pela cultura: “Assim, pois, o primeiro requisito cultural é a Justiça, a segurança de que a ordem jurídica, uma vez estabelecida, já não será violada”(101).

Segundo ele, a liberdade individual não é, portanto, um bem da cultura, pois era máxima antes de toda e qualquer manifestação de cultura. Porém a cultura começa quando o homem *supera* a fase animal. Por isso é discutível afirmar que a liberdade era anterior à cultura. O homem estava sim preso aos seus instintos naturais sem qualquer possibilidade de transcendência.

Etimologicamente, liberdade vem do grego “eleuteros” e servia para designar o homem que não possuía a condição de escravo. Em latim o adjetivo *liber* deriva de *liberto*, aplicando-se para significar o homem apto a exercer a virilidade, isto é, procriar. Daí, por exemplo, o jovem romano receber na adolescência a chamada *toga libera* ou *toga viril*. Ser livre significava então ter que assumir determinadas incumbências, obrigações sociais, mas também ter direito de exercer o livre arbítrio. Assim, não se pode falar em liberdade sem evidenciar que o Ser não pode furtar-se de, vivendo em comunidade, observar certos interditos sociais, culturais ou jurídicos. Mais do que isso se impõe a necessidade de eleger como escopo o respeito pelo outro. Todos temos direito a exercer a liberdade pessoal, ou seja, agirmos de modo autônomo e independente. Porém, não se esquecendo de que o agir ético deve ser nosso guia de conduta: “A liberdade jamais é absoluta. A liberdade só se faz no movimento do absoluto. O homem não detém a liberdade, ele faz-se na liberdade”. (102).

O desenvolvimento cultural e a civilização vão impondo restrições ao homem e a justiça exige que nada escape dela. Os filósofos europeus Jürgen Habermas e Peter Sloterdijk ponderam que a diferença entre homem e animal não é nada pacífica. O segundo, por exemplo, critica o artificialismo civilizatório na domesticação do “bicho-homem”, onde ele descreve “o processo como uma *lenta extirpação dos chifres rumo a uma domesticação que, levemente arranhada, exporia uma subcutânea animalidade*” (103).

Em *Totem e Tabu*, Sigmund Freud mostra que a família primitiva descobriu que era mais poderosa a associação do que o isolamento. A fase totêmica da cultura se baseia nas restrições que os homens se impuseram mutuamente para consolidar esse novo sistema. Os preceitos do tabu se constituíram assim na primeira lei.

mesma e nunca tendo em vista algo além dela; amamos a honra, o prazer, a inteligência ... por os supormos meios de atingir a felicidade”.

Lévi-Strauss coloca que uma das características fundamentais do homem é ser capaz de produzir interdições. A passagem da natureza, do estado natural, à cultura, é produzida pela instauração da lei. De acordo com ele, a proibição ao incesto foi a primeira interdição de que se tem notícia.

“O instinto de morte atua silenciosamente no íntimo do ser vivo, perseguindo sua desintegração; uma parte deste instinto se orienta contra o mundo exterior manifestando-se então como impulso de agressão e destruição” (104)

O comportamento agressivo dos animais atrai a atenção dos etólogos, bem como dos psicólogos e psiquiatras. Isto acontece porque as questões relativas à natureza da agressividade humana são de vital importância na sociedade moderna. Até que ponto a agressividade tem uma base herdada no homem, transmitida a nós por nossos ancestrais antropóides? A expressão da agressão é inevitável ou pode ser reduzida?

“a agressão nos animais e no homem é o resultado de uma tendência herdada e espontânea, muito semelhante aos impulsos naturais como beber e comer” (105)

De outro lado, surgem argumentações contrárias como, por exemplo, a de que a agressão, apesar de uma possível base herdada, não é inevitável e a sua expressão depende tanto da experiência e de fatores externos quanto do estado interno do indivíduo.

Mas se partirmos do pressuposto de que a tendência a estados agressivos é característica nata dos seres humanos — “a hostilidade de um contra todos e de todos contra um” — cujo principal representante é o instinto de morte, qual o papel da cultura?

“A que recurso apela a cultura para cortar a agressão que lhe é antagônica, o que faz para eliminá-la? Introjeta a agressão, internaliza-a, e é dirigida contra o próprio eu. É o superego que assume a função de consciência moral. E a tensão criada entre o superego e o id classificamos como sentimento de culpa” (106)

Freud não quer um retorno aos instintos naturais. Ele diz que o controle pelo superego é um mal necessário para a civilização porque é ele que permite a convivência.

“O sentimento de culpa se expressa por uma necessidade inconsciente de castigo. Há certos tipos de doentes que não percebem seu sentimento de culpa, somente sentem uma espécie de angústia quando são impedidos de executar determinados atos”. (107)

Um justiceiro notório, o *Cabo Bruno*^{xxxiii}, expressa bem esse sentimento nessa reportagem:

^{xxxiii}O policial militar Florisvaldo de Oliveira, vulgo “Cabo Bruno”, confessou ter eliminado cerca de 50 pessoas. Operava em Santo Amaro, na periferia de São Paulo. Expulso da Polícia Militar, condenado e preso conseguiu fugir

“Quase todo dia eu matava um. Quando eu ficava sem matar dava um negócio por dentro. Eu me sentia bem sabendo que ia ajudar alguém. Era um prazer enorme”. (108)

Estamos diante de dois pólos aparentemente antagônicos: a aspiração à felicidade individual e a possibilidade de se fundir com os demais em uma comunidade, o que implica ter de aceitar regras de conduta. Freud diz que:

“o objetivo de estabelecer uma unidade formada por indivíduos é muito mais importante do que a felicidade individual. Mas o primeiro só coincidirá com o segundo na medida em que tenha por meta a adaptação à comunidade. Assim como o planeta gira em redor de um astro central, sem se esquecer de que gira em torno de si próprio, o indivíduo participa do processo evolutivo da humanidade, percorrendo ao mesmo tempo o caminho da própria vida”. (109)

Thomas Hobbes, filósofo inglês que defendia o governo absoluto, no “*Leviatã*” assinala que o povo renuncia aos seus direitos naturais em favor de um governo que, investido de poder a ele conferido, imponha ordem, organize a vida social e garanta a paz. O Estado representaria, segundo ele, um pacto social, mas que ao crescer alcança as dimensões de um dinossauro, ameaçando a liberdade de todos.

Diversos temperamentos podem aparecer em qualquer cultura. Logo, sempre existirá a possibilidade de se encontrar indivíduos inadaptados na medida em que certas características de personalidade serão mais valorizadas do que outras. Sendo a cultura tão coercitiva a ponto de determinar os padrões de personalidade, como explicar que certos temperamentos contrariem tão radicalmente tais padrões? Isto só parece possível na medida em que se mantenha uma forte ruptura entre o indivíduo e cultura e sociedade.

“Com um conceito de cultura menos rígido pode-se verificar que não é que o inadaptado veja o mundo essencialmente sem significado, mas sim que veja nele um significado diferente do que é captado pelos indivíduos ajustados” (110)

Sem nos aprofundarmos no assunto — mas a título de ilustração — sugerimos breve passeio por alguns filósofos debatendo também a questão do bem e do mal.

Jean-Jacques Rousseau, “o Pai da Democracia”, desenvolveu a **Teoria do Contrato Social**: o Estado surge de um acordo de vontades. Contrato social é um acordo entre os membros de uma sociedade pelo qual reconhecem a autoridade, igualmente sobre todos, de um conjunto de regras, de um regime político ou de um governante. Rousseau imagina uma convivência individualista, vivendo os homens de maneira

duas vezes. Numa entrevista à Folha de São Paulo, em 26 de maio de 1988”, ele conta que “nunca agiu fardado e matava nas horas de folga”.

cordial, sem atritos com seus semelhantes. Porém, se o homem é por natureza bom e afável, a vida em sociedade o deturpa^{XXXIV}.

Ainda de acordo com ele, pela natureza todos os homens são iguais, havendo-se tornado desiguais devido à instituição artificial de classes; e que lei é uma invenção dos mais fortes para acorrentarem e dominarem os mais fracos.

Em seu *Tratado Político*, Spinoza diz que os homens não são nascidos para a cidadania, mas adaptados a ela, muito próximo do que defendeu Freud em “El Malestar en la Cultura”^{XXXV}. Voltando a Spinoza, a consciência não é inata, mas adquirida:

“o fim último do Estado não é dominar os homens, nem pelo terror restringir-lhes a ação. É habilitar o corpo e o espírito a funcionar melhor. É levar os homens a viver pela e para a razão livre; para que não desperdicem a força em ódios e fraudes nem se conduzam deslealmente. Assim, o verdadeiro fim do Estado é a liberdade”. (111)

Já Nietzsche proclamava que a natureza se acha além do bem e do mal, que todos os homens são desiguais, que a moralidade é uma invenção dos fracos para limitarem e embaraçarem a ação dos fortes e que a dominação é a suprema virtude e desejo do homem.

“Tais homens, tais Estados. Os governos variam de acordo com a variação do caráter dos homens. O Estado é o que é porque os cidadãos são o que são. Por conseguinte não esperemos ter melhores Estados enquanto não tivermos melhores homens. Como são interessantes os povos! Não são engraçados em sua fúria legislativa, a acreditar que com reformas porão termo à desonestidade e maroteira do gênero humano e ignorando que na realidade estão a cortar as cabeças sempre renascentes da hidra?” (112)

Para nós, a fórmula da justiça que deveria imperar diria que cada homem é livre de fazer o que quiser contanto que não prejudique a liberdade similar de qualquer outro homem. “Mas e a liberdade individual?” — perguntariam alguns. Para rebatê-los seria necessário lutar por uma sociedade que preze os valores éticos. Porque aí mais importante do que o *ter* seria o *ser*, onde o ser em plenitude ocorre na presença do outro.

XXXIV “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles. Como adveio tal mudança? Ignoro-o. Que poderá legitimá-la? Se considerasse somente a força e o efeito que dela resulta, diria: ‘quando um povo é obrigado a obedecer e o faz, age acertadamente; assim que pode sacudir esse jugo e o faz, age melhor ainda, porque, recuperando a liberdade pelo mesmo direito por que lha arrebataram, ou tem ele o direito de retomá-la ou não o tinham de subtraí-la’. A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. Tal direito, no entanto, não se origina da natureza: funda-se, portanto, em convenções. Trata-se, pois, de saber que convenções são essas”. ROUSSEAU, Jean Jacques. O CONTRATO SOCIAL, Capítulo I.

XXXV No Brasil a obra se intitulou “Mal estar na civilização”.

Fica a máxima: “a sua liberdade acaba quando começa a do outro”. Já foi apregoadado, com efeito, que o ato moral nunca é solitário e sim solidário, porque traz a exigência do respeito e do compromisso com os outros. Os delinquentes, por exemplo, não conseguem estabelecer essa diferenciação. Privilegiam o pessoal em detrimento do social.

Na verdade, todo este embate travado (direito positivo x direito natural, lei x direito, bem x mal, liberdade x cultura) pode ser sintetizado no cotejo entre dois conceitos: ética e moral. Portanto é necessário defini-los.

Por ética (grego *ethos*, “costume”), temos a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral. A definição do *Dicionário Aurélio* parece simples diante da complexidade etimológica, histórica e contextual que envolve o vocábulo “Ética”: “*Estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal*” (113).

Aristóteles relacionava Ética a valores como o bem, a virtude, a paixão construtiva e a felicidade.

“...ser louvado e estar certo são características da excelência moral. A excelência moral, portanto, é algo como equidistância, pois, como já vimos, seu alvo é o meio termo. Ademais é possível errar de várias maneiras, ao passo que só é possível acertar de uma maneira (também por esta razão é fácil errar e difícil acertar – fácil errar o alvo, e difícil acertar nele); também é por isto que o excesso e a falta são características da deficiência moral, e o meio termo é uma característica da excelência moral, pois a bondade é uma só, mas a maldade é múltipla.” (114)

Durante o Iluminismo, Voltaire não tinha a menor dúvida de que existia apenas uma moralidade, assim como apenas uma geometria.

Em “Ética e Comunicação”, Emmanuel Carneiro Leão afirma que se trata de “*uma luta obstinada e sem tréguas contra as abstrações na conduta humana*” (115), caracterizada por ser despretensiosa e jamais ter raízes de má fé. Ele acredita que vivemos uma “aberração ética”, estimulada pela crise de valores que assombra a sociedade.

Muniz Sodré ressalta, em “Ética, Política e Psicanálise”, que o sentido de ética remete a valores da antiguidade e foi originado das palavras latinas “*ethos*”, costume, e “*moris*”, moral, que originaram o vocábulo “*ethike*”, ética, que designa o conjunto de “*normoi*”, normas, regras e valores da civilização humana (116).

Já por moral (latim *moris*, “maneira de se comportar regulada pelo uso; daí costume”), entende-se o conjunto de regras de conduta admitida em determinada época.

Os valores morais existem unicamente em ações ou produtos humanos e aplicam-se, portanto, ao comportamento de indivíduos ou de grupos sociais, aos seus atos e aos resultados decorrentes deles. A moral corresponde ao conjunto de regras de conduta assumidas por um grupo social a fim de organizar as relações interpessoais segundo valores do bem e do mal. A ética, segundo Vazquez, é a filosofia da moral, a reflexão sobre as noções e os princípios que fundamentam a moralidade.

“A civilização tecno-científica confrontou todos os povos, raças e culturas, sem consideração de suas tradições morais grupalmente específicas e culturalmente relativas, com uma problemática ética comum a todos.” (117)

O fato é que, atualmente, com a primazia do mercado, há uma inversão de valores. É como se a Ética e a Moral passassem a ser vistas como desviantes na medida em que não se configuram como os padrões de comportamento almejados. A imoralidade e postura aética observadas na contemporaneidade grassam a nível alarmante sendo que a qualificação moral e o agir solidário aparecem em situações efêmeras e localizadas. O resgate de uma axiologia que privilegie as redes de socialidade talvez seja a referência que devemos assumir para fazer contrapeso às pressões que os grupos de poder e o mercado exercem conjuntamente.

2.1.2 A Teoria dos Valores

É necessário, antes de qualquer coisa, estabelecer o que se entende por **valor**. Para tanto, recorreremos à teoria dos valores, também chamada axiologia (do grego *axios*, “valor”). De acordo com esta, importante ressalva se faz a partir da diferenciação entre juízos de realidade e juízos de valores. O primeiro diz respeito que as coisas existem — é objetivo. Por exemplo, quando falamos que este ou aquele objeto é de madeira, fazemos um juízo concreto do real. Já o segundo juízo, é subjetivo. Exemplo: “esta caneta é ruim pois falha muito”.

“A axiologia não se ocupa dos seres, mas das relações que se estabelecem entre os seres e o sujeito que os aprecia”. (118)

Os valores são, num primeiro momento, herdados por nós. O mundo cultural é um sistema de significados já estabelecidos por outros. Conforme atendemos ou transgredimos os padrões, os comportamentos são avaliados como positivos ou negativos.

Há uma passagem pitoresca, na peça *Pigmaleão*, de Bernard Shaw, que ilustra bem o caráter subjetivo dos valores:

“Alfred Doolittle, o limpador de chaminés, tentava que o Prof. Henry Higgins pagasse pelo ‘uso’ da sua filha Luiza. Chocado pela insolência de Doolittle, o amigo de Higgins, Coronel Pickering, pergunta:

— Você não tem moral, homem?

— Não tenho dinheiro para isso, Coronel. - responde Doolittle, sem se embarçar. — Nem você teria, se fosse tão pobre quanto eu”. (119)

Alguns autores consideram ainda valores como um padrão normativo para julgar e escolher entre várias maneiras de comportamento.

“Rokeach mantém, ainda, que as instituições sociais (família, religião, organizações políticas) engrandecem e transmitem subconjuntos de valores de geração para geração. De outro ponto de vista, valores podem ser concebidos como uma classe particular de motivos. Isto está baseado no argumento de que o comportamento não é determinado somente pelas condições ambientais, mas também, pelas condições inerentes ao organismo: necessidades, vontades, desejos, que são de um modo geral direcionados aos gols ou metas que se deseja atingir”. (120)

Podemos perguntar: há uma hierarquia de valores? Se houver, o bem supremo é a felicidade? É o prazer? É a utilidade?

Num trabalho comparativo, intitulado *Valores de Vida e Valores no Trabalho — Um Estudo Piloto*, realizado no Brasil e em Israel com três grandes grupos (estudantes de Administração, militares e empresários), chegou-se a interessantes conclusões. Salvo os valores de trabalho, os valores de vida dos grupos brasileiros e israelenses são quase os mesmos:

“Ser saudável, Felicidade, Auto-realização, Amor e Estar satisfeito com minha vida foram considerados os cinco valores mais importantes pelos brasileiros e israelenses. Contribuindo para a sociedade, Ser rico e Condições de vida confortáveis obtiveram classificação baixa em ambos os grupos culturais”. (121)

Assim como a moral, os valores também são cambiantes. Para ilustrar essa afirmação, nada mais oportuno que citar o chamado *homem ideal*, segundo Aristóteles:

“Ele não se expõe desnecessariamente ao perigo, uma vez que há poucas coisas que ame suficientemente para isso; mas nas grandes emergências dará de bom grado a vida, sabendo que em certas condições a vida não é digna de ser vivida. Sempre disposto a ser prestadio aos homens, envergonha-se de que lhe prestem serviços. Fazer benefícios é prova de superioridade; recebê-los é prova de subordinação... É franco em suas aversões e preferências; fala e age abertamente, devido seu desdém pelos homens e pelas coisas... Nunca se abrasa de admiração, uma vez que nada é grande aos seus olhos. Não se mostra complacente com os outros, exceto se forem amigos; a complacência é característico do escravo... Nunca é malévolos; sempre esquece as ofensas ou não lhes dá tento... Não é muito amigo de falar... Não fala mal de outrem, nem mesmo de seus inimigos a não ser que seja diante deles. Sua atitude é calma,

sua voz grave. Ele suporta os azares da vida com dignidade e elegância, tirando das circunstâncias o benefício possível, como um hábil general que comanda poucos homens com grande estratégia bélica... É ele mesmo o seu melhor amigo, ao passo que o homem sem virtude ou sem aptidões torna-se o pior inimigo de si próprio e teme a solidão". (122)

Uma vida autenticamente moral não se resume a um ato moral, mas é a repetição e continuidade do agir moral. Aristóteles^{xxxvi}, ao dizer que “*uma andorinha só não faz verão*”, se referia ao fato de que o agir virtuoso não é ocasional e fortuito, mas deve ser um hábito.

Vale dizer que o comportamento moral varia de acordo com o tempo e o lugar, conforme as exigências das relações de produção. Por exemplo, durante a Idade Média, no regime feudal, tínhamos a hierarquia estabelecida entre suseranos, vassalos e servos. A moral cavaleiresca que daí resultava estava calcada no pressuposto da superioridade da classe dos nobres, exaltando a virtude da lealdade e da fidelidade. Em contraposição, o trabalho era desvalorizado e restrito aos servos. Essa situação se alterou com o aparecimento da burguesia, a qual estabeleceu novos valores.

Há uma história chinesa, de 945 d.C., que ilustra bem a moral dos cavaleiros medievais:

“O general Fu Yen foi cercado por um exército bárbaro imensamente superior. A região era desértica e a pequena força chinesa ficou logo em apuros por falta de água. Os poços que furaram ficaram secos e os soldados reduzidos a espremer pedaços de lama, sugando sua umidade. Até que o general exclamou: ‘somos homens desesperados. É muito melhor morrer pela pátria que ir para o cativeiro de mãos algemadas’. Uma ventania começou a soprar e escureceu o ar com espessas nuvens de poeira. Fu Yen disse à tropa: ‘eles são muitos e nós poucos, porém, nessa tempestade de areia, é impossível perceber quanto somos; será vencedor o guerreiro mais valente, e o vento será nosso melhor aliado’. Os chineses fizeram um violento e inesperado assalto, com toda a cavalaria, desbaratando os bárbaros e conseguindo atravessar em segurança. É assim a arte da guerra.” (123)

Como contraponto ao caráter social da moral, se coloca o caráter pessoal, do sujeito.

O homem, ao mesmo tempo em que é herdeiro, é criador de cultura, só terá vida moral se, diante da moral constituída, for capaz de propor a moral constituente.

As contradições entre o velho e o novo são vividas quando as relações estabelecidas entre os homens exigem um novo código de honra: “o desviante de hoje

^{xxxvi} Etica, I, 7: “o bom para o homem é fazer a alma esforçar-se no caminho da excelência toda a sua vida; ... pois assim como uma andorinha ou um belo dia não fazem a primavera, também não é um dia ou curto lapso de tempo que faz um homem venturoso”.

pode ser o herói de amanhã”^{XXXVII}. Talvez o melhor exemplo disso seja a figura de Jesus Cristo:

“Não julgueis que vim trazer paz à terra; não vim trazer a paz, mas a espada. Porque vim separar o filho do seu pai, e a filha da sua mãe, e a nora da sua sogra”. (124)

Essa colocação significa o romper das normas estabelecidas e o anúncio de novos conceitos. Se aceitarmos unicamente o caráter social da moral, sucumbimos ao dogmatismo e ao legalismo. Por outro lado, se aceitarmos como predominante a interrogação do indivíduo que põe em dúvida a regra, corremos o risco de cair no individualismo exacerbado, na “tirania da intimidade”.

É preciso, sim, considerar os dois pólos contraditórios do pessoal e do social numa relação dialética. Cada pessoa responde sozinha pelo que faz, diante de sua própria consciência moral.

Em *Moralidade Pública e Moralidade Privada*, o Professor José Arthur Gianotti diz:

“os direitos do homem, tais como em geral tem sido anunciados a partir do século XVIII estipulam condições mínimas do exercício da moralidade. Por certo, cada um não deixará de aferrar-se à vida moral; deve, entretanto, aprender a conviver com outras, reconhecer a unilateralidade de seu ponto de vista. Desse modo, a moral do bandido e a do ladrão tornam-se repreensíveis do ponto de vista da moralidade pública, pois violam o princípio da tolerância e atingem direitos humanos fundamentais”. (125)

Como contraponto, o filósofo existencialista Gabriel Marcel dizia que “o homem livre é o homem que pode prometer e pode trair”.

Isso significa que, para sermos realmente livres, devemos ter a possibilidade sempre aberta da transgressão da norma, mesmo daquela que nós mesmos escolhermos.

Para melhor compreensão, consideremos as noções de heteronomia e autonomia.

— **Heteronomia:** *hetero* = diferente e *nomos* = lei

— **Autonomia:** *auto* = próprio

A primeira significa a aceitação de uma lei, de uma norma que não é a nossa, que vem de fora. A segunda não nega a influência externa e os determinismos mas recoloca no homem a capacidade de refletir.

^{XXXVII} Em exposição no CCBB do Rio de Janeiro, de 24 a 29 de março, a mostra *Trinta Anos de 68* traz um trabalho emblemático: o artista Hélio Oiticica homenageia o bandido *Cara de Cavalo* num painel onde, além da fotografia em preto e branco do bandido — estendido no chão e crivado de balas — os dizeres: ‘Seja Marginal, seja herói’.

2.1.3 A Teoria do Desvio

Regras são criadas por grupos sociais específicos e servem para demarcar a autoridade e os padrões de comportamento aceitáveis em dado momento. Através do registro oral ou escrito dessas normas, podemos perceber o modo como aquele grupo se relacionava com o meio, quais os valores, tradições e costumes. Assim, regras definem para cada um dos grupos as situações sociais e os tipos de comportamento que lhes são adequados, especificando as ações "certas" e "erradas". A sociedade moderna é composta por uma diversidade de grupos e nesse universo social complexo, crescem as possibilidades de que as regras impostas por um grupo social possam diferir, ou até serem contraditórias, a outras regras consideradas adequadas a situações sociais específicas de um grupo, ou compartilhadas por alguns dos inúmeros grupos em interação na sociedade.

"Quem pode, na verdade, forçar outras pessoas a aceitar suas regras e quais são as causas de seu sucesso? Esta é... uma questão de poder político e econômico através do qual certas regras são criadas e impostas. [Assim] desvio é criado... pela rotulação [do] comportamento como desviante (...) devemos ter em mente que as regras (...) não são universalmente aceitas. Em vez disso, elas são objeto de conflito e discordância, parte do processo político da sociedade". (126)

Também a forma como a sociedade trata seus membros desviantes pode ser analisada como um dado cultural, uma vez que é na trama das relações sociais que se manifestam as mais diversas formas de discriminação, controle e opressão em relação àqueles indivíduos considerados anormais. Neste jogo simbólico ocorre a rejeição e/ou a aceitação das pessoas que se apresentam como "normais", "integradas" ou "diferentes", "indesejáveis".

"Todos os grupos sociais fazem regras. Quando uma regra é imposta, a pessoa que se supõe tê-la transgredido pode ser vista como um tipo especial de pessoa, alguém que não se espera que viva segundo as regras com os quais o grupo concorda. Ela é vista como um marginal ou desviante". (127)

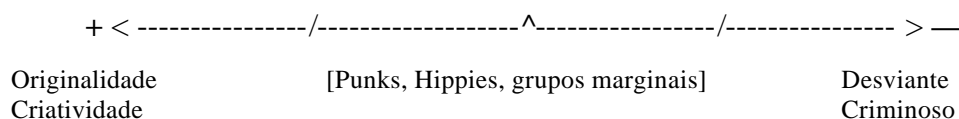
Seguindo um conceito utópico, todas as sociedades apresentam objetivos e meios de realização social que são legítimos para todos os membros. Mas nem todas as sociedades funcionam bem. Podem existir sociedades "mal integradas", ou seja, são aquelas que apresentam desequilíbrios entre os objetivos e os meios. Nesta sociedade "mal integrada", "doente", ou "instável", todos e quaisquer procedimentos seriam utilizados para se atingir determinado objetivo. Sai-se portanto de uma patologia do indivíduo para uma patologia social. Entretanto, nem todos os autores que trabalham

com o conceito de comportamento desviante vêm apenas o sintoma de doença na sociedade. Ou seja, o comportamento desviante não é, somente, algo que ameaça a existência da sociedade, mas pode ser até a sua “redenção”. Certos comportamentos desviantes de caráter inovador podem trazer respostas adequadas para a permanência de determinado sistema.

As preferências ou crenças que comandam o *status* no grupo dos que aderem a elas são chamadas de *centrais* ou *dominantes*. Inversamente, as preferências ou as crenças proibidas podem ser denominadas *desviantes*. Recebem o rótulo aqueles indivíduos ou grupos que contestam determinado *modus operandi*. Podem aí ser chamados de *originais*, *dissidentes*, *perversos* e/ou *criminosos*. Percebe-se aí uma gradação no rótulo, isto porque o desvio possui uma escala que compreende padrões “positivos”, ou seja, mais aceitos pelo grupo, e negativos. Assim, há diversos tipos de desvios entre os extremos desta escala dicotômica.

Sobre o caráter transitório do ato de rotular, o que era considerado à margem numa determinada época, pode vir a se transformar em regra. Logo, o desvio nem sempre tem caráter pejorativo. Há, portanto, o desvio positivo, como podemos observar no quadro elaborado pela Prof^a Dr^a Ester Kosovski do curso de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ:

Escala do Desvio:



O próprio movimento modernista de 1922 foi, num primeiro momento, tachado como desviante. Carlos Drummond de Andrade, no *Poema das 7 Faces*, ilustra bem essa condição de *outsider*: “Quando nasci, um anjo torto desses que vivem na sombra, disse: — Vai Carlos! ser *gauche* na vida”.

Se quisermos traçar uma linha do tempo para evidenciar no Brasil do século XX os movimentos artísticos considerados *outsiders*, ou melhor, de “contracultura”, a tarefa é simples. Apenas a título de ilustração, basta lembrar além da Semana de Arte Moderna de 22, o teatro Opinião, o cinema Novo de Glauber, o experimentalismo do Tropicalismo, Hélio Oiticica e tantos outros.

“Consiste em basicamente recolher o lixo da cultura estabelecida, o que, pelo menos, considerado lixo pelos padrões intelectuais vigentes, e curtir esse lixo, levá-lo a sério como matéria-prima da criação de uma nova cultura. Misticismo

irracionalista, filosofia oriental, astrologia, especulação metafísica, hedonismo primitivista etc, geralmente considerados bobagens infantis pelo melhor pensamento moderno, foram transformados nas principais disciplinas da academia do underground” (128)

Agora que o conceito já foi anunciado, urge abordar um aspecto fundamental do desvio: a rotulação, isto é, o ato de dar e/ou receber, carregar e/ou rejeitar adjetivos estigmatizantes. A fim de estabelecer uma analogia, oportuno lembrar que de acordo com Aristóteles, *“se não existir o outro não existe ética”*. Da mesma forma, podemos afirmar que *“não existe desvio sem o olhar do outro”*.

Segundo Howard Becker, a teoria da “rotulação” não diz porque uma pessoa se torna ladrão de bancos. O que ela pretende é estabelecer como o ato de roubar bancos veio a ser classificada como um ato desviante.

“O desvio é uma consequência das respostas de outros ao ato de uma pessoa. O que têm em comum as pessoas que foram rotuladas de desviantes? Pelo menos compartilham do rótulo e da experiência de serem rotulados como marginais”. (129)

A idéia de estigmatização aproxima-se da noção de “desvio social”. A classificação de grupos desviantes pode também ser considerada como um processo de estigmatização:

“Estigmatização é a forma de classificação social pela qual o grupo — ou indivíduo — identifica o outro segundo certos atributos seletivamente reconhecidos pelo sujeito classificante como negativos ou desabonadores” (130)

Teríamos de um lado os grupos rotulados — ou estigmatizados — como “desviantes” e, de outro, grupos admitidos como “normais”. Becker propõe duas categorias conceituais para definir a percepção de um comportamento como *desviante*: a primeira categoria, descreve o caso em que uma pessoa é percebida pelo grupo como tal, por ter quebrado alguma das regras (*desviante puro*) ou mesmo que não tenha realmente transgredido alguma regra (*falsamente acusado*); a segunda, descreve o caso em que a pessoa não é percebida como *desviante*, seja por que não apresenta um comportamento transgressor (*age de conformidade* com as regras do grupo), seja por que esconde do grupo esse comportamento transgressor (*desviante secreto*).

Na situação de *desviante secreto*, um ato impróprio é cometido mas como ninguém reage a ele não é percebido como uma violação às regras. Becker acentuava que:

“O desviante é aquele indivíduo no qual o rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é aquele rotulado como tal” (131)

Logo, o desvio enfoca duas questões:

“1) O que é rotulado desvio? 2) Quem é rotulado desviante? No primeiro caso, a referência é dada pelas regras do grupo dominante e, no seguinte, o rotulado desviante também depende da aceitação do rótulo, ocorrendo muitos casos em que o indivíduo aceita o papel de bode expiatório e até se auto-rotula; outros se rebelam contra o rótulo e lutam para apagá-lo, o que às vezes conseguem” (132)

Desvio é, portanto, uma consequência das respostas de outros ao ato de uma pessoa. Assim, grupos sociais criam o desvio quando estabelecem regras cuja infração constitui desvio e ao aplicá-las a pessoas particulares, marcando-as como *outsiders*, ou, “foras da lei”.

“A intensidade em que alguém é marginal varia de caso a caso. Acreditamos que uma pessoa que comete uma infração de trânsito ou bebe um pouco mais numa festa não é, afinal, tão diferente de nós. Consideramos o ladrão menos parecido conosco e o punimos severamente”. (133)

O grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem comete o ato e de quem se sente prejudicado por ele. As regras tendem a serem aplicadas mais a algumas pessoas do que a outras onde o fator social também pesa na rotulação de marginais. Um menino de classe média, quando apanhado pela Polícia corre menos risco de ser fichado. No Brasil, pior ainda se for negro e com baixos graus de escolaridade e nível sócio-econômico.

Para Howard Becker, *“quem determina que a quebra de regras constitui desvio são os grupos cuja posição social lhes confere armas e poder”*. (134)

Em vez de perguntar porque os desviantes fazem coisas que não são aprovadas, poderíamos perguntar porque as pessoas convencionais não levam até o fim os impulsos que têm. A resposta está no “compromisso” assumido pela pessoa “normal” com as instituições. Esta pessoa “normal” quando percebe em si um impulso desviante, pensa nas inúmeras consequências que o ato traria para ela. É a história de alguém que diz: “fiz aquilo sem pensar”. Talvez, se ela tivesse refletido, não chegaria às vias de fato de determinado delito.

O desviante que entra num grupo desviante organizado e institucionalizado tem mais chance do que jamais havia tido antes de continuar em seu rumo. Para comprovar isto podemos verificar os baixos índices de reabilitação entre os presos.

2.2. Violência e crime como práticas culturais

Antes de discorrermos sobre as imbricações entre os conceitos de *violência* e *crime* precisamos explicar como estes fenômenos podem ser vistos como práticas

culturais. Entendemos por *Cultura* um substantivo plural, polissêmico, que morfológicamente corresponde à qualidade das palavras que variam de sentido.

Uma vez que são múltiplas suas significações, delimitaremos nosso *corpus* fechando numa particularidade concernente à *Cultura*, que é o conceito de violência e de crime (cujos temas serão desenvolvido mais adiante).

“Cunhada numa sociedade basicamente agrícola, a palavra Cultura origina-se de colere: cultivar, habitar, criar e preservar. Na sociedade romana, o termo associava-se ao cuidado da terra, referindo-se ao trato do homem com a natureza. Atualmente, os múltiplos significados da palavra podem ser observados não só no pensamento acadêmico, como também na extensão de seu uso na linguagem cotidiana. Cultura se tornou um substantivo plural”. (135)

Não trataremos aqui de fazer o percurso etimológico completo da palavra *Cultura*, pois isso fugiria aos nossos propósitos metodológicos. Entretanto, algumas definições do termo, dada por autores de diversas linhas de pensamento, se fazem necessárias, a fim de demonstrarmos a amplitude do conceito e a partir de que momento se dá o ponto de toque com a temática da violência.

O termo *Cultura* permanece em contínuo processo de complexificação, sofrendo mudanças significativas através do tempo e do espaço.

“Se o nosso século herdou um conjunto de palavras, palavras deslocadas e mutiladas, a tarefa dos homens tem sido de redescobri-las e reconstruí-las permanentemente” (136)

Uma das muitas conceituações diz que *Cultura* é tudo aquilo que o homem faz para justificar sua existência.

“A obsessão pela cultura traduz a necessidade de seu entendimento como experiência vivida. Experiência essa que se realiza no intercâmbio dos diferentes sentidos e significados que os homens têm atribuído às coisas no mundo” (137)

Cultura pode também ser entendida como tudo que caracteriza a existência social de um povo ou nação. Assim falamos na cultura francesa, grega ou xavante.

O grande marco de referência cultural eram as sociedades européias do século XIX, consideradas como mais ou menos evoluídas em relação a esse padrão de referência. Presença ou ausência de traços como Estado centralizado, propriedade privada, família monogâmica, desenvolvimento tecnológico etc. estariam entre os critérios de identificação dos distintos estágios de evolução das sociedades. Tudo o que fosse diferente era “bárbaro”, “selvagem” ou “aculturado”. Era preciso, desta forma, submetê-los, ainda que a força, à vontade do colonizador.

Baseados nos critérios de desenvolvimento citados acima, pouco importavam os valores ético/espirituais como índices de “civilização”. Como se sabe, culturas não podem ser comparadas, só civilizações:

“não há superioridade ou inferioridade ou traços culturais de modo absoluto; não há nenhuma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior a outra. Existem no entanto processos históricos que as relacionam e estabelecem marcas verdadeiras e concretas entre elas” (138)

Tentava-se uma uniformização, postura similar nos dias atuais — embora se valendo de outros recursos. Os meios de comunicação, por exemplo, têm sido analisados como exercendo função de “sentidos”. Eles — ao mesmo tempo em que podem trabalhar no desenvolvimento do senso crítico, na quebra dos paradigmas, no estímulo ao debate público entre outras funções — podem também atuar na promoção das organizações e do *status quo*, reafirmando estereótipos e/ou filtrando informações para atender interesses particulares.

A cultura de massa, configurada desta forma, procura atuar, “marginalizando” o que é diferente e impondo um modo único de pensar e agir. É o slogan: “seja diferente: seja igual”. Nessa “onda” entram a moda, o culto ao corpo, os gostos, lazeres etc. É o autor norte-americano David Riesman, em “A multidão solitária”, quem defende a idéia do indivíduo, isolado e ao mesmo tempo integrado num todo com a massa, aderindo ao impulso de “ser como os outros”. Dentro do “mercado cultural”, vale a fórmula de Marx onde o *produtor cria o consumidor*. A comunicação dirigida às massas tem por finalidade servir à manutenção dos sistemas sociais pós-industrialização, através da fragmentação, no imbricamento dos símbolos comuns. Além disso, não difunde mensagens pelo ângulo da oferta e da demanda, uma vez que a ordem do mercado é redesenhada já que se consegue gerar demanda para atender a produção midiática cada vez maior. Assim, a notícia se torna estereotipada.

2.2.1 Cultura como sistema de mediação

Hoje, pode-se dizer que o período é técnico-científico-informacional, ou seja, o que as sociedades acumularam em conhecimento, em desenvolvimento técnico foi para servi-las, isto é, para facilitar as relações dessa sociedade com a natureza. No fundo, é isso que o homem faz desde o início: relacionar-se com a natureza, dominá-la, tentar tirar dela proveito, para perpetuar a sua existência.

Essa unidade do homem com a natureza sempre foi feita através de ações. Ações de poder, de dominação, de exploração. Não ações isoladas, individuais, mas de toda a sociedade, gerando conseqüentemente, desequilíbrios, lutas pelo espaço, pela

sobrevivência, gestadas numa sociedade segmentada por classes sociais antagônicas. Esse mundo do desenvolvimento técnico que começou com a disputa do homem com a natureza, permite que a tecnologia produza tudo de forma automatizada, informatizada, provocando uma grande revolução na economia e nas organizações.

“As conseqüências desta transformação tem grande alcance e atingem muitos aspectos e atingem muitos aspectos de nossas vidas, desde os mais íntimos aspectos da experiência pessoal e da autoformação à mutável natureza do poder e da visibilidade de domínio público.” (139)

Esse desenvolvimento técnico-científico-informacional que caracteriza a sociedade ocidental criou o que chamamos de aceleração contemporânea, tudo ficou mais rápido e ágil. Da mesma forma, seria impossível ignorar a indústria cultural em escala internacional vendendo seus produtos nos quatro cantos do mundo.

“Em todo o mundo há uma percepção de mudanças significativas ocorrendo - mudanças tão grandes que mal podemos compreender seu derradeiro impacto. A vida como a conhecemos está sendo alterada de modo fundamental. (...) As implicações são profundas e de longo alcance.” (140)

Qualquer sistema cultural está em contínuo processo de modificação sendo que este dinamismo pode ocorrer através de influências internas ou externas; a interna tem a sua mudança lenta, quase imperceptível para o observador; já na externa, a mudança se faz mais rápida e, portanto, é mais facilmente identificada.

Assim, sem procurar delimitar o conceito mas apenas destacando uma de suas significações, cultura pode também ser encarada como um sistema mediador, isto é, uma espécie de circuito que possibilita a circulação, a análise e a construção do real humano. Mais do que isso, oportuno registrar como a cultura se configura como sistema mediador e sua imbricação com a comunicação de massa.

Lukács afirma que não pode existir na natureza, nem na sociedade, nenhum objeto que não seja *mediato*, não seja resultado de *mediações*. Porém, o que podemos entender como mediação? Com a finalidade de proporcionar um entendimento mais pontual da questão, vamos exemplificar colocando o trabalho — inscrito na cultura ocidental — como sistema mediador. Nesse caso, chamamos de mediação primária (ou de primeira ordem), a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal; a realização das necessidades humanas elementares por meio do constante intercâmbio com a própria natureza.

As mediações de primeira ordem incluem:

- a regulação do processo de trabalho, pela qual o necessário intercâmbio comunitário com a natureza possa produzir os bens requeridos, os instrumentos de trabalho, os

empreendimentos produtivos e conhecimento para a satisfação das necessidades humanas;

- estabelecimento de um sistema de trocas compatível com as necessidades requeridas historicamente mutáveis e visando otimizar os recursos naturais e produtivos existentes;
- a organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades, materiais e culturais, visando o atendimento de um sistema de reprodução social cada vez mais complexo;
- a constituição e organização de regulamentos sociais designados para a totalidade dos seres sociais, em conjunção com as demais determinações e funções de mediação primárias.

Chamamos de mediação de segunda ordem, a expansão constante do valor de troca, ao qual todos os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades individuais até as mais variadas atividades de produção, materiais e culturais devem estar estritamente subordinados. As mediações de segunda ordem incluem, entre outras:

- a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção;
- a personificação do capital como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas – voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital.

Desta forma, cada uma das formas de mediação de primeira ordem é alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital. As funções produtivas e de controle do processo de trabalho social são radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* e aqueles que *controlam*. Esse sistema mantém domínio e primazia sobre a totalidade dos seres sociais, sendo que suas mais profundas determinações estão orientadas para a expansão e impelidas pela acumulação. Esse sistema se sobrepõe às mediações de primeira ordem, em que os indivíduos relacionavam-se com a natureza e com os seres sociais dotados de algum grau de autodeterminação.

Mediação pode ser entendida, portanto, como um conjunto de influências que estrutura, organiza e reorganiza a percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita ou explicitamente esta realidade. As mediações produzem e reproduzem os significados sociais, sendo o "espaço" que possibilita compreender as interações entre a produção e a recepção. A Prof^a. Dr.^a Raquel Paiva, em aula proferida no curso de pós-graduação em Comunicação e Cultura, apontou que só é possível falar em mediação se houver partilha, isto é, se ela passar por uma estrutura social.

Fundamental não confundir mediação com mediatização. O último termo — embora compreendido no sentido do primeiro — diz respeito ao processo de articulação do funcionamento das instituições sociais com os meios de comunicação. Tal designação aponta para a representação dos acontecimentos cotidianos de interesse geral ou específico a partir de intermediários tecnológicos. O professor doutor Muniz Sodré sugere, por sua vez, o emprego do termo tecnocultura, uma vez que o campo comunicacional enquanto instância de produção de bens simbólicos utiliza dispositivos maquínicos cada vez mais novos.

Os meios de comunicação e seus produtos costumam ser tratados como alheios à cultura, ou pior, como prejudiciais a ela, sendo combatidos tanto pelos que defendiam a sobrevivência da cultura popular, quanto pelos que defendiam a distinção da cultura culta, ambos em seus redutos "ameaçados pela dissolução massiva". Na América Latina, dois autores — Canclini e Barbero — iniciam o rompimento com estas tendências e apontam o equívoco destas visões, cada qual de sua perspectiva, mas partindo do conceito gramsciano de hegemonia e de um entendimento mais amplo de cultura, ou seja, como uma relação entre produção, circulação e consumo do conjunto de bens simbólicos concebidos por uma determinada sociedade.

Para Barbero essa nova perspectiva significa localizar os problemas de comunicação em outro campo, o dos processos socioculturais, por isso propõe o estudo dos fenômenos de comunicação através das mediações, ou seja, indica a entrada ao campo pelo estudo das instituições, organizações e sujeitos, pelas diversas temporalidades sociais e multiplicidade de matrizes culturais. Opera dessa forma um deslocamento conceitual cunhado por ele de "de los medios a las mediaciones". Tal deslocamento resulta em uma aproximação radical entre cultura e comunicação, possibilitando redefinições teóricas, metodológicas e políticas.

A cultura como um processo dinâmico, isto é, inscrita numa lógica de transformação comporta subestruturas — como o trabalho, as leis, o arcabouço religioso — onde podemos observar, por exemplo, uma cultura dogmática (normatizada por crenças e tabus) com outra do tipo aberto (dialética).

“Toda cultura é uma estrutura de comunicação, que só pode ser compreendida pela decifração de seu código.” (141)

2.2.2 Linguagem e cultura

Inscrita na cultura, a linguagem atua com a função de mediar o real; ademais, a partir de especificidades, essa função de mediação se dará desta ou daquela forma, ou seja, serão usados códigos e/ou canais próprios. Para fins de comunicação podemos nos

valer, dentre outras formas, do texto escrito que, por sua vez, deriva da linguagem falada.

Geralmente a consciência mítica predomina nas culturas de tradição oral, onde ainda não há escrita. É interessante observar que *mythos* significa “palavra”, “o que se diz”. A palavra antes da escrita, ligada a um suporte vivo que a pronuncia, repete e fixa o evento por meio da memória pessoal. Aliás, etimologicamente, *epopéia* significa “o que se exprime pela palavra” e *lenda* é “o que se conta”.

É bem verdade que, de início, a primeira escrita é mágica e reservada aos privilegiados, aos sacerdotes e reis. Entre os egípcios, por exemplo, “hieróglifo” significa literalmente “sinal divino”. Na Grécia, a escrita surge por influência dos fenícios e já no século VIII a.C. se acha suficientemente desligada de preocupações esotéricas e religiosas. Enquanto os rituais religiosos são cheios de fórmulas mágicas, termos fixos e inquestionáveis, os escritos deixam de ser reservados apenas aos que detêm o poder e passam a serem divulgados em praça pública, sujeitos à discussão e à crítica. Mas isso não significa que a escrita tenha se tornado acessível a todos. Muito ao contrário: permaneceu grande ainda o número de analfabetos. O que está em questão, no entanto, é a dessacralização da escrita, ou seja, seu desligamento da religião.

A escrita gera uma nova idade mental porque exige de quem escreve uma postura diferente daquela de quem fala. Como a escrita fixa a palavra, e conseqüentemente o mundo, para além de quem a proferiu, necessita de mais rigor e clareza, o que estimula o seu espírito crítico. Além disso, a retomada posterior do que foi escrito e o exame pelos outros — abrem os horizontes do pensamento, propiciando o distanciamento do vivido, o confronto de idéias, a ampliação da crítica.

Portanto, a escrita aparece como possibilidade maior de abstração, uma reflexão da palavra que tenderá a modificar a própria estrutura do pensamento. Reitera-se, porém, que este suporte deve obedecer a regras semânticas mais estritas, que se devem à necessidade de levar o registro para além do ambiente do discurso, no espaço e no tempo. Interessante notar que a escrita é um meio que desobriga a presença de um interlocutor no momento da recepção, constituindo-se assim como registro do virtual.

Quando falamos em linguagem jornalística, esta pode ser utilizada como sintaxe visual ou escrita. Na gramática da notícia é feito um recorte do código comum, por exemplo da língua portuguesa, e estabelecido um conjunto de regras específicas. Não se trata porém de uma linguagem qualquer; é uma linguagem dotada de especificidades e deve, portanto, ser situada a partir de um contexto histórico, o da sociedade industrial.

Para efeito de coerência, vamos trazer à tona uma questão pontual que servirá como guia nesta tese: Como é que nós, brasileiros, lidamos com o conceito cultural de violência? Como a violência se constrói como linguagem? E ainda: qual o papel da indústria cultural na anunciação desta prática?

Os *estudos culturais*, analisando a produção e a recepção da mensagem dentro de um quadro semiológico inspirado no marxismo, acabaram por colocar a recepção como prática complexa de construção social de sentido. Em outras palavras, recusa-se o modelo mecanicista de envio unilateral de mensagens de um emissor para um receptor e estuda-se o processo comunicacional a partir das imbricações do sujeito com o meio-ambiente. Assim, defende-se, segundo Muniz Sodré, “*uma nova metafísica da comunicação, onde tudo se comunica; tudo é comunicação*” (142).

O conceito gramsciano de hegemonia é usado no modelo de codificação/decodificação (Hall) para examinar os modos concretos pelos quais os significados dos meios podem ser negociados ou até eventualmente subvertidos por públicos específicos. Para os estudos culturais são, então, levadas em consideração as estruturas complexas que reúnem indivíduos em classes, grupos ou subculturas, onde cada formação social tem sua própria identidade e seu próprio código. Como iremos discutir a violência, deixamos claro que, subsidiados pelos estudos culturais, múltiplas podem ser as apropriações que se farão desta prática a partir de especificidades. Por isso, como já deixamos assente, falar-se-á de violências.

2.2.3 Aproximando Cultura e Violência

De Mitologias, de Roland Barthes, encontramos justificativas para aproximar os conceitos Cultura e Violência. Barthes pergunta:

“O que é um mito, hoje? O mito é uma fala. Naturalmente, não é uma fala qualquer. São necessárias condições especiais para que a linguagem se transforme em mito. O mito é um sistema de comunicação, é uma mensagem” (143)

Assim, a violência — compreendida como uma linguagem dotada de especificidades e marcada por uma carga cultural — também é um mito. Os *mass media*, ou meios de comunicação de massa, através da indústria cultural, mitificam a violência, superexpondo os telespectadores a imagens violentas^{xxxviii}. É a espetacularização, ou como preferem alguns, a banalização do mal.

^{xxxviii} “Nos EUA um dispositivo eletrônico começa a ser usado nos televisores com a finalidade de bloquear imagens indesejáveis: os pais podem programar suas TVs para desligarem automaticamente antes da exibição de um programa impróprio. As estatísticas amparam o chip: uma criança que assiste a 4

Através da *indústria da violência* vemos proliferarem programas televisivos que têm a violência como temática. Vide por exemplo *Linha Direta*, da **Rede Globo**, *Repórter Cidadão* e *Canal Aberto*, da **Rede TV**, *Hora da Verdade* e *Brasil Urgente*, da **Band**, *Cidade Alerta*, da **Rede Record**, entre outros. Isso sem falar nos periódicos especializados como *O Povo na Rua* e *A Notícia*. Agora se anuncia, para exibição doméstica, como entretenimento para as horas de lazer^{XXXIX}, vídeos com cenas de violência explícita como *Acidentes Espetaculares* e *Vida Animal*. No primeiro há cenas reais de atropelamento, colisão de veículos e desastres aéreos. Aqui a morte é espetacularizada. Parafraseando Roland Barthes, assim como numa luta de *catch*, em que o gesto do lutador vencido é acentuado para proporcionar o delírio dos espectadores, a divulgação maciça de cenas violentas qualifica o tom trágico do espetáculo.

“A derrota não é um signo convencional que se abandone logo que atingido: não é um resultado, mas um processo exibitório que retoma os antigos mitos do sofrimento e da humilhação pública: a cruz e o pelourinho”. (144)

No segundo filme animais devoram, diante das câmeras, presas menores. A chamada para tal vídeo é a seguinte: *Cenas impressionantes e chocantes! A natureza em sua mais cruel expressão! Venha descobrir seu lado animal!* O ato em si, os animais seguindo seu instinto natural de caça, não é uma violência. Nós é que o apreendemos como tal. Partimos do pressuposto que toda violência é um fenômeno cultural.

“Cada objeto do mundo pode passar de uma existência fechada, muda, a um estado oral, aberto à apropriação da sociedade, pois nenhuma lei pode impedir-nos de falar das coisas. Uma árvore é uma árvore. Mas uma árvore, dita por Minou Drouet, já não é exatamente uma árvore; é uma árvore decorada, adaptada a um certo consumo” (145)

Por isso podemos afirmar que cultura tornou-se um substantivo plural, o mesmo acontecendo com violência. Parafraseando Roland Barthes em “uma árvore é uma árvore”, também podemos dizer que “violência é violência”. Mas sob o enfoque cultural, ela não é uma entidade estática, rígida, eterna: fala-se aí de violências. De que

horas de televisão por dia testemunha 1.000 assassinatos e 10.000 cenas de violência por ano.” Fonte Revista Veja, 25 de março de 1998. Pág. 17.

^{XXXIX} Também sob a “alcunha” de entretenimento para as horas de lazer, uma empresa especializada em jogos de computador em CD-ROM pôs a venda no Brasil um *game* que incentiva o roubo de carros. O objetivo do jogo é roubar um carro de marca famosa, despistar a polícia e levar o veículo a um desmanche. Uma das propagandas veiculadas pela mídia diz: “Chegou o game mais contraventor de todos os tempos. Aprenda a assaltar os carros mais possantes, fugir dos policiais e ainda se divertir muito nesta aventura. Seqüência de roubar o fôlego com muita adrenalina. Você vai ficar preso nesta emoção. O Grande Ladrão de Carros. Quem disse que o crime não compensa?” O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, em fevereiro de 1998, determinou a suspensão da circulação do produto e sua comercialização. Porém o jogo pode ser facilmente encontrado com ambulantes que comercializam produtos pirateados.

violência(s) se fala hoje no Brasil? Antes de tudo, porém, o que entendemos por violência e seus meandros?

2.2.4 Violência

Existem muitas definições de *violência*. O Prof. Emmanuel Carneiro Leão, em suas aulas na Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, costuma dizer que “violência é um fenômeno político da ordenação do poder. Assim toda violência seria praticada pelo Estado”. Antes, porém, de defender esta ou aquela definição, se faz necessário mostrar a etimologia da palavra.

Muitos confundem *Violência* com *Força*, o que não é correto, uma vez que essas palavras têm diferentes significados. *Violência* (do latim *Vis*; vi-olar) é uma violação; *Força* (latim *Fortia*) *de Lei* é, por exemplo, o caráter coercitivo de um ato emanado do poder competente. É comum pensar-se em força física, coerção, violência. *Força* é a canalização da potência, é a sua determinação. Logo, *força* nem sempre significa *violência*, pois ela pode ser exercida de forma sutil. Entretanto, a recíproca não é verdadeira. *Violência* significa sempre uso da *força*.

“Por isso é manifesto que durante o tempo em que os homens vivem sem um Poder comum para mantê-los todos amedrontados, estão nessa condição que é chamada Guerra; e tal Guerra, sendo de cada homem contra cada homem. Na condição social de Guerra, a força é um recurso legitimamente disponível para todos os homens. Não precisa haver necessariamente violência, mas tampouco há segurança do contrário”. (146)

Para haver violência é necessário haver uma ordem constituída. Num pré-Estado, por exemplo, não há atos de violência. Para ser violento o sujeito teria que violar uma ordem que ainda não existia. Quando uma pessoa matava a outra, isto “não era” violência; não havia Estado para dizer se aquilo era “certo” ou “errado”. Desta forma, basta lembrar o artigo 1º do Código Penal, quanto da *Anterioridade da Lei*: “*Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal*”. (147)

O rompimento de uma lei estabelecida pode significar violência num sistema em desequilíbrio (quando por exemplo uma força se sobressai às outras): “*O Poder tem uma lógica onde não há inocentes; se houver ameaça ao Poder a violência é legítima por si mesma em toda e qualquer ação do Poder*”(148). Podemos citar Sérgio Buarque de Hollanda, em ***Raízes do Brasil***: “*Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida*”. (149)

No artigo de Luiz Eduardo Soares, publicado na Folha de São Paulo, fica explícita a hierarquia social no Brasil:

“Você é um indivíduo igual aos demais, cidadão, sob a lei que nos protege. Ao mesmo tempo, a mesma voz afirma: você não é como os outros. Você tem um lugar. Ponha-se no seu lugar (superior ou inferior). Seu lugar na hierarquia determinará o modo pelo qual você será tratado pela polícia, pela justiça, pelos outros”. (150)

Nos tempos atuais já não sabemos o que é violência. Identificamos violência com o ato físico, quando, na realidade, ela pode estar sendo exercida sem que a percebamos.

Para atender a nossos propósitos nesta Tese, optamos por dois recortes na tentativa de apreender o termo a contento. O primeiro diz respeito à ***violência institucionalizada***, praticada sob a égide do Estado com seus aparelhos e articulações sociais. A violência aí pode ser também “mascarada”, “invisível”, mas existir de fato como norma ou prática socialmente aceita. Por vezes, essa violência é visível, assumida, quando justificada, por exemplo, em “períodos de exceção” ou “força maior”. No segundo caso (***violência anômica***) podemos também tê-la manifesta de maneira visível ou invisível^{XL}. A diferença para a primeira é que ela se constitui num desvio, numa quebra, ruptura de um sistema acordado. Muniz Sodré explica que:

“A violência anômica, entendida como a ruptura, pela força desordenada e explosiva, da ordem jurídico-social, e que dá lugar à delinquência, à marginalidade ou aos muitos ilegalismos coibíveis pelo poder do Estado.” (151)

A sociedade tem tido particular dificuldade em lidar com as violências “invisíveis”. Frequentemente ignoradas pelas empresas jornalísticas, não são colocadas na pauta de cobertura onde, além do interesse dos barões da imprensa em não fazê-lo, há de se pesar a inércia do público, uma espécie de acomodação que conduz a falta de ações concretas que conduzam a uma mudança de paradigmas dos empresários da comunicação. Essa catarse possibilita que a prática de inúmeras violências se perpetuem.

Interessante registrar que é o Estado, ou grupos que detenham o poder, quem rotula a violência empregada. Pode ser “positiva”, quando normatizada, ou “negativa” quando represente ameaça ao sistema. Entretanto, como o termo adquiriu um sentido desabonador, para o ato da violência legitimada faz-se a troca de *violência* por *força*. Temos por exemplo as forças policiais, as Forças Armadas, a força da lei... Porém,

“positiva” ou “negativa”, perpetrada por agentes da lei ou ilegais, a violência é uma prática existente ao longo da história da humanidade. Porém, como bem assinala Muniz Sodré, somente a partir de um período histórico específico é que procuraram contê-la:

“A contenção da violência só se institui com a moral moderna, cujos valores se orientam no sentido do respeito formal à pessoa humana e de uma espécie de condescendência piedosa pelos mais fracos. Cabe então à disciplina, entendida como a regularidade da conduta por pressão, tanto externa quanto interna, substituir o emprego da força física. Outra não é a idéia de um panoptismo social sugerida por Jeremy Bentham – a disciplina é o regime adequado às fábricas, às escolas, enquanto a violência física serve à escravidão” (152)

Em nosso país, a partir do registro histórico, percebemos que a prática da violência figura como traço estrutural do modo de organização social, vide por exemplo a política colonialista, a escravidão ou ainda a espoliação do trabalhador camponês. Aliás, o exercício da violência e sua mediação pela imprensa parecem encontrar respaldo na própria estrutura interna do capitalismo. Segundo Lenin, “o poder do capital jamais pode sustentar-se de algum modo que não seja pela violência”. (153).

Parafraseando o jurista Hélio Bicudo, uma tese sobre violência deve começar, necessariamente, pela abordagem do conceito de cidadania:

“A cidadania — conjunto de direitos de deveres — não é uma concessão do Estado, mas uma conquista do povo. Os direitos nascem com o homem, que busca, no que poderíamos denominar flecha da evolução, o reconhecimento desses direitos de poder do Estado e, assim, os concretiza”. (154)

Contudo, para manter a injustiça de um sistema sócio-econômico baseado na desigualdade cometem-se inúmeras violências. É necessário, portanto, sair do pensamento maniqueísta tão em voga na sociedade brasileira. Estamos acostumados a ver somente aquela violência atribuída ao marginal. Não raro recorremos a estudos de psicopatologias, minimizando assim o fenômeno da violência ao campo biológico do homem. Ou então caímos na velha teorização de que a violência é fruto da miséria. Isto é, não que haja uma relação mecanicista entre pobreza e criminalidade, mas é inegável considerar o peso da desigualdade social na questão da violência.

José Alexandre Sheikmann, diretor da faculdade de economia da Universidade de Chicago, por sua vez, alega que — depois de inúmeras pesquisas — um determinado nível de pobreza não corresponde a um determinado nível de agressão. Ele diz que hoje trabalha-se com a idéia de que a violência é provocada por várias causas que, dependendo do lugar, desempenham diferentes pesos.

“Não existe uma vacina e não é como baixar a mortalidade infantil. A violência é um comportamento que se torna uma linguagem, um modo de se comunicar,

^{XL} Pode-se falar também de violência direta ou indireta. A primeira implica o uso da força física, já a segunda pode significar desde ameaça a pressões.

de resolver conflitos. É uma degeneração que prospera na marginalidade, provocada pelo desemprego, desestrutura familiar, pobreza, drogas, álcool e impunidade. Esse desvio coloca no topo o conceito de capital social para explicar a violência. Ou seja, a capacidade que uma comunidade tem, por meio das instituições, de manter a paz social". (155)

Mister estudar a violência a partir da conjuntura latino-americana, terceiro-mundista, para compreender o tipo de violência e sua apreensão por nossos agentes sociais. Desta forma torna-se mais fácil analisar a atração que a violência real ou fetichizada parece exercer em receptores ávidos por programação afim.

Muniz Sodré destaca o papel da mídia no Brasil no sentido de aumentar a violência latente. Isto porque, a partir da publicidade, veicula valores de mundo onde atrela felicidade à posse de bens materiais. O convite ao consumo desenfreado concorreria para o aumento das frustrações, da criminalidade e do individualismo exacerbado. Os consórcios internacionais do Primeiro Mundo e a “invasão informativa” propõem, segundo ele, uma ruptura — que assume por vezes caráter violento — entre o Brasil simulado e o Brasil real.

“A coexistência de dois modelos de encadeamento e de telerrealidade gera uma fricção (...) que ao longo da história do país dá margem a uma modernização perversa, que permite uma concentração de renda nos setores industrializados e a exclusão sistemática da maioria da população dos benefícios de crescimento do Produto Interno Bruto” (156)

Além disso, a posse dos veículos de comunicação nas mãos de poucos redundam em um autoritarismo disfarçado, *soft*, onde o poder é exercido por “coronéis da mídia eletrônica”. A mobilização da opinião pública ou a formação de *lobbies* poderosos junto a políticos é levada a cabo principalmente através dos sistemas televisivos. A retórica da telerrealidade é construída com a finalidade de distrair, evadir o indivíduo para o mundo das aparências, isto é, da valoração do homem por sua imagem pública — não uma imagem tradicional onde se conjugam valores como gratidão, honra, lealdade, honestidade mas, sim, pela imagem afinada com os padrões de conduta (modas e costumes) do mercado de consumo. Esse sistema imagético vai incutindo na sociedade que o reconhecimento só pode se dar através da imprensa. É ela quem vai construir as celebridades e os mitos. Assim, todos lutam desesperadamente por uma fama calcada naqueles padrões consensuais de conduta. Aparecer na mídia, não importa como, é uma glória — na maioria das vezes efêmera — pela qual todos se empenham. Passamos nossas vidas numa nova configuração de arena coletiva onde (a)parecer é o que importa.

“A mídia veicula informações não como transmissão de conteúdos de conhecimento, mas de produção e gestão de uma socialidade artificiosa, encenada num novo tipo de espaço público, cuja forma principal é a do

espetáculo (...). Ser imagisticamente notório (donde a ironia de Andy Warhol: 'no futuro todos serão famosos por quinze minutos') e não exatamente 'homem público' torna-se aspiração da consciência comum" (157)

A violência vai se colocar como um ato, um estilo de vida, uma prática natural daqueles que operam sob o signo do dinheiro somado com o poder das aparências. Sobretudo destituídos de senso ético, eliminam com extrema facilidade todos aqueles que se interporem no seu caminho. A desintegração das instituições e, mais do que isso, a maciça campanha da indústria cultural pela regulação da conduta pública pela exibição de poder, opulência e culto aos prazeres do corpo sugestionam o indivíduo — já acossado pelas vicissitudes do mundo contemporâneo — a ultrapassar a fronteira do ilícito.

“Os bandidos são bandidos por uma questão de escolha. Ser mafioso significa poder parar o carro em fila dupla, comprar pão sem ter que esperar pelos outros fregueses, ser cumprimentado pelas pessoas do bairro e, obviamente, idolatrar a prática da violência. (...) A fricção das diferenças é exasperante em países como o Brasil, onde a pobreza sobrevive numa relação simbiótica com a riqueza e em que o enfraquecimento das instituições tradicionais faz com que não se possa estabelecer uma fronteira muito nítida entre criminalidade e sociedade global organizada” (158)

Os meios de comunicação de massa interpelam os receptores a buscar satisfação na posse de bens econômicos, até porque a indústria cultural precisa a todo custo escoar sua produção. O fato é que a partir dessa intensificação da ideologia individualista de acumulação o sujeito se esquece do outro, da importância das trocas simbólicas, do comunitarismo, enfim, enfraquece-se a esfera pública em nome de um viver para si.

2.2.5 O Crime

O crime, como fenômeno em expansão, está intimamente relacionado à organização política da sociedade — representada pelo Estado. Assim, um sistema precário que não atenda aos níveis sócio-econômico-culturais de uma nação, está mais propenso a ser vítima da violência. São as causas externas, exógenas, atuando sobre o homem. Com efeito, José do Espírito Santo diz que: *“falhando o Estado Administração, as vítimas aparecerão”*. (159)

O jornalista e escritor José Louzeiro concorda que o crime parece ser mais uma questão sociológica do que patológica:

“Eu não conheci até hoje nenhum delinqüente patológico. Só delinqüentes sociais. De duzentos bandidos que entrevistei, cento e noventa eram assaltantes para sobreviver. Talvez existissem apenas uns dez, nesse meio, que fossem malucos” (160)

Não podemos, porém, deixar de mencionar as causas internas, endógenas, que dizem respeito à constituição do indivíduo, que podem levá-lo ao crime — vide, por exemplo, psicopatologias. Oportuno citar Cesare Lombroso, cuja teoria apesar de superada, foi de suma importância. Esse autor partia da idéia de que existiam criminosos natos, portadores — já ao nascer — de uma predisposição ao crime, e que o meio pouco influenciava^{XLI}.

Há outro viés para a questão. Vale dizer que quando uma lei é criada, já se levanta a possibilidade da transgressão. Com efeito, vejamos:

“O fato é que a lei já traz no seu bojo a possibilidade da transgressão, daí a necessidade da ameaça, da punição. A ameaça não seria necessária, nem a própria lei, se não houvesse a previsão da infração. Todo o arcabouço jurídico-penal repousa nisso e segmentos inteiros vivem do crime, ou seja, da sua punição”. (161)

Conforme salienta Henry Thoreau^{XLII}, na medida em que se estabelecem regras aprovadas pela “maioria” deixa-se de lado o desejo de uma minoria “discordante” que passa a ser, portanto, “desviante”: *“A lei nunca fará os homens livres; os homens é que têm que libertar a lei”.* (162)

O próprio Henry Thoreau chegou a ser preso por suas dívidas com o fisco americano. Ele se recusava a pagar quaisquer impostos.

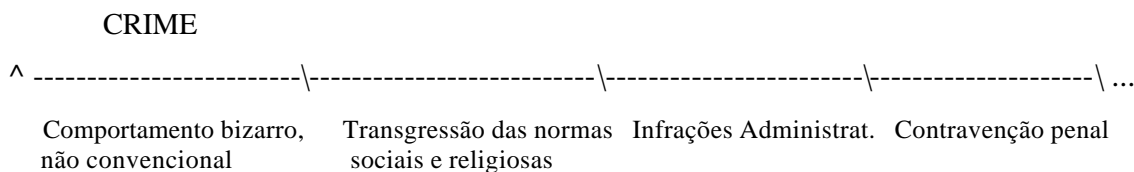
Cumprе destacar que o desvio tem uma gradação que pode ir desde a excentricidade, passando pelo não convencional e o contestatório, até a modalidade delinqüencial e criminal. Vejamos o gráfico explicativo elaborado pela Prof^a. Dr.^a Ester Kosovski:

^{XLI} Estatísticas, porém, mostram o contrário. Verificou-se que fatores geográficos e climáticos também devem ser considerados: “Pesquisas sobre incidência de espécies de crimes cometidos sob enfoque climático, nos informam que a violência, desacato, injúria, crimes sexuais, são mais freqüentes no verão e crimes contra a propriedade, roubos, furtos, estelionatos, mais freqüentes no inverno, em lugares de estações bem demarcadas”. Fonte: Kosovski, Ester. **A Penitenciária e o seu universo comunicatvo**.

Tese de Mestrado, RJ, 1977, págs. 19 e 20.

^{XLII} Escritor norte-americano (1817-1862), autor de **Walden, or life in the Woods** e **On the duty of civil disobedience**. “Quando estudante na Universidade de Havard, começou sua longa amizade com Emerson. Passou dois anos em solidão completa, num barraco, construído por ele próprio às margens do lago Walden. Voltando à civilização, foi até o fim como professor. Influenciado por Rousseau e Emerson, Thoreau defendeu a tese de que só no contato íntimo com a natureza, longe das forças corruptoras da civilização, o sonho da liberdade americana poderia ser realizado. O livro **On the duty of civil disobedience** é uma espécie de manual de um anarquismo pacífico, breviário do cidadão contra os poderes constituídos. Esse livro, última formulação do ‘sonho americano’, exerceu forte influência sobre Gandhi.” Enciclopédia Mirador Internacional, vol. 19, págs. 10900-10901.

Escala Negativa do Desvio:



Mas qual é portanto a definição de crime? De acordo com o dicionário, crime é:

“1.Dir. Violação dolosa ou culposa da lei penal; 2.Sociol. violação das regras que a sociedade considera indispensáveis à sua existência; 3. infração moral grave; 4.C. contra a natureza: crime que ofende os sentimentos ou instintos naturais; 5.C. de Estado: contra a segurança do Estado”. (163)

Já pela Lei de Introdução do Código Penal Brasileiro^{XLIII}, em seu artigo 1º:

“considera-se crime a infração penal a que a lei comita pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa”; (164)

Ainda no Código Penal, no capítulo nomeado Exposição de Motivos da Nova Parte Geral (Lei nº 7.209, de 11-7-1984) temos:

“Se o crime consiste em uma ação humana, positiva ou negativa (nullum crimen sine actione), o destinatário da norma penal é todo aquele que realiza a ação proibida ou omite a ação determinada, desde que, em face das circunstâncias, lhe incuba o dever de participar o ato ou abster-se de fazê-lo.” (165)

Uma ciência que vem mudar o foco de encarar o delinqüente apenas do ponto jurídico é a Criminologia. Nela o crime é considerado como fato humano e social onde o criminoso é tido como um ser biológico e agente social, influenciado por fatores de ordem genética e pela própria sociedade em que vive. Ali vamos estudar as causas que levaram o indivíduo a um comportamento desviante (crime), as medidas recomendadas para evitá-lo, os passos para sua reabilitação etc.

“A Criminologia é um conjunto de conhecimentos que estudam os fenômenos e as causas da criminalidade, a personalidade do delinqüente e sua conduta delituosa e a maneira de ressocializá-lo”. (166)

2.2.6 A gênese da prisão como sistema autocontido de Vigiar e Punir

Quando o totem e o tabu, transmitidos oralmente, não mais asseguravam aos homens o cumprimento de certas regras, fez-se necessário a lei escrita. Mas não foi este o único motivo: a lei escrita veio garantir maior segurança aos seus destinatários perante às arbitrariedades dos detentores do poder.

^{XLIII}Decreto-lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941.

Daí vieram as leis de Moisés — os Dez Mandamentos, a pena de Talião etc — o Código de Hamurabi (na Mesopotâmia), o Código de Manu (Índia), a Lei das Doze Tábuas (a Lex Decemviralis, em Roma), entre outras.

Num breve histórico sobre as prisões podemos dizer que desde Roma, passando pelo Egito, China e Babilônia, a reclusão punitiva era explorada como parte de mão de obra escrava. No Renascimento, a detenção se aplicava a uma massa de delinquentes menores como mendigos, doentes mentais, portadores de moléstias infecto-contagiosas. O criminoso grave, assim como o delincente político, não recebia como sanção penal a condenação de prisão. Podia-se mantê-lo recluso com outros fins como tortura mas não o encarcerava por via de sanção. A eles se aplicava o exílio, a deportação. Naquela época os criminosos eram punidos com castigos corporais^{XLIV} como o chicote, o corte de uma orelha ou nariz, a marcação com ferro em brasa e, às vezes, a pena de morte.

A prisão tinha apenas o intuito de reter o acusado até fosse pronunciada sua pena. Qualquer lugar poderia servir para tal fim, fosse uma caverna, um fosso, uma torre etc. As condições eram extremamente precárias, e não raro os condenados encontravam a morte acometidos pela fome, sede, infecções ou doenças.

O cárcere, tal qual conhecemos hoje, vai surgir justamente como reação aos excessos das penas corporais. O objetivo seria o ideal da reabilitação. É, sobretudo, a tentativa de docilização dos corpos e sua ressocialização. O confinamento levaria ao arrependimento. Pretendia-se que com a leitura de escrituras sagradas e com tempo para reflexão e exame de consciência haveria reabilitação espontânea.

O juiz James Koyle (distrito de Wisconsin, EUA) afirma que:

“... estou convencido que a instituição da prisão provavelmente desaparecerá. Em muitos sentidos, o cárcere resulta da intolerância do homem para com o homem, como foi a escravidão. A prisão é igualmente embrutecedora para todos que dela participam. É igualmente nociva para o sistema social e para a fraternidade humana. É a forma mais custosa e menos racional encontrada”. (167)

As penitenciárias, como conhecemos hoje, derivam da idéia de um filósofo inglês, chamado Jeremy Bentham. Ele idealizou o *Panopticom* (significa “ver tudo”), no século XVIII.

^{XLIV} “Na França, por exemplo, a pena capital era imposta de cinco maneiras: esquartejamento, fogo, roda, forca e decapitação. O esquartejamento consistia em prender-se o condenado a quatro cavalos que se lançavam em diferentes direções. A morte pelo fogo verificava-se após ser amarrado o condenado a um poste, em praça pública, onde era o corpo consumido pelas chamas. Houve também o costume de imergir o sentenciado em chumbo fundido, azeite ou resina ferventes (...) a decapitação era reservada aos nobres, enquanto que a forca era para o vilão.” Fonte: Kosovski, Ester. **A Penitenciária e o seu universo comunicativo**. Tese de Mestrado, RJ, 1977, págs. 30 e 31.

O *Panopticom* é a construção de uma torre de controle central e um prédio cheio de janelas onde seriam confinadas pessoas que precisariam ser vigiadas, tais como loucos, doentes, condenados. Nos hospitais era preciso evitar os contatos, os contágios, garantir a ventilação, dividir os espaços e assegurar uma vigilância que fosse global. Na construção da torre do *panopticom* inverte-se o princípio da masmorra: a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protege.

Antes de Bentham, porém, já existia essa preocupação como, por exemplo, nos primeiros modelos de dormitórios da Escola Militar de Paris. Lá cada aluno tinha uma cela envidraçada onde ele podia ser visto durante a noite. Bentham contou que foi seu irmão que, visitando a Escola Militar, teve a idéia do *panopticom*. O seu sistema não era apenas uma figura arquitetural. Na verdade, o seu sistema óptico era uma inovação que permitia exercer bem o poder. De acordo com Michel Foucault, as penitenciárias são sistemas autocontidos de poder que objetivam Vigiar e Punir.

Aos altíssimos níveis de superpopulação carcerária — noticiados na mídia sempre que estoura uma rebelião por melhores condições — acrescenta-se: violência exacerbada entre/contra os presos, proliferação de doenças infecto-contagiosas, promiscuidade, ociosidade, falta de programas assistenciais etc, tudo contribuindo para formar um imenso ‘barril de pólvora’.

A socióloga e ex-assessora técnica da Secretaria de Justiça do Rio de Janeiro, Julita Lembruber, afirma ser equivocada a idéia daqueles que acreditam num endurecimento da legislação penal como forma de combater a criminalidade. Para ela, ainda não se provou que aumentando-se as taxas de encarceramento consiga-se diminuições proporcionais nas taxas de criminalidade.

“Na Inglaterra, por exemplo, foi comprovado que um aumento de 25% na taxa de encarceramento reduz a criminalidade em apenas 1%, tornando o investimento em presos e prisões um péssimo negócio para o contribuinte, do ponto de vista do custo-benefício, quando se fala de segurança pública”. (168)

2.2.7 A reabilitação como desvio: caminhos para uma política de segurança pública

O tema se faz oportuno no momento em que se exige do Congresso Nacional celeridade quanto à revisão do Código Penal. A questão da criminalidade, suas causas e conseqüências, faz parte de um fórum de debates nacional — que vêm ocupando a mídia nos últimos meses — do qual a sociedade não pode se omitir. Talvez a partir do assassinato do repórter Tim Lopes, as empresas jornalísticas e seus profissionais

perceberam que de fato o crime organizado rompera com aquele pacto velado que sempre existira entre Imprensa e criminalidade.

Um fato célebre na crônica policial carioca ocorreu com o repórter Otávio Ribeiro, vulgo *Pena Branca*. Ele conta que pouco antes de os bandidos aposentarem a navalha e adotarem as armas de fogo, chamou a atenção da Imprensa um indivíduo de conduta violenta: ele cometia os delitos portando uma pistola calibre 45. Morava no Morro da Mangueira e era conhecido como *Mineirinho*. O repórter Otávio Ribeiro adotou uma técnica de apuração até então incomum, hoje conhecida como *despistamento*. Ele simplesmente passou a freqüentar o pé do Morro da Mangueira a fim de se enturmar com os moradores do local. Era visto bebendo, jogando carteados e, por vezes, fumando maconha. Certo dia, um dos fregueses habituais daquela birosca do Morro da Mangueira convidou Otávio Ribeiro para conhecer um *amigo especial*. Era exatamente o que o repórter queria. Naquele dia ele era apresentado ao *Mineirinho* e logo depois era publicada uma reportagem sobre o bandido mais procurado do Rio de Janeiro. Durante muito tempo repórteres policiais foram vistos como pessoas que poderiam dar voz àqueles excluídos e, por isso, garantir visibilidade.

Porém, essa relação perigosa foi se desgastando e o crime organizado percebeu que a Imprensa estava, na verdade, do lado da sociedade. Câmeras e microfones ocultos, fotografias tiradas à distância com lentes potentes, entre outros artifícios, serviam de material para iniciar investigação policial. Como resposta, jornalistas passaram a ser perseguidos e mortos. Os meios de comunicação, principalmente depois do assassinato de Tim Lopes, adotaram um tom mais agressivo e exigiram que o Estado intercedesse e trouxesse a público os assassinos.

“É possível que o cidadão cotidianamente sitiado pela insegurança indague-se por que a Imprensa reage tão fortemente indignada frente ao desaparecimento de um jornalista e não faz o mesmo ante o sumiço de tantos cujas trajetórias são interrompidas todos os dias quando tentam ir ao trabalho ou voltar para casa. Primeiro, a razão mais humana e imediata: pela proximidade. (...) Já houve dia em que traficantes convocavam a Imprensa para entrevistas nos morros e, no lugar de chamar à polícia, lá íamos nós qual seres instalados num patamar acima da Humanidade e seus valores ouvir, respeitosos, o que tinham a nos dizer os encapuzados e fotografá-los de metralhadora em punho, cuidadosamente protegendo-lhes as identidades. É terrível a cena? Pois era comum: e bem aceita naqueles tempos em que vivíamos a ilusão de que o mundo do crime era um mundo à parte, a ser “reportado” aos cá de fora. Esse universo nos explode tardiamente à cara, nos desaba às cabeças, nos soterra as almas, nos comprime as veias, nos une numa desesperada esperança de que Tim ainda possa estar metido em mais uma das suas e que reapareça, cheio de picardia no sorriso de dentes pequenos. (...) Somos reféns de uma violência inexplicável, desmedida, descabida, sem limites.” (169)

As publicações pasquineiras e/ou repórteres mais contundentes continuaram com o discurso em defesa da pena da morte e da necessidade de se adotar uma legislação que adotasse como ponto de referência o *Código de Talião*.

“Os Elias Malucos deveriam ser trancados para o resto da vida. Esse assassino, em particular, tem que ficar sem Tv, condicional, redução de pena, nada! Trabalharia duro como aparece naqueles filmes americanos, quebrando pedras, abrindo estradas com macacão laranja, correntes nos pés e nas mãos e um monte de guardas com trabucos à sua volta e com ordem de atirar para matar se tentar algo” (170)

O ano de 2002, em particular, foi emblemático na medida em que a sociedade percebeu que a insegurança se tornara o sentimento mais comum nas grandes cidades. Assaltos à luz do dia em bairros movimentados, latrocínio, estupro, fechamento de vias expressas, assassinato de magistrados, regalias nas prisões, corrupção e outras situações se tornaram obrigatórias na mídia. A imprensa não fabricou estes fenômenos, embora tenha dado destaque distorcido a muitos deles. Embora se compreenda o sentimento geral, não se pode reproduzir um discurso reducionista que vise colocar por terra as garantias individuais e as premissas do Estado de Direito. Como já dissemos, em alguns assaltos, seqüestros, resgates ou tráfico de drogas, identifica-se a presença de advogados, magistrados ou policiais no submundo do crime, mostrando que a fronteira entre a legalidade e a ilegalidade esvaiu-se por uma série de motivos. A sociedade, abastecida por um noticiário sensacionalista e factual, parece ter optado pelo equacionamento da violência por intermédio de práticas violentas. O episódio do Carandiru, quando 111 presos rebelados foram mortos, passou a servir de referência para aqueles que defendem a ultraviolência como medida do Estado para por fim à motins, superpopulação etc.

São necessárias, sim, medidas duras de enfrentamento ao crime organizado, à corrupção, aos crimes de qualquer natureza. Mas o fato é que precisamos também de medidas de médio e longo prazo que garantam a total inserção dos indivíduos excluídos através do trabalho, da cultura, do esporte, prática religiosa, educação e combate à fome.

As penitenciárias precisam ser vistas como locais concebidos com a finalidade de garantir a reinserção dos internos na sociedade. Agentes penitenciários e advogados que compactuam com o crime merecem punição, assim como todos aqueles que se locupletam com mau funcionamento destas instituições de reabilitação. O título “reabilitação como desvio” não deixa de ter um sentido irônico. Isto porque a finalidade das penitenciárias é a reabilitação dos internos. Entretanto, como veremos, a reabilitação se tornou uma exceção. Desviantes, então, são aquela minoria que se reabilita. Por que a maioria segue no crime? Por que uma minoria consegue se recuperar? Estudar o

universo das prisões sob a ótica da reabilitação como desvio também deve ser alvo de nossa atenção.

Esta nova geração, seja de delinquentes eventuais que aperfeiçoaram seus *modus operandi* na prisão, seja de criminosos com uma consistente história de crimes, por um lado, banalizou a violência gratuita na sociedade, estabelecendo a síndrome do pânico, e por outro lado, levou para dentro da prisão a violência, a intimidação e a extorsão ao preso em substituição à ética prisional, fazendo com que todos tivessem que se render à lógica da violência bruta e factual. Desde o início da década de 90 se tem notícia quanto às formas incipientes de organizações criminosas assumindo, de formas cada vez mais acintosas, o controle interno das prisões por todo o país. Ninguém quis reconhecê-las para não legitimá-las e na ausência do controle do poder público, silenciosamente prosperaram, em São Paulo, núcleos como o *Primeiro Comando da Capital*, *Comando Brasileiro Revolucionário da Criminalidade*, *Comando Satânico*. No Rio de Janeiro, existindo há mais tempo, temos o *Comando Vermelho* e os contemporâneos *Terceiro Comando* e *Amigos dos Amigos*.

No Brasil, o censo penitenciário de 1995 revelou que apenas 2% dos criminosos condenados pelos tribunais foram punidos com penas alternativas. Como estavam impedidos de utilizá-las em maior escala por causa do anacronismo da legislação penal, a reclusão tornou-se a pena mais aplicada pelos magistrados. O resultado tem sido desastroso. Além de manter os presídios congestionados, essa situação também leva ao convívio de bandidos violentos e irrecuperáveis com autores de pequenos crimes que têm plenas condições de viver em sociedade sem risco de reincidência. Em função disso, o sistema penitenciário não apenas não consegue reeducar os presos, como ainda fica vulnerável a motins e rebeliões cada vez mais violentas.

Objetivando uma justa e perfeita compreensão desta temática, vamos à noção de *Poder* dada por Michel Foucault em “*Microfísica do Poder*”. Na análise da genealogia do poder, produziu-se um importante deslocamento com relação à ciência política, que foi a desvinculação de Estado e poder. Coloca-se que é evidente a existência de formas de exercício de poder diferentes do Estado, a ele articuladas de variadas maneiras e que são indispensáveis à sua sustentação e atuação eficaz:

“A mecânica do poder se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação” (171)

Os poderes se exercem em níveis e pontos diferentes da rede social e aí os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado.

Nem o controle e tampouco a destruição do aparelho do Estado é suficiente para fazer desaparecer a rede de poderes em uma sociedade.

“O que se pretende é insurgir contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder ou que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado” (172)

Foucault considera que:

“o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O poder não é algo que se detém como uma coisa que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados.” (173)

O referido autor defende a idéia de que o *Poder* não existe. Existem, sim, sistemas de relações. O *Poder* se exerce. Assim, o *Poder* supõe dois pólos: o de quem exerce o *poder* e o daquele sobre o qual o *poder* é exercido. Portanto, o *poder* é uma relação. Para que alguém possa exercê-lo, é preciso que tenha força, entendida aqui como instrumento para o exercício do *poder*.

Um dos aspectos do poder — que já mostramos — é que ele tem como alvo o corpo humano, não para mutilá-lo ou supliciá-lo, mas para adestrá-lo. Assim o que interessa não é expulsar os homens da vida social mas controlá-los ao máximo.

“Nas prisões o poder não se esconde, não se mascara, ela é inclusive justificada. É a dominação do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem” (174)

A prisão, desde a sua origem, esteve ligada a uma idéia de recuperação dos indivíduos. Ela deveria ser um instrumento como a escola, a caserna ou o hospital. Foucault explica que o fracasso foi imediato:

“Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou afundá-los mais na criminalidade”. (175)

A prisão fabrica delinquentes e estes são úteis tanto para o domínio econômico quanto político. Quando se vai preso, “aciona-se” um mecanismo que os torna “marcados” para toda a vida. Quando alguém é recolocado em liberdade, não pode fazer nada senão voltar a roubar ou praticar atos “marginais”. Para se ter idéia, o custo aproximado de um preso ao Estado é de 5,2 salários mínimos por mês. Entretanto, o governo não dá sequer um salário mínimo quando se está na rua. Torna-se evidente que isso deve beneficiar alguém.

Para o jornalista José Louzeiro, o sistema penal permite este tipo de coisa:

“Não tem esse negócio de bancar o crime? A polícia procura e procura quem matou e acha um pobrezinho qualquer. Para livrar gente rica da cadeia é fácil.

Pega-se um preso qualquer condenado a 3 anos de prisão e oferece pra ele 300 mil dólares. Ele vai ao Juiz e confessa que matou. O Juiz então diz: você já tem três anos de pena, com mais um pouco vai para dez. O cara que banca geralmente tem como fiscalizar isso. Porque no crime não tem ninguém isolado. Se o cara não pagar ele vai dançar. O preso então que confessou o crime consegue sursis e sai com 300 mil dólares depois de 6 ou sete anos. É um jogo”. (176)

Foucault coloca que não se procura reeducar os delinquentes, torná-los virtuosos, mas sim agrupá-los num meio bem definido, rotulado. O problema não era ensinar-lhes algum ofício, mas ao contrário, não lhes ensinar nada. Outro dado curioso é que a prisão não é apenas a escola do crime; ela tornou-se o espaço, ainda que marginalizado, de “socialização” para toda uma geração de pessoas que são desprovidas dos direitos e das garantias sociais, como escolarização, formação profissional e relações sociais, culturais e comunitárias. A consequência disto foi a transformação da prisão em espaço para uma socialização incompleta, para a afirmação da identidade e aquisição de um *status*, ainda que criminoso.

Outro exemplo: muitas empresas sabem que o assalto é um risco permanente. Calcula-se então quanto custa a vigilância e proteção eficazes. Como será muito caro, deixa-se roubar. O seguro cobre. Tudo isto faz parte de um sistema que vive da criminalidade.

Para explicar então como alguns presos conseguem se reabilitar vamos introduzir a noção de logoterapia desenvolvida por Viktor Frankl. Em “Um Psicanalista no campo de concentração”, Frankl nos revela como elaborou sua teoria. Preso em Dachau e Auschwitz, ele observou que alguns prisioneiros resistiam mais que outros. Uns lutavam para sobreviver enquanto muitos se deixavam levar e morriam. Qual era o motivo, a razão, o sentido que os prisioneiros dos campos de concentração encontravam para continuar vivendo? Todos os que resistiam tinham um forte motivo, fosse o desejo de rever a família ou o simples desejo de liberdade. Assim, a logoterapia é uma teoria motivacional baseada na “vontade de sentido”. Mudando o foco, podemos perguntar: qual o motivo para a reabilitação do preso em situações tão desfavoráveis? Caímos aqui numa questão comportamental ou psicologizante:

“A lição que aprendi em Auschwitz e Dachau foi a de que aqueles reclusos que se orientavam na direção de um futuro que esperava por eles, ou que tinham uma tarefa futura a realizar, eram os que apresentavam maiores probabilidades de sobrevivência” (177)

Um fenômeno recente — até então sem precedentes — vem ocorrendo com muita frequência nas penitenciárias de todo o Brasil: trata-se da conversão religiosa de

inúmeros indivíduos para igrejas evangélicas, tais como Testemunhas de Jeová, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Pentecostal, Igreja Evangélica Livre etc. Muitos após a conversão se dizem completamente recuperados, embora ainda não haja dados ou estatísticas que o comprovem. Também não se sabe se tais conversões são apenas uma fachada com a qual o preso espera receber o atestado de bom comportamento^{XLV}.

Segundo o ex-secretário de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Jorge Loretti, mais de sessenta por cento dos presos que cumprem pena em cadeias reincidem no crime.

A solução pode ser a aplicação de penas alternativas para delitos “leves”, revisão do Código Penal e combate à corrupção dos beneficiários do sistema penitenciário (segmentos que vivem da punição do crime).

Há propostas que merecem ser vistas com reservas como, por exemplo, a defendida pelo cientista político Edson Passeti. Segundo a tese do abolicionismo penal, haveria o fim da aplicação ampla e irrestrita da pena de prisão. Criada no século 18 pelo pensador inglês William Godwin (1756-1836), o abolicionismo prega que a punição seja negociada entre vítima e criminoso, sem o encarceramento.

“As penas seriam discutidas caso a caso e podem chegar a soluções diversas: compensação (financeira ou trabalho para a sociedade), educação, terapêutica” (178)

Longe da adoção de propostas permissivas mas também conscientes da necessidade da aplicação de penas apropriadas aos delitos cometidos, cremos que só os casos mais graves deveriam ser punidos com a pena de reclusão. A pena alternativa como a prestação de serviços comunitários ou o pagamento de multas parece ser a melhor opção em crimes, por exemplo, em que não houve risco ou ameaça à vida.. Na Inglaterra, por exemplo, 90% dos condenados a penas alternativas não reincidiam nos crimes, enquanto que a reincidência entre os condenados à prisão era muito grande.

No Brasil utilizamos muito pouco as alternativas à prisão, embora a legislação sobre a matéria remonte a 1984. No Rio de Janeiro, em dezembro de 1995, para um total de 11.647 presos condenados, havia 192 indivíduos prestando serviços à comunidade, o que equivale a apenas 1,6% do total de condenações.

^{XLV} No dia 14/04/98, o Jornal O Dia noticiava o batismo e a conversão de 25 detentos da 35ª DP (Campo Grande/RJ) para a Igreja Universal do Reino de Deus. Vestindo aventais azul-marinho, calçando sandálias de dedo e segurando a Bíblia nas mãos os detentos ouviam atentamente as palavras do pastor responsável pela conversão do novo rebanho evangélico: *“Quem crê em Deus será salvo. Tenho certeza que vocês que estão sendo batizados hoje não querem mais viver fora da lei. Vocês estão sepultando o velho homem, fazendo renascer o novo, para uma nova vida digna, de trabalho, paz e amor”*. (O DIA, pág. 15)

Na Finlândia houve uma diminuição considerável da população prisional. Inúmeras infrações passaram a ser punidas com multas e compensação às vítimas, e apenas cerca de 10% dos casos de furto são punidos com a prisão.

O direito brasileiro, entretanto, privilegia a chamada “proteção ao patrimônio” em vez da “proteção à vida”. Apesar de, atualmente, alguns magistrados já levarem em consideração a justificativa de “estado de necessidade”, continua-se punindo com detenção, por exemplo, o furto de uma lata de leite em pó. Estatísticas recentes demonstram que, dos presos em regime fechado no país, de 25 a 50% são indivíduos que cometeram crimes sem gravidade ou violência.

Por quê não aplicar penas alternativas nesses casos? Sem dúvida seria uma maneira de se reduzir, e muito, o problema da superpopulação carcerária.

De acordo com a socióloga Julita Lemgruber:

“condenar alguém, por exemplo, a uma pena de três anos pelo furto de fraldas descartáveis, a um custo anual de R\$ 6.720,00, é um completo absurdo. Será que o legislador perguntou ao contribuinte se ele estaria disposto a pagar R\$ 20.160,00 para punir um furto de R\$ 15,00 e, além de tudo, tornar esse tipo de infrator um criminoso pós-graduado? Certamente não”. (179)

À crença popular de que impreterivelmente “as leis existem para serem cumpridas”, coloca-se a hermenêutica: “*Hermenêutica: arte de interpretar o sentido das palavras, das leis, dos textos etc*”(180)

Como ilustração, há uma história árabe que exemplifica esse debate sobre a aplicação da lei:

“uma autoridade em lei e teologia islâmica, um Mullah, ouve um caso de disputa e, diante dos belos argumentos do reclamante, exclama: ‘creio que você tem razão’. O escrivão pede à autoridade para se controlar e ouvir a defesa. Quando o faz, o Mullah novamente encantado exclama: ‘acredito que você está certo’. Horrorizado com essas afirmativas, o escrivão lembra que: ‘ambos não podem estar certos’. Ao que o Mullah responde dizendo: ‘você também está certo’.” (181)

A legitimidade da Justiça sempre foi associada ao caráter universal e supostamente neutro da lei que, aplicada de forma indistinta, garantiria a imparcialidade do Judiciário. Essa concepção foi, por muito tempo, unânime. Até surgir o chamado Direito Alternativo.

Para os adeptos do alternativismo, não existe imparcialidade:

“para os progressistas, as leis, elaboradas segundos casos ideais, não dão conta de todo fenômeno jurídico. Aí entra o juiz, mas não como mero agente aplicador da legislação: ele deve interpretá-la, questionando a suposta neutralidade. (...) Esperneiam os tradicionalistas, argumentando que o juiz só

pode interpretar até onde a lei permite, sob o risco de se criar uma Justiça instável e sem credibilidade” (182)

O Direito Alternativo tem suas origens na Itália, na década de 60. No Brasil, o juiz gaúcho Amilton Bueno de Carvalho^{XLVI} é um dos principais militantes da causa.

“as leis são feitas por aqueles que detêm o poder, seja ele político, econômico etc. Assim, os que a produzem instrumentalizam sua visão de mundo. Logo, a neutralidade da lei é falácia. O mito da neutralidade do Judiciário interessa aos que têm o poder de legislar. A neutralidade sempre é opção pela manutenção do status quo. Portanto, ela inexiste. Agora, o que se busca, é uma Justiça igualmente comprometida, mas só que com o povo — na luta por uma sociedade mais igualitária, menos opressora; enfim, que dê a vida a todos, e vida em abundância, como ambicionava Cristo”. (183)

Apoiados na Hermenêutica, no Direito Alternativo, ou até mesmo nas estatísticas, torna-se necessário divulgar um programa de conscientização onde, em vários casos, vale mais reeducar o preso — seja prestando serviços à comunidade ou com multas — do que simplesmente encarcerá-lo. Esse pode ser um dos caminhos para a reabilitação de uma parcela maior de indivíduos condenados.

^{XLVI} Autor de *Magistratura e Direito Alternativo, Direito Alternativo em Movimento e Direito Alternativo na Jurisprudência*.

3. Estudo de Casos de Grande Repercussão na Mídia (em ordem cronológica)

3.1. Lúcio Flávio

Lúcio Flávio Villar Lório se iniciou no mundo do crime adulterando cheques com o falsário Ulisses de Azevedo Soares^{XLVII} e furtando automóveis. Entretanto, antes disso, houve alguns fatos que determinaram para sempre a sua vida: as prisões de Lúcio aconteceram somente depois que seu pai — um experimentado cabo eleitoral das campanhas mineiras do PSD —, Sr. Osvaldo Lório, perdeu as regalias do ofício. O carro oficial com motorista de boné, um dos orgulhos do velho Osvaldo, um dia deixou a porta da casa da família e nunca mais voltou. No seu lugar, porém, começaram a estacionar outros carros trazidos por Lúcio — *Noquinha*, como a família o chamava — para programas de sábado à noite.

A mãe de Lúcio era professora primária de uma escolinha particular e o Sr. Lório era aposentado do hoje extinto *Ministério de Ação e Obras* — atualmente *Ministério dos Transportes* — onde exercia a função de desenhista. Dizem que, por sinal, era um excelente desenhista de bico de pena. Talvez daí se explique o gosto de Lúcio Flávio pela pintura.

Na adolescência, Lúcio tinha três sonhos: ser político, padre ou pintor. Às vezes culpava o pai por não ter financiado sua campanha como vereador de Belo Horizonte. Segundo o Sr. Osvaldo Lório, uma campanha era muito cara na época. Há, inclusive, uma foto da família em que aparecem Lúcio, ainda menino, e o presidente da República na época, Sr. Juscelino Kubitschek^{XLVIII}.

“Dos meus cinco filhos, com as moças eram oito, ao todo. Lúcio era o meu preferido. Andávamos sempre juntos. Ainda menino, acompanhou-me várias vezes pelo interior de Minas Gerais durante as campanhas políticas do PSD. Uma vez até quiseram lançar sua candidatura a vereador. Eu não concordei”
(184)

^{XLVII} Lúcio Flávio e Ulisses Azevedo, entre outros golpes, falsificaram a assinatura da Sr^a Iolanda Costa e Silva, então presidente da LBA, para um desfalque nas contas da entidade. Na época eles sacaram mais de 500 milhões de cruzeiros antigos.

^{XLVIII} Sobre a foto, José Louzeiro explica: “Eu tinha a foto em que apareciam juntos o Lúcio (ainda menino) com JK e Marçal (prefeito na época de Belo Horizonte). Essa foto foi o próprio Lúcio quem me deu. Um certo dia eu emprestei a foto para a **Revista Realidade**. Qual foi minha surpresa quando algum tempo depois a revista quis me vender a foto que eu emprestei?!” Segundo publicado na Revista Veja de 5 de fevereiro de 1975, pg. 26, a família de Lúcio Flávio teve a honra de receber Juscelino outras vezes. Quando já moravam no Rio de Janeiro, J.K. teria ido a casa do Sr. Osvaldo Lório, pai de Lúcio Flávio, em Benfica.

3.2. Hosmany Ramos

Dia 10 de fevereiro de 1945: nasce o menino Osmane, em Rubim, uma pequena cidade do Vale do Jequitinhonha. Durante a infância, ele costumava se levantar às 5 horas da manhã para trabalhar como jornaleiro do “Diário do Rio Doce”, em Governador Valadares. Às 10 horas ele voltava ao internato — num colégio de padres. Segundo o padre Teodoro Antônio, ex-diretor daquele colégio, Hosmany era o melhor aluno da época: *“Bom rapaz, excelente estudante, comportamento exemplar”* (245).

Seus colegas lembram que ele detestava cigarros, desprezando assim a melhor diversão dos garotos internos: a ousadia de fumar escondido. O passatempo preferido de Hosmany era promover sessões de cinema para os amigos. Ele mesmo inventara um projetor de lata, usando lentes e uma lanterna que reproduziam imagens sobre uma tela de lençol branco.

O advogado João Carlos Rodrigues diz que Hosmany Ramos era alegre, brincalhão e extrovertido e logo começou a fazer sucesso com as moças: *“Era o rapaz mais bonito daqui. Fazia questão de andar bem vestido. Frequentava as tardes dançantes do Minas Clube mas não era de muita badalação”* (246)

Entretanto, o adolescente saudável, sem problemas, começou a sofrer o peso do desajustamento familiar com o processo movido na Justiça contra seu pai:

“Para se entender o personagem mais denso e misterioso da crônica policial tem-se que remexer o baú da família Ramos. O avô de Hosmany, José Ramos, tinha a fama de violento e perverso. Chegou a assassinar seis pessoas na cidade de Água Fria. O filho de José Ramos, Jaime Nonato Ramos (pai de Hosmany), herdou a fama de violento e a ela acrescentou a de poderoso. Fazendeiro e vereador do PSD, Jaime matou a golpes de facão, na Câmara Municipal, um biscateiro a quem acusava de tentar seduzir a esposa. Preso em flagrante, foi indiciado por homicídio qualificado. O Tribunal do Júri o absolveu, aceitando a alegação de legítima defesa, embora o biscateiro morto não estivesse armado. Apurou-se, posteriormente, que o inquérito apresentava falhas propositais para inocentar o pai de Hosmany Ramos” (247)

Do palco em que se desenrolava o processo contra o pai, Hosmany saiu para continuar os estudos em Governador Valadares, onde, aos 16 anos, interrompeu o curso científico para acompanhar os pais que se mudavam para o Estado do Pará.

Aos 17 anos, Hosmany sofreu um grande golpe: a separação dos pais. Assim, o pai voltou para Minas Gerais, a mãe veio para o Rio de Janeiro e Hosmany ficou morando sozinho num hotel de Belém, vindo alguns meses depois para o Rio. Logo que chegou,

começou a ganhar a vida sozinho: *“Ele foi para a cidade grande a fim de ficar famoso. Agora está metido em complicações. Seu grande erro foi este: procurar ficar famoso”* (248). Osmane sofisticou o nome, para chegar mais rápido, segundo acreditava, ao sucesso. Passou a se assinar Hosmany, depois que entrou para o curso de Medicina na Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 1966, porém, trancou a faculdade para cursar inglês nos Estados Unidos. Voltou um ano depois, retomou os estudos e ainda empregou-se como intérprete no Hotel Copacabana Palace.

Nessa época, ele vivia com uma advogada:

“Ele era muito querido pelas pessoas. Tinha interesse pela Medicina e vivia comprando material cirúrgico. Mas ao final de quatro anos de relacionamento, comecei a perceber mudanças no comportamento dele. Ele passava a ser uma pessoa um tanto aflita, angustiada, mudava de humor dez vezes por dia” (249)

Hosmany viveu depois com uma aeromoça com quem teve um filho. Médico feito, Hosmany Ramos fez concurso e ingressou no Hospital Central do Exército (HCE). Um dos médicos que trabalhou com ele — dr. Gil Brandão —, assim o definiu:

“A principal característica dele era não se fazer notar. Era uma pessoa apagada, não tinha personalidade marcante. Fez uma prática rápida de cirurgia geral e se mandou. É surpreendente saber agora que ele está metido nessas coisas todas. A idéia que eu tinha dele era a de uma pessoa sossegada” (250)

Entretanto, essa descrição não bate com as declarações do médico Roberto Ferraz, colega de Hosmany no HCE:

“Ele era um garotão irresponsável, não cumpria os regulamentos militares, chegava sempre atrasado, saía antes da hora e não era de cortar o cabelo curtinho. Quando ele se aproximava, elétrico, nós dizíamos: — lá vem o taquipsíquico (cabeça rápida). Sempre foi meio doidão, mas nunca imaginei que fosse capaz de matar ou roubar. Era um cara piradão, não esquentava a cabeça com nada, tinha a mania de trocar de automóvel. Uma vez, apareceu com uma Mercedes no HCE. Logo depois ele trocou o carro por um Impala e, em seguida, por uma BMW. Fusquinha não era com ele” (251)

O segundo tenente Hosmany Ramos foi para a reserva em 1972. Ele se especializou em cirurgia plástica e participou da equipe do cirurgião Ivo Pitanguy. Em 1976, Hosmany trabalhava no Hospital Nossa Senhora do Socorro. Lá ele não só reativou o serviço de cirurgia plástica como o dinamizou de tal forma que, em seis meses, se elevou esse setor do Hospital ao status de enfermaria.

O Dr. Roberto Ferraz analisa o trabalho do companheiro naquela enfermaria:

“Ele era um médico competente. Operava bem. Andava sempre com bons livros, não parava de estudar. Tinha solução para todos os casos que apareciam por lá. Mas ele não era de conversar. Também não deixava ninguém operar.. A gente só costurava. Era megalomaniaco ao extremo. Uma personalidade que sempre foi doentia. Para mim isso é patológico. Ele é louco, mas desses que não rasgam nota de mil nem dão murro em ponta de faca” (252)

Hosmany não demorou a descobrir na vaidade de alta sociedade o filão da fortuna e da projeção social. O grande passo foi a abertura de sua clínica em Copacabana, onde prometia, entre outras coisas, o tratamento definitivo contra a calvície. Fez o maior sucesso, porém, quando passou a namorar a socialite Beki Klabin. Ela abriu as portas da alta sociedade para Hosmany.

É creditado ao dr. Hosmany Ramos a invenção dos furinhos na orelha como método para parar de fumar. Destacando-se cada vez mais no meio médico e presença quase constante nas colunas sociais, Hosmany passou a acumular títulos: consultor especial de cirurgia plástica do Hospital Nossa Senhora de Fátima, membro da Academia de Medicina Militar, membro da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e cidadão honorário do Estado do Rio de Janeiro, entre outros.

Nessa mesma época, começam a surgir acusações, nunca comprovadas, contra Hosmany. A socialite Beki Klabin o acusou de ter planejado o roubo de suas jóias. Não houve registro policial. Em outra ocasião, foi furtado de Pelé um relógio de ouro (presente do *Cosmos* — time de futebol nos Estados Unidos onde o jogador encerrara a carreira). Mais uma vez as suspeitas caíram sobre Hosmany, com quem o jogador tinha boas relações. Dois anos depois Hosmany ocuparia as manchetes policiais de todo o país.

Preso pela primeira vez, em fevereiro de 1981, foi acusado de roubar o avião de um fazendeiro no Mato Grosso. O avião foi encontrado e Hosmany libertado. Poucos dias depois, já no Paraguai, Hosmany responderia por contrabando de automóveis, roubo de aviões e tráfico de drogas.

A imprensa especializada vai iniciar o processo de espetacularizar os feitos criminosos do Dr. Hosmany Ramos. Para tanto, se vale da retórica do sensacionalismo e, pouco tempo depois, tem em mãos o mais novo inimigo público número um. Com efeito vejamos a reportagem exclusiva publicada na **revista Manchete** de novembro de 1981:

Título: *Doutor Hosmany. Médico ou monstro?*

Matéria: *“O último golpe do incrível Dr. Hosmany Ramos, o cirurgião plástico que se transformou no homem mais procurado de toda a polícia brasileira, foi no seu próprio piloto, Ricardo Mascarenhas. (...) Hosmany era uma pessoa educadíssima, gentil, prestativo e dava mostras de ter nascido em ambiente seleto.*

Box: *O homem mais procurado pela polícia brasileira. Os registros criminais em torno do nome do cirurgião plástico Hosmany Ramos começam em 18 de setembro último, quando ele foi preso em Marica em companhia do irmão Jainésio e do piloto Décio Mazaroni. A alegada vida dupla do médico Hosmany começa a vir à tona por um rastro de crimes que vão desde a falsificação de cheques até roubos, tráfico de entorpecentes e, diz-se, até assassinatos. (...) A partir daí, até a segunda prisão pela Polícia Federal e a fuga espetacular, a rocambolesca vida do médico revelou-se um autêntico romance de mistério... vista pelo lado do bandido. (...) Na verdade, parece não existir hoje um único item do Código de Processo Penal que o Dr. Hosmany não teria infringido. O que, se não faz dele o inimigo público número um do país, pelo menos o homem mais procurado dos últimos tempos". (253)*

Ora, as suspeitas de envolvimento de Hosmany em alguns crimes são veiculadas como matéria julgada sem, contudo, haverem sido comprovadas até aquele momento. A frase “a rocambolesca vida do médico revelou-se autêntico romance de mistério” sugere ao leitor uma abstração, uma fruição prazerosa de ler um texto fictício, ou melhor, do gênero do folhetim policial. Vimos também que, pela primeira vez, é utilizada a expressão “inimigo público número um”, rótulo este que perseguiria Hosmany por anos a fio.

A matéria é redigida em ordem cronológica e recheada de diálogos. Desta forma, o leitor acaba se envolvendo mais com a leitura e acaba por absorver determinados posicionamentos — como juízos de valor emitidos pelo redator — como fatos. Notamos também que não faltam adjetivos que enaltecem a “inteligência” e “perspicácia” de Hosmany.

A fuga a que a matéria da **Revista Manchete** se refere aconteceu da seguinte maneira: transferido para a Polícia Federal, no Rio de Janeiro, ele não ficou preso sequer uma semana^{LIX}. Promoveu uma fuga e partiu para várias ações. Assaltou a casa de um embaixador, Aloísio Bittencourt, e a do colecionador de armas, Augusto Corsino. Deste

^{LIX} Hosmany Ramos foi o primeiro brasileiro a conseguir fugir de uma cela da Polícia Federal. A fuga foi noticiada com estardalhaço por toda a imprensa. A **Revista Veja**, edição de 28 de outubro de 1981, optou pela espetacularização do acontecimento: “Título: Fuga estranha. Médico consegue escapar da Polícia Federal. Matéria: O vasto currículo de aventureiro do médico carioca Hosmany Ramos, 37 anos, ostenta desde a semana passada peripécia inédita nos meios policiais brasileiros. É o primeiro preso a escapar de uma cela da Polícia Federal — e de uma maneira tão fácil quanto intrigante. Enquanto três agentes que o guardavam na noite de domingo, deleitavam-se com as atrações da TV, o médico surrupiou-lhes as chaves da sala, trancou-os por fora e, tranquilamente, ganhou a liberdade através do portão principal da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro.” (Revista Veja, 28/10/1981, pg. 27). Para efeito de comparação, vejamos a edição da **Folha de São Paulo**. Em 20 de outubro de 1981, página 12, a publicação se valeu de um expediente torpe para desqualificar a Polícia Federal, responsável até então pela guarda de Hosmany Ramos. Ao noticiar a fuga do médico das dependências da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, a publicação emitiu informação falsa e irônica ao mencionar que os agentes de plantão na carceragem “não viram o preso sair porque estavam assistindo ao programa de TV *Os Trapalhões*”. O respectivo programa humorístico não estava mais no ar quando Hosmany empreendeu a fuga. Contudo, para tornar “mais ameno” o noticiário, o redator achou por bem produzir uma situação cômica através do jogo de palavras.

último roubou uma *Mercedes Benz*, um relógio *Rolex* e várias armas, entre as quais uma pistola *Walter 7.65 mm*, uma carabina *Colt 223* e um *Colt 38 super*.

As vítimas, porém, destacaram o comportamento positivo e a inteligência de Hosmany durante os assaltos:

“Ele nos tratou com muita educação. Eu tinha quase certeza de que ele era, no mínimo, um médico. Mas se eu visse o Hosmany na rua, matava-o pelo que fez”
(254)

Depois de dois meses, ele era recapturado em São Paulo. Somaram-se às acusações o assassinato de dois comparsas, sob o pretexto de “queima de arquivo”. A pena do cirurgião plástico Hosmany Ramos somou mais 22 anos de prisão. O bem mais precioso recuperado pela polícia foi um diamante de 7 quilates (que estava escondido dentro do cós da calça de brim de Hosmany). Na época, levantou-se a hipótese, nunca comprovada, de que Hosmany Ramos tivesse um sócio para forjar seus álibis.

O delegado carioca Antônio Russo afirma ter se surpreendido com Hosmany durante os interrogatórios:

“Não sei como defini-lo. Ele não moveu um músculo nem alterou seu ar de indiferença ao ser pilhado em contradições. Frio, cerebral, com os marginais ele tinha uma relação de patrão para empregado. Não se deixava procurar: os cúmplices desconheciam seu verdadeiro nome e não sabiam onde ele morava. Era sempre ele quem planejava os assaltos e escolhia os comparsas. Depois, ficava com a maior parte da renda dos assaltos” (255)

É fato notório, uma vez que foi maciçamente divulgado pela mídia, que Hosmany tentou fugir da prisão por diversas vezes. Em junho de 1982, por exemplo, com uma corda improvisada, ele tentou descer do terceiro andar da Penitenciária do Estado de São Paulo. Sofreu uma queda violenta, com várias fraturas. Outras tentativas de fugas tornaram-se mais conhecidas, como a descrita abaixo:

“Planejou seqüestrar a filha de um juiz para conseguir a liberdade e escureceu os cabelos com graxa e o rosto com chocolate em pó para não ser reconhecido”.
(256)

Possivelmente uma das mais emblemáticas reportagens sobre o processo de banalização da violência e espetacularização de comportamento desviante possa ser corroborada por esta publicada pela *revista Manchete* em 1982. Como podemos verificar a seguir, não apenas o conteúdo redatorial, isto é o texto, mas também a composição gráfica — como a escolha da tipologia para o título —, e a disposição das fotos intencionam

produzir uma leitura afim com os ditames do jornalismo-espetáculo. Redator, diagramador e editor trabalham no sentido de personificar o demônio na figura do médico Hosmany Ramos. Se não vejamos: antetítulo e título principal fazem referência às ações do criminoso com adjetivos inapropriados; as fotos escolhidas mostram o médico com ar de superioridade, deboche, quase desdém; as legendas das fotos não esclarecem, apenas exacerbam característica de Hosmany; na busca pelo novo inimigo público número um, a revista chega a dizer que ele é o “novo Lúcio Flávio”, o que por si só é inconcebível uma vez que a conjuntura do país era distinta assim como as personagens que nela se inscreviam.

“Antetítulo: *Um plano diabólico de fuga da penitenciária, incluindo seqüestro e morte, dado à maior estrela do noticiário policial.*

Título: *Hosmany Ramos. O Anjo Caído.*

Texto-Legenda das fotos da primeira página: *Tudo em Hosmany é surpreendente: de cirurgião badalado, aos tribunais e penitenciárias – uma rota de crimes e de fugas.*

Texto: *Parecia um anjo de Rilke enfiado numa túnica branca com carimbo da penitenciária do Estado. De vez em quando lançava um olhar de peixe morto, com o corpo apoiado em muleta. Mais uma vez a liberdade não passou de um sonho para o cirurgião plástico Hosmany Ramos, preso desde o ano passado e acusado de um rosário de crimes. O plano falhou. E Hosmany, cuja fama já pode ser comparada à de Lúcio Flávio Villar Lório – legendário marginal assassinado há alguns anos em uma cela do Presídio da Ilha Grande, a mando de Mariel Mariscott -, está numa cela terrivelmente abafada (...) Hosmany tem plena convicção de que não é apenas um criminoso. É uma personagem. Um homem com muitas faces ainda não reveladas. (...) Ele está proibido de dar entrevistas. Por quê? Está se transformando numa espécie de mito para os detentos(...) Becky Klabin, apaixonadíssima, custou a perceber que ele se apoderava de suas jóias. A jornalista Marisa Raja Gabaglia se deixou envolver pelo amor bandido e, de certa forma, levou vantagem. Seu bem-amado lhe rendeu um romance pelo menos razoável, apesar dos pesares. Hosmany não é o primeiro a sair do noticiário social para o policial. Espanto maior causaria o Bandido da Luz Vermelha nas colunas do society. (...) Frio e calculista, gênio ou psicopata, Hosmany, curtindo nova frustração no DOPS, tornou a protestar. E retornou de camisola, tênis e meias para a penitenciária. Agora como preso comum. A idéia é fazê-lo sumir do noticiário. Sim, sumir dos jornais. Até que novo plano de fuga seja posto em prática. Afinal, buscar o caminho da liberdade não é apenas uma fantasia do preso. É uma obrigação. E ninguém mais do que Hosmany Ramos acredita nisso”. (257)*

O desfecho da reportagem também é problemático na medida em que “intima” o preso a buscar a fuga. Como consequência, desmoraliza o sistema carcerário, coloca a população em estado de terror e ainda por cima comete um crime, que é a incitação à prática de delito. Contudo, a publicação não recebeu qualquer intimação por parte das autoridades ou reprimenda por parte dos leitores. Tanto é que essa revista, assim como

grande parte da imprensa, continuou apostando nas reportagens sensacionalistas. A relação entre Hosmany Ramos e a mídia poderia ainda ser acompanhada em outros episódios.

Em 1984, detido em um presídio de segurança máxima, em São Paulo, Hosmany Ramos concedeu entrevista exclusiva ao jornal *O Globo*:

“A Justiça precisava de um Judas bem sucedido, que fosse de inteligência e tivesse certa aparência. Só para mostrar que sentou um médico no banco dos réus. Fui explorado à exaustão por delegados, juizes e pela Imprensa. Todos estavam a fim de se promover em cima de mim. O delegado Aluísio Russo, um dia, chegou para mim e disse: eu tenho mais de 100 casos não elucidados e poderia raquetear uma meia dúzia para você (...) O sistema penitenciário é poluído. Eu desconhecia esse lado do Brasil e ele me surpreendeu. No início fiquei chocado com tanto sofrimento. Mas o ser humano é um animal de costume, acaba se adaptando. Eu diria que a prisão é o brilho que faltava a minha vida. Se até então eu era um gatinho assustado, hoje sou um tigre. Aqui você aprende que é sozinho e ponto final. Há grandes homens que passaram por isso” (258)

Na cadeia, ele chegou a escrever vários livros. Em um deles, Síndrome do Crime, Hosmany analisa o sistema penitenciário e critica a sociedade:

“A sociedade está doente. Estão enfermas a Justiça, a lei, a polícia, o sistema. A enfermidade que me atingia não era apenas o capricho de um solitário, mas a enfermidade da própria situação, do momento, a neurose da cadeia, a Síndrome da Cadeia, conjunto de neuroses, que não atacava em absoluto os débeis nem os insignificantes de alma, mas precisamente os fortes, os mais espirituais, os mais bem dotados” (259)

No caso em questão, o delírio ambicioso assume o aspecto de uma apreciação exagerada da própria personalidade. Os atos impulsivos de nosso protagonista representam verdadeiras explosões emocionais, onde sobressaem a impetuosidade, rapidez e, principalmente, a falta de consideração para com o próprio indivíduo ou para com os demais.

Um laudo psicológico de Hosmany o apontou como psicopata, de inteligência brilhante, mas com sérios comprometimentos emocionais. Entre outros, o paciente sofre de “delírio de grandeza”:

“O tema delírio de grandeza, como nas demais formais delirantes, varia de acordo com a época, com o meio em que vive o paciente, com o grau de instrução e com as concepções do enfermo. Sob a forma de delírio genuíno pode assumir aspectos variados” (260)

Uma escola de psicólogos sugere que toda agressão é resultado de frustração. E isso parece ser realmente comprovado, em testes com espécimes animais, como no exemplo descrito abaixo:

“Um rato numa caixa de Skinner atacará um outro rato que esteja amarrado perto dele se a barra que aprendeu a pressionar parar de lhe fornecer as recompensas alimentares esperadas” (261)

Provou-se também que o confinamento e o isolamento potencializam a agressividade. Perguntado se a prisão recupera, Hosmany se saiu com citações:

“Depende da pessoa. Mas, no fundo, no fundo, é como disse Michel Foucault. É vigiar e punir”

“Noventa e nove por cento das pessoas são covardes porque são bitoladas a andar sempre dentro daquele mesmo padrão, não são capazes de mover um dedo para realizar seus sonhos. Se você colocar um monte de pulgas dentro de uma caixa e um vidro fechado sobre elas, elas vão pular e bater no vidro. Depois de uns dias, elas estarão condicionadas. O ser humano é assim. Você passa a vida inteira sendo amestrado como pulga. Sob um certo aspecto, na cadeia você tem a nata das pessoas com gabarito. O filho rebelde geralmente é o mais bonito, o mais inteligente e o mais corajoso, e normalmente é esse que vem parar na cadeia. É um cara que não foi uma pulga amestrada” (262)

A vida de Hosmany rendeu livros, reportagens, uma novela e um especial da Rede Globo em 2003. O próprio Hosmany chegou a escrever quatro livros. Sobre ele existe mais uma obra, intitulada “Meu amor bandido”, escrita pela jornalista Marisa Raja Gabaglia, com quem ele teve um caso amoroso. Hosmany foi também tema inspirador da novela “O dono do mundo”, da Rede Globo. Ali, o vilão da história era um médico — de fisionomia e personalidade semelhantes a Hosmany — e que levava vantagem devido a sua inteligência e astúcia. De fato, a mídia encontrara nele um excelente filão.

“Hoje existe a cultura da violência. A televisão é a escola diária da violência. O indivíduo, quando mata pela primeira vez, fica meio arrependido, mas depois, por uma modificação psicológica, passa a gostar. A força da morte é uma coisa muito forte, uma coisa muito complexa” (263)

Numa entrevista ao Jornal da Tarde, em 07/04/1995, Hosmany falou sobre sua vida na cadeia:

“Acordo aqui às 4h30m e toco piano por uma hora. Aí eu acendo a luz, faço uns 15 minutos de ioga, tomo café e vou tocar meu violão. Às 7h30m, começo a escrever e vou até o meio-dia. Almoço, faço uma caminhada e de tarde eu pinto. Às 19h30m ligo a televisão, vejo o jornal do Boris Casoy, depois o Jornal Nacional e a novela das 8. Onze horas já estou dormindo (...). Diria que camarão grelhado, uma lingüicinha... uma comidinha caseira me faz muita falta. Eu sou um chef, sempre gostei de cozinhar, pegar uns livros franceses e fazer uma receita (...). Se pudesse

teria votado no Fernando Henrique Cardoso, ele foi uma grande dádiva para o povo brasileiro. Agora, acho muito errado o preso não votar” (264)

Em dezembro de 1995, Hosmany deu um grande passo em direção à liberdade. Deixou a penitenciária de segurança máxima pelo regime semi-aberto no Instituto Penal Agrícola (IPA), onde a maioria dos detentos trabalha na lavoura e cuida de animais. Segundo o diretor daquele instituto, Edílson Neves Vanin, lá não há guardas armados, grades ou muros. Segundo ele, só fica lá quem realmente quer deixar a prisão pelo “portão da frente”.

Entretanto, faltando apenas 90 dias para obter a liberdade condicional, Hosmany — beneficiado pelo indulto do Dia das Mães — não voltou para o IPA depois daquele feriado. Numa fazenda da família, em Rondônia, por boa parte do período em que esteve foragido, Hosmany conta que passava o tempo “caçando onças, pescando e matando jacarés”.

Em entrevista exclusiva ao *Fantástico*, revelou que não iria se entregar e ameaçou explodir o Judiciário, se este não sofresse mudanças em seis meses:

“Já fui chamado de médico-bandido, médico-bandido-escritor e, agora, está tudo bem se virar médico-bandido-escritor-terrorista. Tenho uma missão a cumprir” (265)

Portando um revólver calibre 38 e uma pistola Glock calibre 9 milímetros, Hosmany disse que iria se filiar ao IRA^{LX} — onde aprenderia a fabricar bombas — a fim de combater as “injustiças” praticadas pelo Poder Judiciário e pelo sistema carcerário brasileiro:

“Fui um médico muito dedicado e, agora, quero aprender o outro lado. Metade da minha vida eu dediquei à bondade e a outra metade vou dedicar à maldade. Camões já dizia que se deve empunhar a pena numa mão e a espada na outra. Escritor eu já sou e já tenho uma caneta na mão. Por que não posso ter uma arma na outra? Este país precisa de um quinto poder que faça uma faxina geral. Vou ser o faxineiro do Brasil” (266)

Num lampejo, é oportuno lembrar-nos de Nietzsche, segundo o qual o homem, sob o domínio da moral, se enfraquece, tornando-se doentio e culpado, quando tenta subjugar seus instintos:

^{LX} Exército Republicano Irlandês (IRA). Grupo paramilitar que luta, desde a década de 20, pela desvinculação da Irlanda do Norte ao Reino Unido. Ex-integrante do IRA, Robert McClenaghan — em entrevista exclusiva ao jornal Folha de São Paulo, afirmou que seria possível a Hosmany juntar-se ao grupo. Contudo, seria exigido que ele passasse por uma cirurgia plástica a fim de não se tornar um “alvo” fácil na medida em que os órgãos de segurança britânicos, em especial a Scotland Yard, já estariam alertadas pela Polícia Federal do Brasil. Além disso, Hosmany Ramos deveria “prestar juramento de silêncio e estar engajado na causa republicana”. McClenaghan é autor do “Livro Verde”, compêndio indicado aos voluntários e que traz a síntese do pensamento e modus operandi do grupo.

“O homem-fera, animal de rapina, é transformado em animal doméstico ou cordeiro. A moral aristocrática, que é sadia e voltada para os instintos da vida, contrapõe-se o pensamento socrático-platônico” (267)

Segundo Nietzsche, as práticas do altruísmo destroem o amor de si, domesticando os instintos e produzindo gerações de fracos.

“O que é bom? Tudo o que intensifica no homem o sentimento de potência, a vontade de potência, a própria potência. O que é mau? Tudo que provém da fraqueza” (268)

Hosmany Ramos deu uma declaração que apresenta pontos de contato com o pensamento de Nietzsche:

“O homem é brutal, destruidor, sente prazer em brutalizar os outros. O sistema é um retrato disso. Eu me sinto um outsider, como Jesus Cristo também o foi. Há um determinado tipo de homem, e eu sou assim, que jamais vai se acomodar” (269)

O psicanalista Ivan Rojas, do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), disse que a trajetória de Hosmany aponta para desvio de conduta (neurose de caráter), caracterizada por absoluta ausência de juízo moral:

“São pessoas extremamente egoístas que não medem consequências para chegar onde querem, sem contar a enorme vaidade e vontade de aparecer. A psicopatia não é uma doença e sim um desvio comportamental e não tem cura, embora seja tratável” (270)

As declarações de Hosmany fizeram com que se voltassem para ele todas as atenções do mundo. O FBI (Federal Bureau of Investigation) comprometeu-se a ajudar a polícia brasileira a prendê-lo, com o objetivo de evitar que o médico se transformasse numa espécie de “Unabomber” latino-americano. Até mesmo a Interpol se ofereceu para prestar auxílio, tendo acionado os seus escritórios em mais de 186 países. Os jornais ***Irish Times***, pró-IRA, e o ***Belfast Telegraph***, pró-Reino Unido, além das agências de notícias ***Reuter*** e ***PA News*** divulgaram notas sobre o caso.

Hosmany Ramos, porém, não chegou a concretizar seu plano. Quando tentava receber trezentos mil dólares por um seqüestro realizado em Minas Gerais, ele foi baleado na perna esquerda e acabou sendo recapturado. Com o fêmur fraturado — por uma bala de fuzil HK 556 —, cogitou-se o risco, depois descartado, de ele ficar aleijado. Certo, porém, é que Hosmany deve ficar preso até os 70 anos de idade, ou seja, somou-se a sua pena mais

20 anos de prisão. Sobre o porquê de perpetrar um seqüestro — ajudado por dois cúmplices — há duas versões. A primeira diz que o dinheiro seria usado para custear a passagem de ida para a Irlanda do Norte e a segunda, de que o montante seria captado a fim de se formar uma quadrilha especializada em seqüestros e roubo a bancos para agir em São Paulo.

Um fato serve como exemplo para que se vislumbre a aura de horror emanada por Hosmany e o conseqüente sentimento de alívio quando este foi transferido para um presídio de segurança máxima. Em 26 de junho de 1996, o *Estado de São Paulo* publicou matéria em que destacava a “psicose coletiva” na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais, a partir da divulgação da informação de que o médico estava sendo operado no hospital da cidade após o tiroteio com a polícia. No referido texto, o repórter fala do clima de “pânico” generalizado e da mudança dos hábitos dos moradores da pequena localidade. Os que puderam evitaram sair às ruas permanecendo trancafiados em casa. Um dos temores era o de que o *Comando Vermelho* promovesse uma invasão do Hospital Municipal para resgatar Hosmany Ramos. Este exemplo é interessante para que percebamos o papel da mídia na difusão do horror. Sugere também o modo como se dá a percepção desse tipo de mensagem jornalística. Com a profusão de matérias sobre a violência e criminalidade no Rio de Janeiro, a população se vê às voltas com dados descontextualizados e/ou redundantes. Assim, preocupar-se com a possibilidade inverossímil^{LXI} de tentativa de resgate do médico por parte de uma das facções criminosas do Rio de Janeiro indica uma das conseqüências da banalização do noticiário policial.

“Título: Notícia de transferência alivia Pouso Alegre

Subtítulo: Presença de criminoso criou psicose coletiva na cidade, que teme invasão de Hospital.

Texto: A notícia da transferência do ex-cirurgião Hosmany Ramos agradou à população de Pouso Alegre, que está em clima de pânico desde sua chegada no domingo... Boatos de que o Comando Vermelho invadiria o hospital para libertar o criminoso se espalharam na cidade (...). (271)

No dia seguinte à supracitada matéria, o jornal suitou o caso. Contudo, se naquela nota soubemos do “temor da população”, agora o periódico vai trabalhar no sentido de perpetuar o mito. O repórter opta então por inserir declarações não balizadas e adjetivos. Fala-se do “bom humor” de Hosmany e da “impressionante” cultura geral demonstrada. Além disso, o jornal destaca um fato pitoresco ocorrido no hospital de Pouso Alegre onde

^{LXI} A título de esclarecimento, em nenhum momento da nossa investigação, com base nos estudos efetuados a partir de denso material hemerográfico, se verificou qualquer vínculo ou colaboração de Hosmany Ramos com o *Comando Vermelho*.

não apenas pacientes mas também médicos fizeram fila para pegar autógrafo de Hosmany Ramos^{LXII}. Assim, para o leitor comum, apresenta-se uma produção textual aparentemente ambígua. O criminoso que inspira medo também atrai uma legião de curiosos. A imagem veiculada pela mídia do desviante foi paulatinamente montada no sentido de sobrevalorizar os feitos de Hosmany. O colorido das manchetes e as chamadas de primeira página tiveram papel preponderante na montagem do mito Hosmany Ramos.

Outra matéria que se situa no rol do *fait-divers* pode ser verificada em edição do Jornal *O Estado de São Paulo*. Em 22/05/1996, a imprensa noticiou a fuga de Hosmany Ramos do Instituto Penal Agrícola (IPA). Contudo, o *Estado de São Paulo* produziu *box* intitulado “*De galã do high society a benfeitor da cadeia*” onde relativiza os crimes de Hosmany e critica, veladamente, o fato de o mesmo permanecer preso já que:

“condenado a quase 25 anos de prisão e já tendo cumprido 19, não oferece perigo já que instituiu para si uma rígida rotina. Acorda religiosamente às 4h30m, toca piano por uma hora no escuro, faz ioga, toma café em quinze minutos e depois se dedica a arte do violão – inclusive ensinando outros presos.” (272)

O *Jornal do Brasil* procurou atrair leitores ao oferecer angulação distinta ao caso. Em vez de simplesmente publicar os elementos do lead e produzir um texto em pirâmide invertida, optou por um estilo singular, onde não faltaram referências e linguagem mais densa. Se houvesse mais apuração e espaço gráfico, diríamos que o *Jornal do Brasil* estaria apresentando um tipo de texto já consagrado e que arregimenta, além de prêmios como o Esso de Jornalismo, apreciadores do Romance-Reportagem. Porém, o *JB* não foi além de uma matéria com nuances de reportagem onde, infelizmente, não faltaram metáforas, subjetividades latentes, ironia e sarcasmo. Outra figura de linguagem a que recorreu o jornal foi a hipérbole; desta forma, desmedida, uma comparação entre Hosmany e Jean Genet^{LXIII} soa como *vitimidiação*. Ali, não apenas o desviante brasileiro tem seu “calvário”

^{LXII} “(...) Culto e falante, o ex-cirurgião plástico está causando frisson além de boa impressão na equipe do hospital que o operou. Hosmany é uma pessoa muito simpática. O médico Ubiraci Teixeira foi um dos que chegou a pegar um autógrafo do criminoso para a filha. Hosmany escreveu a seguinte mensagem para a filha do médico: A vida é uma história narrada por um idiota, cheia de dor e sofrimento ... sem nenhum significado. Um abraço amigo, Hosmany” (O Estado de São Paulo, 27/06/1996, pg. C14)

^{LXIII} Jean Genet (1910 a 1986) — completou apenas o primário e era filho de artesãos. Preso por furtos e outros delitos, embora alguns o acussem de assassinatos, empreendeu várias fugas das prisões francesas. Alistou-se no exército para ver atenuada a sua pena mas acabou por desertar. Preso novamente só foi libertado em 1944 graças a um indulto conseguido graças a movimentação de inúmeros intelectuais franceses. O único ponto em comum entre Hosmany e Genet foi o fato de que ambos produziram suas obras na prisão e que seus livros fictícios baseavam-se, na realidade, nas suas respectivas experiências de vida. Quanto a estabelecer comparações não cremos ser possível dada às contingências e subjetividades. Genet foi alvo de trabalhos de Sartre e Derrida e foi tido como um artista multifacetado na medida em que produziu romances,

desvirtuado como também os receptores da mensagem são submetidos a um tipo de jornalismo aquém dos preceitos éticos e morais mínimos. A relativização de delitos, a mudança de enfoque e a linguagem clichê — embora travestida de linguagem culta — são alguns dos mecanismos no processo de fabricação de celebridades desviantes. Com efeito, vejamos:

“Título: Jean Genet à brasileira

Texto: Não por acaso dizem que o cirurgião, bandido e escritor Hosmany Ramos — preso pela primeira vez em 1981 pelo roubo de um avião — inspirou Gilberto Braga na criação do personagem Felipe Barreto da novela O dono do mundo. Hosmany, que nasceu Osmane no miserável Vale do Jequitinhonha (MG), foi até jornalista. Mas conseguiu se formar em Medicina e cedo freqüentava a alta roda. (...) Hosmany já esteve preso em Taubaté onde o diretor da Casa de Custódia o define como “o mais talentoso detento de todos os tempos”. Outros que o conheceram acusam Hosmany de “louco” ou de “amoral”. Mas o preso, que começara a escrever na cadeia, pode ser definido como uma espécie de Jean Genet à brasileira” (273)

Em 2001, o nome de Hosmany torna a aparecer devido à nova tentativa de fuga. Ele aproveitou o horário de visitas para quebrar o vidro da cela individual que ocupava no pavilhão A da Penitenciária de Araraquara. Quando estava preste a abrir uma brecha no alambrado que dá acesso à muralha foi surpreendido por agentes penitenciários. Com ele foram apreendidos uma escada de madeira, metros de corda, ganchos e uma faca. Embora não tenha sido bem sucedido, ele entrou para a história do sistema penitenciário de São Paulo uma vez que ninguém, até então, tinha tentado escapar daquele presídio de segurança máxima. Alguns meses depois ele lançou um livro que obteve relativo sucesso editorial^{LXIV}.

Não custa lembrar que um ano antes ele já havia conseguido republicar um livro pela editora francesa *Gallimard*. “Marginália”, escrito em 1988 e esgotado no Brasil, teve tiragem de seis mil exemplares. O que nos chama a atenção, contudo, é a forma com que a imprensa noticiou o evento. Na *Folha Ilustrada*, por exemplo, o tom da matéria vaga entre o deboche e a perplexidade sem, contudo, oferecer elementos ao leitor para reflexão. Vejamos:

“Título: Editora de Sartre e Camus publica Hosmany Ramos!

Subtítulo: A Gallimard, uma das melhores casas editoriais do mundo, lança na França ‘Marginália’, que o ex-cirurgião escreveu na cadeia.

poesias e peças teatrais. Comparar Hosmany a Jean Genet não é mérito nem demérito apenas não há substância para fazê-lo, ao menos como o JB na sua efemeridade.

^{LXIV} Hosmany Ramos lançou o livro “Pavilhão 9 – Paixão e morte no Carandiru”. O lançamento ocorreu via satélite, na abertura da décima Bienal do Livro realizada no Rio de Janeiro.

Texto: Um dos 402 detentos do Piranhão, como é conhecido o presídio de segurança máxima Casa de Custódia de Taubaté, está prestes a integrar um clube que tem como sócios autores do porte de André Gide, Jean-Paul Sartre e Albert Camus. O nome dele é Hosmany Ramos (...) que de jornalista matutino em Governador Valadares até personagem noturno das colunas sociais recheadas de Pelés, Xuxas, Collors e Guinles.” (274)

Para terminarmos este capítulo, encontramos um gancho que nos possibilitará atingir o próximo estudo de caso. Com efeito, vejamos: na época em que Leonardo Pareja foi assassinado, isto é, no final de 1996, o *ombudsman* da **Folha de São Paulo** publicou uma nota em que procurava justificar o procedimento do jornal na cobertura do caso. Tentava responder às dezenas de cartas dos leitores que chegaram à Redação criticando o enfoque dado. O que nos chamou a atenção, entretanto, foi à referência feita a Hosmany Ramos onde ele cita o cirurgião como exemplo “justificável” de endeusamento por romper com o padrão do preso brasileiro. No texto ele percebe o comportamento de grande parte da imprensa brasileira ao “embarcar no carisma de Pareja”. Mas considera impossível não escapar do entretenimento, isto é, da valorização dos elementos “emocionais” para cativar o leitor. Desta forma, percebemos que o *ombudsman* — ao tentar apresentar a **Folha de São Paulo** como contraponto ao jornalismo-espetáculo — acabou utilizando argumentos torpes que na verdade corroboram a tendência quase uníssona da imprensa em apostar na instantaneidade e na banalização dos acontecimentos. Seleccionamos trechos do referido artigo para que possamos vislumbrar o processo de produção da informação jornalística atual:

“Qualquer pessoa, mesmo não sendo jornalista, tem uma noção clara de que o assassinato de Leonardo Pareja é notícia de destaque. (...) É bom deixar claro, de pronto, que não credito só à imprensa a entronização de Pareja. Discordo, portanto, da centena de leitores que procurou o ombudsman esta semana para protestar contra a Folha. Eles estão convencidos de que o jornal é ator central dessa farsa de endeusamento. Sem dúvida a Folha e seus concorrentes embarcaram com tudo no carisma de Pareja. Leonardo Pareja foi uma espécie de Collor do submundo, em sua impostura. O que jornalistas imediatamente reconheceram foi paradoxo, antiestereótipo, contradição em termos um branco, com boa instrução, investido no papel que todos reservam aos escuros e pardos em geral. Bandido. Não tão qualificado quanto Hosmany Ramos, mas bandido. (...)” (275)

Por causa do PSD, Lúcio se casou precocemente com Maria Luíza, uma jovem de tradicional família mineira, cunhada do presidente do Cruzeiro Futebol Clube. Outro sonho frustrado foi o sacerdócio. Lúcio Flávio chegou a frequentar os primeiros anos do seminário. Mas desistiu por não agüentar mais as brincadeiras dos familiares. Dizem que “homem não veste saia”. Como pintor, ele deixou mais de cinquenta quadros (Adolfo Bloch tinha alguns em sua pinacoteca pessoal). Todos os quadros, segundo especialistas, tinham influência de Modigliani.

José Louzeiro conta, a propósito, que Lúcio também era leitor de Fernando Pessoa e que costumava ler, em inglês, os romances de Jack London:

“Lúcio era um bandido curioso. Tinha uma cultura elevadíssima. Para mim, ele foi fruto do golpe militar de 64. Em 65, a família dele estava comemorando o aniversário do pai, seu Osvaldo Lúrio. Foi logo naquele época em que os militares estavam começando a provocar o Juscelino. E o pai de Lúcio, como se sabe, era um grande cabo eleitoral do JK. Mas naquele dia da festinha de aniversário, os policiais entraram e bateram nos garotos todos, principalmente no Lúcio. Ele então prometeu que, um dia, pegaria o cara que bateu nele”. (185)

Sem dúvida, más companhias também ajudaram Lúcio a enveredar no caminho da criminalidade. Sempre quando se aborda este tema, aparece um nome: Paulo César, o *Paulo da Paris*, reconhecido pela má fama que tinha no Bairro de Bonsucesso, subúrbio do Rio de Janeiro, onde ambos moravam.

“Era tempo da juventude transviada. Cabelão, rebeldes, o James Dean era o líder da Zona Norte e o Marlon Brando da Zona Sul. E o Lúcio era a própria figura do James Dean, embora se parecesse mais com o Marlon. Acho também que o cinema teve influência sobre o comportamento dele. Serviram como estimulante. Todos faziam ponto na Galeria Imperator, em Copacabana. Tinham aqueles carrões, eu me lembro do Sincachambord, que o Lúcio equipou com dupla carburação e gasolina azul. Ele era um grande piloto. Existe, inclusive, uma história sobre isso. Assim que foi inaugurado o restaurante Barril 1800, houve uma aposta. Quem fosse da Galeria Imperator até o Barril mais rápido e voltasse trazendo uma notinha, provando que esteve lá, ganharia um prêmio. Era passar a noite com mulheres, bebida, e muita festa. O Lúcio quase não participava desse tipo de coisa. Mas insistiram tanto que ele acabou participando. Bom, ele foi e voltou com quase 20 minutos de diferença para o segundo colocado. E eram todos bons pilotos. Ele venceu porque foi a uma média de 120 quilômetros por hora. Ele foi e voltou pela Barata Ribeiro! É mão única! Ele vinha para bater mesmo, soltar os pedaços. Essa coisa do Lúcio é que era interessante e foi por causa disso que eu resolvi escrever sobre ele. Eu nunca vi uma pessoa que ... não que ele não tivesse medo, mas parece que ele gostaria de ter participado de uma grande tragédia pessoal. Ele me disse isso, ‘que vinha alucinado para bater mesmo’. O Lúcio, apesar de ser uma pessoa aparentemente muito calma, falava pouco, tinha um poder de alucinação muito grande. Sua personalidade era fascinante. Um cara que saía do estado normal para o enlouquecimento de repente. E ele não bebia nada e não cheirava coisa nenhuma”. (186)

Lúcio passou a *puxar* carros para vendê-los no Nordeste em 1965. Seu irmão Nijini Renato e o cunhado, Fernando Gomes de Carvalho, o *Fernando C.O.*^{XLIX}, se uniram a ele.

“Todas as grandes quadrilhas contaram nos anos 60 com a colaboração dos três. Presos, sempre conseguiam escapar. Sempre que um era capturado, o outro tinha a incumbência de libertá-lo. Era um pacto entre parentes.” (187)

Conta-se que no auge a quadrilha de Lúcio chegou a contar com mais de cinquenta elementos, dos quais destacam-se: Liéce de Paula Pinto^L, Antônio Branco, *Portuguesinho*, *Marta Rocha* (Rivaldo Moraes Carneiro) e *Horroroso*, entre outros^{LI}. Duas histórias pitorescas foram obtidas sobre as figuras de Antônio Branco e Liéce, respectivamente.

“O Antônio Branco tinha sido um pequeno funcionário, contínuo, na TV Tupi. E era uma época muito difícil de se arrumar dinheiro, como é até hoje — parece que as coisas não mudaram nada. Esse rapaz, sempre muito atribulado com problemas dessa ordem, teve a grande tristeza de ver o filho morrer de fome. E foi por causa disso que ele se voltou para o crime.” (188)

“Só um homem, Lúcio temia. Era o Liéce de Paula Pinto, um terrível matador. O Lúcio tinha receio dele. Da última vez ele me disse: ‘— Esse é o cara para o qual eu não fico de costas nem um minuto.’ O Liéce era extremamente mal. Certa vez houve uma reunião — e era muito difícil a quadrilha toda se reunir — e tinha um cara que falava muito. O nome dele era Sabiá ou Bico Doce. E o Liéce, que falava pouco, queria falar e não podia. Então ele puxou o revólver e deu um tiro no cara. O Liéce queria falar, não podia, deu o tiro no outro e pronto! Falou! Para vocês verem o tipo de autoritarismo. O Liéce era mulato e racista. Usava colete, comprado na Dijon, só usava terno bege e peruca. Tinha uma dúzia de perucas.

*No filme **Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia** ele aparece como um bandidinho subordinado ao Lúcio Flávio. Eu só sei que se ele estivesse vivo, muita gente que fez esse filme ia dançar. Todos adoravam o Liéce porque, quando ele jantava fora — geralmente num restaurante da Lagoa — ele reservava umas dez mesas. Sentava numa e as outras ficavam guardadas. Tinha sempre que ter um garçom dele próprio, armado, ajudando a servir. E a mulher*

^{XLIX} Fernando C.O. era casado com uma das irmãs de Lúcio Flávio. Fernando era natural da cidade de Coimbra, Portugal.

^L Liéce de Paula Pinto foi um dos mais pitorescos criminosos do país. No seu primeiro assalto, ele fez questão de apresentar-se bem vestido, óculos escuros e roupa de griffe. Dirigiu-se ao gerente do Banco Bradesco e mandou abrir o cofre. Ainda não entendendo que era um assalto, o gerente interpelou Liéce: “— Mas quem é o senhor pra me mandar abrir o cofre?!”. Liéce então colocou o revólver em cima da mesa, retirou os óculos e afirmou: “— Não está me reconhecendo?! Sou o Liéce de Paula Pinto. Tenho conta aqui... E isso é um assalto!”. Liéce foi quem introduziu o uso de cronômetro nos assaltos a banco no Brasil. Ele fazia questão que as ações não durassem mais de três minutos. Outro procedimento era não prender os funcionários no banheiro do banco porque, segundo ele, isso levava certo tempo. Antes de entrar para a criminalidade, Liéce era dono de sete açougues no Rio de Janeiro. Quando morreu assassinado juntamente com Nijini, irmão de Lúcio Flávio, ele usava uma peruca loura como disfarce.

^{LI} *Horroroso*, *Marta Rocha* e *Antônio Branco* morreram — poucos anos antes de Lúcio Flávio — ao tentarem uma fuga da Cela 8 da Galeria B do Galpão da Quinta da Boa Vista. O Diretor do Presídio, coronel Darcy Bittencourt da Costa foi tomado como refém. Os amotinados exigiam um avião para deixar o país, salvo-condutos e a libertação de Lúcio Flávio e Fernando C.O. Depois de oito horas de negociações, um grupo de elite formado por 12 homens da Divisão de Operações Especiais, armados com fuzis, granadas e metralhadoras invadiu a cela. Os três amotinados foram mortos assim como o refém.

do Liéce ia para o jantar vestindo um casaco de pele, perfeito para o nosso clima de montanha! É um negócio Feliniano. O Liéce de Paula Pinto, quando voltava das peripécias, deitava no colo dela e tomava uma mamadeira de toddy gelado. A mamadeira era uma garrafa de Coca-Cola” (189)

Um fato que marcou profundamente a vida de Lúcio Flávio foi a violência policial de que foi vítima. O caso mais chocante ocorreu durante a sua oitava prisão, em 1969. Este trecho — retirado do livro *Lúcio Flávio, O Passageiro da Agonia* — não vale como prova documental. É romance, mas se baseia em entrevista exclusiva entre José Louzeiro e Lúcio Flávio.

“Lúcio é amarrado nu, a uma cadeira, braços algemados para trás. O detetive Bechara faz perguntas. Ele não responde a nenhuma. O detetive o segura pelos cabelos e lhe dá uma violenta bofetada. Em seguida, um dos encapuzados que ajudavam no inquérito, lhe aplica uma cutelada no ombro. Lúcio chora de dor, mas não fala nada. Um tonel de água é trazido para a sala. Mergulham Lúcio, de cabeça, na água. Acaba desmaiando. Esticam ele no chão. O encapuzado que traz um estilhaço fura-o nas virilhas. O sangue se alastra. Novamente amarrado à cadeira, recomeça a sessão de espancamento. Lúcio Flávio está prestes a perder os sentidos novamente. Antes de desmaiar, a única coisa que consegue fazer é dar uma cusparada no detetive Bechara que insistia em lhe fazer perguntas. Em seguida, o carcereiro entra na sala em companhia de três crioulos. O delegado diz — vamos ver se tu é macho mesmo! Se não contar a história toda, vai ter que chupar o cacete de todos eles. Lúcio não diz nada. Os homens encapuzados o obrigam a se ajoelhar. Os três marginais tiram o calção. O delegado empurra-lhe a cara com o pé. Em vez de o crioulo sentir prazer naquele ato, ele começa a chorar. Tem pena do que fazem com o Rei dos Bandidos. Lúcio sente as lágrimas quentes do bandido caindo em seu rosto. Acha que é chegada a hora de morrer. Não se passam cinco minutos, um dos encapuzados segura-o pelos cabelos e crava o estilete à altura dos seus rins. Lúcio se contorce. Recomeça a pancadaria. Lúcio acorda muito tempo depois, ainda nu, numa solitária minúscula onde mal pode se mover. Não há luz. A comida que lhe dão, uma vez por dia, faz com que tenha vontade de defecar. A cela fica imunda. Com isso os ratos aparecem. Os carcereiros aumentam a quantidade de comida para que ele tenha vontade de defecar cada vez mais. Lúcio tem uma idéia. Com a colher que lhe dão para comer, começa a cavar um túnel. Com a terra que vai retirando do buraco, cobre as fezes. O fedor diminui. Muito tempo depois, Lúcio, numa noite, consegue terminar o túnel. O homem saído do fundo da terra, fedendo a fezes, urina e suor finalmente consegue escapar”. (190)

A escalada definitiva de Lúcio Flávio no noticiário veio pelas mãos do detetive Mariel Moryscotte de Mattos^{LII}. Mariel, anos depois, dividiria com ele as manchetes policiais como integrante do *Esquadrão da Morte* — ele era um dos **Homens de Ouro**^{LIII}. A amizade e veneração recíproca que os envolveu fez com que batizassem seus filhos com o mesmo nome: Rodrigo. A amizade terminou quando o próprio Mariel prendeu Nijini Renato e exigiu que a família de Lúcio pagasse Cr\$ 5.000, 00 (cinco mil

^{LII} Vide Apêndice Segundo.

^{LIII} Vide Apêndice Primeiro.

cruzeiros, na época) pela sua libertação. Foi nessa época que Lúcio formulou a frase que ficaria famosa: “Bandido é bandido e polícia é Polícia. Não dá pra misturar” 191)

Característica peculiar em Lúcio Flávio é notada quando, em uma entrevista, ele declara: *‘Sou Bandido porque gosto’*. Aqui ele aceita o rótulo de *desviante*, o que a maioria dos criminosos rejeita. É um dos poucos delinquentes que assume o papel de transgressor. Conforme revelou José Louzeiro, “*o Lúcio assaltava só para irritar a sociedade*”. Por isso é que os jornais freqüentemente se referiam a ele como o “*ladrão com pose de rebelde*”. Thoreau, no livro *Desobediência Civil e Outros Escritos*, produziu um parágrafo que poderia se encaixar perfeitamente ao comportamento de Lúcio Flávio:

“Eu não nasci para ser coagido. Quero respirar da forma que eu mesmo escolher. Veremos quem é mais forte. Que força tem uma multidão? Os únicos que podem me coagir são os que obedecem a uma lei mais alta que a minha. Eles me obrigam a ser como eles. Nunca ouvi falar de homens que tenham sido obrigados por multidões a viver desta ou daquela forma. Que tipo de vida seria esta? Que significa nascer livre e não viver livre? Como provar a liberdade de ser livre se o poder é que determina as regras da liberdade?” (192)

Foi nesse período que Lúcio ameaçou contar aos jornalistas “toda a verdade” sobre as ligações do **Esquadrão** com o roubo de carros. A partir daí seguiram-se inúmeros juramentos de morte ao bando de Lúcio Flávio.

“Apesar da onda de crimes desencadeada por Lúcio, Nijini e Fernando C.O., a família jamais deixou de acolhê-los. Os três jamais foram vistos pela família como bandidos comuns. O pai o vê como ‘um garoto problema, mas com um coração de ouro’. A irmã Selva acha que se estivessem em plena Segunda Guerra Mundial, ele seria perdoado pelos crimes que cometeu. Ela fala de Noquinho como se ele fosse um personagem de gibi. Segundo a irmã, ‘certamente com a coragem e inteligência dele, ele daria um excelente herói’”. (193)

E ainda, segundo José Louzeiro:

“... a Imprensa se preocupava muito com o Lúcio Flávio porque ele era um bandido diferente. Eles tinham medo que ele se tornasse uma espécie de Pancho Villa. Mas isso nunca aconteceu. Ele não partiu para um banditismo social. Por isso não podemos chamá-lo de Robin Hood brasileiro. Ele não tinha nada de social na cabeça. O Lúcio ficou mesmo na bandidagem de porta de banco”. (194)

Considerado um “bandido sentimental”, Louzeiro narra uma história que aborda esse aspecto de sua personalidade:

“Tem um caso do Lúcio que é bonito, romântico. Ele estava assaltando um banco na Urca — esse bairro só tem duas ruas, uma para entrar e outra para sair — perto da antiga TV Tupi. Ele comandou o assalto ao banco e deu tudo certo. Quando eles estavam saindo, veio uma mocinha na direção dele. Ele mandou ela parar mas a moça continuou avançando na sua direção. Ela vinha correndo para cima dele. Lúcio então puxou o gatilho mas a arma estava sem

balas. Ela então o abraçou e o beijou. Ele caiu no chão e quando se levantou foi tomado de uma tremedeira. Lúcio teve que ser retirado do Banco pelos outros assaltantes. Quase que eles foram presos. Ele não conseguia andar. O Lúcio era um amante, mas se ele tivesse balas, ele tinha matado a moça ”. (195)

Não é segredo que a família sempre ajudou Lúcio Flávio. Numa reportagem de *O Jornal*, percebe-se a admiração dos familiares por ele:

“Ontem, o Sr. Osvaldo recebeu a visita de oito policiais em sua casa. Interrogaram-no sobre o paradeiro de Lúcio Flávio Villar Lúrio, o super bandido. Nos seus 51 anos de idade, foi a primeira vez que ele chorou, quando a Polícia pediu sua intervenção: entrar em contato com o filho e convencê-lo a se entregar. Ele respondeu: — Meu senhor, desculpe, me compreendam, mas isso é coisa que não se pede a um pai. Se meu filho fugiu é porque ele ama a liberdade e tem esse direito. O máximo que eu poderia fazer seria abraçá-lo e cumprimentá-lo pela sua ousadia. Ele é um homem de fibra”. (196)

A essa altura, Lúcio já era um bandido conhecido e respeitado. Havia fugido várias vezes da prisão. Os jornais o chamavam de *‘O inimigo público número 1’*. E alimentavam esse mito retratando, detalhadamente, as suas fugas “espetaculares” (as matérias sempre faziam alusão à ousadia e coragem de Lúcio Flávio. O episódio conhecido como *“Assalto ao Camburão”*, por exemplo, foi considerado um dos maiores feitos criminosos da crônica policial:

“Na manhã do dia 9 de novembro de 1971, Nijini e C.O. cercaram o carro que conduzia os presos a duzentos metros do portão principal da Penitenciária Lemos de Brito, como num filme. Dentro, estava Lúcio Flávio que seria conduzido a mais um dos muitos julgamentos que se esperavam no Fórum. Após uma rápida troca de tiros, o carro foi cercado e Lúcio foi resgatado por C.O. e companhia”. (197)

É o *Correio da Manhã*, porém, quem dá não só mais detalhes como também faz uso de linguagem clichê para valorizar o evento:

“A ação revestiu-se de grande audácia e foi realizada a menos de 100 metros da porta da Penitenciária Lemos de Brito, de onde eram conduzidos os detentos. Na esquina das Ruas Frei Caneca e Heitor Carrilho, às 12h30m, o carro do Susipe foi interceptado por um Volkswagen bege. Os interceptadores obrigaram o carro que conduzia os presos a parar e, arma na mão, um homem saltou. No carro estavam o motorista Pedro e o guarda Jairo Farias, além de Guilherme Nascimento, que tomara uma carona. Guilherme foi o primeiro a perguntar o que era tudo aquilo, recebendo de volta vários tiros, um dos quais o feriu. Ao ver a confusão que se armara, aproximou-se o soldado da PM Mário Pereira, que também tentou interpelar os seqüestradores mas foi impedido. Um intenso tiroteio começou e, com medo das armas, o PM se escondeu e viu o carro dos interceptadores e o do Susipe, guiado por um bandido de boina vermelha, fugir em direção ao Túnel Santa Bárbara.” (198)

Chegou a ser difundida na época a versão de que Mariel Moryscotte teria sido o responsável pelo ataque ao carro da guarda penitenciária. Segundo as publicações, o ex-

policial tinha contas a acertar com Lúcio Flávio. Tempos depois os fatos desmentiriam essa hipótese mas o jornal **O Dia**, por exemplo, foi um dos que afirmou — peremptoriamente — que Mariel seqüestrara Lúcio para matá-lo a fim de que não depusesse contra ele no Tribunal. Entrevistou, inclusive, a mãe de Lúcio Flávio numa reportagem especial quando publicou os apelos da família para que Mariel não assassinasse Lúcio Flávio: “*Título: Apelo patético da mãe de Villar: - Mariel, não mate meu filho*” (199)

O Dia, posteriormente, não publicou qualquer errata, talvez para não evidenciar ainda mais suas falhas de apuração. Outro ponto que se evidencia é a riqueza de detalhes com que o repórter descreve um cadáver que, segundo a publicação, era de Lúcio Flávio:

“Título — Lúcio Flávio baleado, enforcado e atirado ao rio com barra de ferro.

Lidão — Tudo indica que é de Lúcio Flávio Villar Lirio o cadáver encontrado, domingo, no Rio da Guarda, em Itaguaí. — Existem 80% de possibilidade de ser o presidiário seqüestrado, afirmou o chefe de serviço de investigação da DH aos jornalistas.

Matéria — Domingo,, populares retiraram das águas do Rio da Guarda, já em Itaguaí, o corpo de um homem louro completamente nu. (...) O cadáver apresentava 12 perfurações a bala de grosso calibre, tinha cabelos e pelos louros, rosto longitudinal, com cerca de um metro e 70 de altura e estava com as mãos decepadas. Os pés estavam amarrados com arame farpado. (...) Tinha uma barra de trilho presa às costas e, no tórax, um pedaço de madeira, também, amarrado. O corpo todo, principalmente o rosto, estava comido por peixes apresentando inchaço, o que tornou impossível seu reconhecimento. Notaram os peritos que o homem foi enforcado várias vezes, e com cordas de diferentes grossuras, num esforço para disfarçar as características no pescoço. Por coincidência, Lúcio Flavio possui cicatriz no mesmo lugar (...) (200)

O fato é que com a quadrilha recomposta, o primeiro assalto ocorreu dez dias depois da fuga. O alvo foi o supermercado *Merci*, na Rua Figueiredo Magalhães, em Copacabana, que rendeu mais de 10 mil cruzeiros. No dia seguinte o grupo assaltou o *Mar-e-Terra* da Praia de Botafogo, e quatro loterias em Copacabana. Uma casa de armas e munições na Rua Buenos Aires, no centro da cidade, também foi atacada. Não satisfeitos, o *Cine Leblon* e uma lanchonete na Rua dos Andradas também foi alvo da quadrilha de Lúcio Flávio. Dia 24 de novembro de 1971 ocorreu uma ação que merece destaque para que se possa compreender a personalidade de Lúcio:

“A quadrilha, depois de assaltar o Bar Tipoli, no centro do Rio, seguiu para o Hotel Rodoviário na Avenida Rodrigues Alves. Depois do assalto, Lúcio, com um 38 na mão, obrigou os hóspedes, num total de 10, entre nordestinos e turistas italianos, a tirar a roupa e dançar nus o xaxado, música típica do nordeste. Já saíam quando um homem idoso chegava para se hospedar. Flavio o rendeu e pediu dinheiro. Como ele, dizendo ser mineiro e estar à procura de emprego, disse não ter dinheiro recebeu o seguinte conselho: vá embora logo. Só apareça na minha frente de novo quando estiver com grana” (201)

Os jornais costumavam abordar também o modo peculiar como Lúcio se dirigia às mulheres durante os assaltos. Ele sempre assumia a pose de galanteador e não raro as vítimas correspondiam aos gracejos de modo positivo:

“No assalto à Drogaria 1º de Março, Lúcio vestido de preto auto-intitulou-se o Zorro. De quebra três balconistas correram para beijá-lo. O assalto, além dos beijos, rendeu oito mil cruzeiros.” (202)

Se por um lado Lúcio era “gentil” com as mulheres, por outro não admitia ser ludibriado. O episódio a seguir apresenta uma passagem emblemática na discussão que vimos travando sobre espetacularização do crime. Como se sabe, a imprensa transformava em *fait-divers* os crimes cometidos por Lúcio (embora, por si mesmas, algumas ações de Lúcio fossem atípicas). Por outro lado, ele não se fazia de rogado em conceder entrevistas e posar para fotos.

“Durante o assalto ao Leme Palace Hotel, um turista chegou-se a Lúcio e declinando sua condição de norte-americano, perguntou se poderia filmar as cenas. O bandido aquiesceu, permitindo. Quando a operação terminou, tomou a máquina cinematográfica do turista e ainda lhe desferiu alguns socos” (203)

Até mesmo *o Cruzeiro*, pioneiro no ramo das revistas de informação em nosso país e dono de um estilo “sisudo”, fez uso da retórica do espetáculo em um de seus números. Não apenas o título mas também o corpo do texto e as fotos contribuem para o enfoque que acaba por banalizar a violência. Há o discurso linear, ou seja, os eventos estão ordenados em seqüência e a todo o momento o redator utiliza a expressão “como um filme de gangster”. A roteirização do episódio vai sugerir que a trama adquira nuances de farsa burlesca, ou seja, do modo como foi enunciado, tem-se a impressão de que a história é fictícia: (sublinhamos algumas expressões que, conforme a hipótese dessa Tese, corroboram nossa argumentação sobre a generalização e não obsolescência do estilo sensacionalista)

*“**Manchete de Capa: CHICAGO DE 30 NO RIO 71**”*

***Texto:** Atacaram a tiros um carro da Susipe. Um guarda está ferido. Sete bandidões escaparam. Era pouco mais de meio-dia quando a notícia estourou. Toda a polícia foi mobilizada. Barreiras fechadas. Teletipos e rádios transmitiam a fuga inédita, espetacular, para todas as polícias do país. No complexo penitenciário da Frei Caneca, a confusão era geral, quase pânico. (...) Meia hora depois – a imprensa nem sequer sabia o nome dos fugitivos –, duas mulheres descem de um automóvel na porta da Lemos Brito. Choravam. Eram Zulma Villar Lório e Selva Villar, mãe e irmã de Lúcio Flávio. — Foi o Mariel. Esse desgraçado vai matar meu filho. (...) Lúcio Flávio é considerado o “rei das fugas”, autor de vários crimes de morte. Já escapou mais de nove vezes. Uma delas da cadeia de Pernambuco, quando um oficial da Polícia Militar foi morto a tiros. Nessa fuga estava à frente Fernando C.O. A última vez*

em que Lúcio Flávio escapou, os lances também foram cinematográficos e, mais uma vez, o tal Fernando C.O. e Nijini estavam presentes. A própria mãe do bandido teve participação ativa na escapada” (204)

Em outra edição, a revista **O Cruzeiro** aproveita para tecer série de juízos de valor sobre Lúcio Flávio o que não condiz, em hipótese nenhuma, com o jornalismo responsável e criterioso que se almeja. Senão vejamos:

“Lúcio Flávio Villar Lirio, 28 anos de idade, louro, olhos esverdeados, sempre conseguiu monopolizar os grupos a que pertenceu. O seu tipo, apesar de meio raquítico, impressiona. Os outros bandoleiros nunca deixaram de cumprir suas ordens. Seu semblante tranqüilo, de gozador, mais parece de um rapazola apaixonado. Fuma cigarros com filtro. Bebe uísque escocês. Para sua mãe é “um rapaz maravilhoso”. Para a polícia não passa de um marginal perigoso. Para a sociedade Lúcio Flávio tornou-se um Al Capone de 28 anos que conseguiu driblar as autoridades e mobilizar os mais perniciosos marginais da rota do crime.” (205)

O roteiro de crimes, porém, não durou muito tempo. Cerca de três semanas depois do **Assalto ao Camburão** — que lhe havia garantido a liberdade — Lúcio Flávio e *Fernando C.O.* foram presos em um apartamento na Tijuca (Rua Marquês de Valença, 57/105), Zona Norte do Rio de Janeiro, depois de um prolongado tiroteio. Ouviram-se apenas os disparos da Polícia: a dupla estava desarmada e tinha acabado de jantar em companhia da esposa e filhos de *C.O.* Kátia, esposa de Fernando, diz que a polícia realizou uma verdadeira pilhagem em seu apartamento^{LIV}:

“— As minhas jóias, presentes do papai, foram distribuídas entre eles na sala de jantar. E quando um dos policiais, armado de metralhadora, tentou levar um brinquedo de Fernandinho, o menino segurou as calças dele e gritou: ‘moço, esse carrinho é meu’. O tira olhou para mim, meio sem graça, e devolveu o brinquedo ao menino, de cara amarrada”. (206)

O Jornal **O Dia** cobriu o depoimento oficial de Lúcio Flávio prestado na Delegacia de Roubos sobre a fuga do camburão da Susipe. Contudo, destacou alguns trechos para explicitar o temperamento do criminoso:

“Apresentando excelente humor, fazendo questão de pentear os cabelos antes dos fotógrafos baterem as chapas e tentando ridicularizar a Justiça, Lúcio Flávio prestou depoimento oficial sobre a fuga que empreendeu, com lances cinematográficos, de um camburão da Susipe. Confessou que a prisão veio na

^{LIV} Extraído do Jornal do Brasil, 30/11/1971, 1º caderno: “O edifício foi cercado e os agentes disseram que estavam procurando um aparelho subversivo. Quando o apartamento em que os dois ladrões estavam foi cercado, vários tiros partiram sobre os policiais que responderam. O delegado Nilton Costa sacou uma pistola PPK (idêntica a usada por Mariel Mariscott) e atirou para dentro do apartamento, no que foi seguido pelos comissários Borges Fortes e Hélio Vigio, que atiraram sem parar. Entrando por um apartamento vizinho, o comissário Fernando de Aragão pulou uma janela e atirou uma bomba de gás lacrimogêneo sobre os bandidos. Neste momento uma voz gritou: — Abram irmãozinhos, que as crianças estão seguras. A porta foi arrombada e o detetive José Godinho, o Sivuca, rendia com uma metralhadora os dois ladrões que estavam deitados no chão.”

hora H, pois à noite (ontem) estaria embarcando para o Uruguai levando muito dinheiro a fim de juntar-se a um velho amigo. (...) (207)

Logo após prestar depoimento de 24 horas na Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), Lúcio Flávio avisou aos jornalistas de plantão: *“Cadeia nenhuma me segura. Mais um dia, menos dia, vou conseguir um jeito de fugir. Já consegui 14 vezes e vou chegar a 15”*. Foi também nessa ocasião que ele cunhou duas frases que se tornaram célebres:

- *“A Justiça é muito ingrata e não vale nada, vivendo a proteger os grandes bandidos e a condenar os pequenos”*. (JB, 30/11/1971, 1º caderno)
- *Não posso mais dar jeito na minha vida. Então do azar do meu terreiro não passa de festa legal” (208)*

Findo o depoimento, Lúcio foi transferido provisoriamente para Ilha Grande. Há uma característica sobre ele que merece destaque: sempre que escapava, Lúcio Flávio procurava um modo de rever a esposa, o filho e os familiares. Registra-se que, na maioria das vezes em que foi preso, estava junto de sua família.

“Ao se defrontar com policiais, ele se entregava. Nunca resistiu à voz de prisão. Dizia sempre: — Não vou disputar vida ou morte em circunstâncias completamente desfavoráveis para mim. Prefiro ficar vivo, ir para a cadeia e fugir novamente. Era um bandido inteligente, hábil e conseguia, com subterfúgios, convencer aos desavisados.” (209)

A mãe de Lúcio Flávio revelou em uma entrevista que o filho telefonava quando conseguia fugir:

“Toda vez que ele consegue escapular, era sua preocupação telefonar-me, para me dizer apenas: Mãe, estou na rua. Sabia que essas palavras me tranquilizavam” (210)

Domingos Meirelles, em reportagem para *O Estado de São Paulo*, fala da aura de misticismo que circunda a família Lúcio:

*“Todos de sua família são unânimes em lhe atribuir poderes sobrenaturais. Mas apesar da proteção mágica, Lúcio também possui o seu **Calcanhar de Aquiles**: o mês de novembro. Sua mãe explica que novembro é um mês fatídico para Noquinha. Isto porque, segundo ela, ele é do signo de Leão mas quando entra no ciclo de Sagitário fica apático e perde a proteção espiritual”. (211)*

Entretanto, um fato marcaria Lúcio Flávio Villar Lúcio para sempre: a morte do irmão Nijini Renato, metralhado pela Polícia. Os corpos de Nijini e do marginal Liéce de Paula foram encontrados dentro de um carro estacionado na Avenida Princesa Isabel, em Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro. Segundo Olemar, também irmão de Lúcio Flávio:

“Nijini morreu porque não ouviu os conselhos do Vovô Oberdan. Morreu com uma figa preparada por outra mãe de santo. Dizem que essa liga está agora no pescoço do policial que o fuzilou”. (212)

O sentimento de ódio e vingança que se abateu sobre Lúcio Flávio, depois deste episódio, não pode ser explicado apenas através dos postulados de psicologia individual. Em agosto de 1972, Lúcio enviou uma carta ao **Jornal do Brasil** em que prometia se vingar da morte do irmão:

“— Não estou longe do dia de unir-me a ele, mas, antes do sangue dos Villar Lírrio voltar a correr, outros tipos sangüíneos já terão começado a colorir o negro asfalto das ruas cariocas...” (213)

Realmente a décima quinta fuga não tardou a acontecer. Na madrugada do dia 27 de agosto de 1972, Lúcio conquistava novamente a liberdade. Serrou as grades da solitária em que estava e, ainda, libertou outros três companheiros. Com eles, atravessou mais de 30 metros de pátio, pendurado em uma corda improvisada com fios e lençóis. O jornal **Correio da Manhã**, do dia seguinte, anunciava: *“Lúcio Flávio foge de penitenciária sem deixar vestígio”* (214).

O **Jornal do Brasil** preferiu, em sua cobertura, valorizar os lances da fuga. No texto notamos uso abusivo de adjetivos além de uma estrutura textual que coloca em xeque as estruturas judiciais transmitindo à população um clima de insegurança. Por mais que tenha havido falhas por parte dos agentes penitenciários, a publicação optou pela banalização do feito não tendo em nenhum momento questionado a estrutura do sistema prisional.

Título — *Lúcio Flávio faz cordas de lençóis, foge do presídio com três e promete vingança”.*

Lidão — *Lúcio Flávio Villar Lírrio — irmão de Nijini, morto há dias pela polícia em companhia de Liéce de Paula Pinto, assaltante de bancos — fugiu pela madrugada da Penitenciária Lemos de Brito com mais três delinquentes. Há boatos de que ele teria deixado um bilhete prometendo vingar a morte de seu irmão. Depois de terem serrado as grades do xadrez, os bandidos atravessaram o terraço do presídio e, utilizando uma corda improvisada por lençóis, desceram pelo muro dos fundos, que dá para o Morro de São Carlos. Nas suas guaritas, cochilando, três guardas desconhecaram o que se passava.*

Matéria — *Ensurdecendoramente, as sirenas da penitenciária tocaram às três da manhã acordando os guardas que dormiam e quase todos os 800 presos. (...) A Rádio Patrulha também acionada, mobilizou todos os seus veículos para a caça dos fugitivos. Embora não surpreenda, esta é a décima-quinta fuga ao longo de sua vida de crimes pois já responde a 50 processos por assaltos e outros atentados à sociedade. (...) Os guardas não quiseram comentar a fuga. Um deles, porém, que como os demais ganha 300 cruzeiros por mês, revelou até certo respeito por Lúcio, “um bandidão capaz de tudo, até de fugir daqui como aconteceu”. Depois da fuga, passados os primeiros instantes de atordoamento, iniciaram-se as buscas nas imediações (...)” (215)*

Para se ter noção do *status* de Lúcio Flávio como “inimigo público número 1”, basta ler as manchetes dos jornais cariocas sobre a intensa mobilização da polícia para prendê-lo. Seus feitos, espetacularizados pela imprensa, fizeram com que ele fosse tido como um mito:

“**Correio da Manhã** — Flávio Lúcio caçado em toda a Guanabara” (216)
 “**Jornal do Brasil** — Cidade é vasculhada por 500 na caça ao fugitivo” (217)

O mais pitoresco é que o JB, ao longo do texto, procura sugerir ao público um duelo, como nos idos do *far west*, entre um delegado encarregado da captura e Lúcio. Evidencia-se também, a postura maniqueísta, a luta entre o bem e o mal assim como num roteiro ficcional. Com efeito vejamos:

“Aproximadamente 500 homens bem armados e municiados estão em estado de alerta e vasculhando a cidade de ponta a ponta. (...) O inspetor que matou Nijini e Liéce de Paula, Dr. Fernando Gargaglioni, realizou várias diligências. Ele disse que ainda não podia falar nada, mas exibia orgulhoso um fuzil tipo M.30 de 30 balas, com o qual esperava vencer mais um duelo com bandidos (...)” (218)

O **Jornal do Brasil**, nas edições subseqüentes sobre o assunto, não mudou o tom das reportagens, o que pode ser conferido a seguir:

“**Título:** Caça a Lúcio Flávio inclui até vigia a túmulo do irmão”

“**Matéria:** O túmulo de Nijini Renato, irmão de Lúcio Flávio, que foi morto recentemente em Copacabana, em companhia do assaltante Liece de Paula Pinto, passou a ser vigiado desde ontem porque circulam comentários que o fugitivo procuraria depositar flores na cova do irmão, no cemitério do Catumbi. (...) Além disso, todos os parentes de Lúcio Flávio passaram a ter os passos vigiados por policiais que usam agora carros particulares. Até nos mercados, onde fazem compras de gêneros alimentícios, eles são seguidos. Já na hora do café, quando os parentes vão à padaria comprar pão e leite, são observados por policiais no interior de carros particulares”. (219)

Primeiro notamos o uso do verbo caçar, o que confere um sentido conotativo impróprio para a situação. Além disso, algumas frases estão redigidas de forma confusa, como por exemplo em “o túmulo de Nijini Renato, irmão de Lúcio Flávio, que foi morto recentemente em Copacabana (...)”. Dá a entender que foi Lúcio Flávio a ser morto e não o irmão Nijini. Contudo, o mais grave não são os erros semânticos. Há de se lamentar o vazamento de uma estratégia policial para capturar Lúcio Flávio que era disponibilizar alguns agentes para tocaiar o criminoso no Cemitério. Nesse episódio, o Jornal do Brasil através de seu repórter setorista, acionou fontes internas da polícia para conseguir a informação privilegiada. Tanto é que essa publicação conseguiu um “furo de reportagem”. Entretanto, será que valeu a pena? Com a divulgação, é evidente que não foi desse modo que a polícia conseguiu recapturar Lúcio Flávio.

O primeiro assalto perpetrado por Lúcio Flávio três dias depois de fugir da penitenciária rendeu considerável espaço na mídia. O jornal *O Dia*, por exemplo, publicou, além de chamada na capa, matéria de página inteira onde o que chama a atenção não é o seu estilo sensacionalista — público e notório até a reforma gráfica editorial dos anos 90. O que chama a atenção são as referências a Lúcio Flávio no processo de mitificação:

“Título: Flávio comandou o assalto violento

Texto: Flávio pretende consumir a vingança da morte de seu irmão Renato Nijini Villar Lúcio. Já tem a importância de 120 mil cruzeiros. (...) Lúcio Flávio, que comandava a investida criminosa gritava a todo instante: — Nós só temos 3 minutos. Os três minutos fizeram lembrar a tática usada por Liéce de Paula Pinto, cujos golpes não passavam desse espaço de tempo. E como se sabe, Lúcio Flávio foi seu mestre. Pior do que Liéce, ele já assaltou 80 estabelecimentos bancários usando sempre o mesmo sistema. (...) Os bandidos então dirigiram-se às caixas. A bancária Márcia Lira Dias, ao se ver sob a mira de uma 45, foi acometida de forte crise nervosa e, dizendo-se apaixonada por Lúcio, perdeu os sentidos” (220)

Capturado meses depois, ele foi levado para o presídio Milton Dias Moreira. Porém, mais uma vez perpetrou uma fuga. Essa fuga de Lúcio Flávio, que foi a última, foi noticiada com estardalhaço pela Imprensa carioca. Matérias sensacionalistas alertavam os bancos para uma nova onda de assaltos. A Imprensa se referia a Lúcio Flávio com adjetivos que valorizavam seus feitos. Como exemplo, podemos ver a reportagem do dia 21 de janeiro de 1974 — data da última fuga de Lúcio da prisão — veiculado pelo *Última Hora*:

“Lúcio Flávio Villar Lúcio, o jovem bandido que jurou escapar para vingar a morte do irmão Nijini, tombado em tiroteio com policiais, foi o arquiteto da espetacular fuga ocorrida ontem do Instituto Penal Milton Dias Moreira, na Rua Frei Caneca. As autoridades policiais já não têm dúvidas quanto a isso e estão tomando todas as providências para que o perigoso marginal não cumpra o seu juramento de morte. Os bancos já estão em alerta. Com a fuga de Lúcio, à frente de outros quinze detentos, está solto o maior comando de assaltos à banco que a Guanabara já conheceu”. (221)

Na fuga em questão^{LV}, Lúcio rendeu um guarda e abriu a casa de armas para os detentos. Chefiando vinte e dois presidiários, sob fogo cerrado, ele conseguiu escapar.

^{LV} “Liderados por Lúcio Flávio, 22 presidiários do Milton Dias Moreira fugiram quando faltavam 45 minutos para a saída dos familiares que os visitavam. Com a confusão, tiros pra todo lado, comerciantes e moradores das redondezas fecharam as portas e janelas. Eram 16h15m quando soou a sirene no pátio de visitas. Era o sinal para que 23 homens de calça cinza e blusa branca invadiram o pátio atirando para o alto. Aos gritos ordenavam que os guardas largassem suas armas. Tudo começou quando Lúcio Flávio sacou um revólver e rendeu sozinho quatro guardas que tomavam conta da sala de munição. Nesse momento 22 homens se uniram a ele e se apossaram de 16 revólveres e três metralhadoras (alguns deles seguiram armados de facas). Mais seis guardas foram rendidos e Lúcio Flávio aproveitou para tomar uma metralhadora nas mãos. Outros guardas não se renderam e começaram a abrir fogo contra os marginais, travando-se intenso tiroteio, no qual tombaram feridos gravemente o chefe do Setor de Revista e um guarda do presídio. Na ocasião foi morto o ladrão de carros Tenório Capurro. Após ganharem a rua,

Por ironia do destino, dizem que o dinheiro usado por Lúcio Flávio — para subornar os guardas para que as armas chegassem às suas mãos — foi obtido no bilhete premiado da Loteria Esportiva. A Caixa Econômica Federal informou, na época, que Lúcio havia ganhado Cr\$ 30 mil. Sabe-se, por exemplo, que ele pagou um total de Cr\$ 40 mil a diversos guardas para fugir.

A *Revista Veja*, do grupo Abril, também não se furtou em alimentar o mito Lúcio Flávio através de reportagens espetacularizantes sobre a fuga em questão:

“Pela 17ª vez, em dez anos de carreira, o superdotado criminoso Lúcio Flávio Vilar Lirio, fugiu da cadeia. Considerado o mais alto QI (132) dos presídios cariocas, não encontrou dificuldade para escapar da Milton Dias Moreira acompanhado por outros 21 perigosos companheiros de prisão. (...) Lúcio Flávio, segundo seu pai, ‘se estivéssemos em tempos de guerra, seria um desses corajosos comandos dos filmes de televisão’. Lúcio Flávio era muito inteligente mas na verdade a fuga mostrou mais uma vez a incrível tendência de certas cadeias em facilitar a saída de determinados hóspedes (...)” (222)

Sua liberdade durou um mês. Denunciado por um companheiro de fuga, foi cercado numa pensão em Belo Horizonte^{LVI}. Antes, porém, ele escreveu uma carta ao jornal *O Globo*. Nela, ele expôs as razões que o levaram a fugir. Mais uma vez, ele faz severas críticas ao sistema penal:

“Nunca escondi que a liberdade me seduz, mas não pretendia fugir. Ninguém pode negar o covil de ratos esfomeados e pestilentos que é o corpo de guardas das Penitenciárias cariocas. Todos sabem que as armas que entraram no Presídio foram levadas por mãos de autoridades em troca de alguns míseros níqueis; e são estes mesmos homens a quem a lei de pistolões acoberta, assim como acobertaram tanto tempo o covarde Mariel, a quem se vendem e traem cinicamente a calejada sociedade que, contribuindo com descontos no ordenado, a todo instante é vilipendiada e traída. Enquanto eu, Lúcio Flávio, viver, provocarei e levarei à público a corrupção, o desleixo e a covardia desses homens irresponsáveis e que muito mais do que eu, deveriam estar na cadeia”. (223)

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, voltou a fazer carga contra a corrupção no sistema judiciário e revelou o medo de ser assassinado:

“Policiais como Alan Kardek e Mariel Mariscot e mais uma infinidade do mesmo padrão moral exploram os delinquentes primários, transformando-os nos chamados marginais barra pesada e, quando notam que estão muito comprometidos com eles procuram abatê-los como feras para continuar vivendo na impunidade. Considero que autoridade é autoridade, polícia é polícia e bandido é bandido. Essas duas classes são como água e óleo, jamais

Lúcio ficou no meio da rua com a metralhadora e disparava sem parar contra a porta do presídio. Vários policiais responderam ao fogo mas não conseguiram detê-lo”. (extraído do Jornal do Brasil, 20/01/1974, pg. 30)

^{LVI} Interessante notar como as manchetes referentes a Lúcio Flávio apresentavam diferencial sobre as demais. Os verbos eram grandiloquentes, sugestivos, instigantes. Era como se estivéssemos diante de títulos de obras cinematográficas e não de chamadas de jornal. Nesse episódio, selecionamos algumas: “Sensacional diligência com 50 homens e cães treinados prende Lúcio Flávio” (Correio da Manhã, 31/01/1974); “Com duas metralhadoras e tendo Jane a seu lado Flávio é preso” (O Dia, 31/01/1974)

se misturam. Sou perseguido porque conheço todas as podridões da polícia da Guanabara e nunca escondi estes fatos. Denuncio sempre que posso. Por isso é que sei que a qualquer momento também serei morto por traição dentro de algum presídio do Estado” (224)

Considerado criminoso de alta periculosidade, foi levado para Ilha Grande, onde ficou até seguir para o Instituto Penal Hélio Gomes.

Na madrugada do dia 30/01/1975, enquanto dormia, é atacado por outro preso. Recebe vários golpes de estoque no pescoço e no peito. Lúcio estava morto. Ele era testemunha do envolvimento do ***Esquadrão da Morte*** — acusava Mariel Moryscotte em especial — com o roubo de carros na Guanabara. No dia seguinte, dia 31 de janeiro de 75, os jornais de todo o país destacavam a sua morte:

Jornal Última Hora

Manchete: **Lúcio Flávio foi morto dormindo. Ele sabia demais**

Matéria: *Considerado o bandido mais inteligente da história carcerária do País, Lúcio Flávio foi atacado em pleno sono e morto por um companheiro de cela condenado a 284 anos de prisão... Marujo, o assassino, conta duas histórias: uma para a Polícia e outra para a Imprensa. Sabe-se que a liderança de Lúcio começou a estremecer desde Segunda-feira, dia 27. Nesse dia chegou ao presídio, também vindo de Ilha Grande, o assaltante-homicida Mário Pedro da Silva, o Marujinho. Marujo também tinha mania de liderança e não aceitava ordens de dentro dos xadrezes por onde passava... (225)*

Jornal do Brasil

Manchete: **Lúcio Flávio é morto por vingança na penitenciária**

Matéria: *Marujo afirma que, em meio a um jogo de cartas, Lúcio o humilhara. Ele advertiu o companheiro para que não agisse assim pois “ele não era melhor do que ninguém ali”. Em seguida, advertiu Lúcio Flávio: — O homem não gostou e disse que bandido como eu ele estava acostumado a ganhar no grito. Respondi que ele poderia terminar os seus dias na ponta de um punhal. Ele se levantou e me deu um chute na cara. Não reagi na hora porque seria massacrado pelos outros detentos da cela. Apenas me afastei e esperei o melhor momento, à noite, para falar com ele... (226)*

Jornal O Dia

Manchete: **Flávio tombou diante de 20. Corpo do bandido dobrou-se em dois, golpeado de morte**

Matéria: *Eram duas horas. Marujinho se levantou e foi ao encontro de Lúcio Flávio. — Tudo legal com você? Aquela bronca de ontem passou de verdade e vamos continuar os mesmos ou você está aborrecido comigo? Flávio: — Só quero a amizade de todos. A sua inclusive. De repente a luta feroz. Um estoque sendo disputado leoninamente. Os demais presos assistindo. Uma luta de morte. Lúcio Flávio, de repente, leva um golpe no peito, na altura do coração e geme de dor. O golpe não fora*

profundo. Lúcio está de pé. Ágil. Com todas as forças Marujinho parece um gato. Peito arfante. Ódio na fisionomia. Investe e atinge Lúcio bem na veia jugular. O estoque penetra bem fundo. Foram oito golpes no total. Lúcio Flávio vai caindo lentamente. A mão no pescoço tentando impedir a saída do sangue. Seu corpo vai se dobrando em dois. Cai. (227)

Cerca de 500 pessoas, a maioria mulheres, compareceu ao enterro de Lúcio no Cemitério de São Francisco de Paula, no Catumbi. No seu enterro, são lidos os versos do poema **Saudades**, que Lúcio Flávio escreveu no cárcere:

“Saudades, lembrança feliz da minha infância/ Lembrança da ceia de Natal em meu lar/ dos meus irmãos e dos meus pais/ Saudades, desejo viver e adorar os olhos lindos e azuis de Dom Rodrigo (meu filho)/ lembrança de teus sorrisos suaves e cristalinos/ como os raios de sol das manhãs límpidas de luz/ Saudades, lembrança do amor distante/ dos sonhos que se desfazem como a neve ao sol/ Saudades, felicidade por poder senti-la/ tristeza em Ter que sofrê-la/ Saudades, esqueça a herança que só traz no coração/ daqueles que de coração um dia pertenceram a alguém/ Saudades, saber que eu existo e que Janinha existe/ que nosso amor existe e que o mundo é lindo/ Saudades, que saudades meu Deus que tenho de tudo/ de tudo nessa vida” (228)

As razões de *Marujinho* não foram convincentes. Alguns acreditam que Mariel tenha encomendado a morte de Lúcio. Outros atribuem o assassinato a uma rixa na cela^{LVII}. Nada se conseguiu provar. *Marujo*, como pena, somou mais alguns anos à sua condenação de — até então — 284 anos de prisão. Perguntado se tinha matado Lúcio, enquanto este dormia, *Marujo*^{LVIII} respondeu: “É, seu moço, matar dormindo ou acordado tanto faz. É a mesma coisa. O fato é que eu matei Lúcio Flávio” (229).

No Instituto Médico Legal, uma multidão se aglomerou para saber mais sobre o assassinato de Lúcio. O pai, Oswaldo Lírio, em entrevista ao **Jornal Última Hora**, desabafou:

“Meu filho tinha muita coisa para contar sobre os crimes de Mariel Moryscotte. Eu acredito que sua morte tenha sido tramada para que ele silenciase a respeito desses crimes, sobre os quais falaria logo que fosse chamado a júri” (Jornal Última Hora, 31/01/1975, pg. 10)

Dona Zulma, mãe de Lúcio Flávio, foi quem forneceu depoimento com o qual podemos ter a real dimensão da vedetização do criminoso:

^{LVII} Um dos companheiros de cela que presenciou a morte declarou: “Eu tenho certeza que houve bronca entre os dois. O motivo, estou por fora. Mas deve ter sido por questão de posição na cela. Mário, por onde passou, sempre foi o xerife. E lá, com Lúcio Flávio de maior cartaz, o negócio ficou ruim” (O Cruzeiro, 12/02/1975, pg 70)

^{LVIII} Alguns anos depois Marujinho perdeu a vida — 08 de abril de 1978 — na prisão de Ilha Grande. *Causa mortis*: intoxicação alimentar: “Sua morte ocorreu depois do almoço. Imprudentemente ele achou de, em seguida tomar banho de sol. Sentiu-se mal e foi levado para a enfermaria onde faleceu algumas horas depois”. (Jornal A Notícia, 08/04/1978, pg. 6)

“O que vou dizer aqui, digo no Tribunal: a morte de Noquinha foi encomendada. Ele sabia de muita coisa e vivia dizendo que mais cedo ou tarde iam querer silenciá-lo, na cadeia tentando fugir ou nas ruas. A hipótese de morrer na cela era muito remota. (...) Noca era amado pela massa carcerária. Nos dias de visita ele ficava todo excitado desde a noite anterior. Não conseguia dormir. Um preso como o que matou Lúcio, condenado a mais de 200 anos, só teria uma possibilidade de fugir: unindo-se a meu filho.(...) No velório de Lúcio fiquei emocionada com o povo. Motoristas de ônibus e táxi paravam seus carros em frente do IML e vinham me dizer: ‘Ele não podia ter morrido assim. Ele não merecia morte tão covarde’. Para mim, o que importa é o reconhecimento do povo” (230)

Por algum tempo a Imprensa continuou suitando não só o assassinato de Lúcio Flávio mas também a sua trajetória criminosa. Nota-se ainda que o discurso sensacionalista não foi abandonado o que nos leva a considerar confirmada a hipótese de que tal comportamento das empresas jornalísticas se fundamenta na incessante busca do lucro e na necessidade da distração catártica das massas. A **Revista Manchete**, em 15/02/1975, publicou com chamada na capa uma reportagem biográfica sobre Lúcio Flávio. Como poderemos constatar, não faltam adjetivos e juízos de valor para enaltecê-lo:

*“**Título:** Lúcio Flávio. O homem que sabia demais.*

***Subtítulo:** O preso mais famoso do Brasil, que tombou morto na prisão, foi vítima de um crime até agora mal explicado.*

***Matéria:** Lúcio Flávio Villar Lório era o prisioneiro de maior quociente intelectual dos presídios brasileiros. Quando seu nome começou a se tornar famoso, quando se transformou em personagem obrigatório nas crônicas policiais de todo o Brasil, uma legenda passou a acompanhá-lo: a de notável empreendedor de fugas, a de prisioneiro rebelde que prisão alguma era capaz de guardar por muito tempo. Dos vinte aos trinta anos foi preso inúmeras vezes e escapou outras tantas, sempre de forma espetacular. (...) Nos últimos dias, Lúcio Flávio parecia pressentir que seria morto, mas de forma gloriosa, lutando contra seus adversários lealmente, nas ruas da cidade.” (231)*

A **Revista Veja** também publicou chamada na capa para uma reportagem biográfica. Contudo, diferente de **Manchete**, não titubeou em fazer uso ostensivo da linguagem clichê:

“Pintor e escultor dileitante, que gostava de misturar citações de Sartre e Dostoiévski às suas denúncias de corrupção na polícia carioca, Lúcio Flávio Villar Lório conseguiu firmar um sólido conceito de bandido invulgar, em doze anos de carreira como assaltante, mais de quinhentos processos, quase cem anos de pena de detenção e dezoito fugas rocambolescas. É essa imagem que, por contraste, torna ligeiramente inverossímeis as circunstâncias excessivamente banais apresentadas pela última versão de sua morte, na madrugada de quarta-feira passada, pela mão de um companheiro de cela, depois de uma briga numa roda de carteados” (232)

5.1.1. Apêndice: Esquadrão da Morte dos Homens de Ouro

Nos idos dos anos 70 era vedete dos fatos policiais o chamado *Esquadrão da Morte* — grupo inicialmente constituído pelo próprio gabinete do chefe de polícia para dar sentença primária a bandidos procurados e indesejáveis, inimigos públicos conhecidos. Sobre o corpo de suas vítimas, costumava-se deixar cartazes de cartolina onde se observavam uma caveira com as tíbias cruzadas e as iniciais *E.M.*, que significam *Esquadrão da Morte*.

Naquela época, por trás da cortina de ferro do regime militar, a Imprensa explorava o filão, até então restrito a poucas páginas de jornal, do fenômeno crescente da criminalidade. E apesar de o governo insistir de que tudo ia bem (*slogan: Brasil, ame ou deixe-o*), as evidências o desmentiam.

“A cidade estava sofrendo um período de muita violência, quando o banditismo esqueceu suas fronteiras e invadiu as fronteiras de direito, da lei, do respeito ao patrimônio dos outros, da inocência dos outros, matava-se à toa, era muito comum o assalto à casais, violência de mulheres contra mulheres, de namorados etc. E já havia os primórdios do tráfico, o tráfico já estava se infiltrando na marginalidade” (233)

O jornalista Adriano Barbosa, autor de *O Esquadrão da Morte*, explicou — em entrevista ao autor desta tese — que o seu livro procurou retratar fielmente o assunto, através de um discurso documentário, não ficção:

“os nomes estão lá, os envolvidos estão lá, eu fiz um livro para arquivo, para que a Polícia tivesse um arquivo sobre aqueles crimes, para que a sociedade tivesse uma referência. Mas houve muita pressão e eu cheguei a ser, por duas vezes, alvo de tentativa de morte.” (234)

Adriano Barbosa conta também que foi naquele período que a instituição policial começava a ser questionada pela Opinião Pública, tudo sob a intermediação da Imprensa:

“A polícia foi desmoralizada, desacreditada e destruída por uma Imprensa inconstante que — ao invés de pegar o mau policial e arrebentar com ele — arrebentou com a instituição. Então o descrédito foi da instituição. Os maus elementos, que existem em todo lugar, passaram uma herança terrível para a instituição quando eles eram os cancerosos, os policiais desonestos, os achacadores, policiais entre o crime e a lei. Estes tinham que ser castigados, postos à execração pública, mas não a instituição. Depois que se desacreditou a polícia, civil e militar, e, em decorrência, as demais instituições ligadas à segurança, o povo passou a não acreditar e o bandido passou a não acreditar também. E o que é que aconteceu? O bandido invadiu o lado de cá...” (235)

Na verdade, o trabalho dos esquadrões nada mais era do que uma matança institucionalizada. Era a violência contra a violência.

*“O General França, chefe da secretaria de segurança, foi quem fomentou a criação de um grupo especialíssimo, chamado de **homens de ouro**. O general escolheu um número de homens para trabalhar em diligências especiais, o que foi exatamente o que fez o General Kruehl quando criou o Esquadrão da Morte. Ele repetiu a dose e eu fiz uma advertência através do **Globo** dizendo que a cidade estava precisando de uma limpeza, mas que a criação desses grupos especiais, o chefe de Polícia chegava a um ponto em que ele perdia o controle disso. E esses grupos passavam a ser pistoleiros de aluguel, começavam a participar de crimes, defesa de bicheiros, matando por preço fixo etc, e que isso não ia dar certo. Como não deu. Eu mesmo dei nome ao negócio. Os homens de ouro. Porque ele realmente tinha escolhido homens muito bons...”* (236)

O Delegado Odilon Moreira César, coordenador do chamado *Grupo Especial de Combate à Delinqüência*, confirma que os elementos que compuseram os **‘Doze de Ouro’** foram escolhidos pelo General Luiz de França com o objetivo de pôr fim aos assaltos. Porém, o raio de ação do esquadrão ia muito além disso, conforme revela o próprio Odilon:

“O critério para escolha obedeceu a experiência, disciplina, lealdade e valor pessoal. O grupo cumpriu a sua finalidade, merecendo destaque a atuação de vários homens de ouro, inclusive Mariel que, reunindo uma equipe composta por Carlinhos e Tigrão, realizaram missões de importância, inclusive atuando no combate à subversão, tendo desbaratado completamente a ALN na Guanabara” (237)

O também jornalista e escritor José Louzeiro dá o nome e o paradeiro dos **Homens de Ouro**:

*‘Os Supervisores dos **Homens de Ouro** eram Godofredo de Matos, Delegado Titular da 29ª de Madureira, e Odilon Moreira César, Delegado Titular da 37ª da Ilha do Governador. Segue a lista com os nomes dos **Homens de Ouro**: Vidmar Ribeiro, da Polícia Federal; Euclides Nascimento — afastado por contrabando —; N. Kaltman, Delegado Chefe do Serviço de Investigação de Defraudações; Nilson Duarte — que participou de um grande escândalo porque fazendo uma ponta durante o programa do Flávio Cavalcanti descobriram que ele — que ali estava aparentemente combatendo as drogas — estava na verdade anunciando as drogas dele (responde também a vários processos por corrupção); Humberto Mattos, Chefe do Setor de Investigação da Divisão de Censura de Diversões Públicas; Hélio Guaíba (na época Delegado A da 9ª DP do Catete) — hoje proprietário de Posto de Gasolina mas ainda vinculado a denúncias de corrupção; Lincoln Monteiro — já estava em disponibilidade acusado de tráfico de entorpecentes; Mariel Moryscotte — era ex-guarda vidas — salvou muita gente de morrer afogado e matou muitas outras de tiro; Elinton Pires — certo dia entraram na delegacia onde trabalhava e deram um tiro no rosto dele (na época era Chefe do Serviço de Apoio Operacional da 29ª DP de Madureira); Sivuca Godinho — hoje é deputado mas certa vez tramou a fuga de Mariel; Jaime de Lima, delegado da 39ª DP da Pavuna e Aníbal Cartola — um dos acusados pela morte do Le Cocq. Nessa época o Cartola estava na 13ª DP de Copacabana. Então vocês têm aí o nome de vários artistas. Não escapou ninguém.’* (238)

5.1.2. Apêndice: Mariel Moryscotte

Mariel Moryscotte Araújo de Mattos foi guarda-vidas, agente da Polícia Judiciária e ex-segurança de boates da Zona Sul do Rio de Janeiro, antes de se tornar manchete de jornal. Endeusado pela mídia, seu nome era sinônimo de expressivas tiragens, graças a campanhas desenvolvidas pelos órgãos de comunicação que, de alguma maneira, se locupletavam com as peripécias de Mariel. O fato é que inúmeras pessoas, entre jornalistas e fãs, costumavam visitá-lo quando encarcerado na Unidade Especial Milton Dias Moreira.

“Privilegiado como nenhum outro interno do Departamento do Sistema Penitenciário, onde dispunha nada menos do que três celas, pintava quadros, mantinha uma mini indústria de confecção — que lhe garantia retorno financeiro — recebia os muito conhecidos jornalistas ávidos por informações sensacionalistas” (239)

Mariel nasceu em Niterói, no dia 04 de julho de 1940. Oriundo de uma família de classe média baixa, na adolescência morava em Bangu, onde trabalhava num fábrica de confecções. Tido como rapaz de boa índole, ganhava ainda algum dinheiro-extra com aulas de natação. Posteriormente, alistou-se no serviço militar, servindo no *Comando da Brigada Aeroterrestre*.

“O que podemos presumir é que a força física adquirida através dos exercícios praticados no quartel e, posteriormente, nos rigorosos treinamentos para guarda-vidas, tenha suprido parcialmente esta lacuna e lhe proporcionado uma falsa impressão de superioridade. Isso alimentou em Mariel a ilusão de poder. Não o poder institucional, originário da lei, mas aquele traduzido como sinônimo de força” (240)

Freqüentador da Zona Sul, logo se tornou conhecido das *socialites*. Ia aos melhores lugares e se envolvia com belas mulheres. Nesse intervalo, procurou logo ingressar nos quadros da Polícia. A partir daí, sob influência de desviantes mais experientes no âmbito policial, para as atividades criminosas foi um passo.

“Eu sou do Esquadrão da Morte. Não desse esquadrão que mata às escondidas e joga os corpos na Baixada Fluminense... Para mim, bandido que resiste à bala tem tantas chances de morrer quanto eu”. (241)

Membro dos **Homens de Ouro**, ele se envolveu ainda com vários marginais. Atuava nos dois lados: na Polícia todos sabiam que fazia parte do *Esquadrão*, mas era acobertado e gozava de benefícios. Envolvido com criminosos procurados e conhecidos, recaía sobre ele suspeitas de que arranjava fugas, conseguia armas e veículos, tinha ligações com o jogo do bicho, ajudava a planejar assaltos e ainda recebia sua parte no rateio de dinheiro ilícito.

Não se pode falar de Moryscotte sem ligá-lo ao nome de Lúcio Flávio. Da relação intempestiva entre os dois nasceu a frase — cunhada por Lúcio — que ficou famosa: *“Sou bandido porque sou bandido mesmo. Por isso roubo e, se preciso, mato. Mas Mariel é bandido covarde, porque se esconde na condição de policial”* (242).

O fato é que Mariel acabou preso e expulso da Polícia por facilitar a exploração do lenocínio e o tráfico de entorpecentes e ainda falsificar cheques de viagens. Tais crimes, aliás, causaram sua condenação a 16 anos de reclusão.

Mariel Moryscotte respondeu ainda a vários processos, inclusive por participação em homicídio. Encarcerado, conseguiu ainda fugir algumas vezes da cadeia. Nesta fase, a Imprensa o tornou conhecido aos olhos do mundo:

“O tempo em que passou foragido no Uruguai, Paraguai e Argentina; a ida para a Bahia, onde brincou o carnaval de 1973; a fuga de Ilha Grande; a célebre visita à concentração da Seleção Brasileira de Futebol e, finalmente, a recaptura feita pelo delegado de Marília que o reconheceu quando ele pretendia comprar ingressos no cinema para assistir o filme ‘Um golpe de mestre’, constituíram alguns dos pontos altos do período em questão”. (243)

Preso e reconduzido, acabou tendo reduzidas as penas que lhe foram imputadas. Sobre o cárcere escreveu um livro, intitulado *“Desigualdade Humana — Eu passei por lá”*. Conta-se que recebeu polpudos dividendos graças a indenizações pecuniárias resultantes de livros como *“Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia”* e *“República dos Assassinos”*, onde o ex-detetive se achou prejudicado com os personagens ali representados.

“Eu fiz um livro sobre o Mariel, que era uma figura polêmica com a qual eu convivi muito. Conheci a família e tudo mais. O Mariel era um espírito de Xerife do Oeste, um homem fora do seu tempo, uma alma perdida lá pelos Texas da vida. Mas ele tinha aquela coisa de justiceiro também, era policial e do grupo de alguns policiais que ainda estão vivos hoje. Mas esse livro do Mariel era uma espécie de análise, meio defesa dele contra o comportamento que o Estado teve com ele. Foi um comportamento ingrato, sujo. Eles demitiram o Mariel — isso foi obra do Chagas Freitas — e demitiram até um sujeito, veja você, que nunca foi funcionário do Estado, o Cromado. Ele era um homem metido com a marginalidade, era um informante. Esse rapaz foi demitido! Depois o Cromado foi ser motorista de Juiz, nesse programa de recuperação e coisa e tal” (244)

Mariel também foi alvo do processo de vedetização. Tanto é que houve intensa mobilização para conseguir autorização da justiça para que ele participasse do programa televisivo de Flávio Cavalcanti. Esse pedido, em particular, foi negado. Contudo, a produtora de cinema **Ipanema Filmes** bancou o filme *“Ali Babá e os Quarenta Ladrões”*, onde Mariel fez sua primeira incursão no campo das artes, ao lado da sua noiva, e atriz, Elza de Castro.

A história de Mariel termina quando ele se alia à contravenção, investindo contra alguns pontos de jogo de bicho de rivais. Por ter invadido áreas geográficas dos grandes contraventores, acabou jurado de morte. Some-se a isso sua ligação com o filho do bicheiro Raul Capitão, chamado Marcos de Mello, o *Marquinhos* — este também jurado de morte.

Mariel acabou tombando morto, numa emboscada, na tarde do dia 8 de outubro de 1981. O laudo cadavérico divulgado pelo IML possibilitou conhecer a arma empregada na tocaia — uma metralhadora norte-americana marca Ingram modelo M-10 de calibre 380 — e o modo como se deu o assassinato. Cinco tiros atingiram o omoplata esquerdo, perfurando-lhe o pulmão e o coração; outro, a nuca e o sétimo, de raspão, a cabeça. Com o assassinato, muitas questões ficaram sem resposta. As empresas jornalísticas não demorariam a eleger outro desviante para o posto de vedete das páginas policiais. Era chegada a vez de Hosmany Ramos.

3.3. Leonardo Pareja

Luzia Rodrigues dos Santos, então com 19 anos e garçonne em Goiânia, conheceu o caminhoneiro Pedro Pareja em 1964. Dois anos depois o marido ganhava um prêmio extraordinário na loteria federal. Com o prêmio ele comprou duas fazendas e abriu uma empresa de transportes. Ela deixou o restaurante onde trabalhava para tornar-se dona de casa de classe média. Em 31 de março de 1974 nasce Leonardo Pareja.

“Tinha jóias, vivia numa bela casa, fazia cursos de inglês e de bichinhos de pelúcia, mimava o único filho, Leonardo” (276)

Quando tudo parecia bem — como, por exemplo, as constantes viagens de turismo a Bariloche, Argentina, e o padrão social aumentando — o casal se separou. Houve quem acusasse a mãe de Leonardo de ser infiel. Entretanto, nada se provou.

Durante um depoimento a psicólogos, Leonardo Pareja contou que foi ele que, aos 10 anos de idade, provocou a separação dos pais, induzindo seu pai a pensar que era traído pela mãe.

“Pareja conta que era uma criança extremamente medrosa e dormia sempre no quarto dos pais. O pai mimava-o, dando-lhe tudo o que pedia, enquanto sua mãe impunha limites. Arrepende-se de agressões verbais que lançou contra a mãe, mas relata que seu relacionamento com ela só melhorou quando o pai morreu.” (277)

Meses depois o casal se reconciliou e Luzia voltou para casa. Mas o marido estava falido. Pedro havia vendido uma fazenda e aplicado mal o dinheiro. Somou-se a isso a desapropriação de alguns imóveis da família. O padrão de vida de Leonardo Pareja começou a mudar drasticamente. Ele tinha 13 anos.

Numa entrevista à revista Cláudia, a mãe de Pareja faz um desabafo:

“Leonardo sempre teve de tudo. Só estudou em colégios particulares. Na escola, ele fazia muita arte, porque tinha muita energia e o professor falava: ‘você tem que dar mais atividade para o menino’. Então ele fazia natação, bicicross, caratê, piano e violão. Ele nunca reclamou de nada, mesmo quando meu marido perdeu tudo o que tinha. Chegamos a ter dez caminhões, galpões, representações de sal em Campinas, duas fazendas e um escritório em Goiânia. Morávamos na melhor casa do melhor bairro de Goiânia. Viajávamos para todo o Brasil e ainda para Buenos Aires, Bariloche, Assunção, e tínhamos planos para ir à Europa. Às vezes, penso que Leonardo rouba para ter as coisas que perdeu”. (278)

Ainda aos 13 anos foi preso pela primeira vez. Entretanto, por um motivo inocente: com um grupo de amigos saiu de um show do cantor Lulu Santos chutando latas de lixo e promovendo algazarras. Aos 14 furtou 15 mil passes escolares da secretaria

de Educação^{LXV}. Aos 15 foi preso por envolvimento com um traficante de drogas. Ele já estava envolvido com crimes de roubo e desmonte de motocicletas. Por ser menor de idade, não demorou muito tempo para estar nas ruas novamente. Começou, então, a assaltar postos de gasolina e *puxar* carros. Isso aos 16 anos de idade. Já com 18 anos, possuía no curriculum inúmeros furtos de veículos:

“De manhã saiu nos jornais o nome de Leonardo como ladrão de carros. Logo depois, ele chegou em casa com a Polícia. Tinha um automóvel roubado em nossa garagem. Eu e o meu marido fomos levados para o distrito. Na delegacia, nos prenderam. Ficamos quatro dias sem beber, comer, tomar banho, sem falar com ninguém, ouvindo os outros presos serem maltratados. A gente via os policiais levarem o Léo para o afogamento, para tomar choques. Escutava tudo. Eles batiam para valer. Ver o filho ser torturado, aos 18 anos, foi demais para o meu marido. Ele já estava doente. Estava com 76 anos, mas trabalhava como office-boy numa loja. Já eu trabalhava como diarista. Depois que saímos da cadeia, fomos despejados de onde morávamos. Pedro já estava caindo de tanta fraqueza, quando o Léo foi preso de novo em 1992. Meu marido não agüentou de desgosto. Faleceu um mês depois.” (279)

A primeira fuga ocorre em setembro de 1992, mais precisamente cinco meses após a prisão. Em meio a uma confusão na Casa de Prisão Provisória, em Goiânia, consegue fugir pela porta da frente da instituição. Recapturado pouco depois da fuga, Pareja retorna a Casa de Prisão Provisória, sendo depois transferido para o Cepaigo. Cumpre quase dois anos da pena, até se envolver em uma briga de presos e ser transferido para o Hospital de Urgências de Goiânia. Enquanto se recuperava dos ferimentos, consegue enganar três guardas e escapa pelos fundos do hospital. Pareja volta a ser preso em julho de 1995 no Pará. Contudo, suborna os policiais com quatro mil reais e novamente ganha a liberdade. No mesmo mês, invade o Presídio de Anápolis, já em Goiás, liberando quatro presidiários.

Leonardo Rodrigues Pareja se tornou conhecido do grande público a partir do seqüestro ocorrido em Feira de Santana, Bahia, em setembro de 1995, quando manteve a menina Fernanda, de 13 anos, como refém durante 61 horas num hotel. Depois de intenso cerco policial — sem sucesso — Pareja só veio a se entregar 41 dias depois, alegando que “não agüentava mais fugir”. Nesse período, ele deu entrevistas a jornais, rádios e TVs, onde procurava desmoralizar a polícia e manter a aparência do “bom bandido”, ou seja, que não machucava ou maltratava as vítimas — inclusive ele tirou várias fotos abraçado à menina quando a manteve como refém.

^{LXV} Pareja trabalhava como office-boy na Secretaria de Educação. O dinheiro obtido com a venda dos passes foi usado para comprar roupas de griffe.

O segundo feito — também espetacularizado pela mídia — foi a liderança durante a rebelião^{LXVI} no Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás (Cepaigo), em março de 1996. Naquela ocasião, o jovem que se comparava a *Robin Hood* e tinha *Scarface* entre seus filmes favoritos, liderou uma revolta que durou mais de uma semana e terminou numa fuga espetacular^{LXVII}. Cercado pela polícia, ele se entregou para dois juizes. Condenado a nove anos e seis meses de prisão, Leonardo seria libertado aos 31 anos de idade. Ele respondia a 18 processos criminais.

Quanto ao comportamento de Leonardo Pareja, a mãe afirma que o filho gostava de brincar de *polícia e bandido*, mas fazendo sempre o papel do bandido.

“Será que era uma tendência? Ele assistia a filmes de violência e gostava de revólver, arma de fogo. Não sei porque meu filho saiu assim. Eu sempre ensinei tudo de bom para ele” (280)

No que tange aos valores, Pareja é tido como ídolo por alguns e figura nefasta por outros. Perguntado sobre o que achou de ser aplaudido nas ruas, quando da fuga do Cepaigo, ele respondeu:

“O povo fala que sou um bandido-herói. Mas isso não existe. Acho que não se pode ser ídolo dessa forma. Há uma grande diferença entre ser ídolo e dar conselhos. A minha visão de crime é a do fanfarrão, do bon vivant, do crime não violento. É só a de desafiar as autoridades, sem dano e sem violência” (281)

Já em outra entrevista, Leonardo Pareja assume o papel de “herói”:

“Quem não gosta de ser famoso? Eu adoro. Eu sou um herói dos presos, gente que foi humilhada e maltratada pela polícia. Não me considero um Robin Hood, mas confesso que me identifico com ele” (282)

Cumprir registrar que a partir de uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo* Pareja começou a se valer da alcunha de “bandido-herói”. Interessante notar que até então ninguém havia se referido a ele desta forma. Porém, para se eximir de qualquer responsabilidade, a *Folha* atribui ao próprio Pareja a “invenção” do termo “bandido-herói”. Na ocasião, o jornal trouxe à tona a biografia do seqüestrador sob um viés espetacular, ou seja, sobrevalorizando os feitos criminosos e enfatizando as vicissitudes

^{LXVI} Liderados por Leonardo Pareja, 400 presos se rebelaram e fizeram 40 reféns, entre os quais se destacavam o secretário de segurança pública de Goiás, o presidente do Tribunal de Justiça e o diretor da penitenciária.

^{LXVII} Os amotinados fugiram levando seis reféns, entre os quais destacam-se o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, o secretário de Segurança Pública, um Juiz e um procurador de Justiça. Os oito carros usados tiveram os vidros laterais e traseiros cobertos por jornais a fim de dificultar a identificação. A munição dos fúgitivos era composta por 16 revólveres calibre 38, 16 caixas de munição e mais R\$ 100 mil. Quando um dos carros entrou na zona urbana da cidade de Goiânia, os fúgitivos arrancaram os jornais dos vidros, pararam em todos os sinais vermelhos e foram aplaudidos por pedestres antes de se embrenharem em alguma estrada desconhecida.

de Leonardo Pareja ao longo da vida. Assim, o leitor se via diante de uma figura apresentada como paradoxal. O bandido que roubava e seqüestrava também se expressava através de frases de efeito e procurava desqualificar as autoridades:

“Título: Pareja cria o mito do bandido-herói. Assaltante sabe usar a mídia para moldar sua imagem de bonzinho e acusar a polícia de burra.

Matéria: Aos 22 anos, Leonardo Rodrigues Pareja tem se mostrado hábil em cultivar uma imagem de “bandido-herói”. O assaltante com cara de menino travesso, nascido em uma família de classe média-alta, que estudou inglês na infância e gosta de dizer que a polícia é burra e incompetente. O aguçado senso de marketing de Pareja é conhecido (...); ele não gosta de ser chamado de seqüestrador: ‘sempre fui ladrão comum que roubava pelo sentimento de emoção’, dizia ele. Filho de um empresário e fazendeiro, teve motorista particular, estudou línguas, teve aulas de piano e praticou natação. Começou a cometer crimes na adolescência, após a falência do pai e a queda do padrão de vida. As inúmeras fugas, diz, têm semelhança com um dos filmes que mais o impressionaram na adolescência: ‘Alcatraz, fuga impossível’ (...).” (283)

Ora, uma das leituras possíveis é aquela que justifica os crimes perpetrados por Pareja na medida em que ele *“perdeu o padrão de vida”*. Além disso, atribuir a ele um *“aguçado senso de marketing”* não passa de um despautério. Os juízos de valor, os adjetivos, as figuras de linguagem, entre outras, fazem parte do mecanismo de criação das celebridades. Vemos novamente o processo de espetacularização de comportamento desviante.

Por cunhar frases de efeito e se comportar de maneira ambígua, Pareja serviu ao propósito de figurar como celebridade desviante:

“Como bandido não posso ser considerado um herói para as crianças. Faço sucesso com as mulheres porque você já viu mulher gostar de alguma coisa que presta? Eu roubo pela emoção. E também porque quero ter dinheiro, não suporto ficar sem dinheiro para viajar, comer bem e ir ao cinema. Em 1992, assaltei 11 postos em Goiânia em uma hora e meia. Podia entrar para o Livro dos Recordes. Faturamos 30 mil dólares e fomos para o interior, onde reinamos como magnatas, fechando boates e bares. (...)” (284)

Sobre o hábito de *“desafiar as autoridades”*, Leonardo Pareja conquistou a admiração de alguns e o ódio de outros quando, durante o episódio no Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás (Cepaigo), parou as negociações para assistir a um *Grande Prêmio de Fórmula 1* pela televisão. Naquele mesmo dia, um domingo, parou as negociações por uma segunda vez a fim de que os presos jogassem uma partida de futebol em comemoração ao seu aniversário — completava 22 anos. Enviou ainda um bilhete à polícia no qual pedia dois bolos: um para ele e outro para o presidente do Tribunal de Justiça, Homero Sabino, que completava 66 anos e permanecia refém. Em outra carta, uma lista de exigências — para liberar alguns dos reféns — foi, em parte, atendida. Para a fuga, Pareja requisitou: dois automóveis da marca Santana, dois

Tempras, dois Ômegas e dois Opalas. Pediu ainda nove metralhadoras (9 mm com carregadores de reserva), nove revólveres calibre 38 com uma caixa de munição cada, nove pistolas 7.65 (de 16 tiros com os respectivos carregadores sobressalentes, nove celulares (com duas baterias cada), 30 mil reais em dinheiro e ainda 20 coletes à prova de bala.

A Rádio CBN conseguiu, durante a rebelião, uma entrevista exclusiva com Leonardo Pareja. Por celular ele falou da liderança que exercia na penitenciária e da real motivação da rebelião:

“Pergunta — Você informou que o desembargador Homero Sabino está mal. Porque você não o liberta?”

Resposta — Não tem como libertar.

Pergunta: Mas ele não está mal?

Resposta: Está mal e quem vai libertar são as autoridades, não nós.

Pergunta: Quantos revólveres vocês têm?

Resposta: Dois revólveres. Um calibre 38 e outro 38 de cinco tiros.

Pergunta: Quantas pessoas querem fugir?

Resposta: São 20. É irrevogável, não tem contraproposta.

Pergunta: Deram a informação que você lidera presos na ala A e B, e que na C você não consegue liderar. É verdade?

Resposta: Eu lidero todas as alas. São quatro alas. Lidero todas.

Pergunta: Há também a informação de que os condenados com maior pena conseguiram dominar os reféns e que você não tem poder sobre eles.

Resposta: Não, eu tenho domínio total aqui. Aqui eu preservo a integridade física de todos. É óbvio. (285)

Quando o diretor do presídio foi libertado, um depoimento emocionado sobre Pareja merece registro:

“Pareja é formidável. Sem ele, não sairíamos vivos dali. Ele é uma peça fundamental na condução deste processo. É ele quem está manipulando tudo lá dentro. Fomos os interlocutores constantes — eu pelo lado dos reféns e ele pelos bandidos. Ele conduziu com sabedoria a negociação. O Pareja tem autoridade sobre os presos. Ele conduz as coisas com calma, mas com pulso. Ele determina a guarda e ninguém chia” (286)

Durante a fuga, Pareja só fez aumentar seu prestígio^{LXVIII}. Chegou a dar inúmeros autógrafos e distribuir dinheiro por onde passava. Um comerciante ganhou 50 reais de “caixinha” enquanto outro recebeu a mesma quantia por permitir que Leonardo Pareja utilizasse o telefone do restaurante. Um dos seqüestrados, o promotor Aldo Sabino, não poupou elogios: “O Pareja parece um bandido à moda antiga. Ele agiu o tempo todo como se estivesse estrelando um filme de aventura”, disse.

^{LXVIII} Outro episódio pitoresco foi confirmado por um dos reféns de Pareja: “Ao passar por uma das mais badaladas avenidas da cidade e parar para comprar mais cerveja, algumas adolescentes correram em sua direção e pediram autógrafos e beijos. Pareja explicou que estava fugindo do Cepaigo, que estava levando um refém, mas as meninas surpreenderam Pareja. ‘Leva a gente também. Me troca por ele’, diziam, apontando o refém.” (Jornal do Brasil, 6/04/1996)

Esse depoimento foi bastante comentado à época e é interessante a sua reprodução pela imprensa. O comentário elogioso do refém pode ser explicado a partir da chamada “síndrome de Estocolmo”, mas nenhum periódico aventou tal hipótese. Leonardo Pareja ganhou matérias que, a partir de depoimentos calcados sobretudo em opiniões pessoais, delineavam uma imagem positiva para a população. É claro que Leonardo Pareja promoveu atos onde se vislumbrava um posicionamento diferente de grande parte da massa carcerária. Entretanto, esse diferencial foi distorcido a partir de uma supervalorização de seus feitos e comportamento. Além disso, quase sempre as informações eram jogadas de maneira desconexa. O receptor ficou com uma leitura fragmentada. A fabricação da celebridade desviante encontrou eco no anseio popular inconsciente de possuir um personagem que expiasse suas culpas e frustrações e desafiasse o poder constituído. A inabilidade das autoridades também contribuiu para que Leonardo Pareja lograsse êxito.

Poucos dias após o desfecho do caso, a imprensa se esmerava em produzir matérias que alimentavam o mito do novo inimigo público número 1. **A Folha de São Paulo**, na edição de 03/04/1996, por exemplo, publicou resumidamente os fatos mais “espetaculares” da carreira criminosa de Leonardo Pareja. Descontextualizadas, acabaram soando como apologia ao crime:

“**Título:** Isto é Pareja

Matéria: Assalto no atacado — em 1992, porque havia brigado com a namorada e queria aparecer, assaltou 11 postos de gasolina em uma hora e meia. Preso, foi condenado a nove anos. Fugas — escapou duas vezes. (...) Seqüestro — em setembro de 95, em Feira de Santana (BA), seqüestrou e manteve como refém, durante 58 horas, a estudante Fernanda Vianna, com 13. Conseguiu fugir, trocando de carros e de reféns. Disfarce — localizado em uma igreja evangélica em Aparecida de Goiânia, estava com cabelos e barba tingidos de louro e usava óculos de lentes grossas. Na troca de tiros, feriu uma adolescente. Dois dias depois, enviou carta a TV pedindo perdão aos pais da menina. Rebelião interativa — ligou, do celular, a rádios e TVs para dar entrevistas sobre o motim. Na noite de sexta-feira, sugeriu que a TV Globo fizesse um programa “Você Decide” para que a população opinasse sobre a libertação dos amotinados” (287)

Uma das passagens mais emblemáticas, sem sombra de dúvida, diz respeito a inversão de papéis onde na sociedade de cultura de massas o receptor procura ditar a programação. Como vimos na parte teórica desta Tese, a indústria cultural habilita apenas a comunicação em um único sentido, isto é, das elites que detêm os meios de produção aos receptores. A pouca interatividade que há é aquela sugerida pelos mídia. Mas neste episódio, por força das circunstâncias, fica escancarada a subserviência da imprensa aos ditames do mercado. Na briga por tiragens expressivas ou audiência dá-se

voz ao criminoso. Notemos que não é o imperativo deontológico de se ouvir “todos os lados” envolvidos para que o leitor tenha um fato em perspectiva. É, sim, o imperativo da retórica do espetáculo onde até mesmo aqui o leitor se vê diante de uma comunicação de mão única: a celebridade inventada comanda o espetáculo, embora o jogo da encenação permaneça afim com a cartilha do sensacionalismo. As **Organizações Globo** chegaram a cogitar a possibilidade de atender ao apelo de Leonardo Pareja mas, após parecer dos departamentos jurídico e de marketing da empresa, desistiram da idéia.

A partir das discussões que se seguiram, o próprio presidente do Tribunal de Justiça de Goiânia comprometeu-se a depor em favor de Pareja. A opinião pública também se apresentava favorável à absolvição do assaltante no episódio do Cebaigo.

O fato é que, depois da rebelião no Cebaigo, Leonardo Pareja foi capa das revistas *Veja* e *Isto É*. Chegou também a ser matéria de programas televisivos na **TV Globo** e no **SBT**. Nessa entrevista exclusiva — concedida ao jornal **O Estado de São Paulo** — podemos ter um perfil completo de Pareja:

Pergunta - Quer mudar de vida?

Pareja - Se não fosse assim, não teria me entregado. Em outubro, decidi não pegar mais em revólver. Só usei um na rebelião para pressionar as autoridades.

Pergunta - Por que não fugiu?

Pareja - Se quisesse, teria entrado no avião.

Pergunta - Havia um avião? Quem estava nele?

Pareja - Havia, mas essa é uma declaração que só posso fazer mais adiante. Fugiram nele o Mário, o Eduardinho, o Nenem e o Marcos.

Pergunta - Você foi preso?

Pareja - Eu me rendi. Estava retornando para Goiânia. Só que não dava para ultrapassar todas as barreiras. Então achei melhor parar e chamamos as autoridades.

Pergunta - Você ainda acha a polícia incompetente?

Pareja - Em alguns fatos, sim. Mas não quero rotular. A polícia não é otária, como diz uma revista hoje. Ela é responsável, porque talvez acontecesse uma tragédia.

Pergunta - Você se acha um ídolo?

Pareja - Dessa forma, não se pode ser ídolo.

Pergunta - Se você não fosse um fora-da-lei, o que seria?

Pareja - Analista de sistemas (risos). Era o que estava fazendo.

Pergunta - *Você diz que não é ídolo, mas as pessoas lhe escrevem, pedem conselhos...*

Pareja - *Há diferença entre ser ídolo e dar conselhos. Minha intenção de crime é o crime do não violento. Só para desafiar as autoridades.*

Pergunta - *Já ouviu falar de Lúcio Flávio?*

Pareja - *Já. Mas ele era perigoso. Não me incluo nessa faixa.*

Pergunta - *Vale a pena ser bandido?*

Pareja - *Não, de forma alguma.*

Pergunta - *O que está errado no sistema penitenciário?*

Pareja - *Os presidiários não podem ser tratados como rejeitos radioativos, isolados e esquecidos.*

(288)

Em editorial dominical, Leonardo Pareja foi apresentado como ícone dos anos 90, uma espécie de modelo vivo, encarnação real da célebre frase de Hélio Oiticica: ‘Seja marginal, seja herói’.

“(...) No Brasil, país de Sganzerla e seu esplêndido ‘Bandido da Luz Vermelha’, o novo filme do gênero aconteceu ao vivo, pela TV. O protagonista: Leonardo Pareja, o Lúcio Flávio dos anos 90, branco, com escola, marginal por opção. Pareja é um novo elo na interlocução perdida entre o mundo dos integrados e o dos excluídos. Acalma os animais, controla o estouro da boiada, exerce o papel de vanguarda esclarecida da turba em pé de guerra. Marginal e herói do Brasil real” (289)

Outro episódio interessante se deu quando em outro editorial Pareja foi alcunhado de *o novo Macunaíma*. O herói sem caráter descrito por Mário de Andrade e que pouco se assemelha a Leonardo Pareja foi o rótulo que a **Folha de São Paulo** tentou impingir ao assaltante. Além de a referência ser trôpega, o que podemos questionar enfaticamente é a recorrência em se associar Leonardo Pareja ao tema do herói. Senão vejamos:

“Mário de Andrade foi profético ao constatar que o herói genuinamente brasileiro é o herói sem nenhum caráter. O que Mário não previu é que o seu herói sem caráter saltaria das páginas de Macunaíma para surgir, em carne e osso, em Goiânia em 96. Seu nome: Leonardo Pareja. O assaltante e seqüestrador, que já protagonizara fugas espetaculares ludibriando por 39 dias as polícias de três Estados, consagra-se agora como líder da surrealista rebelião do Cepaigo. O bandido veste a capa do herói. Os ex-reféns tornam-se amigos do ex-algoz. Hollywood já produziu muitos e muitos filmes em que um suposto fora-da-lei, que na verdade luta por uma causa nobre qualquer, acaba tendo seu valor reconhecido e recupera sua condição de mocinho. Pareja, não. Pareja assume seu banditismo. Pareja, pelo crime, vai galgando à ribalta. (...)” (290)

Outro apontamento importante vai no sentido de inserir referências no editorial sobre o gênero ficcional como o cinema e a literatura. Não se trata de fornecer elementos que complementem ou ilustrem a história. Mas de indução a catarse. Deslocar o acontecimento para o campo do faz-de-conta pode conduzir o leitor para o esmaecimento do senso crítico, entre outras consequências.

A *Folha de São Paulo* suitou o caso Leonardo Pareja até as últimas consequências. Chegou, por exemplo, a entabular enquete com a população de Goiânia a respeito do delinquente. As opiniões filtradas e, posteriormente, apresentadas pela publicação marcavam duas posições antagônicas: a população enaltecia certas qualidades de Pareja enquanto as autoridades procuravam relativizá-las. Assim, de maneira maniqueísta, a imprensa acabou por moldar a figura de um desviante “com pose de rebelde”, tal qual há havia feito com Lúcio Flávio e Hosmany Ramos:

“Título: Assaltante divide opiniões: para alguns é exibicionista; para outros, um bom rapaz no caminho do crime”.

Matéria: Há controvérsia entre as autoridades e a população de Goiânia quando o assunto é Leonardo Pareja, o assaltante e seqüestrador de 22 anos. Alguns acham que ele não passa de um exibicionista Outros, que é o protótipo do bom ladrão, um bom rapaz que seguiu no caminho do crime. (...) Pelo seu perfil, acabou na liderança da rebelião: é frio, calculista, decidido, articulado e, acima de tudo, não usa a violência. O próprio desembargador Homero Sabino, presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, foi quem indicou o seqüestrador para a função de mediador das negociações. Outros também reafirmaram a função do ex-menino de classe média alta no motim. ‘O Pareja é um líder nato. Ele controla até os mais exaltados’, disse o secretário de Segurança Pública de Goiás. (...). O certo é que Pareja tem dominado a cena. Convoca entrevistas quando quer, escreve bilhetes, telefona para rádios, toca violão no alto da caixa-d’água do Cepaigo. Segundo seu advogado, Nataniel Lacerda, Pareja não é exibicionista. Ele gosta apenas de levantar discussões”. (291)

Enquanto cumpria pena no 7º BPM de Goiânia, Leonardo preparou um livro: *Vida Bandida*, escrito pelos jornalistas Fernando Martins e Leo Alves, conta sua história desde seu nascimento até o seqüestro da garota Fernanda Viana, em Feira de Santana. O contrato com os editores lhe daria 10% do valor de capa como direito autoral. Foram rodados cem mil exemplares. Cada livro custaria oito reais e era, segundo Pareja, destinado aos jovens. *Léo* dizia ainda que metade do dinheiro ganho com a venda dos livros seria doada para uma fundação que trabalhasse com menores infratores.

A seguir um trecho do livro:

“Com o telefone das pessoas que estavam vendendo motos, Léo discava, marcava um encontro e, depois de um papo, pedia para experimentar a máquina e sumia.

Seis meses e muitas motos roubadas depois, estava sentado com amigos numa das mesas do Cais, um movimentado barzinho de Goiânia, quando dois estranhos de aparência amigável se aproximaram.

O mais novo dirigiu-se a ele.

— E aí, tudo jóia?

Léo meneou a cabeça.

O sujeito virou-se para o que o acompanhava.

— Esse aí foi o cara que roubou minha moto.

Num pulo, Léo ficou de pé, já com a mão no cabo do Taurus calibre 38.

O rapaz apressou-se a explicar:

— Calma, eu vim em paz. Quero agradecer, pois encontrei a moto no dia seguinte e ela estava inteira.” (292)

“É melhor viver dez anos a mil do que mil anos a dez”. Leonardo Pareja adorava explicar sua filosofia de vida com frases de efeito. Tema de livro, ele teve sua vida filmada pelo ator Reginaldo Faria^{LXIX}. O longa-metragem, intitulado “Leonardo Pareja, Herói-Bandido” começou a ser rodado em outubro de 1997 e o documentário “Vida Bandida” está pronto para ser exibido na televisão.

“Mesmo tendo o cuidado de dar espaço a bandidos e mocinhos, o diretor confessa sua admiração pela figura do seqüestrador: “Ele era um fora-da-lei, mas não teve medo de denunciar uma série de coisas que se passam no sistema carcerário”.

(293)

A relação estabelecida entre Pareja e a mídia, segundo o diretor do documentário, Régis Faria, era de cumplicidade. Na própria minissérie — comprada pelo **SBT** — Pareja conta que passou a construir uma imagem de líder preocupado com as mazelas sociais somente depois da exposição na imprensa que teve com o seqüestro na Bahia.

“Ele foi usado pela mídia e permitiu isso. Ele não tinha preocupação com o social. Queria aparecer, ser fotografado e filmado” (294)

Em abril de 96, ele teve ainda uma boa notícia: no inquérito instaurado pela Justiça a fim de se apurar as responsabilidades na rebelião no Cemaço, Pareja foi absolvido da acusação de líder do movimento. Assim, ele se livrou de sofrer aumento de

^{LXIX} Os advogados de Pareja assinaram contrato com a Reginaldo Faria Produções estabelecendo em 2,5% o percentual a ser recebido pelo assaltante sobre todo o faturamento obtido pela produtora. Os advogados de Pareja terão uma participação de 10% sobre aquele percentual. Sobre a possibilidade de ser acusado de fazer apologia ao crime, Reginaldo Faria defendeu-se: “Não estou fazendo apologia ao crime. Quero mostrar o que está acontecendo de corrosivo na sociedade. Tem tanto político fora das grades, por que Pareja não pode ser personagem? Eles agem em quadrilha, Pareja é mais romântico. O problema é que os filmes às vezes são menos inteligentes que os bandidos. E o Pareja é mais inteligente que os manequins que a Globo contrata como atores” (Jornal do Brasil, 24/05/1996, caderno B).

pena. Vários delegados de polícia que prestaram depoimentos isentaram Leonardo, afirmando que o envolvimento dele na revolta só ocorreu depois que a rebelião já havia sido deflagrada. Reconduzido ao Cebaigo, Leonardo Pareja tinha receio de sofrer retaliações.

“Não quero voltar para o Cebaigo. Quero ficar em um lugar sem regalias, mas com pessoas cultas, numa área mais segura, onde eu possa aprender mais”
(295)

Contudo, na penitenciária ele gozava de fama e prestígio. Costumava receber em média cinco cartas por dia, todas de mulheres. Recebia ainda pelo correio roupas e presentes. Na cela possuía videocassete, televisão e aparelho de CD. Uma vez por semana tinha direito a *visita íntima* — acontecia sempre em um dos quartos especialmente cedidos pela administração do presídio.

Dia 09 de dezembro de 1996. Leonardo Pareja é assassinado, no Cebaigo, com uma facada e sete tiros de calibre 45.

A imprensa ficou dividida: enquanto alguns veículos cobravam apuração rigorosa por parte das autoridades, outros simplesmente não escondiam a satisfação em noticiar o assassinato de Pareja. O ***Jornal do Brasil***, por exemplo, publicou matéria de página inteira para destacar o caso. A angulação favoreceu a banalização da violência onde não faltaram adjetivos, ironia e críticas ácidas. O ***JB***, no final da matéria, emite comentário onde “explica” a morte de Pareja como algo previsível: *“A morte de Pareja é o fim óbvio de mais uma carreira criminosa — embora muitos insistissem, equivocadamente, em tratá-lo como herói”* (JB, 10/12/1996, pg. 8). Na sequência, apresenta outro texto onde procura “relativizar” o assassinato ao informar que ele “continuará vivo” através dos filmes que serão feitos a seu respeito:

“Mesmo após sua morte, Leonardo Pareja não ficará muito tempo sem aparecer nos meios de comunicação. O bandido terá sua vida retratada em filme dirigido por Reginaldo Faria. Pareja será ainda tema de outro documentário para deleite dos fãs (...)” (296)

Para encerrar a matéria, o ***Jornal do Brasil*** publicou um *box* intitulado “Um bandido fingindo ser bonzinho” no qual o compara a Lúcio Flávio e desfia seus feitos mais “espetaculares”. Voltemos agora para a sequência de fatos que se sucederam a partir do assassinato de Pareja.

Para atender a um pedido do filho, a mãe autorizou a doação das córneas para um banco. Um dos receptores, Joaquim Bueno dos Santos, não poupou elogios a Pareja:

“tenho muito orgulho em saber que ele está vivendo através de mim. Ele era um garoto muito inteligente e nunca fez mal a ninguém. Desejo só o bem para a família dele”. (297)

Durante o enterro no Cemitério Parque Memorial, em Goiânia, uma bandeira do Brasil foi colocada por um representante do Grupo ***Tortura Nunca Mais*** sobre o caixão de Leonardo Pareja. Antes de o caixão baixar, foi executado o hino nacional brasileiro. Cinco policiais intervieram. A bandeira foi retirada por um tenente da Polícia Militar, o que causou um tumulto quase incontrolável por parte de amigos, parentes e fãs. Mais de 500 pessoas acompanhavam o sepultamento. Cumpre registrar que a cerimônia de sepultamento foi paga por entidades beneficentes de Goiânia e por empresários que não quiseram se identificar. Contornado o tumulto, Pareja foi enterrado enquanto a mãe, Luzia, permaneceu por mais uma hora no local. Fãs pediam que ela autografasse o livro escrito pelo filho ou ainda que posasse para fotos junto à sepultura.

Cinco presos assumiram, num primeiro momento, a autoria do crime^{LXX}. Eles alegavam que Pareja “fazia jogo duplo”, ou seja, entregava detentos que planejavam fugir e ao mesmo tempo se colocava como defensor e porta-voz dos delinquentes. A versão nunca foi confirmada. Uma outra corrente diz que Leonardo Pareja foi morto a mando da Polícia Civil Goiana^{LXXI}, que o via como figura indesejável.

“Não sou assassino, mas se eu fosse matar todas as autoridades e bandidos que eu tenho vontade, uma carreta Scania seria pequena para carregar os defuntos”. (298)

Leonardo Pareja costumava dizer que dentro da cadeia tinha 28 robôs, amigos que seguiam suas idéias e o protegiam. Acabou morto por Eduardo Rodrigues de Siqueira, o *Pigmeu*^{LXXII}. Pareja sabia que teria vida curta na prisão. Seus companheiros de liderança no motim no Cepaigo, em 1996, já haviam sido todos mortos. Ele foi o último.

O assassino de Leonardo Pareja, em entrevista ao SBT, expôs suas razões:

^{LXX} Eduardo Rodrigues de Siqueira, vulgo *Pigmeu*, Ivan Cassiano Costa, José Carlos dos Santos, Raimundo Pereira do Carmo Filho e Eurípedes Dutra Siqueira assassinaram, além de Pareja, outros dois presos. *Pigmeu* foi apontado pelos outros integrantes da quadrilha como o autor dos disparos. Ele portava também uma faca.

^{LXXI} Um mês e meio antes de ser assassinado, Pareja denunciou que vinha sofrendo ameaças da Polícia Civil. O depoimento foi registrado em 22 de outubro de 1996 pela juíza Luiza Fortunato Ricardo do Tribunal de Justiça de Goiás. Acompanhado por um promotor de Justiça, Leonardo Pareja declarou que vinha recebendo ameaças depois de ter denunciado maus tratos a detentos e o envolvimento de investigadores e delegados em roubos de carros. O Ministério Público já havia iniciado investigações para apurar as denúncias.

^{LXXII} *Pigmeu* estava condenado a 20 anos de reclusão em regime fechado e respondia ainda por mais seis processos em Goiás. Na sua ficha constam furtos, assaltos e latrocínios.

“Ao acordar fumei três cigarros de merla e resolvi detonar Pareja. Ele viu a morte chegar e pediu para ficar vivo, mas dei logo uma facada no pescoço. Ele implorava “não me mata”, mas Eurípedes deu sete tiros, o primeiro no peito. Ele se esfregou na parede até cair. O que importa agora é que o rei está morto” (299)

Um ano depois o executor de Pareja fugia da cadeia, sem deixar pistas:

“A polícia não tem pistas do paradeiro do fugitivo Eduardo Rodrigues de Siqueira, de 22 anos, o Pigmeu, que ficou conhecido por ter matado o assaltante Leonardo Pareja, no ano passado. Siqueira era primo e guardacostas de Pareja. Ele fugiu anteontem à noite da cadeia de Anápolis, após ter se apoderado de armas pesadas e libertado sete outros presos - um deles, Edivaldo Teodoro, foi recapturado pela Polícia Militar na manhã de ontem. Cerca de 60 policiais estão participando da caçada ao criminoso”. (300)

Herói-bandido? Delinqüente irrecuperável? Nem uma coisa nem outra. Leonardo Pareja foi mais um marginal espetacularizado pela mídia e marcado por fatalidades pessoais e omissão do Poder Público.

3.4. A história de Fernando Dutra Pinto

Fernando Dutra Pinto nasceu em Guarulhos, São Paulo, em 12 de fevereiro de 1979. Era o mais velho dos sete irmãos. Garoto de classe média, resolveu trabalhar na adolescência com amigos do pai a fim de pagar suas despesas. Foi caixa em um açougue e ajudante de supermercado. No Colégio Marechal Cândido Rondon, onde terminou o segundo grau, é considerado bom aluno. Os professores o classificam como rapaz “educado e discreto”. O sonho de Fernando era cursar a faculdade de Direito. Para tanto, pagava as mensalidades de um cursinho pré-vestibular com o dinheiro que recebia no trabalho. Os parentes mais próximos afirmam que o temperamento do jovem começou a mudar quando ele foi demitido e teve que abandonar os estudos: *“Ele ficou muito frustrado por não ter condições de estudar”*, lembra o pai.

Antônio Sebastião Pinto, pai de Fernando Dutra Pinto, era também presbítero da igreja Assembléia de Deus. Foi por intermédio do pai que ele passou a frequentar os cultos evangélicos. Até os quinze anos foi um devoto fiel. Na igreja do Jardim Rosimeire, em Itapevi, era cantor do coral gospel e um dos líderes mais ativos, capaz de distribuir três mil panfletos da igreja por dia. A fim de trabalhar e estudar acabou, segundo a família, obrigado a afastar-se da igreja.

Com um salário médio de dois mil reais por mês, a família Dutra Pinto possuía várias comodidades como automóvel e empregada mensalista. É a ex-faxineira da casa, Joaquina Alves dos Santos, quem se recorda do ambiente familiar: *“Na casa dele, o pai beijava os filhos e eu admirava porque na nossa família não tem isso”*.

Com a queda da renda familiar e afastado dos estudos a família de Fernando Dutra Pinto afirma que foi a partir daí que o rapaz mudou de hábitos. Foi detido duas vezes por porte de armas - a primeira em 30 de janeiro e a segunda em 2 de novembro de 1999. Não chegou a ser preso porque o pai pagou a fiança. Tornou-se usuário ocasional de drogas. *“Ele fumava um cigarrinho de maconha de vez em quando”*, confessa o pai.

A tia de Fernando Dutra Pinto é advogada e foi ela quem ajudou a família a adquirir, por noventa mil reais, a casa em que Antônio Sebastião Pinto mora atualmente. A residência tem 130 metros quadrados e sete cômodos - duas suítes, três banheiros, duas salas e garagem para três carros. Já os irmãos Fernando e Esdras desejavam ter mais liberdade e resolveram alugar uma casa em uma rua próxima. O sobrado de 70 metros quadrados fica a quatro quarteirões da residência da família. A eles se juntaram mais dois amigos para dividir as despesas. Foi neste local que eles tramaram o

seqüestro. O alvo, acreditavam, teria que ser uma pessoa famosa, capaz de pagar um resgate alto. *"A fantástica história de Silvio Santos"*, a biografia lançada no ano 2000, forneceu todos os subsídios necessários.

Foi Fernando Dutra Pinto quem planejou tudo. De acordo com os depoimentos de Esdras e *Pirata*, foi ele quem roubou o uniforme de carteiro que vestiu no dia do seqüestro, trabalhou no roubo dos carros usados no crime, recebeu o pagamento do resgate e libertou Patrícia Abravanel. O líder também determinou o primeiro valor do resgate: R\$ 2 milhões. Ao final, a quadrilha se contentou com R\$ 500 mil.

A audácia e inteligência com a qual Fernando conduziu as negociações foram exaustivamente exploradas pela mídia. Várias declarações que enfatizavam essas características foram veiculadas. Silvio Santos, em entrevista no dia 02 de agosto de 2001, à Rádio Jovem Pan, destacou “a frieza, a inteligência e a capacidade de decisão”: “Ele estava tranquilo e absolutamente convencido de que não queria entrar numa penitenciária e só sairia de lá se o governador garantisse que ele não morreria” O pai de Fernando Dutra Pinto concorda: “Ele é muito ambicioso, tem visão das coisas e tem uma inteligência fora do comum”.

O fato é que o acontecimento ganhou proporções assustadoras. O ibope das emissoras de televisão registrou recorde de audiência para o horário e as pessoas, nas ruas, pararam para acompanhar ao vivo tanto a entrevista de Patrícia Abravanel quanto o seqüestro de Silvio Santos. No estudo de caso a seguir, mostraremos como se deu o fenômeno de mitificação de Fernando Dutra Pinto.

A vitimização

Tudo começou em agosto de 2001, mais precisamente no dia 21, quando a imprensa divulgou o seqüestro^{LXXIII} da filha do apresentador e empresário Silvio Santos. O fato é que o caso tinha todos os ingredientes para agradar aos adeptos do *jornalismo-mercadoria*. Assim, as emissoras de televisão e a imprensa escrita chegaram a mobilizar

^{LXXIII} A versão oficial do seqüestro é esta: Quatro bandidos participaram do seqüestro de Patrícia Abravanel. Às oito horas da manhã de terça-feira, dia 21 de agosto, dois elementos usando roupas de carteiro se aproximaram da guarita e anunciaram a suposta entrega de uma encomenda. O segurança José Ramos da Silva foi rendido quando abriu a porta para receber o pacote. As armas dos bandidos estavam escondidas dentro de uma lista telefônica com fundo falso. De posse do controle remoto do portão principal, os outros dois bandidos que aguardavam dentro de um Corsa Prata — roubado dia 8 de agosto — aproveitaram para entrar. Este veículo acabou sendo abandonado na garagem da mansão. Os dois elementos que saíram do Corsa usavam capuzes. Quando a filha de Silvio Santos desceu para pegar seu carro foi surpreendida pelos quatro seqüestradores. Ela foi levada no próprio carro, um Passat importado. Outro automóvel que estava estacionado na residência, uma Cherokee, também foi levado. Este último veículo foi encontrado horas depois na rodovia Castelo Branco. Às três da tarde, os seqüestradores fizeram o primeiro contato telefônico. Eles haviam deixado um celular pré-pago o qual não permite o rastreamento das ligações e a gravação das conversas.

repórteres de texto e fotográficos para apurar o seqüestro da filha do maior *show business man* do país. Interessante notar neste estudo de caso como Patrícia Abravanel, de 24 anos — sempre avessa à holofotes — foi se transformando numa celebridade. Passado o seqüestro ela não conseguiu retomar sua rotina. É reconhecida por onde passa e acostumou-se a dar autógrafos. Figura em revistas especializadas, colunas sociais e eventos. No SBT — empresa do pai onde trabalha pela manhã — foi alçada à Diretoria de Marketing. É verdade que anteriormente ela já trabalhava neste setor; porém, não tinha voz de comando ou poder de decisão. Alguns funcionários sequer sabiam tratar-se da filha do *patrão*. Ou seja, da menina que ajudava a mãe Íris — esposa de Silvio Santos — na loja de roupas, que à tarde fazia graduação em Administração e à noite freqüentava um culto evangélico restou apenas a lembrança. **O Globo** noticiava no dia seguinte ao seqüestro um pouco do cotidiano de Patrícia:

“Muito reservada, ela dificilmente é vista em eventos noturnos. Nas raras ocasiões em que aparece, ela procura se esquivar dos fotógrafos. Tanta precaução, explicam os amigos, era para evitar ameaças de seqüestro. Orientação, aliás, dada por seu pai. Segundo os amigos, ela é bastante simples e não gosta de se identificar como filha de Silvio Santos” (301)

Vamos observar que a moça que sempre rejeitara qualquer *status* foi tornada celebridade e que os seqüestradores que perpetraram o crime, em particular Fernando Dutra Pinto, acabou por adquirir projeção ainda maior que a vítima.

O primeiro ponto que merece destaque na cobertura do acontecimento foi a má apuração das equipes de reportagem. Todos os jornais, embora não tenham em nenhum momento citado a fonte, afirmavam que seis homens tinham invadido a casa de Silvio Santos.

A história viria a mostrar depois que eram apenas quatro bandidos, sendo um deles uma mulher.

Mais do que um erro de apuração, parece que a *barriga* aconteceu como consequência de um procedimento velado. Embora seja apenas uma suposição, é bem provável que a corriqueira prática de compartilhar dados — mesmo entre empresas jornalísticas concorrentes — tenha acontecido mais uma vez. É que impera atualmente o receio de ferir susceptibilidades onde o negócio é não ficar mal com os *coleguinhas*. Assim, ao conseguir uma notícia em primeira mão é “dever moral” compartilhá-la com os demais. Porém, esta prática revela além de covardia e preguiça, uma falta de compromisso com o leitor. Mesmo se a informação divulgada fosse correta, buscar o algo mais, oferecer ao público um diferencial na cobertura nada mais é do que

obrigação. Neste caso em particular, soma-se à conduta amoral o *engabelamento* do leitor. O dado numérico divulgado era incorreto.

Como se não bastasse podemos perceber outro vício da imprensa: quando não tem certeza, opta pelo exercício da onisciência, onipotência e onipresença. Vislumbra cenários, traça panoramas vindouros, dá veredictos e se porta como instância superior. No trecho a seguir, observa-se o uso abusivo de determinado tempo verbal no campo das suposições:

“Patrícia, que também trabalha no SBT, foi rendida pelos seqüestradores quando entrava em seu carro, o Passat azul LOE-0532. Ela teria sido levada pelos bandidos no próprio carro. Outro carro da família, uma caminhonete Cherokee que estava na garagem, também teria sido levada pelos seqüestradores. Um dos dois automóveis teria sido localizado por volta do meio-dia no Km 22 da Rodovia Castelo Branco, que liga a capital ao interior. A polícia não confirma a informação” (302)

Ora, como o repórter trabalhava com suposições, procurou inserir no texto várias informações que procurassem transmitir a impressão de que houve apuração, isto é, temos a placa do carro, a marca dos veículos, as cidades atendidas pela Rodovia Castelo Branco... os dados irrelevantes e o tempo verbal empregado já bastariam para perceber que a sucursal do **Globo** em São Paulo vinha trabalhando apenas com fontes oficiais, isto é, a polícia e a Secretaria de Segurança Pública daquele Estado. O trecho “a polícia não confirma a informação” só vem reforçar o fato de que o repórter, ou melhor, a equipe de reportagem não apurou como deveria. Dois dias depois do seqüestro, foi pedido à imprensa afastar-se do caso. Entretanto, nos dois dias de apuração liberada que os meios de comunicação tiveram, deixaram a desejar.

Além destas questões, outro ponto merece análise. No dia 22 de agosto de 2001, a assessoria de comunicação do empresário Silvio Santos divulgou uma nota onde ele pedia, encarecidamente, para a imprensa não noticiar o seqüestro:

“Meus colegas, gostaria que vocês me ajudassem neste momento. Prometi aos responsáveis pelo acontecimento que não envolveria a polícia e a imprensa. A vida de minha filha Patrícia depende da minha palavra empenhada e da colaboração de vocês. Quando tudo terminar, prometo que tudo será revelado pela própria Patrícia (se Deus permitir). Por favor, deixem que nós tenhamos um pouco de paz para esperarmos com paciência os próximos dias de angústia e aflição. Que Deus ouça nossas preces e que tudo termine bem. Silvio Santos.” (303)

Antes de o apelo ser entregue, o empresário Luiz Sandoval, presidente do **Grupo Silvio Santos**, telefonou para as principais redações para pedir que o seqüestro não fosse mais noticiado. Além disso, no final do dia, novo comunicado chegava por *fax* às redações. Assinado pelo assessor de imprensa do conglomerado, Carlos Brickman, a

nota reiterava os apelos de Silvio Santos para que as apurações, assim como a veiculação de notícias, parassem:

“A família de Patrícia Abravanel solicita, de comum acordo com as autoridades, para evitar violência ainda maior contra ela e para não prejudicar contatos e investigações, que o caso não seja noticiado, em nenhuma forma, em nenhuma hipótese. A família Abravanel se compromete a manter a imprensa informada a respeito dos desenvolvimentos do caso. Compromete-se ainda a não fornecer informações privilegiadas ou exclusivas a ninguém, distribuindo o mesmo noticiário a todos os veículos de divulgação. Atendam por favor a este apelo: é uma vida que está em jogo.” (304)

A maior parte das empresas jornalísticas atendeu ao apelo^{LXXIV}. Cada uma a sua maneira encontrou justificativa para a omissão. O **Estado de São Paulo**, por exemplo, através do diretor de Redação, Sandro Vaia, colocou a responsabilidade de divulgação nas mãos das autoridades e dos familiares das vítimas: *“Quando nem a polícia nem a família pedem, acho até que se pode publicar”* (305). O diretor de redação da **Folha de São Paulo**, Otávio Frias Filho, informou que optou pelo silêncio em respeito ao seu manual de redação e estilo. O manual alerta: *“A Folha pode decidir omitir informação cuja divulgação coloque em risco a segurança pública, de pessoa ou de empresa”*. Já a **Rede Bandeirantes de Televisão**, através do diretor de jornalismo, Fernando Mitre, afirmou que os veículos de comunicação não devem divulgar nada sobre seqüestros antes de eles serem solucionados: *“Não divulgamos para não atrapalhar as investigações da polícia e em respeito à dor das famílias. Essa já é uma posição antiga da direção da Band”*. Embora a postura seja correta e recomendada, na prática a Bandeirantes — assim como grande parte da imprensa — não costuma fazer jus ao discurso. Como exemplo podemos citar dois casos recentes. O irmão do cantor sertanejo Zezé di Camargo, Wellington Camargo, teve o seqüestro noticiado à exaustão antes mesmo do desfecho favorável. O mesmo aconteceu no episódio envolvendo o publicitário Washington Olivetto.

Curioso notar então que nos demais seqüestros ocorridos anterior ou posteriormente a imprensa noticiou sem preocupação com a integridade das vítimas. Fica a pergunta: por que noticiar alguns casos e se omitir em outros?

O **Globo** foi um dos poucos jornais a romper o pacto de silêncio^{LXXV}. Contudo, não merece crédito pelo feito uma vez que colocou em risco a vítima. O alegado “direito

^{LXXIV} Participam do Pool do Silêncio: *Folha de S. Paulo* (mais o *Agora*); *Estado de S. Paulo* (mais *Jornal da Tarde* e *Rádio Eldorado*); Grupo Band (rádios e emissoras de TV); Rede Record; Rede TV!; SBT (do próprio Silvio Santos); Portais iG e UOL; *Gazeta Mercantil*; *Correio Braziliense*; TV Cultura; *IstoÉ*.

^{LXXV} Recusaram embargo noticioso: Todos os veículos do Grupo Globo (rádios, televisões, jornais, *Época*) e afiliadas; TVE; *Jornal do Brasil*; *Veja*.

do público de saber” não se sobrepõe à preservação da vida. Tanto é que a empresa já havia sido condenada em primeira instância pelo juiz Teodoro de Souza Lopes, da 17ª Vara Cível da Capital, a indenização por danos morais por ter noticiado o seqüestro em andamento de Luiz André Matarazzo^{LXXVI}, ocorrido em março de 2000. Na sentença o juiz afirma que as **Organizações Globo** “agiu com dolo”:

“A atitude dolosa da ré desrespeitou a lei, descumpriu a Constituição quanto à inviolabilidade do direito à vida, expôs de forma irresponsável e dolosa a vida de uma criança que estava em cativeiro e desrespeitou o direito à intimidade da família e da criança, que não queriam seus nomes divulgados” (306)

Em editorial **O Globo** explicou as razões pelas quais não deixaria de noticiar o seqüestro de Patrícia Abravanel alegando que o silêncio só beneficia os seqüestradores:

“Tornou-se evidente que o seqüestro por dinheiro é hoje gravíssimo problema social no Rio de Janeiro. Um problema para o qual a sociedade como um todo ainda não encontrou resposta adequada — uma resposta que intimide e faça recuar o crime organizado. Nessas circunstâncias — e levando em conta, ainda, que outros veículos de comunicação têm dado divulgação a seqüestros, tornando o silêncio inócuo — O Globo considera de seu dever contribuir para que essa reação necessária e urgente se produza. Assim, O Globo decidiu não atender ao pedido do empresário Silvio Santos, no sentido de que não se noticiasse o seqüestro de sua filha, em obediência a decisão tomada em 1990, quando era intensa a onda de seqüestros no Rio. Verificou-se que o silêncio sobre seqüestros só beneficia os seqüestradores. (...) a sociedade é mantida na ignorância sobre uma atividade criminosa que tem o direito de conhecer, para melhor se proteger. Isso fundamenta a decisão do Globo, da qual evidentemente não cabe qualquer exceção”. (307)

O jornalista Alberto Dines questiona o discurso das **Organizações Globo** e afirma que a decisão da empresa em noticiar passa muito além da preocupação com a disseminação deste tipo de crime:

^{LXXVI} No episódio, Luiz Matarazzo e seu filho menor de idade foram seqüestrados em março de 2000, em uma rodovia no interior de São Paulo. Eles não portavam documentos de identificação. Assim, combinaram não revelar o sobrenome Matarazzo para que os seqüestradores não aumentassem o valor do resgate. Em dado momento os bandidos resolveram soltar Luiz para que ele providenciasse R\$ 100 mil. O filho era mantido em cativeiro como garantia. O fato pitoresco é que pouco antes de ele ser liberado, chegava ao cativeiro outro seqüestrado. Era um engenheiro. Coube a Luiz também providenciar outros R\$ 100 mil para o resgate do novo encarcerado. Ele deveria assim fazer o contato com a família do engenheiro que, por sua vez, deveria entregar-lhe o dinheiro. Os seqüestradores deram um tiro na perna de Luiz para que ele “sangrasse e impressionasse as famílias”. Quando chegou em casa, tratou de entrar em contato com a polícia. Pediu para que o sobrenome não fosse divulgado em hipótese nenhuma. Porém, qual não foi a sua surpresa ao assistir no Jornal Hoje, da Rede Globo, o seqüestro e a citação de que ele era um Matarazzo e, ainda por cima, “primo do senador Eduardo Suplicy e do secretário de Comunicação do Governo Andrea Matarazzo”. Para evitar que a Globo voltasse ao assunto no Jornal Nacional, várias pessoas entraram em contato com o ex-diretor de jornalismo da emissora, Evandro Carlos de Andrade. Falaram com ele o senador Eduardo Suplicy, a então deputada federal Marta Suplicy, o diretor Jayme Monjardim e até o diretor do Banco Itaú, Fernando Macias. Evandro manteve a decisão e novamente noticiou o seqüestro dos Matarazzo. Quando os bandidos souberam trataram de interrogar o filho de Luiz. O menino manteve o segredo e foi então torturado pelos seqüestradores. No dia seguinte não resistiu e acabou revelando seu verdadeiro sobrenome. Felizmente, dia 10 de março de 2000, a Polícia estourou o cativeiro e libertou as vítimas”

A decisão do Grupo Globo de não atender ao pedido pessoal do concorrente pode ser creditada a um compromisso de nada esconder ao público e tudo noticiar? Como se explica, então, que naqueles mesmos dias os veículos do grupo – na contramão de toda a mídia – tenham omitido as tentativas do presidente da CBF, Ricardo Teixeira, de marcar os jogos noturnos da seleção brasileira no horário da novela das 8 e só tenham entrado no assunto a partir do momento em que o governo ameaçou intervir na entidade máxima do futebol? Se o Grupo Globo assume compromisso público e inequívoco de nada omitir significa que compromete-se a rasgar a Lista Negra com os nomes das pessoas não-gratas e não-mencionáveis? Difícil acreditar. As vendetas não fazem parte da política de empresas mas das pessoas que as comandam – o que dá no mesmo. O fato de saber que dominaria o noticiário do seqüestro da filha do principal concorrente levou alguns dos órgãos do Grupo Globo a exagerar no destaque que deram ao fato nos primeiros dias. Houve exploração e sensacionalismo. (308)

No seqüestro de Patrícia Abravanel outros fatos pitorescos foram se sucedendo. Até o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, telefonou pessoalmente para Silvio Santos a fim de prestar solidariedade. Chegou inclusive a oferecer ajuda da Polícia Federal. O então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, se prontificou a ceder homens da Divisão Anti-Seqüestro (DAS) para ajudar nas investigações. A proposta de Garotinho foi recebida como zombaria e criou mal-estar entre os governos de São Paulo e Rio de Janeiro. O Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Marco Vinício Petrelluzzi, tachou a proposta de “jocosa, infeliz e oportunista”:

“ele apenas ajuda a baixar a auto-estima dos policiais. Quando a sede da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro foi assaltada, a banda podre da polícia fluminense foi descoberta e a refém de um assaltante de ônibus acabou morta durante uma ação policial, ninguém daqui fez críticas.” (309)

A empresa de Silvio Santos seguiu à risca a determinação de nada divulgar sobre o episódio. Naquela semana vários programas ao vivo comandados pelo apresentador foram suspensos. Uma mensagem foi levada ao ar para explicar aos telespectadores que “na próxima semana, provavelmente, os programas voltariam a ser exibidos e que o fato se devia a problemas de força maior”.

No dia 28 de agosto, uma semana depois, o caso era solucionado. Os bandidos haviam informado que o portador do resgate deveria seguir uma trilha com cal numa estrada de terra. Porém, poucos minutos antes, o mentor do seqüestro mudara de plano. Pediu que o dinheiro fosse entregue em um trevo da Rodovia Castello Branco. Tudo transcorreu conforme as exigências dos seqüestradores e horas depois Patrícia reaparecia em casa. Ela dirigia seu próprio carro, o Passat levado no dia do seqüestro.

Contudo, o criminoso que estava ao fim da trilha de cal aguardando o pagamento do resgate não foi avisado da repentina mudança. A polícia cercou o local e acabou

prendendo um suspeito que, momentos antes, já havia trocado tiros com guardas municipais. O delegado responsável pela prisão afirmou que o criminoso portava, além da arma, um rádio comunicador e um rojão. Segundo ele, outro rádio comunicador do mesmo modelo havia sido deixado na casa de Silvio Santos no dia do seqüestro. Levado para a delegacia, Marcelo Batista dos Santos, o *Pirata*, de 27 anos, confessou integrar a quadrilha responsável pelo seqüestro de Patrícia Abravanel. Revelou ainda o local do cativeiro. Imediatamente, policiais da DAS saíram em campanha e estouraram o cativeiro. Esdras Dutra Pinto, de 19 anos, foi preso no local. Foram encontrados os uniformes de carteiro usados no dia do seqüestro, uma metralhadora, dois revólveres calibre 38, perucas, a lista telefônica com fundo falso e uma Bíblia parcialmente queimada pertencente a Patrícia Abravanel.

Esdras Dutra Pinto acusou o irmão Fernando, de 22 anos, de ser o mentor do crime. O quarto integrante da quadrilha era a namorada de Fernando, identificada naquele momento como Jennifer. O casal, porém, continuava foragido.

Foi convocada uma coletiva de imprensa e, da sacada da mansão, Silvio Santos e Patrícia deram entrevista. O empresário voltou a tocar no assunto da não divulgação de crimes pela imprensa:

“Deveríamos seguir o exemplo dos Estados Unidos. Lá a imprensa respeita a orientação policial em casos de seqüestro. Há casos que a imprensa deve divulgar e casos que não deve divulgar. Não há uma verdade absoluta quanto a isso. A imprensa deve pedir orientação aos policiais. Eles conhecem, têm experiência. E nada é mais importante do que a experiência” (310)

O fato é que aí começa o processo de criação de uma celebridade. Tanto é que o **Jornal do Brasil** de 29 de agosto de 2001 estampava como matéria de capa a manchete “Nasce uma estrela”, referindo-se a Patrícia Abravanel. Percebe-se que a edição, tanto textual quanto gráfica, vai colocar Silvio Santos em segundo plano, como mero coadjuvante. O discurso valorizado é aquele que conduzirá o leitor a viver a dramaticidade do acontecimento. Nos títulos principais e auxiliares, destaque para a os enunciados “estrela”, “TV”, “perdão”, “seqüestradores”, “lágrimas”, “sorriso” e “drama”. Parece uma narração de dramaturgia, uma encenação, onde não falta sequer o *happy end*:

Manchete capa: *Nasce uma estrela*

Título principal página 3: *Nasce uma estrela: seqüestro termina com show na TV*

Título auxiliar: *Brasil pentecostal na TV. Nem Anita nem Sukita, a vez é de Patrícia*

Título auxiliar: *“Eles diziam: me perdoa, princesa”, diz Patrícia*

Título principal página 4: *Polícia prende dois seqüestradores.*

Título auxiliar: *Outros dois participantes, que estariam com os R\$ 500 mil do resgate, já foram identificados mas continuam foragidos*

Título: *Depois das lágrimas, o sorriso*

Título do box: *O diário de um drama*

As fotos, por sua vez, funcionam como elemento a reforçar o drama vivido por Patrícia. São elas que sugerem também ao leitor a autenticidade do fato. Embora não pretendamos uma análise de discurso, somente o levantamento — ainda que superficial — de parte da linguagem verbal e não verbal, de um único jornal, já nos fornece pistas sobre o mecanismo de criação de celebridades pela mídia.

Assim, após alçar ao estrelato a vítima de um seqüestro, tornava-se necessário apresentar ao público o algoz. Se for possível traçar o exato momento a partir do qual Fernando Dutra Pinto é elevado a categoria de *olimpiano desviante*, surge como elemento indicativo a operação midiática de geração de pânico. Isto porque a demora na prisão e a briga política entre as Secretarias Estaduais de Segurança Pública foram exploradas de tal forma que a sociedade viu-se, mais uma vez, à mercê da criminalidade e impotente. Embora estes eventos não tenham sido fabricados pela imprensa, cumpre destacar a valorização de determinados elementos na construção das notícias *suitadas* que, ao invés de significar comprometimento com a qualidade de informação, descambaram para a banalização da violência. A maneira como a imprensa noticiou o fim do seqüestro de Patrícia Abravanel já foi sintomático do mal que acomete o jornalismo brasileiro. Senão, vejamos:

O **Jornal do Brasil**, no dia 29 de agosto, apresentava no corpo do texto das matérias algumas frases bastante emblemáticas que corroboram o que expusemos acima.

Lead da capa: *As imagens eram típicas de **último capítulo de uma novela** exibida pelo SBT, sempre fiel ao estilo dos **dramalhões mexicanos**: a moça rica, na sacada da mansão, com a multidão a registrar **um final feliz**. A mocinha consegue sair de um seqüestro ilesa, diz perdoar seus malfetores e atribui a ação deles a um sistema econômico injusto e corrupto. (...) Foi um **fenômeno** com 3,7 milhões de espectadores apenas em São Paulo (...) acompanharam a transmissão do final feliz do seqüestro. (...) O valor do resgate (R\$ 500 mil) corresponde a 0,06% do patrimônio declarado de Senor Abravanel, 71 anos, nome de batismo do pai de Patrícia, que começou como camelô e atingiu R\$ 900 milhões em bens. (311)*

Aqui, destaque para o estilo textual que procura “roterizar” o acontecimento e relativizar as informações relevantes como as que fariam o leitor compreender como ela foi libertada, quantos seqüestradores foram presos, em que circunstâncias, entre outras. É claro que em se tratando de chamada de primeira página não se pode exigir mais

detalhamento. Porém, o episódio registra a adoção explícita do *fait-divers* como condutor da narrativa.

Matéria página 3: *Se saíssem de um roterista de **dramalhão mexicano**, as frases proferidas por pai e filha daquela sacada no Morumbi seriam tachadas pela crítica como **inverossímeis**. Primeiro as falas em que Patrícia nascia de novo,0 desta vez como **estrela**, em seus exatos 16 minutos de **fama**. (...) Silvio Santos acompanhou o depoimento da filha, dentro da casa pela televisão, como requeria o **espetáculo**. Até se juntar a ela **na sacada para uma sacada**: — Vocês já perceberam que ela é pastora. Com esse discurso que fez não se surpreendam se amanhã ela se candidatar a algum cargo eletivo. Com o **sorriso** que lhe é habitual, fez uma daquelas **piadas** que tornaram seu programa **sucesso popular**: — Eu endosso e me surpreendo com essa filha, que me dá um trabalho fora do comum. Eu devia pedir aos seqüestradores que ficassem mais tempo com ela. (...) Como em toda **novela mexicana**, a filha, religiosa e justa, dobrou o pai rico e ficou com o **pico da audiência**: 25 pontos na Globo quando segurava a transmissão sozinha, uma verdadeira **campeã de audiência**. Depois de sete dias nos quais a família insistia em que o seqüestro fosse mantido longe das telas, o **espetáculo terminou com a marca do sucesso**. (312)*

No trecho selecionado, destaque para a preocupação do redator em garantir uma coerência estilística com o que foi apresentado no texto da chamada de capa. A valorização do aspecto novelístico do acontecimento retira do drama em si a autenticidade do fato que vai para segundo plano. A ficção se sobrepõe ao real na retórica da notícia preocupada com as tiragens. Tanto é que no meio do texto, descontextualizado, aparece a informação da audiência alcançada pelas emissoras com o depoimento ao vivo de Patricia Abravanel, figura que até então passava despercebida pela mídia. Além disso, o jogo de palavras em “(...) Até se juntar a ela **na sacada para uma sacada**” vai de encontro às normas dos manuais de redação e estilo que vetam o uso de gírias e não recomendam a repetição de palavras.

Nesta mesma página 3, há um artigo entre fios do cineasta Joaquim Ferreira dos Santos. Porém, não há referência sobre quem é o autor. Figura apenas o nome. O leitor que desconhece a relevância do cineasta poderia supor que se trata de um texto de um repórter. Além disso, não há nada que diferencie com mais força gráfica o primeiro texto, redigido como notícia jornalística e, portanto, “imparcial” e o segundo, um artigo onde o gênero opinativo é a marca. Mais uma vez o leitor se depara com uma retórica onde o fato em si perde lugar para a acentuação dos episódios que transmitem sensações como curiosidade, satisfação, relaxamento, entre outros. Estes trechos do box são significativos:

Box página 3: *Nem Anita, nem Sukita. A **ninfeta da vez** é Patrícia Abravanel, 23 anos. Sua **aparição em 20 minutos em rede nacional** deixou ontem a **audiência em transe** com um interminável chorrilho de declarações de amor a um senhor bem mais velho, Deus, e **sarros** em outro nem tanto, o próprio pai, Silvio Santos. (...) Foram **20 minutos de tensão**, um **ótimo programa de televisão** em que ninguém tinha idéia aonde ia aquela **pregação maluca**. (...) Não é possível que olhando seus **longos cabelos**, seus **dentes alvos** e bem*

*alinhados, o rosto precisando apenas de um rápido peeling para corrigir as erupções hormonais da **adolescência** — não é possível que a redação da **Playboy** não tenha sido acometida de um **frisson básico**. **Caramba!** Erramos de Sukita! (...) Desde Adélia Prado, que nas suas poesias **erotiza** o amor ao Cristo, não se via o Senhor em companhia de uma **mulher tão jovem**, que **joga os cabelos e revira os olhos para sublinhar de sensualidade divina** o Seu anúncio. Impossível não lembrar de outra Patrícia, a Hearst, também **filha de homem de comunicação, também milionária** que se **apaixonou por um dos seqüestradores**. (...) Prepare-se que o Domingo Legal do Gugu vem com a infância, a adolescência, os ursinhos e — daqui já dá para ouvir as trombetas do Senhor ecoando no estúdio — o primeiro CD evangélico de Pat. (313)*

Ora, aqui se evidencia o mito a partir dos seus atributos físicos. Os adjetivos que enaltecem a sensualidade e ao mesmo tempo a candura da jovem mulher, milionária e devota. Força-se uma erotização onde o fetiche do leitor é acionado através da dualidade sagrado x profano, espírito x corpo, bem e mal, permitido x proibido, normal x desviante.

O outro jornal carioca de grande circulação, **O Globo**, não ficou atrás do concorrente no que se refere à espetacularização do acontecimento. Tanto é que na capa houve destaque para desfecho do seqüestro. A mesma foto exibida nos outros periódicos — Silvio Santos e Patricia Abravanel da sacada da mansão no Morumbi — trazia a legenda: *Alegria após sete dias de tensão por causa do seqüestro*. A manchete escolhida foi pinçada de um trecho do discurso proferido pela filha do apresentador: *“Perdão os seqüestradores!”*. A mesma estratégia de construir um enredo com *happy end* e ênfase na reação sentimental da seqüestrada em relação aos criminosos foi entabulada.

A **Folha de São Paulo**, por sua vez, reservou seis páginas *standart* do caderno *Folha Cotidiano* para a cobertura do caso. Com um material quantitativamente surpreendente, abusou dos títulos em letras garrafais, fotografias e infográficos — as ilustrações, como uma estória em quadrinhos, convidava o leitor a acompanhar “como foi o seqüestro da filha de Silvio Santos”. Tamanha preocupação com o didatismo nos leva a questionar a postura do veículo que parece produzir jornal para um público incapaz de acompanhar e entender o caso senão por intermédio de figuras. O cabedal de dados, estatísticas, fontes é tanto que percebemos que a empresa jornalística opta pela quantidade e não pela qualidade. Detalhes, pormenores e banalidades vão figurar no texto para transmitir ao público a sensação de que ele está pagando e recebendo mais informação do que qualquer outro veículo. Cumpre destacar também que até mesmo no infográfico apenas os elementos mais espetaculares do acontecimento foram evidenciados pelo desenhista onde, por exemplo, o último quadro apresenta texto e ilustração que corroboram o exposto até então. Texto: “Dirigindo seu carro, um Passat azul blindado, Patrícia chega a sua casa, no Morumbi, chorando muito”. Quadrinho: o

desenho não mostra com detalhes o automóvel — a partir do enquadramento percebemos uma mulher ao volante e um plano fechado que evidencia uma lágrima. O corte de cabelo e o tom de pele também não correspondem a personagem real. Notamos que no período em questão o redator dá preferência ao gerúndio e faz uso de um pronome possessivo que pode dar margem a dúvidas. Assim, contraria uma regra dos manuais de redação e estilo das empresas jornalísticas quanto à legibilidade do texto. Como o leitor já está vendo a cena, o texto deveria complementar a ilustração e não repetir a informação. Havia outros elementos que poderiam ser explorados através de infográficos para ilustrar o desfecho do seqüestro. Porém, o recorte aponta para a espetacularização do crime. Além disso, quadrinhos podem carregar uma conotação que leva o acontecimento para o campo do fictício, da farsa burlesca, da encenação. Pode-se aí relativizar o crime e/ou torná-lo um espetáculo. Explorar o seqüestro da filha de Silvio Santos à exaustão não é apenas um recurso mercadológico. É também político-ideológico. E é no excesso que apreendemos a retórica do sensacionalismo:

“O espectador não se interessa pelo progresso de um destino, espera a imagem momentânea de certas paixões. (...) no catch, o lutador prolonga exageradamente a sua posição de derrota, caído, impondo ao público o espetáculo intolerável da sua impotência. (...) Essa função de ênfase é a mesma do teatro antigo, cuja força, língua, e acessórios (máscaras e coturnos) concorriam para fornecer a explicação exageradamente visível de uma Necessidade. No catch como nos teatros antigos não se tem vergonha da dor, sabe-se chorar, saboreiam-se as lágrimas. (314)

Embora não tenha aguardado o depoimento dos dois criminosos para checar corretamente as versões sobre o pagamento do resgate, o jornal escolhe versão oficial, entre várias apresentadas. Enquanto porta-vozes da família sustentam a tese de que Patricia fugiu do cativeiro, a própria seqüestrada afirma que nada foi pago e que os bandidos resolveram libertá-la “porque se renderam a Deus”. Já o delegado responsável pela Delegacia Anti-seqüestro confirmou o pagamento de R\$ 500 mil. A **Folha de São Paulo** opta então pelo título de capa do caderno Cotidiano: *Filha de Silvio Santos é libertada por R\$ 500 mil*. Realmente a história comprovou que o pagamento foi efetuado mas será que era relevante divulgar a quantia? Isso não poderia servir de estímulo a outras ações criminosas? Pode-se ainda fazer outra leitura: “a ineficiência da polícia uma vez que a refém apenas foi libertada mediante pagamento”.

Nesta mesma página, há um pequeno *box* que traz o título: “Folha respeitou manual e pedido dos familiares”. No texto, a empresa jornalística recorre ao Manual de Redação e indica o verbete que justificaria a posição do jornal em nada divulgar sobre o desdobramento do seqüestro até então. Ressalta, no último parágrafo, que o “mesmo

procedimento foi rigorosamente adotado em todos os casos anteriores de seqüestro”. Nas páginas seguintes, a **Folha** vai apresentar várias matérias que sustentariam sua postura. Como as **Organizações Globo** divulgaram notícias sobre o seqüestro, a **Folha** insinua que a concorrente preocupa-se mais com a audiência do que com a vida dos reféns. Em um dos títulos do Caderno Cotidiano temos: “Entrevista levanta audiência da Globo”. Em outro: “Globo é punida por divulgar crime em 2000”. Na seqüência: “Vítimas criticam cobertura de seqüestros”. E ainda: “Para especialistas, mídia deve respeitar vontade da família”. Através da leitura crítica do material apresentado pela **Folha de São Paulo** chegamos a outra conclusão. Em seis páginas de cobertura, duas foram ocupadas com textos que procuravam dar sustentação a postura da Folha em não noticiar o seqüestro. Na realidade, a decisão editorial expôs o *calcanhar de Aquiles* das empresas jornalísticas contemporâneas onde a postura ética concorre com a ingerência do departamento de *marketing* na angulação das matérias e na pauta de cobertura. Como a **Folha** atendeu o pedido da família em nada divulgar, passa para o público a imagem de empresa que entre o dever de informar e a preocupação com a vítima, fica com a segunda opção. É evidente que o respeito à vida é uma máxima que deve nortear o trabalho de apuração. Porém, a relutância quanto a postura tomada soa como ignóbil estratégia mercadológica.

A **Revista Veja**, na edição de 29 de agosto de 2001, dedicou mais de seis páginas para a cobertura do seqüestro de Patrícia Abravanel. A partir de uma breve análise quanto a retórica da notícia, percebemos que a publicação não se diferenciou dos demais veículos quanto ao sensacionalismo. Logo no título da matéria principal já se evidencia o discurso da banalização da violência:

Um sinal de alerta

***A filha de Silvio Santos foi seqüestrada.
É mais uma vítima de um crime
em explosão***

Com o título, a revista procurou enfatizar o aumento dos números de seqüestros em São Paulo. Com palavras enfáticas, o texto demonstra que todos estamos à mercê da criminalidade, contribuindo assim na disseminação do pânico. Embora não apresente propostas para equacionamento ou qualquer tipo de contribuição junto à Opinião Pública, a revista — como veremos a seguir — optou pela retórica da espetacularização do desvio. Procura-se demonstrar, ao longo do texto, que se até a filha de um empresário — que conta com seguranças particulares — foi vítima de crime hediondo, o cidadão comum está ainda mais ameaçado:

“O seqüestro de Patrícia Abravanel, filha do apresentador de televisão Silvio Santos, ocorrido na semana passada, é mais um marco da disseminação em São Paulo de um tipo de crime covarde, violento e ousado. A estudante de administração Patrícia, de 24 anos, arrancada de casa na manhã da terça-feira por um grupo de bandidos, é a vítima de mais visibilidade numa multidão de pessoas que passaram pela mesma experiência nos últimos anos no Estado mais rico do país. Ao mesmo tempo que até a noite de sexta-feira ela era mantida presa pelos seqüestradores, pelo menos outras quatro vítimas estavam em cativeiro enquanto bandidos negociavam com seus familiares. Nos últimos dois anos, houve 154 seqüestros em São Paulo. Só no primeiro trimestre de 2001, foram 41 casos. O secretário de Segurança, Marco Vinício Petrelluzzi, não apresenta os números do período seguinte. Diz que ainda não foram somados. Teme-se que eles consolidem um recorde desmoralizador. Uma vítima como Patrícia é incomum no cenário dos seqüestros em São Paulo. Na maioria dos casos, os bandidos têm agido contra cidadãos de classe média, gente que está sacando dinheiro num caixa eletrônico ou parada num semáforo, dentro de um carro que nem chama a atenção por ser novo ou caro.” (315)

Ademais, a descrição em ordem cronológica contribui para aumentar a tensão e convida o leitor a vivenciar toda a dramaticidade do evento. Destacam-se também os equívocos de apuração como, por exemplo, o número de criminosos envolvidos e uma possível gravação do circuito interno de TV:

“Patrícia se preparava para ir à faculdade quando dois bandidos vestidos de carteiro se apresentaram à porta da mansão de Silvio Santos, num bairro luxuoso da capital paulista. Na guarita diante da casa, pediram ao único segurança de serviço que recebesse um pacote. Ao sair do posto, ele foi rendido. O grupo ganhou a adesão de mais quatro homens. Acionaram o botão que abria a porta da garagem e entraram. Não se sabe ainda se foi por coincidência ou não que Patrícia estava justamente chegando a seu carro para sair. Ela foi rendida e levada pelos bandidos. O circuito interno de TV gravou várias dessas cenas e se tornou um dos trunfos que a polícia pode usar para identificar os seqüestradores. Silvio, que estava na casa naquele momento, disse a amigos que o verdadeiro alvo do seqüestro era sua caçula, Renata, de 16 anos. Ele próprio, segundo essa interpretação, seria mais útil livre do que seqüestrado, porque pode comandar as negociações e arranjar o dinheiro do resgate. Esse é mais um indício de que a ação foi planejada por profissionais. Há vários outros. Demonstraram firmeza diante da família, sem violência física, e deixaram para trás um celular pré-pago, através do qual podem telefonar para a casa de Silvio Santos, com menor risco de identificação da origem do telefonema.” (316)

A *Revista Veja* aproveitou o episódio para criticar as *Organizações Globo*. Embora a publicação também tenha optado por divulgar o seqüestro, não se fez de rogada e acusou a empresa de Roberto Marinho de hipócrita e aristocrática:

“A imprensa dividiu-se em dois grupos. Um, menor, formado por veículos paulistanos, deixou de noticiar o seqüestro. Outro grupo, majoritário, publicou as notícias referentes ao caso, que foi descrito em jornais do sul ao norte do Brasil. As Organizações Globo optaram por noticiá-lo com a explicação de que a omissão favoreceria os criminosos. A tese só se sustentaria se os veículos da Globo noticiassem todos os outros seqüestros ocorridos no país, para prestar um serviço público, e não se restringissem aos casos envolvendo gente rica ou famosa, como acontece de fato.” (317)

VEJA inseriu na mesma reportagem dados compilados da revista britânica *The Economist* que, por sua vez, apresentava aos seus leitores estatística que insinua que o Brasil é mais violento que seus vizinhos americanos na medida em que o número de carros blindados aqui é superior do que naqueles países. A revista brasileira não se deu ao trabalho de checar o dado bem como desenvolver o assunto. Resolveu inserir ainda a informação, não confirmada por meio de depoimento pessoal ou qualquer outra fonte, que o banqueiro Joseph Safra se vale de um esquema de segurança digno de filme de ação:

“Em edição da semana passada, a revista inglesa *The Economist* registrou que o Brasil ultrapassou a Colômbia, o México e os Estados Unidos como mercado para carros à prova de bala. A frota de blindados no país está chegando a 15.000 unidades. O caso conhecido de maior investimento em proteção é o do banqueiro Joseph Safra, que já teve um sobrinho seqüestrado e não sai de casa sem a companhia de pelo menos dez seguranças. São ex-agentes do serviço secreto israelense, trocados a cada seis meses.” (318)

A partir do dia 30 de agosto de 2001, o caso adquire projeção ainda maior quando o seqüestrador foragido, Fernando Dutra Pinto, escapa de cerco policial^{LXXVII} em um hotel de São Paulo. Ele mata dois policiais civis e fere um terceiro. No tiroteio acaba atingido mas consegue escalar nove andares do hotel para fugir. Mais de 50 policiais saem à procura do criminoso. Fernando vai, a partir daí, carregar um pesado estigma: não é apenas um bandido audacioso mas um matador de policiais. É o *inimigo público número 1*. O *Jornal do Brasil* alardeia: “Seqüestrador mata dois e escapa. Mentor do seqüestro de Patrícia Abravanel mata dois policiais e fere outro durante fuga

^{LXXVII} Dois investigadores da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Marcos Bezerra e Tamosso Tamaki, foram mortos. Um terceiro investigador, Reginaldo Guaruta, foi ferido. A versão oficial dá conta de uma denúncia anônima alertando a Polícia sobre o paradeiro dos seqüestradores. Os investigadores teriam então se infiltrado no hotel onde Fernando e uma acompanhante estavam hospedados. O motivo alegado pela polícia para o fato de eles não terem solicitado reforços teria sido o desejo dos investigadores de efetuar uma prisão de grande vulto. Em depoimento Guaruta afirmou: “Nós quisemos ficar famosos, só isso. Tentamos encanar (prender) ele, só isso nos fizemos. Todo policial almeja o sucesso profissional.” Outra versão não oficial dá conta de uma tentativa de extorsão. Os policiais teriam ido ao local para achacar os criminosos e levar parte do dinheiro obtido com o pagamento do resgate. Os jornais, baseados no Boletim de Ocorrência e nos depoimentos oficiais, apresentaram a notícia destacando a audácia dos investigadores e a covardia do seqüestrador. A história prossegue assim: depois de certificarem-se que não havia ninguém no quarto, os investigadores elaboraram um rápido plano de ação. Um policial ficou no térreo à espera de Fernando e Jennifer. Os outros dois ficaram no 10º andar, pavimento onde se localiza o apartamento. Quando Fernando chegou ao hotel, tratou de tomar o elevador. Ele estava desacompanhado e havia tingido os cabelos de louro. O investigador Tamosso Tamaki também entrou no elevador. Lá, deu voz de prisão a Fernando. O criminoso envolveu-se em luta corporal e conseguiu desarmar o investigador que, por sua vez, era professor de artes marciais. Ao chegarem ao 10º pavimento, Fernando notou a presença de outros homens armados. Teria então dado 9 tiros em Tamosso. Outros três tiros foram disparados contra o peito do investigador Marcos Bezerra. O terceiro policial atingiu Fernando nas nádegas mas o seqüestrador conseguiu voltar-se para disparar contra o policial civil Reginaldo que acabou baleado no ombro. Fernando, mesmo ferido, desceu um lance de escadas e no 9º andar conseguiu quebrar uma janela para escapar escalando as paredes até o térreo.

cinematográfica em São Paulo”. O título do jornal *O Globo* apresentou a mesma angulação do concorrente o que nos leva a questionar a pretensa pluralidade nas coberturas: “Seqüestrador de Patrícia mata dois policiais. Bandido que manteve filha de Silvio Santos em cativeiro consegue fugir depois de trocar tiros com investigadores”. As mesmas fontes são citadas em ambos jornais. O único diferencial é que *O Globo* publicou matéria de meia página sobre “a volta à rotina depois do seqüestro”. O recebimento de flores, visita de amigos, fãs que se aglomeravam no porta da mansão de Silvio em busca de autógrafos, o depoimento de uma umbandista que diz ter feito um trabalho espiritual para libertar Patrícia, enfim, informações irrelevantes onde evidencia-se a exploração de nuances do cotidiano das celebridades, dos olímpianos tupiniquins. Parece difícil a imprensa se desvencilhar do sensacional, da função catártica e das tiragens à reboque dos *fait-divers*.

Os meios de comunicação, em especial a televisão, têm se preocupado em inculcar no receptor dilema quanto a verosimilhança dos seus produtos midiáticos e os fatos. Os de cunho jornalístico devem ser “fiéis à realidade” enquanto os de natureza artística — como novelas, filmes, encenações entre outros — não prescindem deste apego. O binômio realidade x ficção coloca a pergunta “é a novela televisiva que constrói a realidade ou é o real quem pauta a novela”? No caso analisado por nós, um programa televisivo não calcado no noticiário factual interrompe seu formato usual para que o apresentador Silvio Santos agradecesse a todos pelo empenho na libertação da filha.

“Espero que não aconteça (um caso de seqüestro) com vocês, mas se acontecer rezem a Deus e confiem que tudo acaba bem. (...) Se eles (seqüestradores) fossem mais espertos teriam comprado a revista do Show do Milhão e poderiam ter ganho um milhão de reais sem precisar fazer bobagem” (319)

Para o telespectador, é como se a dura realidade tomasse de assalto o lugar cativo e seguro do imaginário, do onírico. Afinal, o *Show do Milhão*, apresentado por Silvio Santos, nada mais é do que um programa de entretenimento onde o público — em sua maioria semi-analfabeto — sonha em ganhar um milhão de reais em jogo de perguntas e respostas. A banalização da violência e o medo de que todos somos vítimas potenciais se espraia. O público então pode por achar que a verificação entre os pontos de toque e os afastamentos de *ficção x realidade* está ultrapassada uma vez que tudo o que é veiculado só pode ser verdade. Quem não se lembra do seqüestrador do ônibus 174 no Rio de Janeiro bradando: “isto não é ficção não! Eu vou matar todo mundo aqui dentro!”. Naquele caso como neste, o público passa a acreditar na força da imagem, na onipotência do texto, enfim, tudo o que é veiculado teria decalque na realidade, seria o

Real. Enquanto falamos de um gênero específico de entretenimento parece não haver maiores problemas. A questão se põe emblemática quando o público passa a aceitar como verdadeiro tudo o que é veiculado, sem qualquer tipo de exercício crítico. Por extensão, profissionais de imprensa podem na labuta diária se despreocupar com a exatidão, clareza e correção na coleta de informações. Para a sociedade o risco aí é não perceber mais as montagens, os interesses, ingerências... Para a imprensa, a imagem do filósofo Diógenes empunhando uma lanterna em busca da verdade, que deveria servir como parâmetro para a postura de repórteres, fica esmaecida.

Voltando a análise do caso, **O Globo** também errou ao noticiar que Fernando Dutra Pinto estaria acompanhado de dois comparsas na fuga do hotel em Barueri. Como se sabe, ele estava sozinho. Numa sucessão de informações equivocadas, o jornal carioca ainda noticiou a maneira pela qual o *trio* (sic) driblou o cerco policial.

“Um helicóptero da PM começou a seguir o trio na fuga. Mais adiante, os três trocaram de carro e roubaram um Santana Preto, com o qual fugiram em direção a Jandira. Até às 21h, a polícia não havia prendido os seqüestradores. Toda a área em torno do hotel foi isolada”. (320)

Aqui há eventos em ordem cronológica que transmitem ao leitor a sensação de participar de um roteiro de ação. Porém, as informações veiculadas são deficientes. Não se sabe qual era o veículo dos criminosos, como eles roubaram o Santana preto, de quem era o veículo, se o proprietário do carro roubado saiu incólume... tampouco sabemos onde fica Jandira. A frase “até às 21h, a polícia não havia prendido os seqüestradores” rompe o contexto da narração e sugere “a incompetência das forças policiais” ou ainda “a destreza dos criminosos em escapar”. O leitor interpreta o dado como melhor lhe aprouver... Outra falha é que em nenhum momento se tem o horário em que o tiroteio no hotel aconteceu. Então, “até às 21h” é um referencial temporal que sugere que o evento ocorrera há muitas horas.

No dia 31 de agosto de 2001 ocorreu a invasão da residência de Silvio Santos. Todos os grandes jornais disponibilizaram sensível número de páginas para a cobertura do episódio.

O **Jornal da Tarde**, do dia 31 de agosto, vai optar pela publicação de um caderno especial. Somente o recorte dos títulos principais das notícias veiculadas neste suplemento proporciona ao pesquisador elementos que corroboram a hipótese da generalização do discurso sensacionalista na mídia nacional. Adjetivação, substantivos fortes e verbos de ação são utilizados na disseminação de prática jornalística afim com a retórica da espetacularização. Títulos principais:

“Seqüestro-show dobra ibope das TVs”
 “A estratégia: chamar a atenção para preservar-se”
 “O seqüestrador em ação”
 “Família Abravanel pensa em mudar-se para Alphaville”
 “No sobrado da família Pinto, hora de orações”
 “Fernando fez ‘quase tudo’. É o que diz o irmão”
 “A polícia não sabe como ele fugiu do cerco”
 “O seqüestrador foi às compras. E vendedoras estranharam o rapaz”
 “Da fuga ao fim do seqüestro de Silvio Santos, como foi a ação de Fernando Dutra Pinto”
 “A polícia confundiu Fernando com ladrão comum”
 “Petrelluzzi admite que a polícia falhou”
 “No flat, vestígios da fuga”
 “Parecia improvável, mas aconteceu”
 “A cidade parou. Para ver e torcer”
 “Euforia e medo para os alunos do colégio Pio XII”
 “São Paulo na vitrine da mídia internacional”
 “Repórter viu invasão e deu o alerta”
 “Eu sou a pessoa que seqüestrou sua filha”
 “Na mira do atirador da polícia surge Silvio Santos: ‘vamos resolver isso com calma’”
 “Perdão do pai, roupa e elogios de Silvio Santos”
 “Um bairro refém do medo”
 “Multidão de fãs foi constante”
 “O presídio que receberá o seqüestrador”
 “Alckmin voa ao encontro de Silvio”
 “Falam bem e falam mal do governador”
 “Todos os crimes do seqüestrador”
 “Crimes com reféns: tensão e mortes” (321)

Se agruparmos algumas palavras dos títulos acima podemos proceder a leitura a partir de blocos. Deste modo, pode-se ressaltar a retórica do espetáculo:

1º bloco: “Seqüestro-show dobra ibope das TVs”
 “A estratégia: chamar a atenção para preservar-se”
 “O seqüestrador em ação”

Surgem show-estratégia-ação; seqüestro-ação-seqüestrador. Percebe-se aí a maneira como o acontecimento será angulado.

2º bloco: “Família Abravanel pensa em mudar-se para Alphaville”
 “No sobrado da família Pinto, hora de orações”
 “Fernando fez ‘quase tudo’. É o que diz o irmão”

Opta-se pela estratégia do antagonismo, isto é, são apresentadas matérias sobre as duas famílias envolvidas. Deste modo produz-se a rotulação, de tez maniqueísta, uma vez que são enfocadas a família da vítima e a do algoz.

3º bloco: “A polícia não sabe como ele fugiu do cerco”
 “O seqüestrador foi às compras. E vendedoras estranharam o rapaz”

Valoriza-se a habilidade do criminoso em fazer uso do disfarce, a sua capacidade de ludibriar as autoridades. Podemos destacar também a mensagem subliminar de

geração de pânico uma vez que o seqüestrador, mesmo procurado pela polícia, foi às compras.

- 4º bloco:** “Da fuga ao fim do seqüestro de Silvio Santos, como foi a ação de Fernando Dutra Pinto”
 “A polícia confundiu Fernando com ladrão comum”
 “Petrelluzzi admite que a polícia falhou”
 “No flat, vestígios da fuga”

Mais uma vez a produção textual que conduz o leitor a acompanhar, passo a passo, dois episódios: a fuga do hotel e o seqüestro de Silvio Santos. Porém, o jornal enfatiza a “ineficiência” da polícia em três momentos distintos: no seqüestro de Patrícia Abravanel, Fernando teria sido tachado de “ladrão comum”; em seguida o Secretário de Segurança, através de comunicado oficial, reconhece o erro dos investigadores em irem sozinho ao hotel para efetuarem a prisão de Fernando Dutra Pinto; e, por fim, para manter o clima *suspense-ação* do roteiro, pistas com as quais a polícia poderia empreender busca ao criminoso de modo que ele não tornasse a invadir a residência de Silvio Santos.

- 5º bloco:** “Parecia improvável, mas aconteceu”
 “A cidade parou. Para ver e torcer”
 “Euforia e medo para os alunos do colégio Pio XII”

Como deixamos assente, o leitor comum não se apercebe que consome noticiário produzido para causar sensações que podem ir desde o medo até a euforia. Na lógica do *fait-divers*, os assuntos não são trabalhados de modo que se criem alicerces para compreensão geral dos fenômenos sociais. A criminalidade e a violência são recortadas para que se extraia delas apenas os elementos mais “espetacularizantes”. Além disso, neste bloco temos a simplificação do acontecimento onde o público pára diante do show midiático para torcer pelas celebridades.

- 6º bloco:** “São Paulo na vitrine da mídia internacional”
 “Repórter viu invasão e deu o alerta”

Estes dois títulos poderiam fazer parte da análise anterior. Contudo, havemos por bem destacá-los para evidenciar a estratégia da indústria cultural em criar o mito do jornalista como uma espécie de cruzado a serviço do leitor. No episódio em questão, a repórter acompanhou, por acaso, o momento em que Fernando Dutra Pinto invadiu a mansão. Porém, os veículos de imprensa trataram de enaltecer o *profissionalismo* e *faro jornalístico* da profissional que dali em diante se tornaria o foco das atenções. O primeiro título reforça o senso comum que valoriza a superexposição midiática.

- 7º bloco:** “Eu sou a pessoa que seqüestrou sua filha”
 “Na mira do atirador da polícia surge Silvio Santos: ‘vamos resolver isso com calma’”
 “Perdão do pai, roupa e elogios de Silvio Santos”
 “Um bairro refém do medo”
 “Multidão de fãs foi constante”

A personificação do crime estabelece vínculo emotivo onde o receptor da informação vai tomar ciência da vida do delinqüente. O desviante passa a competir com a celebridade o flash das câmeras. Findo o seqüestro, ele é “absolvido” pelo pai e por Silvio Santos. O estímulo a ações criminosas semelhantes vem a reboque na medida em que o seqüestrador atingiu o estrelato, saiu incólume e “perdoado” pela opinião pública. Entrevistas entabuladas nos dias subseqüentes com a população registram a aprovação popular pelo crime perpetrado: “*Pense bem e responda o que são R\$ 500 mil para Silvio Santos? Nada. Toda semana ele distribui isso no Show do Milhão*” (322). Outra declaração é ainda mais contundente: “*Já viu o Silvio transformar nota de R\$ 50 em aviõzinho? Então... Fernando não maltratou ninguém. Foi tirar de quem está cheio da grana. Pior seria se roubasse um aposentado no caixa eletrônico*” (323)

- 8º bloco:** “O presídio que receberá o seqüestrador”
 “Alckmin voa ao encontro de Silvio”
 “Falam bem e falam mal do governador”
 “Todos os crimes do seqüestrador”
 “Crimes com reféns: tensão e mortes”

As últimas matérias do caderno trataram de explorar a polêmica sobre a participação pessoal do governador de São Paulo na libertação de Silvio Santos^{LXXVIII}. A banalização da violência se faz presente na mídia em que o jornal apresenta aos leitores uma extensa lista com todos os crimes pelos quais Fernando Dutra Pinto terá que responder. Por fim, a derradeira reportagem vincula “crime e morte” e “reféns e tensão” onde confirmarmos o fenômeno da vitimização.

O Jornal *Folha de São Paulo* publicou um suplemento do *Folha Cotidiano* com 9 páginas para a cobertura do caso Abravanel. Logo na manchete desse caderno — “Inexperiente faz Silvio Santos refém por 7 horas” — ironiza as declarações das

^{LXXVIII} Sobre a atitude do Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, de comparecer a mansão de Silvio Santos para negociar pessoalmente com Fernando Dutra Pinto, assim analisou o evento a Polícia Federal: “o negociador deve ser sempre um policial com treinamento específico. A sua função não pode ser desempenhada por qualquer outra pessoa, influente ou não. A utilização de religiosos, psicólogos, secretários de segurança e até governadores é uma prática condenável, com resultados perniciosos para um eficiente gerenciamento dos eventos críticos. Só se explica pelo fato de a grande maioria das organizações policiais do país não ser ainda dotada de uma equipe de negociadores treinada para esse mister. (Manual de Gerenciamento de Crises da Polícia Federal. Pg. 52. Organizado e Editado pela Coordenação de Apoio ao Ensino. 1ª edição, 2003

autoridades policiais que em entrevista anterior afirmaram que o seqüestro da filha de Silvio Santos havia sido praticado por “bandidos inexperientes”. Na diagramação destaque para o recurso gráfico-editorial intitulado “cineminha” onde são disponibilizadas na vertical conjunto de fotos em ordem cronológica. Com isso, o leitor é convidado a acompanhar os eventos que o jornal julgou mais importantes. No entanto, os destaques são para as imagens carregadas de emoção. Temos aí fotos dos familiares de Silvio Santos chorando desbragadamente à porta da mansão, jornalistas e fãs em frente à casa do apresentador se acotovelando para conseguir um lugar mais próximo e por fim o flagrante de uma imagem onde o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Marco Petrelluzzi, põe as duas mãos no rosto em sinal de desespero. No quadro onde foram dispostas estas fotos, há também a reprodução de vários relógios acompanhados dos horários em que aconteceram os momentos mais tensos. Note que não há qualquer relação com as fotografias:

7h – Fernando pula o muro da casa de Silvio Santos. Eles ficam na sala com a mulher, quatro filhas e outras cinco pessoas; 7h35m – Silvio Santos e o seqüestrador vão para a sala de ginástica; os outros saem e vão para a casa de um vizinho; Após receber o telefonema de Silvio Santos, o governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, chega à casa no Morumbi; 14h – Fernando Dutra Pinto se entrega, e o seqüestro acaba, após sete horas. Ele é levado para o COC, no Carandiru. (324)

No decorrer do texto, o jornal desenvolve o mote da manchete onde aproveita para ironizar novamente as declarações da polícia de São Paulo. Em determinado parágrafo, percebe-se não só a mudança de tom mas também a quebra de uma certa linearidade discursiva onde o redator rompe a narrativa para *editorializar*. “(...) a Polícia Civil indicou Fernando como líder do bando e o classificou como inexperiente. De lá para cá, o “inexperiente” seqüestrador só desafiou a polícia paulista. Matou dois policiais no 10º andar de um flat em Barueri (Grande SP) e fugiu, mesmo com a cidade cercada. Ontem, sem que ninguém soubesse do seu paradeiro, chegou à casa de Silvio Santos às 6h30m e a invadiu. Sua chegada só foi vista por uma equipe da Rede Bandeirantes. A PM, chamada por seguranças, chegou 25 minutos depois (...)”.

O jornal **Folha de São Paulo** abusou dos infográficos. Em matéria de página interna do caderno **Cotidiano**, traz — tal qual na capa — quadrinhos elaborados pela editoria de arte com a indicação do horário em que fatos marcantes ocorreram. Percebemos aí uma tentativa de demonstrar não só uma apuração exacerbada como também pretensa preocupação em fazer com que os leitores entendam através de figuras o que aconteceu. Isto porque as informações dos quadrinhos já havia sido exaustivamente trabalhado no texto das matérias anteriores e também porque os dados

complementares não passam de meras informações factuais. Para se ter idéia o jornal informa que o muro de proteção da casa de Silvio Santos *tem quatro fios de alta tensão* que, no momento da invasão, estavam desligados; é divulgado o *nome da empresa (Graber) que faz a segurança* da mansão de Silvio Santos; é publicado também o *nome dos batalhões de elite da polícia* que vão ao local como GOE, Garra e Gate; *nome da médica* (Dr.^a Silvana Nigro) da polícia que atenderia Fernando Dutra Pinto caso ele concordasse; *nome do médico particular* de Silvio Santos e o *nome do colégio* (Pio XII) onde o helicóptero — que trazia o profissional de saúde — pousou; representantes de uma ONG que entraram em conflito com fãs do apresentador porque carregavam um cartaz reclamando do número de policiais envolvidos no equacionamento do seqüestro; por fim, há o registro das marcas dos carros do vizinho utilizados pela família de Silvio Santos (um BMW e um Jeep).

O título de outra matéria procura criar um clima de solidariedade e proximidade ao tratar o seqüestrado pelo primeiro nome; além disso, peca pela obviedade na medida em que anuncia em letras garrafais a ameaça sofrida pelo apresentador de ser assassinado: “*Seqüestrador ameaçou matar Silvio*” (325). Nesta mesma página, há um box intitulado “personagens” com fotos de pessoas que participaram, direta ou indiretamente, do episódio. Destaque para o inusitado, a formulação de uma retórica que privilegia o espetáculo através de *fait-divers*. Assim, encontramos desde um agente funerário que traz o nome de Silvio Santos tatuado no braço até a produtora da TV Bandeirantes — em pose heróica — que avisou a polícia ao flagrar Fernando pulando o muro da mansão de Silvio Santos. Contudo, não é apenas aí que percebemos o uso do *fait-divers*. Nesta mesma página, há uma matéria intitulada “Empresário evita andar com segurança” onde temos apenas um parágrafo relacionado diretamente com a proposta do título. No mais, o leitor encontra uma matéria de perfil com o dia-a-dia da rotina de Silvio Santos, últimas viagens realizadas, crises familiares, séries americanas que gosta de assistir e dados sobre a excelente saúde financeira do grupo SBT:

“(...) há um mês, ele fez um programa diferente. Passou uma semana no hotel *The Palace*, que se intitula 6 estrelas. Fica em *Sun City*, na África do Sul. Lá Silvio Santos fez um safári. (...) Acorda cedo, por volta das 6 horas, e faz exercícios — cerca de uma hora de esteira e flexões de braço. Ele não lê jornais. Diz ter alergia à tinta. (...) Antes das 7h30m passa no cabelereiro Jassa onde tinge o cabelo com dois tons de loiro. (...) O apresentador escreve bilhetes à mão. No SBT, é idolatrado pelos funcionários. (...)”. (326)

O médico Barros e Guido Palomba, autor de mais de 10 mil laudos psicológicos de criminosos, afirmou que Fernando Dutra Pinto tinha a “mesma audácia” de outro bandido cujos feitos a mídia tratou de alardear. Ele se referia a Leonardo Pareja:

“Fernado, assim como Leonardo Pareja, tem afetividade centrada em si mesmo. Ele não teria voltado à casa de Silvio Santos se não estivesse sendo ameaçado. Essa pessoa não tem sentimentos humanitários. Fernando é o que se chama de criminoso eventual, ou seja, alguém que passou a vida respeitando as regras do convívio social e que um dia comete um ato extremo de violência. A ciência ainda não tem cura para isso porque é muito difícil de saber quando essas pessoas vão agir”. (327)

Embora merecesse destaque e amplo debate, a questão trazida pelo médico foi posta em uma pequena nota no final de uma página. A Folha de São Paulo preferiu nesse caderno especial uma abordagem mais sensacional onde inúmeros depoimentos de fontes eventuais foram enfatizadas. Assim temos frases e declarações baseadas no *a priori* e em juízos de valor. O jornal, por exemplo, dá destaque ao pastor evangélico da igreja que Fernando Dutra Pinto freqüentava. Ele afirma que *“o demônio trabalhou a cabeça dele de forma estupenda”*. O regente da igreja preferiu, por sua vez, tecer comentários sobre os dotes musicais do rapaz: *“Ele desafinava muito...”*. Por fim, a reportagem abusa dos estereótipos e ajuda na construção do personagem Fernando Dutra Pinto ao valorizar a inteligência, perspicácia e zelo com que liderava os jovens evangélicos. Em determinado ponto da notícia temos: *“(...) Numa área em que todo mundo é chamado de “mano”, “tá ligado”, ele era uma espécie de ave rara por não usar gíria.”* Ao término da matéria aparece uma declaração em *off* que não se justifica. Pelo modo em que é inserida no texto, passa a impressão de tratar-se de uma opinião pessoal do repórter que escreveu a reportagem e não uma informação adquirida através de uma fonte indeterminada: *“R. é o único que prefere ver razões terrenas, e não espirituais, para a guinada. “Não tem nada de demônio, não. É safadeza mesmo!”*. (328).

Numa análise geral da cobertura do seqüestro de Silvio Santos, podemos concluir que apesar de as empresas terem mobilizado suas equipes de reportagem, o que se viu foram informações desencontradas, descontextualizadas e com uma angulação clara que privilegiava o show midiático. Para se ter idéia, todas as grandes emissoras de televisão do país enviaram helicópteros para fornecer aos telespectadores imagens aéreas da casa do apresentador. Porém, não havia troca de informações entre a equipe em terra e o repórter que estava no ar. Assim, muitas vezes o que um afirmava, o outro contradizia. As imagens também eram muito semelhantes apesar das oito horas, quase ininterruptas, de transmissão. O único “furo” foi dado pela **Bandeirantes** que flagrou — e fez questão de destacar — a mulher de Silvio Santos e as filhas fugindo de casa em roupas de dormir. Interessante notar que o comando da cobertura não ficou a cargo de

jornalistas mas de apresentadores de televisão. Assim, o SBT entregou a cobertura ao vivo a Ratinho, enquanto a Record estreava o músico Netinho como comentarista.

Voltando a análise da cobertura do seqüestro no dia 31 de agosto de 2001 pela imprensa escrita, temos também a cobertura proporcionada pelo *Jornal O Globo*. O diário carioca traz na manchete de capa: **“DRAMA AO VIVO”**. As letras garrafais, em caixa alta e negrito, dão o tom que seria seguido nas páginas internas. Os títulos das matérias seguintes exprimem com clareza a espetacularização da violência e a construção do mito desviante. Com efeito, *o Globo* opta por uma angulação semelhante aos demais impressos do país. Há também a narrativa em ordem cronológica culminando com o happy end, isto é, a libertação de Silvio Santos e a prisão do seqüestrador. Matéria de perfil com o pai do seqüestrador também foi veiculada além de outra em que Silvio Santos enaltece as características de Fernando Dutra Pinto. Eis alguns títulos:

- “*Espetáculo e horror*”
- “*Você tem um grande menino*”. “*Silvio Santos, ao se despedir de Antonio Pinto, pai de Fernando*”
- “*Ele seria morto se não fosse o Silvio*”
- “*Antonio Pinto, em entrevista*”
- “*Um bandido que quis fazer direito*”

O outro diário do Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil*, publicou 4 páginas sobre o caso. As semelhanças com a proposta gráfica editorial levada a cabo pela *Folha de São Paulo* são reveladoras. Indicam não só uma tendência do jornalismo contemporâneo brasileiro mas também um direcionamento da mensagem afim com os ditames do mercado. O jornalismo-mercadoria se constitui numa espécie de receituário a seguir onde grassam a banalização, sensacionalismo e simplificação. O título da página três do *Jornal do Brasil* vaticina: **“Sete horas de seqüestro espetacular”**. Imagens de familiares e fãs foram veiculadas. As fotos publicadas traziam pessoas chorando, desesperadas, ou se acotovelando nas ruas para assistir a cobertura ao vivo feita pelas redes de TV. Tal qual o concorrente, o *Jornal do Brasil* apresentava matéria sobre o “sonho” de Dutra Pinto de ser advogado. Havia também matéria especial com a produtora da Band que foi testemunha da invasão da mansão de Silvio Santos. Além disso, a publicação do cineminha mais uma vez aconteceu. Várias fotos em ordem cronológica foram dispostas acompanhadas de pequenos textos ilustrativos. Um grande infográfico — semelhante a uma história em quadrinhos — tratava de fornecer sucintamente ao leitor a mesma informação que os textos. Nota sobre o recorde de audiência alcançado pelas emissoras e matéria sobre a “angústia” dos fãs também não faltou. O único diferencial da cobertura repousa em matéria especial do colunista

Eugênio Bucci. No artigo em questão, ele verifica o gosto do público pelo show midiático e a construção de celebridades efêmeras. Porém, não vai além na discussão ao retirar parcela de responsabilidade das empresas jornalísticas. Para o colunista, a população é a responsável pela qualidade do jornalismo contemporâneo. Outra mensagem subliminar veiculada é a de que a violência visível é exercida exclusivamente pelo desejo instintivo da população em locupletar-se com tragédias, crimes e sangue:

“O rapaz que manteve Silvio Santos refém por quase oito horas foi mais do que um bandido, foi um encenador de brilho raro. O país ficou grudado na TV – todos os canais interromperam a programação. O Brasil parou. (...) Parece coisa planejada por algum mestre do entretenimento. Mas não é. É apenas o mundo real, o mundo cão, celebrando sua apoteose, agora com roteiro magistral. Mas quem é o autor desse roteiro? (...) A mídia é o coliseu, misturando closes glamourosos dos astros com o despedaçamento dos gladiadores anônimos. O público já não é apenas a platéia passiva: é o exército da reserva do coliseu, pronto para entrar em cena a qualquer instante. (...) Esse roteiro, enfim, foi escrito pelo desejo da platéia, ardente, arfante e impiedoso”. (329)

O jornal **O DIA**, preocupado nos últimos anos em mudar sua imagem de “espreme que sai sangue” para diário “sério e respeitado” não se fez de rogado e adotou retórica explicitamente sensacionalista. Em caderno especial com 8 páginas, no qual participaram 12 repórteres, destaque para as enquetes de rua, fotografias ocupando de três a quatro colunas de texto, títulos em letras garrafais e discurso peremptório. Em todas as páginas do caderno especial foi apostado um elemento gráfico na parte superior da página. Essa retranca trazia em primeiro plano a foto do seqüestrador Fernando Dutra Pinto e o texto “Terror no Morumbi”. Interessante notar que temos aí a imagem editada de Fernando onde o corte evidencia apenas o rosto. O olhar do seqüestrador adquire papel fundamental nesta análise. Invertendo os papéis, é o seqüestrador quem fita o leitor. Assim, sentimo-nos desconfortáveis com aquele olhar que compõe uma figura fantasmagórica. Na diagramação, ela parece se descolar dos demais elementos do logotipo a fim de pairar ameaçadora. O texto “terror no Morumbi” funciona apenas como elemento acessório que reforça a linguagem visual. Procurou-se ao longo das oito páginas do caderno especial contar uma história que remetesse o leitor a um enredo cinematográfico. Daí o destaque para as fotos superdimensionadas. Há também uma linearidade temporal. Em todos os textos há adjetivos ou substantivos que sugestionam o leitor a correlacionar o acontecimento a uma história pasquineira. “Pesadelo”, “pavor”, “bandido religioso”, “agonia” e “terror” foram apenas algumas palavras que apareceram constantemente nos textos. A todo o momento eram destacadas as

“insólitas” características do seqüestrador, sugerindo ao leitor algum aspecto sobrenatural. Tanto é que foi dada ênfase ao depoimento do policial civil Reginaldo Guatura Nardes, o mesmo que trocou tiros com Fernando no apart-hotel:

“Quando dei um tiro no Fernando, ele não caiu. Pensei: ‘será que eu errei’? Aí corri por trás de uma parede. Ele voltou para me pegar. Ele estava encostado em uma parede, recarregando a arma. Fui perto de onde os meninos (os dois investigadores mortos) estavam caídos. Fiquei de frente com o Fernando de novo. Dei mais um tiro nele, frontal, a dois metros de distância. Pensei de novo: ‘ele não cai’! Fui dar mais um tiro mas a munição acabou. Peguei uma arma que estava no chão e disparei em cima dele. Nada o acertava!” (330)

Outro texto dessa mesma página procurou reforçar a idéia de que o seqüestrador era guiado por alguma força diabólica. Tanto é que inicia com o período: “Era apenas um homem (...) que abandonou a religião evangélica. Fernando Dutra Pinto, porém, mostrou que as aparências enganam”. Além disso, tal qual os demais veículos que noticiaram o caso, há a preferência editorial pelo show midiático. Tanto é que há uma grande matéria sobre o “Brasil que parou na frente da TV” a respeito da transmissão ao vivo do seqüestro. Nesta reportagem, há vários depoimentos desbalizados colhidos com transeuntes. Seu objetivo é transmitir a pretensa participação do leitor no jornal. Depoimentos editados e escolhidos a partir da maior emotividade que carregavam dão o tom à retórica sensacionalista. O jornal *O Dia* sequer teve a desfaçatez de veicular informações descontextualizadas sobre a vida privada de Silvio Santos. Um dos últimos textos do caderno registrava a crise conjugal do apresentador.

As publicações do dia primeiro de setembro de 2001 procuraram enfatizar a participação direta de Silvio Santos na tensa negociação entre as autoridades policiais e o seqüestrador. O apresentador não é tratado como vítima mas como agente fundamental para o desfecho favorável do seqüestro. As matérias vendem a idéia de que, graças a ele, Fernando Dutra Pinto saiu incólume. A *Folha de São Paulo* traz reportagem que procura transmitir aos leitores a “tranquilidade” com que Silvio Santos procura conduzir sua vida mesmo após o seqüestro. Embora não haja depoimento do apresentador, a matéria foi escrita a partir de uma fotografia onde Silvio Santos aparece guiando o próprio automóvel e sem qualquer tipo de segurança. Paralelo a esse enredo, o jornal vai, paulatinamente, construindo a figura de Fernando Dutra Pinto como um bandido audacioso e calculista. Para tanto, traz reportagem especial sobre as duas horas em que o seqüestrador esteve em um shopping de São Paulo fazendo compras. As câmeras do circuito interno de Tv registraram alguns movimentos do seqüestrador. Os repórteres se utilizam das imagens para, somadas aos depoimentos de vendedores, construir textos que denotam o temperamento de Fernando Dutra Pinto. Como uma

celebridade, todos os passos do seqüestrador são mapeados e trazidos a público. Tal qual um *reality show*, aguça-se o apetite do leitor por informações reais. Temos por exemplo as roupas de marca compradas pelo seqüestrador, o cardápio do que almoçou em uma lanchonete, a quantia que destinou como gorjeta a um vendedor etc.

Nas histórias de cunho sensacionalista em que é explorada à exaustão a vida íntima do bandido, não poderia faltar a participação da mulher. Começam, portanto, a espoucar as matérias sobre a personagem feminina que acompanhou Fernando Dutra Pinto no seqüestro de Patrícia Abravanel e que ainda continuava foragida. Nomes, biotipos e hábitos diversos surgiram nos periódicos que perseguiam uma pista que pudesse levar à prisão da companheira de Fernando. Contudo, não faltaram versões fantasiosas e depoimentos de vizinhos de rua de Fernando Dutra Pinto que, ao invés de colaborar, atrapalharam no rumo das investigações. Chegou-se, por exemplo, a construir uma história fantasiosa em que essa mulher teria 1,65m de altura, cabelos tingidos de ruivo, cicatrizes resultantes de um acidente de trânsito, dentes postiços e pino de metal no joelho esquerdo! Os jornais resolveram também adotar o codinome “Jenifer” — a partir de um depoimento de um vizinho — para essa mulher. Somente um mês depois, com a prisão na Bahia de Luciana — até então alcunhada Jenifer —, os jornais puderam noticiar com correção informações sobre a companheira de Fernando Dutra Pinto.

Folha de São Paulo: “Identidade de Jenifer ainda é mistério” (331)

“A identidade de Jenifer, a garota que estaria na companhia de Fernando Dutra Pinto, ainda é um mistério. A polícia levanta informações sobre uma mulher com esse nome que sumiu do seu local de trabalho desde o início do seqüestro da filha de Silvio Santos. Ela trabalha em um laboratório de análises clínicas na zona leste”

O Dia: “Caça à ruiva da Vila Progresso” (332)

“Namorada de seqüestrador da filha de Silvio Santos usa nome falso para cometer crimes em São Paulo e é ligada ao tráfico de drogas. Morena, magra, cabelos pintados de ruivo, mãe de uma menina de 6 anos e traficante. Ela está foragida. Apresentava-se como Jenifer ou ainda como Lurdes.”

Nenhuma dessas informações revelou-se verdadeira. Não passaram de mero exercício ficcional.

As edições de domingo continuaram suitando o caso. Agora, porém, os dois jornais de maior circulação em São Paulo, isto é, o *Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* divergiram quanto as táticas utilizadas pelas forças de segurança pública. Enquanto o primeiro criticava a polícia, o segundo a enaltecia. Interessante notar que o

Estadão não se valeu de qualquer entrevista com especialistas no setor para embasar a angulação da matéria.

Assim, o *Estado de São Paulo* trazia como título principal do caderno *Cidades*: “Uma história de ineficácia, desconfiança, inteligência e ousadia”. Dessa forma ele contrapõe a polícia, adjetivada pela empresa jornalística como “despreparada”, e o seqüestrador Fernando Dutra Pinto, “o homem mais procurado de São Paulo”. O viés adotado alimenta o mito do desviante que vai se transformando em celebridade e coloca a população à mercê do medo na medida em que não pode confiar na polícia.

A *Folha de São Paulo* trouxe como título principal: “Técnica da PM limitou ação de seqüestrador”. A matéria demonstrava através de infográficos a ação da PM e a entrevista com o negociador. A questão que se apresenta aqui diz respeito a capacidade das empresas jornalísticas tomarem posturas cambiantes, ao sabor dos acontecimentos, ou melhor, ao sabor das tiragens. A outorga de eficiência ou deficiência, acerto ou erro, enfim, demonstra o culto à onipotência das empresas jornalísticas que ao invés de produzirem textos que levam leitores a tirar suas próprias conclusões, optam pelo peremptório.

O periódico carioca *O Dia* não publicou caderno especial. Porém, nas três páginas que dedicou na edição dominical tratou de suitar o acontecimento angulando a matéria para o *fait-divers*. Com o título “Ele trocou o futuro pelo crime” expôs detalhes da vida privada do assaltante como, por exemplo, o número de namoradas que teve, as notas no colégio e o depoimento emocionado do pai. Percebemos aí a montagem de uma narrativa que culmina na lição de moral, na condenação pública do criminoso. Joga-se também com o imaginário do leitor, no estímulo claro ao voyerismo, na medida em que detalhes irrelevantes da vida pessoal são explorados numa tentativa de se levantar, ainda que parcamente, seu perfil psicológico. Nessa reportagem também não faltam juízos de valor e forte adjetivação:

- **Subtítulo:** Seqüestrador e assassino de 22 anos, jovem paulista um dia foi bom e freqüentava cultos evangélicos. Virou bandido e está preso

“O ano é 1995. Nas ruas sem calçamento de Jardim Rosemary, bairro pobre do município de Cotia, na Grande São Paulo, o adolescente Fernando Dutra Pinto leva uma vida aparentemente normal. Aos 16 anos, inteligente, simpático e namorador, Fernando talvez não fizesse idéia do caminho que escolheria mais tarde: o do crime. (...) Seis anos depois (...) o garoto brincalhão revelava sua verdadeira face. Na escola municipal Malvina de Castro o menino se destacava dos demais pela esperteza.” (333)

Notamos, desde o subtítulo, a adoção de um estilo descritivo que conduz o leitor a visualizar — a partir do recorte efetuado pelo jornal — o acontecimento. Há a mensagem subliminar de vincular uma vida virtuosa ao exercício do protestantismo.

Ademais, a punição aos desviantes criminosos está explícita no segundo período do subtítulo. No trecho selecionado da matéria, percebemos o reducionismo ao se vincular pobreza e criminalidade. Parece que o jornal não efetuou apuração apropriada na medida em que os dados revelam que, apesar de residirem em um bairro de baixa renda, a família Dutra Pinto se distinguia dos demais pelo padrão de vida e renda. A matéria também comete deslize ao sugerir um mal latente no rapaz que “seis anos mais tarde revelaria sua verdadeira face”. Lembrar também que na escola “o rapaz se diferenciava dos outros pela esperteza” significa sugerir ao leitor um adjetivo que, descontextualizado, permite conotação pejorativa.

- **Subtítulo:** A mudança começou quando o rapaz abandonou a religião

“As lembranças dos tempos de adolescência na Rua Cardeal são sempre cheias de fé. Fernando Dutra Pinto era um garoto que freqüentava a Assembléia de Deus. Mas em 95 o rapaz religioso começou a faltar aos cultos. A família estranhou. Aquilo poderia ser mau sinal. E era: Fernando estava trocando a Bíblia e as orações pelas drogas e armas.” (334)

O jornal decreta, sem qualquer cerimônia, a entrada no mundo do crime às faltas aos cultos da igreja. Porém, o prontuário e os depoimentos de familiares, não registram envolvimento com drogas. A prisão por porte ilegal de armas só aconteceria quatro anos depois, ou seja, em 1999.

- **Subtítulo:** ‘Passei mal quando vi que era Fernando’

“O jeito brincalhão e simpático de Fernando Dutra Pinto trouxe a ele a fama de rapaz conquistador. Segundo os vizinhos, as garotas faziam fila. “E como”, lembra Adriana Pereira de Jesus, 25 anos, uma das muitas ex-namoradas do seqüestrador. Ela tinha 19 anos quando conheceu Fernando. Mesmo mais velha, não resistiu ao xaveco do Don Juan da Rua Cardeal. (...) A vida de bandido, no entanto, fez com que ele passasse a se encantar por outro tipo de mulher. Como Jennifer, sua namorada há três anos, que ajudou a tramar o seqüestro. “Era ela quem trazia drogas para ele”, conta um vizinho que não quis se identificar. Mas desta vez a mulher demonstrou mais esperteza que o gênio do crime: ainda está foragida” (335)

A abundância de adjetivos confere o estigma que o criminoso deve ostentar. Ainda que caricata, o grande público receberá essa imagem construída e a partir dela perceberá a celebridade desviante. Ou seja, nesse processo contínuo o que se tem são apenas traços verossimilhantes. Becker dizia, com efeito, que a partir da imposição do rótulo, o sujeito poderia aceitar ou negar a sua condição. Porém, a percepção dos demais sobre sua personalidade ou outros aspectos ali evidenciados estaria comprometida pela veiculação pretérita pela mídia. No caso em questão, o mito do “audacioso” bandido Fernando Dutra Pinto foi moldado com a agregação dos adjetivos “mulherengo”, “galã”, “simpático”, “brincalhão”, “genial” entre outros. Dentre as figuras de linguagem, a hipérbole é a mais apropriada para se recorrer no sentido de demonstrar a amplificação e

deturpação provocada pela Imprensa ao noticiar determinados episódios. Extrair dos acontecimentos um agente, o autor, é o mecanismo pelo qual se constrói uma celebridade.

A Imprensa não arrefeceu e continuou dedicando páginas a Fernando Dutra Pinto. Vizinhos eram ouvidos, assim como parentes e amigos. Especialistas em segurança pública, peritos e psicólogos também forneceram depoimentos. O caso foi suitado à exaustão e a prisão na Bahia da namorada de Fernando deu fôlego à Imprensa sensacionalista.

No dia 05 de setembro de 2001, Luciana dos Santos Souza, de 24 anos, — até então alcunhada Jennifer foi presa em uma cidade do interior da Bahia. Os jornais pouco falaram da captura. Preferiram tecer comentários carregados de juízos de valor ou ainda traçar um histórico do romance dela com o seqüestrador Fernando Dutra Pinto. Típico da imprensa amarela, a prática de dramatizar a narrativa expondo detalhes da vida privada foi mais uma vez executada.

O jornal ***O Dia*** apresentava o título: “Seqüestradora se rende”. Como subtítulo: “Namorada do líder do grupo que levou Patrícia Abravanel trabalhou no Baú. Bandido já assaltou um posto de Gugu”.

Ora, não há referência imediata a qual seqüestro o jornal se refere. É preciso ler o título auxiliar e cruzar as informações para aferir que a seqüestradora mencionada é a namorada de Fernando Dutra Pinto. Há também dados distintos nos títulos que causam confusão ao leitor. Quando no segundo período do subtítulo lê-se que “bandido já assaltou um posto de Gugu” podemos nos perguntar se ainda estamos falando da seqüestradora ou de outra personagem da trama. No decorrer do texto, o jornal apresenta uma mulher arrependida para fazer jus ao *happy end* que deve adornar toda história de crime. Entretanto, essa imagem não corresponde às declarações de Luciana logo após a prisão:

“Revolucionei o Brasil, mas pelo mal. Tinha curiosidade pela morte. Sonhava em ser legista. Sempre gostei. O pior é deixar o mundo. Depois que deixou, não tem pior”. (336)

O ***Jornal do Brasil***, ao contrário, reproduziu na íntegra as respostas de Luciana na entrevista coletiva concedida na delegacia de Bom Jesus da Lapa, Bahia. Fica claro que a criminosa não se adequou ao estereótipo que o jornal ***O Dia*** procurou traçar. Nessa entrevista, ela afirma:

“Olha, na hora que eu me envolvi nisso era tudo ou nada, a vida ou a morte. A prisão, jamais. Eu não queria nem quero é ser presa, mas me entreguei porque tenho um único objetivo: a minha mãe. (...) Não tenho que responder se me envolvi por amor. A minha vida sentimental é coisa minha. (...) Não tenho

passagem pela polícia, sou primária. Nunca me envolvi com droga ou bebida como falaram.” (337)

A **Folha de São Paulo** dedicou três páginas do caderno *Folha Cotidiano*. Além dos detalhes da prisão de Luciana, traz entrevista com a mãe da seqüestradora o que denota preocupação do jornal em garantir certa dramaticidade ao acontecimento. Traz galeria de fotos complementada por pequenos textos sobre os integrantes da quadrilha. Sobre Fernando Dutra Pinto há texto e foto maiores. Ao longo das páginas percebemos muitos dados repetidos, isto é, informações já veiculadas. Elas se referem ao seqüestro de Silvio Santos, à polêmica sobre a participação do governador de São Paulo nas negociações e ainda sobre o “presença de espírito” de Silvio Santos no desfecho do seqüestro. Notamos aí que as reportagens conferem a Fernando Dutra Pinto a responsabilidade de ser o mentor da quadrilha, como se os outros integrantes operassem como meras figuras acessórias. A **Folha** ouviu o delegado titular de Barueri que credita a Fernando Dutra Pinto inúmeros crimes até então sem solução ocorridos naquela localidade. O estrelato concedido a Fernando trouxe a reboque um rol de imputações negativas que foram, de antemão, atribuídas a ele.

Os dias subseqüentes demonstraram o apetite voraz da mídia em explorar um caso praticamente elucidado — uma vez que todos os seqüestradores estavam detidos. A imprensa optou por um enfoque que privilegiou a especulação e o *fait-divers*. Para se ter idéia, o jornal carioca **O Dia**, de 7 de setembro de 2001, trazia como *lead*:

“Lady Marian, o amor de Robin Hood, que roubava dos ricos para dar aos pobres, teria ficado com inveja. Luciana dos Santos Souza, 24 anos, a Jennifer, garantiu ontem em entrevista coletiva na sede da Secretaria de Segurança Pública de Salvador, que usaria os 500 mil reais do resgate da filha do apresentador Silvio Santos, Patrícia Abravanel, para comprar cestas básicas e ajudar pessoas carente. ‘Nós queríamos ajudar esse país pobre’, disse sem convencer” (338)

No final da matéria o jornal publica — sem reproduzir a declaração — uma suspeita de um delegado que responsabiliza os irmãos Dutra Pinto por mais de 30 crimes em Barueri.

“O delegado Paulo Roberto Viese, de Barueri, acredita que Fernando e Esdras tenham cometido mais de 30 crimes” (339)

A história viria a mostrar posteriormente que eles não foram responsáveis, direta ou indiretamente, por outros delitos senão os já evidenciados. Porém a falta de apuração, o vício de ouvir apenas fontes oficiais e o claudicante hábito de espetacularizar comportamentos desviantes são a cartilha de praxe do pseudo-repórter de polícia.

Outro fato que corrobora o exposto acima pôde ser visto na edição da *Folha de São Paulo* do dia 7 de setembro. O jornal apresenta uma matéria relacionada com o caso que realmente ajuda o leitor a elucidar algumas dúvidas. Contudo, para não fugir à regra do sensacionalismo, há pitoresca comparação entre Dutra Pinto e um filme de cinema americano. A matéria se inicia assim:

“A descrição do seqüestrador Fernando Dutra Pinto lembra a do personagem principal do filme ‘El Mariachi’ (EUA, 1993), de Robert Rodriguez. Como na ficção, Fernando hospedou-se no flat como músico, carregando uma espingarda calibre 12 em um estojo de violão. Além disso, igual ao personagem, ele era rápido no gatilho.” (340)

Outra matéria do mesmo jornal traz à público “revelações” sobre a vida particular da namorada de Fernando Dutra Pinto. O último parágrafo por exemplo destaca a opinião pessoal do dono de uma boate que, como proprietário de um estabelecimento cuja virtude certamente não é o maior predicado, desqualifica a declaração de Luciana Santos, dada no dia anterior, de que usaria parte do resgate para comprar cestas básicas aos pobres. O mais impressionante é que a frase do rufião publicada pelo jornal traduz, na verdade, a opinião do repórter. O mais grave, porém, não é apenas isso. Acaba ventilando um estereótipo ao afirmar que, “por ser prostituta, não pode estar falando a verdade”.

Título: *‘Jenifer’ trabalhou em boate no ABCD*

Matéria: *Luciana dos Santos Souza, 24, a ‘Jenifer’, trabalhou na boate Xanadu, em Diadema, onde era a melhor dançarina de samba (...). Ela é a namorada de Fernando Dutra Pinto, mentor do seqüestro de Patrícia Abravanel, que está preso. Segundo o proprietário Márcio Burgos, 27, ele inaugurou a casa, no centro de Diadema, no dia 14 de junho. De acordo com ele, ela procurou a casa noturna atraída por um anúncio de jornal. “Caiu a máscara dela”, disse Burgos, referindo-se à suposta “tentativa de se passar por boa moça perante a imprensa”. Segundo ele, o preço do programa varia de 40 a 100 reais, dependendo do dia. Ela morou na boate por cerca de 35 dias. (341)*

O *Jornal do Brasil* também publicou nota, intitulada “prostituta por um mês”, em que divulga informação de pouco valor jornalístico e que se caracteriza como invasão de privacidade. Há de se notar também que o *lead* é praticamente o mesmo.

“Pouco antes de participar do seqüestro da estudantes Patrícia Abravanel, Luciana dos Santos Souza, conhecida como Jenifer, trabalhou um mês como garota de programa na boate Xanadu, em Diadema. O proprietário da Xanadu, Marcio Burgos, confirmou que ela pediu emprego e aceitou as condições estabelecidas a todas as garotas que trabalham na boate, de fazer programas com os clientes. Luciana já namorava Fernando Dutra Pinto, o mentor do seqüestro da filha de Silvio Santos. (...) A Xanadu tem hoje 13 garotas ganhando 70 reais em programas de meia hora e 100 reais para os de uma hora. A casa fica com 20% do que elas ganham” (342)

Contudo, naquela mesma edição poderia ter recebido destaque o depoimento do investigador de polícia civil Reginaldo Guaruta e a decisão da Corregedoria de Polícia Civil de São Paulo em pedir abertura de processo contra ele^{LXXIX}. Como se viu, detalhes da vida privada e a espetacularização do crime e do criminoso sempre deram o tom do noticiário. Tanto é que desde o episódio do *flat* — em que Fernando Dutra Pinto matou dois policiais e feriu um terceiro — a imprensa em geral preferiu ignorar os indícios de que os policiais que foram ao hotel supostamente para prender Fernando Dutra Pinto na realidade procuravam extorqui-lo. O jornal Estado de São Paulo, 11/10/2001, revelou que a perícia encontrou no local do tiroteio manchas de sangue tipo B. Contudo, nenhum dos policiais e tampouco Fernando possuíam esse tipo sanguíneo, o que induz a existência de outro elemento na cena do crime. Como se viu nas matérias da época, preferiu-se destacar a “ousadia do criminoso” do que realizar reportagem investigativa.

Aliás, vários pontos deixaram de ser apurados pela Imprensa. Os indícios serviriam como ponto de partida para uma grande matéria policial. Contudo, quando não se calar, os jornais optaram por uma cobertura espetacularizante. A título de ilustração, podemos citar dois dados ignorados ou pouco explorados pela mídia no caso em questão:

- o pedido inicial de resgate de Patrícia Abravanel foi de dois milhões de dólares (aproximadamente 5,5 milhões de reais). Oficialmente, porém, o valor pago foi de quinhentos mil reais. Por que não houve checagem para dirimir dúvidas quanto a soma correta?

^{LXXIX} A divisão de sindicância da Corregedoria elaborou relatório onde aponta que “houve erros e falhas graves na ação e serão instaurados processos administrativos e criminais”. O prestígio profissional por prender Fernando Dutra Pinto foi a explicação dada pelo investigador Reginaldo para a ação em que ele saiu ferido e morreram os colegas Tamotsu Tamaki e Marcos Amorim Bezerra. “Queríamos ficar famosos. Qualquer policial almeja isso”. Entretanto, a versão apresentada no depoimento não explica os quase 23 mil reais encontrados no bolso de um dos investigadores mortos. A seguir, trechos do depoimento: “Quando o elevador abriu a porta, as armas na cinta, minha e do Marcos, eu vi aquele cara todo de preto, cabelo loiro, alto, e o Tamaki atrás dele. O Tamaki deu uma gravata nele. E o menino já foi pondo a mão na cintura. Quando ele fez isso não deu tempo de a gente pôr as mãos nas nossas armas. Foi instintivo, grudamos nos braços dele. (...) Caímos os quatro no chão. Ele caiu no meio dos dois e eu para trás. No chão ele conseguiu sacar as armas e começou a atirar. Ele se arrastou que nem uma minhoca. Eu fiquei cambaleando no chão, tentando me levantar e escapar dos tiros. Quando ele estava se levantando, eu dei um tiro nele. Não sei se pegou. O Marquinhos também tentou ficar de frente, mas não saiu bala do revólver dele. Eu fiquei de frente e dei três tiros. Não acertei nenhum. Eu estava a dois metros dele. Foi quando me desesperei. Era muita fumaça no hall. A impressão é que ele estava com uma metralhadora, de tanto tiro. Eu estava com um oitão e não podia descarregar tudo. (...) Pensei: como é que ele não caiu? Aí dei a volta de onde eu estava para tentar pegá-lo por trás. Ele percebeu e foi para cima de mim. Foi quando eu dei mais três tiros, mas só saiu um. Joguei a minha arma no chão e peguei a do Tamaki.. Nisso ele atirou, pegou no meu peito e caí para trás. Saí engatinhando até o fim do corredor oposto ao do apartamento dele. Fui mexendo as maçanetas para ver se tinha alguma porta aberta. Vi um apartamento aberto e entrei. Travei a porta com a correntinha e sentei no sofá. Fiquei lá escondido até a polícia chegar.”

- a carta deixada na casa de Silvio Santos no dia do seqüestro de sua filha revela, ao contrário das declarações da Polícia, que os criminosos não eram “inexperientes”. Por que a Imprensa não publicou a carta? Por que especialistas do curso de “Negociação de Crises”, da Polícia Federal, por exemplo, não foram ouvidos pelos jornais para que fornecessem análise balizada?

A seguir, trechos da carta com instruções para libertar Patrícia:

“Isto é um acordo que faço com um homem de bem... mas se tentar trapacear e uma das minhas fontes me informar, está quebrado o acordo e não me responsabilizo por ela. A quantia deve ser entregue dividida em notas de U\$ 50 e a outra metade em cédulas de R\$ 50. Não podem ser notas em série ou marcadas. Elas devem ser entregues soltas nota por nota, nada de cliques, elásticos ou embrulhos. Solta é solta, dentro de sacos de lixo de 100 litros. Se de alguma forma tentar não jogar conforme as regras, nunca mais a verá. Se esquecer o trato e colocar qualquer tipo de rastreador com as notas ou na mala e acharmos com nosso detector... se for o ninox (uma espécie de radar) ou algum dos importados que conheço, não coloque, pois se eu achar, perde ela e o dinheiro e, por isso, pense bem antes de jogar porque deixo de cumprir minha parte no trato. O celular que deixamos vai tocar somente daqui a dois dias, quase 48 horas, no horário entre 23h e 0h, para te informar onde essa soma vai ser entregue. O dinheiro tem que ser entregue pessoalmente patrão, acompanhado apenas de um motorista para que você não venha só, pois tenho certeza que está agindo com confiança em mim que nem conhece. No dia em que eu te ligar, quero a cor do carro, de preferência branco, a placa, o modelo, e o nome da pessoa que vem contigo. Quanto a tua segurança, a opção que te dou é confiar em um estranho, que em troca disso só te dá a palavra de que no fim, tudo correrá bem. Se eu for informado por minhas fontes que você está envolvendo a polícia ou investigadores particulares, cada atitude sua promoverá uma minha (cuidado). Não conheço a sua mente, pois não sou Deus o Criador, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, talvez tenha entregado seu coração ao dinheiro. Não queria entrar na tua vida, mas a tua perda vai ser completa. Além dela que vai ficar comigo, direi de alguma forma à imprensa que o grande milionário a perdeu por se recusar a pagar o resgate. Assinado, Missionários da Paz”

A negligência dos veículos noticiosos com a apuração dos fatos não se extinguiu. Pelo contrário, perdurou. Tanto é que o mesmo *modus operandi* foi utilizado na divulgação e nas matérias que se seguiram a morte de Fernando Dutra Pinto.

No dia 2 de janeiro de 2002, Fernando Dutra Pinto morreu a caminho do hospital. Tinha 22 anos de idade. Ele cumpria pena por dois seqüestros (Patrícia Abravanel e Silvio Santos), formação de quadrilha, falsificação de documento e porte de arma. Dividia a cela com 12 presos, entre eles o irmão Esdras Dutra Pinto e o amigo Marcelo Batista, o “Pirata”.

O secretário de Estado da Administração Penitenciária de São Paulo, Nagashi Furukawa, afirmou que era “o primeiro a reconhecer que não é normal um moço de 22 anos morrer nessas circunstâncias”. O médico Ricardo Cezar Cypriani, do Centro de

Detenção Provisória Chácara de Belém II, onde Fernando estava preso, deu declaração aos jornalistas que reforça o indício de assassinato:

“No dia 10 de dezembro eu o atendi e ele apresentava hematomas no ombro, braço, axila e coxa. Não havia sinais de lesões ou dano nos órgãos internos. Ele foi medicado com antiinflamatório simples. No dia 31 de dezembro ele foi atendido novamente pois apresentava 39 graus de febre e quadro alérgico, supostamente causado por ingestão de carne de porco. Ele tinha dificuldades para respirar. Recebeu remédios como o calmante prometazina, salbutamol para bronquite, o antibiótico cefalexina, cimetidina para aliviar os efeitos dos medicamentos no estômago e dipirona para febre. (...) Dois dias depois minha enfermeira me avisou que ele estava no ambulatório. O paciente apresentava quadro grave, precisando ser removido para o hospital... Acho as circunstâncias da morte raríssimas.” (343)

Existem pontos obscuros referentes ao caso mas ao reunir matérias, declarações e laudos iniciais publicados nos jornais podemos delinear a história da seguinte forma:

Dias antes do natal, a advogada de Fernando Dutra Pinto havia se reunido com o diretor da prisão para alertar sobre um possível envenenamento. Em três ligações efetuadas para a advogada, uma voz anônima avisava para que Fernando “*tomasse cuidado com o que comesse*”. Curioso constatar que em setembro de 2001, no depoimento à Corregedoria de Polícia, Fernando comentara: “*Estão dizendo que eu morro em no máximo cinco meses*”. Em janeiro de 2002, poucos dias depois da morte de Fernando Dutra Pinto, alguns jornais divulgaram uma informação que poderia contribuir na elucidação do caso mas que a imprensa em geral não deu a devida importância: a de que Fernando Dutra Pinto havia brigado com três agentes penitenciários um mês antes de morrer. Laudo do ambulatório para o qual foi levado confirma que ele apresentava diversos hematomas, equimoses e escoriações pelo corpo.

Contudo, o ponto mais instigante da história começa precisamente no dia 29 de dezembro de 2001, quando Dutra Pinto foi levado para o setor médico com sintomas de intoxicação alimentar. Ele tinha comido carne de porco. O mistério maior está no fato de que a direção da unidade afirma não ter servido este prato. A refeição teria entrado na prisão e chegado a Fernando Dutra Pinto como “*presente de Natal da família*”. A família, porém, nega ter enviado qualquer alimento. Mas o fato é que, no dia seguinte à internação, Fernando ainda apresentava dores no corpo, febre alta e problemas respiratórios. Mesmo assim, recebeu alta. Contudo, ele recebera medicamentos para fazer uso até seu restabelecimento. A advogada havia feito uma visita a Fernando no dia 31 de dezembro e conta que ele estava bem. Dois dias depois, por volta do meio-dia, ele começou a apresentar um quadro agudo. Foi colocado em uma ambulância mas chegou

morto ao hospital. O IML divulgou laudo preliminar que atestava parada cardíaca e septicemia^{LXXX}.

A morte de Fernando Dutra Pinto prejudicou as investigações sobre o tiroteio travado entre ele e os investigadores da Polícia Civil no hotel em Barueri. O caso foi arquivado assim como até hoje não se sabe o paradeiro de parte dos 500 mil reais pagos de resgate e recuperados pela polícia.

^{LXXX} Um toxicologista ouvido pelo Jornal da Tarde, edição de 4 de janeiro de 2002 – pg. 6, explica que os venenos ministrados atingem principalmente o sistema respiratório: “O chumbinho, um granulado usado na lavoura para combater pragas e fungos, por exemplo, pode ser misturado com alimentos. A vítima não morre de imediato mas apresenta um quadro clínico típico – sonolência, salivagem excessiva, alteração nas pupilas e mudança no batimento cardíaco. Esse tipo de veneno acaba impedindo a oxigenação do pulmão.

4. Considerações Finais

*Um jornal é uma coletânea de meias-injustiças
Que, apregoada por meninos de milha em milha,
Espalham sua curiosa opinião
Por um milhão de homens misericordiosos e escarninhos,
Cujas famílias se enroscam alegremente junto à lareira
Quando incitadas pela descrição de uma longa agonia.*

Um jornal é um tribunal

Um jornal é um mercado

Um jornal é um jogo

Um jornal é um símbolo;

É uma crônica de vida irresponsável,

Uma coletânea de narrativas espalhafatosas.

Stephen Crane (escrito por volta de 1895)

Podemos inferir que o processo de produção das informações veiculadas pela imprensa no seio da estrutura burocrática-industrial visa à homogeneização do receptor na medida em que precisa manter cativos segmentos cada vez mais numerosos da sociedade. Assim, embora com tratamento editorial por vezes distinto, a retórica do espetáculo grassa no jornalismo contemporâneo brasileiro. As notícias-mercadoria não penetram da mesma forma nas várias camadas sociais — cada qual por exemplo com seu gosto estético —, daí a necessidade de adaptação. Porém, massificam-se os desejos, anseios, fetiches, em uma “roupagem” singular para cada tipo de “evento”. Elegem-se desviantes para atender a todo tipo de necessidade – psicológica do receptor e mercadológica da empresa. Ao explorar os desviantes do crime as empresas jornalísticas nada mais fazem do que fazer girar o motor que as levam a aumentar a circulação. Daí a sentença: “quando um mito se esgota, a imprensa cria outro”.

Se todos temos que lidar com os impulsos do *id*, momentos de escape vêm através da participação do indivíduo na contemplação de assassinatos, seqüestros, roubos etc. A satisfação simbólica de impingir pena capital a criminosos vem através da imprensa sensacionalista que estampa na primeira página manchete e fotos de determinado desviante morto. Histórias com começo, meio e fim. Narrativas que ao invés de levar o público a questionar os valores vigentes, ofereceram a morte como punição a Lúcio Flávio, Pareja e Fernando Dutra Pinto. Simbolicamente a morte encerra uma trajetória desviante e a partir dela nada mais se pode fazer. O acompanhamento e levantamento da situação de omissão do poder público que acarretou no assassinato destes condenados ficam em segundo plano. A sociedade não cobra apuração tampouco

a imprensa se presta concretizá-la pois agora está ocupada na criação daquela que será a próxima celebridade do mundo do crime.

A imprensa procura se eximir de responsabilidades também no que se refere às notícias de cunho espetacular na medida em que, respaldada por institutos de pesquisa, afirma que veicula aquilo que o público deseja. Acreditamos, embora não tenhamos efetuado estudo de recepção que forneceria subsídio acessório, que esse público foi construído ao longo dos anos com a finalidade de evadir-se de questões mais relevantes.

Parece-nos também que colocar a audiência como vítima não resolve a questão. Pelos aspectos psicologizantes já apresentados, os leitores não podem apresentar o álibi da inocência ou das vítimas indefesas diante de um sistema hegemônico perverso: são também cúmplices na medida em que não bradam, não se sublevam diante do ostracismo imposto e da perda gradual dos espaços de representação e reivindicação populares.

Não raro a mídia patrocina o discurso da insegurança desvinculando o acontecimento da conjuntura histórica, ou seja, opta pelo reducionismo. Disseminado o clima de medo prega as soluções passionais de combate à criminalidade ou recorre aos estereótipos. O discurso do caos, o “perigo em qualquer parte”, a paranóia de que o “inimigo está em nosso encalço” contribui para esvaziar o debate que efetivamente contribuiria para o equacionamento do fenômeno da violência urbana. Há outro viés de comportamento da imprensa que é quando a notícia é tratada como espetáculo catártico, seja através da exibição de um cadáver destroçado por uma mina terrestre ou qualquer outro fato que permita o gozo de poder brincar de olhar a morte sem perigo.

Nesta direção, a violência é oculta justamente pela sua superexposição. Assim, se pode dizer que a excessiva exposição dos fatos violentos funciona ideologicamente como evento despolitizador da luta pela redução das desigualdades, na medida em que substitui a esfera pública da política pela individualização e localização do fato, mudando o enfoque da violência estrutural para o do sintoma individual.

Impulsionado pelas tecnologias de informação o capital se transnacionaliza, ultrapassa fronteiras e se funda como instância de redefinição de inúmeros valores regionais como as leis, a música, o comportamento, os falares etc. Esse sistema de poder acaba por incorporar o poder de Estado e passa então a reger, a bem de seu próprio interesse, o declínio da vida pública tradicional.

O mercado se impõe como forma de organização hegemônica sob a qual devem se subordinar a política, a arte e outras formas de representação tradicionais. Será que diante da primazia do econômico ainda sobra espaço para a política? Vivemos uma

época em que tudo é reduzido a questões mercadológicas, onde todos os projetos políticos devem primeiro demonstrar apreço a temas como combate ao déficit público, inflação controlada, zelo pela consistência monetária da moeda, livre cambismo entre outros. Todo político que pretende se eleger precisa fazer uso da cartilha do mercado onde as demais plataformas ficam a reboque. Esta subordinação acaba sufocando a autonomia de qualquer razão política, revolucionária. O homem como tradicionalmente um *ser* político, revolucionário e contestador cede lugar ao homem que sacralizou a mercadoria enquanto sistema. O fetichismo chega a tal ponto que uma frase de Sartre resume bem o espírito dos novos tempos: “*As coisas nos têm*”.

Nesse bojo, como fica a questão da cidadania? Parece-nos que só têm voz aqueles que podem consumir. A Economia se apresenta assim como uma fatalidade inexorável. É Nestor Canclini^{LXXX}, em *Consumidores e Cidadãos*, quem argumenta que as formas de exercer a cidadania estariam de uma maneira geral associadas à capacidade de apropriação dos bens de consumo. Mais que isso: o consumo privado de bens e meios de comunicação de massa estaria substituindo as normas abstratas de democracia no que tange à participação coletiva em partidos, sindicatos e demais agremiações.

Cada vez mais percebemos que vivemos em uma democracia ilusória. Essa questão de delegar à mídia o papel de intervenção nas questões sociais mostra-se problemática na medida em que são esses mesmos meios de comunicação que alicerçam a primazia do mercado. Não só isso: é ela também quem cria uma nova prerrogativa para o indivíduo considerar-se cidadão: o consumidor. “*Você é o quanto pode comprar*” é o lema vigente desse sistema excludente.

O modelo econômico em voga privilegia a concentração de renda e o repasse de parte importante de nosso PIB para pagar juros contraídos junto a agências financeiras internacionais como o FMI e o BID. As elites que se locupletam com esse sistema fazem uso de todo o instrumental midiático disponível para manter as massas apaziguadas. O fascínio construído em torno dos habitantes do “Olimpo”, sejam eles desviantes de qualquer espécie ou seres em consonância com as normas vigentes, é um dos artifícios aventados na arte da sedução e exercício do controle. Muniz Sodré, que

^{LXXX}Canclini procura explicar porque as identidades se organizam hoje a partir dos símbolos produzidos pela indústria da mídia. Assim, ele defende dois pontos principais: o global não representa um substituto para o local e o modo neoliberal de globalizar não é o único possível. Canclini ressalta que a contradição explode principalmente nos países periféricos, onde a globalização “seletiva” exclui desocupados e imigrantes dos direitos a saúde, educação, moradia e trabalho. As novidades modernas aparecem assim para muitos como objetos de consumo, e para a maioria como mero espetáculo. O direito de decidir, como cidadão, como esses bens serão produzidos, distribuídos e utilizados se restringe às elites.

alcança esse instrumental da mídia de “telerrealidade^{LXXXI}”, costuma afirmar que o próprio sistema Judiciário parece ser substituído por uma espécie de Justiça acessória, isto é, os meios de comunicação que, por sua vez, condenam, justificam e executam os que, porventura, ousem se afastar das normas de sustentação do regime.

Dentro desta política a sociedade sem perceber assina um contrato que permite à mídia construir novas celebridades, inimigos públicos, enfim, bodes expiatórios a serem alçados à categoria que habitará o céu ou o inferno. A “vitimidiação” produz, assim, vítimas geradas, por sua vez, na necessidade de consumo de novos *fait-divers*.

Na valorização de um modo de vida em que tudo “vale” para ser famoso, pessoas se submetem às mais variadas humilhações, a vida privada é devassada em nome do “direito de saber do público”, o sensacionalismo dá o tom da cobertura e o cidadão que gozará de seus minutos de fama não se incomoda em participar de uma encenação grotesca, ridícula ou perversa.

Perspicaz e perversa artimanha da indústria cultural vender a oportunidade de alcançar o “Olimpo” para alguns habitantes. Mais do que coroar com o estrelato o mito do *self made man*, a mídia visa manter-nos na esperança de que, algum dia, seremos os escolhidos. Esse mecanismo de controle da pressão interna social repousa no velho artifício retórico de *Sherazade nas Mil e Uma Noites*, isto é, seduzir o receptor do conto pela ansiedade do porvir. A programação decorrente disto não poderia ser outra: de baixa qualidade, amoral e acrítica contribui para aviltar a capacidade pensante dos receptores nos transformando em seres de capacidade e vocabulário reduzidos e pouca reflexão.

O resultado da falta de noção de cidadania, desenhada na evasão escolar, no desemprego, em baixos salários, aponta para a violência. Experiências mostram que investir no cidadão é o melhor caminho para controlar este estado de coisas, desde que o poder público e comunidade trabalhem em conjunto. O combate a todas as manifestações da violência prescinde de uma atuação da sociedade civil organizada. Não se pode adotar, porém, o binômio miséria-violência como onipotente. Caso contrário, não teríamos notícia de “crimes de colarinho branco”. A criminalidade é provocada por várias causas que, dependendo do lugar, desempenham diferentes pesos.

O exercício do jornalismo está visceralmente vinculado à ética, como pontuava Jürgen Habermas. Segundo ele, o *agir comunicativo* pressupõe uma ação efetiva calcada em valores éticos que leva os sujeitos a orientarem suas ações à comunidade.

^{LXXXI} Muniz Sodré, quando emprega o termo *telerrealidade* em sua acepção mais ampla, está se referindo ao transporte do fato de seu ambiente para outro. Há a mediação técnica e humana onde o fato é então apresentado ao público como “realidade mediatizada”.

Assim, com a transformação das formas tradicionais de sociabilidade, a discussão do cotidiano nas praças públicas sendo minimizado e os dispositivos da tecnocultura assumindo esta lacuna, o mercado se sobressai e procura apagar do mundo qualquer vestígio de solidariedade.

A política prevê, em essência, a pluralidade, a autonomia; o professor da Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, Emmanuel Carneiro Leão, explica em suas aulas que “ordem política pressupõe povo; Povo com possibilidade de cidadania, de exercício do poder político, atuando em organismos sociais e participando de instituições”. Deste modo, o fazer político vive de tensões, não de conflitos; vive do exercício plural onde estão previstas as instituições, as organizações políticas e o amplo debate. Porém, por inúmeros motivos, o povo vai deixando de se inteirar do cotidiano e delega poderes a seus representantes. O povo vira massa. Configurada a política representativa nem todos os sujeitos interferem ou tomam parte na execução de tarefas. O grande desafio do momento é descobrir como exercer a cidadania em um Estado obediente e subserviente ao “primado econômico” onde a mídia atua como aparelho ideológico acessório na formatação de mentes e corações.

Fica portanto o desafio de se viabilizar o retorno popular na tomada de decisões. Não devemos, assim, concluir que tudo está perdido. Como apregoa o Professor Dr. Emmanuel Carneiro Leão, “as formas de descontentamento são o caminho da revolução desse estado de coisas”. A mídia se configura, através de seu discurso, como um dos campos de força mais importantes da sociedade. Todavia, isso não impede que atuem nas fraturas e frestas do sistema para contrapor a esse poder outros campos e discursos.

Quem sabe o homem não rompe esse estado letárgico e cumpre seu papel visceral de ser político, revolucionário, contestador? Aí poderá florescer a valorização das comunidades, dos micro sistemas sociais baseadas sobretudo na solidariedade, no reconhecimento do outro, no uso da mídia como instigadora do senso crítico, no despertar da ética humanista que possibilitarão o equilíbrio das demais subestruturas da cultura e não a primazia do econômico sobre todas as coisas.

A participação de fato dos cidadãos na gestão da coisa pública, no governo da cidade ou das demais instituições do estado democrático de direito, configuram o exercício da cidadania. Devemos a todo custo resgatar nossa identidade e papel de cidadãos ativos e participantes a fim de que possamos ser o sujeitos, de fato, da história e não meros espectadores.

5. Notas Bibliográficas

1. GUARESCHI, Pedrinho. Comunicação & Controle Social. Pg. 16
2. Idem, ibidem Pg. 54
3. HALL, Stuart. *Identidade Cultural e Diáspora* In Revista do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional, número 24, pg. 6
4. FOLHA DE SÃO PAULO, 21/11/1998. Coluna de Alberto Dines.
5. JORNAL O GLOBO, 24 de outubro de 2002. Luiz Garcia: “Jornalismo não é tênis”. Pg. 26
6. GUARESCHI, Pedrinho. Comunicação & Controle Social. Pg. 61
7. SODRÉ, Muniz. *Sobre a Imprensa Negra* IN Lumina I. FACOM/UFJF, 1998, pg. 24
8. MARCONDES FILHO, A saga dos cães perdidos. Pg. 19
9. Idem, ibidem Pg. 21
10. Idem, ibidem. Pg. 31
11. Idem, ibidem Pg. 67
12. SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco. Introdução à cultura de massa brasileira. Pg. 44
13. BIONDI, Aloysio. *Mentira e cara-durismo (ou: a imprensa no reinado FHC)* IN Revista Caros Amigos, número 41, agosto de 2000. Pg 9
14. MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. Pg. 80
15. MARQUES DE MELLO, José. Comunicação, Opinião, Desenvolvimento. Pg. 43
16. Idem, ibidem Pg. 46
17. MIRANDA, Orlando. Tio Patinhas e os mitos da comunicação. Pg. 28
18. Idem, ibidem Pg. 74
19. SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco. Introdução à cultura de massa brasileira. Pg. 13
20. RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. Dicionário de Comunicação. Pg. 119
21. Idem, ibidem Pg. 120

22. Idem, ibidem Pg. 121
23. GUARESCHI, Pedrinho. Comunicação & Controle Social. Pg 18
24. CZERMAK, Rejane. *Comunicação e Produção da Subjetividade* IN GUARESCHI, Pedrinho (org.). Comunicação & Controle Social. Petrópolis: editora Vozes, 1993. Pg. 50
25. FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Mais, 22/09/1996.
26. XAVIER, Ismail. A experiência do cinema. Pg. 146
27. MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo. Neurose. Volume 1. Pg. 80
28. MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. Pg. 27
29. CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. Ética e Comunicação IN KOSOVSKI, Ester (org.), Ética na Comunicação. Rio de Janeiro: editora Mauad, 1995. Pg. 17
30. CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. Pg.68
31. KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica. Pg.17
32. BUCCI, Eugênio. Sobre Ética e Imprensa. Pg. 62
33. SADER, Emir. O poder, cadê o poder? Pg. 04
34. SAYAD, João e SILBER, Simão Davi. *Comércio Internacional* IN PINHO, Diva Benevides, VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (orgs.). Manual de Economia. São Paulo: editora Saraiva, 1998. Pgs. 479-480
35. BERNARDO AJZENBERG, *ombudsman* da Folha de São Paulo, em entrevista ao autor em 2001
36. BUCCI, Eugênio. Sobre Ética e Imprensa. Pg. 34
37. Idem, ibidem Pg. 42
38. KOVACH, Bill and ROSENSTIEL, Tom. The elements of journalism – What newspeople should know and the public should expect. Pg. 13
39. VIEIRA, R.Amaral. Comunicação de massa: o impasse brasileiro. Pg. 38
40. KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica. Pgs.27 e 28
41. MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia – Jornalismo como produção social de segunda natureza. Pg. 32
42. Idem, ibidem Pg. 33

43. Idem, ibidem Pg. 34
44. FREIRE COSTA, Jurandir. Violência e Psicanálise. Pg. 171
45. BAUMAN, Zygmunt. O Mal-estar na pós-modernidade. Pg. 21
46. MARCONDES FILHO, Ciro. Atrator Estranho. Número 34. Pg. 26
47. ALBUQUERQUE, Afonso de. A narrativa jornalística para além dos fait-divers IN Lumina IV. FACOM/UFJF, jul./dez. 2000. Pg. 71
48. NORA, Pierre. O retorno do fato IN História: novos problemas. Rio de Janeiro: editora Francisco Alves. Pg. 181
49. Idem, ibidem Pg. 182
50. Idem, ibidem Pg. 182
51. Idem, ibidem Pg. 184
52. KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica. Pg. 9
53. SODRÉ, Muniz. O Social Irradiado: Violência Urbana, Neogrotesco e Mídia. Pg. 80
54. MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo. Neurose. Volume 1. Pg. 112
55. Idem, ibidem Pg. 118
56. SODRÉ, Muniz e PAIVA Raquel. O império do grotesco. Pg. 133
57. MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira. Pg. 49
58. BARTHES, Roland. Mitologias. Pg.8
59. MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. Pg. 105
60. Idem, ibidem Pg. 119
61. MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo. Neurose. Volume 1. Pg. 100
62. Idem, ibidem Pg. 109
63. SODRÉ, Muniz. Reinventando a cultura. Pg.135
64. LAGE, Nilson. Linguagem Jornalística. Pg. 47
65. MAFFESOLI, Michel. Une forme d'Aggregation Tribale. In: Autrement. Paris, abril 1988.

66. MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. Pg. 28
67. MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo. Neurose. Volume 1. Pg. 75
68. GABLER, Neil. Vida. O Filme – como o entretenimento conquistou a realidade. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
69. ECO, Umberto. Apocalípticos e Integrados. Pg. 248
70. LAGE, Nilson. Linguagem Jornalística. Pg. 50
71. SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco. Introdução à cultura de massa brasileira. Pg. 39
72. SODRÉ, Muniz e PAIVA Raquel. O império do grotesco. Pg. 25
73. JEUDY, Henri-Pierre. L'Ironie de la Communication. Pg. 79
74. RIBEIRO, José Luiz. *Riso e Simulacro em Sai de Baixo* IN Lumina IV. FACOM/UFJF, jul./dez. 1999, pg. 111
75. SODRÉ, Muniz e PAIVA Raquel. O império do grotesco. Pg. 61
76. Idem, ibidem Pg. 52
77. ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. Pg. 21
78. MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo. Neurose. Volume 1. Pg. 81
79. VIEIRA, R.Amaral. Comunicação de massa: o impasse brasileiro. Pg. 24
80. SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco. Introdução à cultura de massa brasileira. Pg. 39
81. DEFLEUR, Melvin L. e BALL-ROKEACH, Sandra. Teorias da Comunicação de Massa. Pg. 73
82. PEDROSO, Rosa Nívea. A produção do Discurso de Informação num Jornal Sensacionalista. Pg. 97
83. MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia. Pg. 31
84. MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo. Neurose. Volume 1. Pg. 71
85. BAUMAN, Zygmund. Mal Estar na Pós-Modernidade. Pg. 199.
86. BAUDRILLARD, Jean. L'Échange Symbolique et la mort. Pg. 97

87. CAZENEUVE, Jean. Les Rites et la Condition Humaine. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
88. BEZERRA FILHO, Amaro Agostinho. *A vitimologia nos mídia: um breve enfoque* IN KOSOVSKI, Ester (org.). Vitimologia. Enfoque Interdisciplinar. Trabalhos apresentados no 7º Simpósio Internacional de Vitimologia, no Rio de Janeiro, agosto de 1991. Rio de Janeiro: editora Reproarte, 1993. Pg. 355
89. LAPLANCHE, Jean. Vocabulário de Psicanálise. Pg. 49
90. FENICHEL, Otto. Teoria Psicanalítica das neuroses. Pg. 187
91. ANGRIMANI, Danilo. Espreme que sai sangue. Pg. 47
92. MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo. Neurose. Volume 1. Pg. 115
93. ANGRIMANI, Danilo. Espreme que sai sangue. Pg. 49
94. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Pg. 3
95. JÚNIOR, Cretella J. Curso de Direito Romano. Pg. 22
96. Idem, ibidem Pg. 3
97. Idem, ibidem Pg. 5
98. Idem, ibidem Pg. 7
99. FREUD, Sigmund. El malestar en la Cultura IN Obras Completas. Pg. 3025
100. Idem, ibidem Pg. 3031
101. Idem, ibidem Pg. 3036
102. AMOEDO, Sebastião. A Resiliência da comunicação ou a mudança dos valores pela mediação da cultura. Tese de Doutorado. Pg. 32
103. SODRÉ, Muniz e PAIVA Raquel. O império do grotesco. Pg. 50
104. FREUD, Sigmund. El malestar en la Cultura IN Obras Completas. Pg. 3050
105. MANNING, Aubrey. Introdução ao comportamento Animal. Pg. 11
106. FREUD, Sigmund. El malestar en la Cultura IN Obras Completas. Pg. 3051
107. Idem, ibidem Pg. 3061
108. BICUDO, Hélio. Violência, o Brasil cruel e sem maquiagem. Pg. 33

109. FREUD, Sigmund. El malestar en la Cultura IN Obras Completas. Pg. 3064
110. VELHO, Gilberto. Desvio e Divergência. Uma crítica à patologia social. Pg. 21
111. DURANT, Will. História da Filosofia. Pg. 189
112. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Introdução à Filosofia. Pg. 214
113. HOLLANDA, Aurélio. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Pg. 221
114. ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. Pg. 47
115. CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. Ética e Comunicação IN KOSOVSKI, Ester (org.), Ética na Comunicação. Pg. 17
116. SODRÉ, Muniz. Ética, Política e Psicanálise IN KOSOVSKI, Ester (org.), Ética na Comunicação. Pg. 52
117. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Pgs. 127-129.
118. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Introdução à Filosofia. Pg. 273
119. GOODWIN, H. Eugene. Procura-se Ética no jornalismo. Pg. 16
120. TCHAIKOVSKI, Fany Malin e outros. Valores de Vida e Valores no Trabalho: um estudo piloto. Edição restrita Faculdade de Educação da UFRJ, 1997. Pg. 4
121. Idem, ibidem Pg. 8
122. DURANT, Will. História da Filosofia. Pg. 98
123. TZU, Sun. A arte da guerra. Pg. 50
124. MATEUS. Evangelho de São Mateus. Novo Testamento. Pg. 1190
125. GIANOTTI, José Arthur. Moralidade Pública e Moralidade Privada IN ADAUTO NOVAES. Ética. Pg. 245
126. BECKER, Howard S. Uma teoria da Ação Coletiva. Pg. 54
127. Idem, ibidem Pg. 53
128. PEREIRA, Carlos Alberto M. O que é contracultura. Pg. 68-69
129. BECKER, Howard S. Uma teoria da Ação Coletiva. Pg. 60

130. GOLDWASSER, Maria Julia. *Cria Fama e Deita-te na Cama – Um estudo de estigmatização numa Instituição Total* IN VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência, uma Crítica à patologia Social*. Pg. 95
131. BECKER, Howard S. *Uma teoria da Ação Coletiva*. Pg. 56
132. Idem, *ibidem* Pg. 54
133. Idem, *ibidem* Pg. 54
134. Idem, *ibidem* Pg. 67
135. MOREIRA, Maria Ester e PAIVA, Márcia de (orgs.) *Cultura, Substantivo Plural*. Pg. 01
136. Idem, *ibidem* Pg. 07
137. Idem, *ibidem* Pg. 8
138. SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. Pg. 17
139. THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Pg. 69
140. RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. Pg. 5
141. SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco. Introdução à cultura de massa brasileira*. Pg. 12
142. SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura*. Pg. 26
143. BARTHES, Roland. *Mitologias*. Pg. 131
144. Idem, *ibidem* Pg. 17
145. Idem, *ibidem* Pg. 131
146. SAHLINS, Marshall P. *Sociedades Tribais*. Pg. 13
147. CODIGO PENAL. *Legislação Brasileira*. Pg. 43
148. MALPASS, HOCUTT, MARTIN e GIVENS. *O Comportamento Humano*. Pg. 298
149. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Pg. 4
150. FOLHA DE SÃO PAULO, *Caderno Mais*, 22/09/1996
151. SODRÉ, Muniz. *O Social Irradiado: Violência Urbana, Neogrotesco e Mídia*. Pg. 11
152. Idem, *ibidem* Pg. 13

153. Idem, ibidem Pg. 12
154. BICUDO, Hélio. Violência, o Brasil cruel e sem maquiagem. Pg. 5
155. FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Mais, 22/09/1996
156. SODRÉ, Muniz. O Social Irradiado: Violência Urbana, Neogrotesco e Mídia. Pg. 20
157. Idem, ibidem Pg. 45
158. Idem, ibidem Pg. 105
159. SANTO, José do Espírito. Vítimas do Abuso IN KOSOVSKI, Ester (org.). Vitimologia. Enfoque Interdisciplinar. Trabalhos apresentados no 7º Simpósio Internacional de Vitimologia, no Rio de Janeiro, agosto de 1991. Pg. 230
160. LOUZEIRO, José. Entrevista concedida ao autor desta Tese em 17/10/1995
161. KOSOVSKI, Ester. Comunicação e Direito e Comunicação e Desvio. Pg. 4
162. THOUREAU, Henry. Desobedecendo. A desobediência civil e outros escritos. Pg. 18
163. DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Enciclopédia Mirador Internacional. Volume I e II, 2ª edição, 1976. Pg. 508
164. CÓDIGO PENAL. Legislação Brasileira. São Paulo: editora Saraiva, 10ª edição, 1995. Pg. 1
165. CÓDIGO PENAL. Legislação Brasileira. São Paulo: editora Saraiva, 10ª edição, 1995. Pg. 7
166. DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Enciclopédia Mirador Internacional. Volume I e II, 2ª edição, 1976. Pg. 508
167. MORRIS, Norval. El futuro de las prisiones. Pg. 46
168. JORNAL O GLOBO. *Pior é Impossível*. 13/04/1996. Pg. 5
169. JORNAL DO BRASIL. Dora Kramer - *Coisas da política*. 09/06/2002
170. JORNAL DO BRASIL. Fritz Utzeri – *Reflexões*. 12/06/2002
171. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Pg. IX
172. Idem, ibidem. Pg. XI

173. Idem, ibidem. Pg. XVI
174. Idem, ibidem Pg. 167
175. Idem, ibidem Pg. 175
176. LOUZEIRO, José. Entrevista concedida ao autor desta Tese em 17/10/1995
177. FRANKL, Viktor. Sede de Sentido. Pg. 17
178. FOLHA DE SÃO PAULO, 2/9/2001. Pg. 6
179. JORNAL O GLOBO, 08/04/1996. Pg. 04
180. DICIONÁRIO PRÁTICO ILUSTRADO. Vol. I. Pg. 597
181. DA MATTA, Roberto. *Os discursos da violência no Brasil* IN Conta de Mentiroso. Pg. 189
182. JORNAL VERITAS, *Remando contra a maré*, 03/1998. Pg. 4
183. JORNAL VERITAS, *Remando contra a maré*, 03/1998. Pg 5
184. O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/01/1974, Pg. 13
185. LOUZEIRO, José. Entrevista concedida ao autor desta Tese em 17/10/1995
186. LOUZEIRO, José. Entrevista concedida ao autor desta Tese em 17/10/1995
187. JORNAL ÚLTIMA HORA, 30/01/1975. Pg. 9
188. LOUZEIRO, José. Entrevista concedida ao autor desta Tese em 17/10/1995
189. LOUZEIRO, José. Entrevista concedida ao autor desta Tese em 17/10/1995
190. LOUZEIRO, José. Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia. Pg. 29
191. JORNAL O GLOBO, 17/02/1974. Pg. 8
192. THOUREAU, Henry. Desobedecendo. A desobediência civil e outros escritos. Pg. 55
193. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/01/1974. Pg. 9
194. LOUZEIRO, José. Entrevista concedida ao autor desta Tese em 17/10/1995

195. LOUZEIRO, José. Entrevista concedida ao autor desta Tese em 17/10/1995
196. O JORNAL, 25/01/1974. Pg. 12
197. JORNAL ULTIMA HORA, 10/11/1971. Pg. 9
198. JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 10 de novembro de 1971. Pg. 12
199. JORNAL O DIA. 11/11/1971. Pg. 11
200. JORNAL O DIA, 24 de novembro de 1971. Pg. 13
201. JORNAL O DIA, 01/12//1971. Pg. 12
202. JORNAL O DIA, 01/12//1971. Pg. 12
203. JORNAL O DIA, 01/12//1971. Pg. 12
204. REVISTA O CRUZEIRO, 24/11/1971. Páginas 24, 25, 26 e 27
205. REVISTA O CRUZEIRO, 15/12/1971. Páginas 102, 103, 104 e 105
206. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/01/1974. Pg. 13
207. JORNAL O DIA, 30/11/1971. Pg. 12
208. REVISTA O CRUZEIRO, 15/12/1971. Pg. 102
209. JORNAL O CORREIO DA MANHÃ, 30/01/1975. Pg. 9
210. JORNAL O DIA, 11 de novembro de 1971.
211. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/01/1974. Pg. 13
212. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 23/01/1974. Pg. 13
213. JORNAL DO BRASIL, agosto de 1972. Pg. 11
214. JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 28/08/1971. Pg. 1
215. JORNAL DO BRASIL, 28/08/1972. Pg. 22
216. JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 29/08/1972. Pg 15
217. JORNAL DO BRASIL, 29//08/1972. Pg. 16
218. JORNAL DO BRASIL, 29/08/1972. Pg. 16
219. JORNAL DO BRASIL, 30/08/1972, 1º caderno.
220. JORNAL O Dia, 30/11/1972. Pg. 10

221. JORNAL ÚLTIMA HORA, 21/01/1974. Pg. 11
222. REVISTA VEJA, 30/01/1974. Pg. 24
223. JORNAL O GLOBO, 31/01/1974. Pg. 10
224. JORNAL DO BRASIL, 31/01/1974. Pg. 18
225. JORNAL ÚLTIMA HORA, 31/01/1975. Pg. 10
226. JORNAL DO Brasil, 31/01/1975. Pg. 10
227. JORNAL O DIA, 31/01/1975. Pg. 8
228. JORNAL ÚLTIMA HORA, 31/01/1975. Pg. 10
229. JORNAL ÚLTIMA HORA, 30/01/1975. Pg. 10
230. REVISTA MANCHETE, em 15/02/1975. Pg. 25
231. REVISTA MANCHETE, em 15/02/1975. Páginas 23,24,25
232. REVISTA VEJA, 5/02/1975. Páginas 25 e 26
233. BARBOSA, Adriano. Entrevista concedida ao autor desta Tese. Mês 09/1995
234. BARBOSA, Adriano. Entrevista concedida ao autor desta Tese. Mês 09/1995
235. BARBOSA, Adriano. Entrevista concedida ao autor desta Tese. Mês 09/1995
236. BARBOSA, Adriano. Entrevista concedida ao autor desta Tese. Mês 09/1995
237. JORNAL O DIA, 01/12//1971. Pg. 12
238. LOUZEIRO, José. Entrevista concedida ao autor desta Tese em 17/10/1995
239. ARGOLLO, José Amaral. *Mariel Moryscotte, uma análise de caso* IN KOSOVSKI, Ester (org.). *A Ética do Julgamento*. Ed. Restrita ECO/UFRJ, 1º semestre de 1992. Pág. 13.
240. ARGOLLO, José Amaral. *Mariel Moryscotte, uma análise de caso* IN KOSOVSKI, Ester (org.). *A Ética do Julgamento*. Ed. Restrita ECO/UFRJ, 1º semestre de 1992. Pág. 13.
241. JORNAL O GLOBO, Entrevista, 04/11/79.
242. JORNAL A NOTÍCIA, 08/04/1978. Pg. 6

243. ARGOLO, José Amaral. *Mariel Moryscotte, uma análise de caso* IN KOSOVSKI, Ester (org.). *A Ética do Julgamento*. Ed. Restrita ECO/UFRJ, 1º semestre de 1992. Pág. 22
244. BARBOSA, Adriano. Entrevista concedida ao autor desta Tese. Mês 09/1995
245. JORNAL O GLOBO, 17/01/1982. Pg. 25
246. JORNAL O GLOBO, 17/01/1982. Pg. 25
247. JORNAL O GLOBO, 17/01/1982. Pg. 25
248. JORNAL O GLOBO, 17/01/1982. Pg. 25
249. JORNAL O GLOBO, 17/01/1982. Pg. 25
250. JORNAL O GLOBO, 17/01/1982. Pg. 25
251. JORNAL O GLOBO, 17/01/1982. Pg. 25
252. JORNAL O GLOBO, 17/01/1982. Pg. 25
253. REVISTA MANCHETE, 07/11/1981. Páginas 16 a 19
254. JORNAL O GLOBO, 02/12/1981. Pg. 24
255. REVISTA VEJA, 09/12/1981. Pg. 137
256. JORNAL O GLOBO, 22/05/1996
257. REVISTA MANCHETE, 06/11/1982. Páginas 15 a 17
258. JORNAL O GLOBO, 18/08/1984. Pg. 18
259. REVISTA MANCHETE, 15/04/1984. Pg. 42
260. PAIM, Isaías. Curso de Psicopatologia. Pg 79
261. MANNING, Aubrey. Introdução ao comportamento Animal. Pg. 95
262. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/10/1991. Pg. 24
263. JORNAL DA TARDE, 07/04/1995. Pg. 9B
264. JORNAL DA TARDE, 07/04/1995. Pg. 10B
265. JORNAL O GLOBO, 27/05/1996
266. JORNAL O GLOBO, 27/05/1996

267. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Introdução à Filosofia. Pg. 287
268. Idem, ibidem Pg. 287
269. JORNAL O GLOBO, 08/04/1984. Pg. 18
270. JORNAL O GLOBO, 28/05/1996. Pg. 10
271. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, caderno Cidades, 26/06/1996. Pg. C10
272. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 22/05/1996. Pg. 6
273. JORNAL DO BRASIL, 25/06/1996. Pg. 9
274. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, caderno Folha Ilustrada, 8/04/2000. Páginas. 1 e 10
275. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, seção Ombudsman, editoria Brasil, 15/12/1996. Pg. 1
276. REVISTA CLÁUDIA, junho de 1996. Pg. 24
277. REVISTA VEJA, 10/04/1996. Pg. 26
278. REVISTA CLÁUDIA, junho de 1996. Pg. 24
279. REVISTA CLÁUDIA, junho de 1996. Pg. 24
280. REVISTA CLÁUDIA, junho de 1996. Pg. 25
281. JORNAL O GLOBO, 08/04/1996. Pg. 9
282. REVISTA VEJA, 10/04/1996. Pg. 26
283. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 30/03/1996. Pg. 3
284. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 10/12/1996. Páginas 3 e 4
285. RÁDIO CBN, 29/03/1996. Entrevista exclusiva
286. JORNAL DO BRASIL, 04/04/1996. Pg. 5
287. FOLHA DE SÃO PAULO, 03/04/1996. Pg. 3
288. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, “O Crime não compensa”, 07/04/1996.
289. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, editorial de Marcos Augusto Gonçalves, seção “Domingueira”, 07/04/1996. Pg. 1

290. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, seção editorial, 09/04/1996. Pg. 1
291. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 03/04/1996. Pg. 3
292. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, “Biografia de Pareja chega às bancas dia 10”, 02/10/1996
293. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, caderno 2, 19/05/1997
294. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 19/01/1997. Pg. 6
295. JORNAL CORREIO BRAZILIENSE, 09/04/1996. Pg. 16
296. JORNAL DO BRASIL, 10/12/1996. PG. 8
297. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 11/12/1996. Pg. 3
298. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, caderno Cidades, 02/10/1996
299. REVISTA ISTO É, 18/12/1996. Pg. 42
300. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, caderno Cidades, 27/08/1997
301. JORNAL O GLOBO, 22/08/2001
302. JORNAL O GLOBO, 22/08/2001. Pg. 8
303. Nota divulgada à imprensa
304. Nota à imprensa
305. JORNAL O GLOBO, 23/08/2001. Pg. 13
306. JORNAL DO BRASIL, 24/08/2001, seção Brasil
307. JORNAL O GLOBO, 23/08/2001. Pg. 12
308. DINES, Alberto. *Observatório da Imprensa*, 27/08/2001.
www.observatorio.com.br
309. JORNAL O GLOBO, 29/08/2001. Pg. 9
310. JORNAL O GLOBO, 29/08/2001. Pg. 4
311. JORNAL DO BRASIL, 29/08/2001. Pg. 1
312. JORNAL DO BRASIL, 29/08/2001. Pg. 3
313. JORNAL DO BRASIL, 29/08/2001. Box. Pg. 3
314. BARTHES, Roland. Mitologias. Pg. 12

- 315. REVISTA VEJA, 29 de agosto de 2001. Páginas 32 a 38
- 316. REVISTA VEJA, 29 de agosto de 2001. Páginas 32 a 38
- 317. REVISTA VEJA, 29 de agosto de 2001. Páginas 32 a 38
- 318. REVISTA VEJA, 29 de agosto de 2001. Páginas 32 a 38
- 319. JORNAL O GLOBO, 30/08/01. Pg. 10
- 320. JORNAL O GLOBO, 30/08/01. Pg. 10
- 321. JORNAL DA TARDE, 31/08/2001. Caderno Especial.
- 322. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 31 de agosto de 2001. Caderno C6
- 323. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 31 de agosto de 2001. Caderno C6
- 324. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, Folha Cotidiano, 31/08/2001. Pg. 1
- 325. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, Folha Cotidiano, 31/08/2001. Pg.
C4
- 326. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, Folha Cotidiano, 21/08/2001. Pg.
C4
- 327. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, Folha Cotidiano, 31/08/2001. Pg.
C6
- 328. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 31/08/2001. Pg. C6
- 329. JORNAL DO BRASIL, Eugênio Bucci, 31/08/2001. Pg. 6
- 330. JORNAL O DIA, 31/08/2001. Pg. 6
- 331. FOLHA DE SÃO PAULO, 01/09/2001. Pg. C5
- 332. JORNAL O DIA, 01/09/2001. Pg. 11
- 333. JORNAL O DIA, 02/09/2001. Pg. 9
- 334. JORNAL O DIA, 02/09/2001. Pg. 9
- 335. JORNAL O DIA, 02/09/2001. Pg. 10
- 336. JORNAL O DIA, 05/09/2001. Pg. 8
- 337. JORNAL DO BRASIL, 05/092001. Pg .3
- 338. JORNAL O DIA, 7/09/2001. Pg. 5
- 339. JORNAL O DIA, 7/09/2001. Pg. 5

- 340. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 07/09/2001. Pg. C1
- 341. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, caderno Cotidiano, 07/09/2001
- 342. JORNAL DO BRASIL, 07/09/2001. Pg. 7
- 343. JORNAL DA TARDE, 04/01/2002, caderno A. Pg. 6

6. Bibliografia

1. ABRIL, Gonzalo. *Teoria General de la Información. Datos, relatos y ritos*. Madrid: Cátedra, 1997.
2. ALBUQUERQUE, Afonso de. *A narrativa jornalística para além dos fait-divers* IN Lumina IV. FACOM/UFJF, jul./dez. 2000.
3. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: editora Graal, 1983.
4. AMOEDO, Sebastião. *A Resiliência da comunicação ou a mudança dos valores pela mediação da cultura*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1999.
5. ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue*. São Paulo: Summus Editorial, 1994.
6. AMARAL, Luis. *Jornalismo, matéria de primeira página*. Brasília: editora Tempo Brasileiro, 1978.
7. ARAGÃO, Selma Regina. *Direitos Humanos. Do mundo antigo ao Brasil de todos*. Rio de Janeiro: editora Forense. 3ª edição, 2001.
8. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: editora Moderna, 2ª edição, 1994.
9. ARGOLO, José Amaral. *Mariel Moryscotte, uma análise de caso* IN KOSOVSKI, Ester (org.). *A Ética do Julgamento*. Ed. Restrita ECO/UFRJ, 1º semestre de 1992.
10. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. São Paulo: editora Martin Claret, 2000.
11. BADIOU, Alain. *Ética: ensaios sobre a consciência do mal*. Rio de Janeiro: editora Relume Dumará, 1995.
12. BARBERO, Jesús Martín. *Comunicação e Cidade: entre meios e medos* IN Novos Olhares. ECA/USP, nº 1, 1998.
13. BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: editora Difel, 2ª edição, 1975.
14. _____. *Sistema da Moda*. Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
15. BAUDRILLARD, Jean. *L'Échange Symbolique et la mort*. Paris: Galimard, 1976.
16. _____. *La Transparence du mal (essai sur les phénomènes extremes)*. Paris: Galilée, 1990.
17. BAUMAN, Zygmund. *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

18. _____. *Mal Estar na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
19. BECKER, Howard S. *Uma teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1977.
20. BEZERRA FILHO, Amaro Agostinho. *A vitimologia nos mídia: um breve enfoque* IN KOSOVSKI, Ester (org.). *Vitimologia. Enfoque Interdisciplinar*. Trabalhos apresentados no 7º Simpósio Internacional de Vitimologia, no Rio de Janeiro, agosto de 1991. Rio de Janeiro: editora Reproarte, 1993.
21. BICUDO, Hélio. *Violência, o Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: editora Moderna, 4ª edição, 1994.
22. BIONDI, Aloysio. *Mentira e cara-durismo (ou: a imprensa no reinado FHC)* IN Revista Caros Amigos, número 41, agosto de 2000.
23. BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: editora da Unicamp, 2ª edição, 1993.
24. BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: editora Companhia das Letras, 2000.
25. CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. *Ética e Comunicação* IN KOSOVSKI, Ester (org.), *Ética na Comunicação*. Rio de Janeiro: editora Mauad, 1995.
26. CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. São Paulo: editora Perspectiva, 1972.
27. CAZENEUVE, Jean. *Les Rites et la Condition Humaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
28. CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: editora Brasiliense, 1979.
29. CODIGO PENAL. Legislação Brasileira. São Paulo: editora Saraiva, 10ª edição, 1995.
30. BONDIM, Renata Gérard. *Sensacionalismo e Credibilidade. A primeira página de quatro jornais cariocas: Jornal do Brasil, O Globo, O Dia e Povo do Rio*. ECO/UFRJ: Tese de Doutorado, 2001.
31. COTTA, Pery. *Mídia e Sociedade – aproximações e afastamentos. Um estudo sobre o jornalismo reflexivo*. ECO/UFRJ: Tese de Doutorado, 2001.
32. CZERMAK, Rejane. *Comunicação e Produção da Subjetividade* IN GUARESCHI, Pedrinho (org.). *Comunicação & Controle Social*. Petrópolis: editora Vozes, 1993.
33. DA MATTA, Roberto. *Os discursos da violência no Brasil* IN Conta de Mentiroso. Rio de Janeiro: editora Rocco, 1995.

34. DEFLEUR, Melvin L. e BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
35. DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Enciclopédia Mirador Internacional. Volume I e II, 2ª edição, 1976.
36. DICIONÁRIO PRÁTICO ILUSTRADO. Vol. I. Rio de Janeiro: editora Lello & Irmão, 1966.
37. DRAPKIN, I. *Imprensa e Criminalidade*. São Paulo: editora Bushatzky, 1983.
38. DURANT, Will. *História da Filosofia*. Rio de Janeiro: companhia editora nacional, 10ª edição, 1959.
39. ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. SÃO PAULO: Perspectiva, 1979.
40. FENICHEL, Otto. *Teoria Psicanalítica das neuroses*. São Paulo: Atheneu, 1981.
41. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: editora Graal, 1982.
42. _____. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: editora Vozes, 9ª edição, 1991.
43. FRANKL, Viktor. *Sede de Sentido*. São Paulo: editora Quadrante, 1989.
44. FREIRE COSTA, Jurandir. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: editora Graal, 1984.
45. FREUD, Sigmund. *El malestar en la Cultura* IN Obras Completas. Espanã: editorial Biblioteca Nueva, 1973.
46. GABAGLIA, Marisa Raja. *Meu amor bandido*. Rio de Janeiro: editora Codecri, 1982.
47. GABLER, Neil. *Vida. O Filme – como o entretenimento conquistou a realidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
48. GIANOTTI, José Arthur. *Moralidade Pública e Moralidade Privada* IN ADAUTO NOVAES. *Ética*. São Paulo: editora Cia das Letras, 1992.
49. GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: editora Guanabara, 4ª edição, 1988.
50. GOLDWASSER, Maria Julia. *Cria Fama e Deita-te na Cama – Um estudo de estigmatização numa Instituição Total* IN VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência, uma Crítica da patologia Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 8ª edição, 2003.
51. GOODWIN, H. Eugene. *Procura-se Ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: editora Nórdica, 1993.
52. GUANTER, Jose Maria Desantes. *La ciudad, nucleo de comunicacion* IN Reflexioness Acadêmicas, nº 11. Facultad de Ciências de la Comunicación e

Información. Centro de Estudios Mediales: Universidad Diego Portales, Santiago de Chile.

53. GUARESCHI, Pedrinho. *Comunicação & Controle Social*. Petrópolis: editora Vozes, 1993.

54. HALL, Stuart e KUAN-HSING, Chen. *Formation of a Diasporic Intellectual: an interview with Stuart Hall* IN MORLEY, David and KUAN-HSING, Chen (orgs.). *Stuart Hall: Dialogues in Cultural Studies*. New York/London: Routledge, 1996.

55. HALL, Stuart. *Identidade Cultural e Diáspora* In Revista do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional, número 24.

56. HOLLANDA, Aurélio. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. São Paulo: editora Nova Fronteira, 2ª edição, 1988.

57. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: editora José Olympio, 11ª edição, 1977.

58. JEUDY, Henri-Pierre. *L'Ironie de la Communication*. La Lettre Volée, 1996.

59. JORGE, F. *Cale a boca, jornalista: o ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira*. Petrópolis: editora Vozes, 1987.

60. JÚNIOR, Cretella J. *Curso de Direito Romano*. Rio de Janeiro: editora Forense, 1995.

61. KOSOVSKI, Ester. *A Penitenciária e o seu universo comunicativo*. Dissertação de Mestrado, RJ, 1977.

62. _____. *Comunicação e Direito e Comunicação e Desvio*. Rio de Janeiro: edição Restrita ECO/UFRJ, 2º semestre de 1991.

63. _____. *Ética na Comunicação*. Rio de Janeiro: editora Mauad, 1994.

64. _____. *Vitimologia, enfoque multidisciplinar*. Rio de Janeiro: editora Reproarte, 1993.

65. KOVACH, Bill and ROSENSTIEL, Tom. *The elements of journalism – What newspeople should know and the public should expect*. New York: Crown Publisher, 2001.

66. KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

67. _____. *Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scriptta Editorial, 1ª edição, 1991.

68. LAGE, Nilson. *A estrutura da notícia*. São Paulo: editora Ática, 1985.

69. _____. *Linguagem Jornalística*. São Paulo: editora Ática, 1998.

70. LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
71. LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: editora Francisco Alves, 1988.
72. LORENZ, Konrad. *A agressão – uma história natural do mal*. São Paulo: editora Martins Fontes, 1973.
73. LOUZEIRO, José. *Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia*. Rio de Janeiro: editora Record, 2ª edição, 1977.
74. MAFFESOLI, Michel. *Une forme d'Aggregation Tribale* IN Autrement. Paris, abril 1988.
75. MALPASS, HOCUTT, MARTIN e GIVENS. *O Comportamento Humano*. Editora Renes, 3ª edição, 1965.
76. MANNING, Aubrey. *Introdução ao Comportamento Animal*. Editora Livros Técnicos e Científicos S.A., 1979.
77. MANUAL DE ESTILO DA EDITORA ABRIL. São Paulo: editora Nova Fronteira, 1990.
78. MANUAL GERAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE SÃO PAULO. São PAULO: 1ª edição, 1984.
79. MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DO JORNAL O GLOBO. Rio de Janeiro: editora Globo, 13ª edição, 1992.
80. MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: editora Hacker, 2000.
81. _____. *Atrator Estranho*. Número 34. São Paulo: editora ECA/USP, set./out. 2001.
82. _____. *O capital da notícia – Jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: editora Ática, 1989.
83. MARQUES DE MELLO, José. *Comunicação, Opinião, Desenvolvimento*. Petrópolis: editora Vozes, 1979.
84. MARTIN-BARBERO, J. *De los médios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonia*. México: G. Gilli, 1987.
85. MATEUS. *Evangelho de São Mateus*. Novo Testamento. São Paulo: edições Paulinas, 1985.
86. MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

87. MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: editora Summus, 2000.
88. MEYER, Philip. *A Ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 1989.
89. MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. São Paulo: editora Summus, 1976.
90. MOREIRA, Maria Ester e PAIVA, Márcia de (orgs.) *Cultura, Substantivo Plural*. São Paulo: editora 34, 1996.
91. MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: O espírito do tempo*. Neurose. Volume 1. Rio de Janeiro: editora Forense, 1987.
92. MORRIS, Norval. *El futuro de las prisiones*. Buenos Aires, 1978.
93. MOSSÉ, Claude. *O cidadão na Grécia Antiga*. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1999.
94. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: editora Ática, 1977.
95. MOTT, Frank Luther. *American Journalism: a history of newspapers in United States through 250 years, 1690-1940*. New York: The Macmillan Company, 1950.
96. NORA, Pierre. *O retorno do fato* IN LE GOFF, J. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: editora Francisco Alves, 1988.
97. PACHECO, Cid. *Vitimização – temas de vitimologia*. Rio de Janeiro: GIEV/UFRJ, Vol. I, 1991.
98. PAILLET, Marc. *Jornalismo, o quarto poder*. São Paulo: editora Brasiliense, 1986.
99. PAIM, Isaías. *Curso de Psicopatologia*. São Paulo: editora Ciências Humanas Ltda, 1979.
100. PEDROSO, Rosa Nívea. *A produção do Discurso de Informação num Jornal Sensacionalista*. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação/UFRJ, 1983.
101. PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Rio de Janeiro: editora Forense, 16ª edição, 1994.
102. PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é contracultura*. São Paulo: editora Brasiliense, 3ª edição, 1983.
103. PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker editores, 1999.
104. RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: editora Codecri, 1978.

105. RANGEL, Jair Guimarães. *A qualificação da violência na televisão: o efeito de onipotência no processo de percepção da realidade*. ECO/UFRJ: Tese de Doutorado, 2000.
106. RIBEIRO, José Luiz. *Riso e Simulacro em Sai de Baixo* IN Lumina IV. FACOM/UFJF, jul./dez. 1999.
107. RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
108. RIVIÉRE, Enrique Pichon. *O processo grupal*. São Paulo: editora Martins Fontes, 2ª edição, 1986.
109. SADER, Emir. *O poder, cadê o poder?* São Paulo: editora Boitempo, 1997.
110. SAHLINS, Marshall P. *Sociedades Tribais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1970.
111. SANTO, José do Espírito. *Vítimas do Abuso* IN KOSOVSKI, Ester (org.). Vitimologia. Enfoque Interdisciplinar. Trabalhos apresentados no 7º Simpósio Internacional de Vitimologia, no Rio de Janeiro, agosto de 1991. Rio de Janeiro: editora Reproarte, 1993.
112. SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: editora Brasiliense, 14ª edição, 1991.
113. SANTOS, Reinaldo. *A Ética na Comunicação*. Rio de Janeiro: editora Destaque, 1993.
114. SARAIVA, Railda. *Poder, violência e criminalidade*. Rio de Janeiro: editora Forense, 1989.
115. SAYAD, João e SILBER, Simão Davi. *Comércio Internacional* IN PINHO, Diva Benevides, VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (orgs.). Manual de Economia. São Paulo: editora Saraiva, 1998.
116. SCWARTZ, Tony. *Mídia: o segundo Deus*. São Paulo: Summus editorial, 1985.
117. SIGNATES, Luiz. *Estudo sobre o conceito de mediação* IN Novos Olhares. ECA/USP, nº 1, 1998.
118. SODRÉ, Muniz e PAIVA Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: editora Mauad, 2002.
119. SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco. Introdução à cultura de massa brasileira*. Petrópolis: editora Vozes, 4ª edição, 1975.
120. _____. *Ética, Política e Psicanálise* IN KOSOVSKI, Ester (org.), Ética na Comunicação. Rio de Janeiro: editora Mauad, 1995.

121. _____. *O Social Irrradiado: Violência Urbana, Neogrotesco e Mídia*. São Paulo: editora Cortez, 1992.
122. _____. *Reinventando a cultura*. Petrópolis: editora Vozes, 1996.
123. _____. *Sobre a Imprensa Negra* IN Lumina I. FACOM/UFJF, 1998.
124. TASCHNER, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
125. TCHAIKOVSKI, Fany Malin e outros. *Valores de Vida e Valores no Trabalho: um estudo piloto*. Edição restrita Faculdade de Educação da UFRJ, 1997.
126. THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. De Wagner de Oliveira Brandão; Petrópolis: Vozes, 1998.
127. THOUREAU, Henry. *Desobedecendo. A desobediência civil e outros escritos*. Rio de Janeiro: editora Rocco, 2ª edição, 1986.
128. TZU, Sun. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: editora Record, 8ª edição, 1993.
129. VARGAS, Angelo Luis de Souza. *As sementes da marginalidade*. Rio de Janeiro: editora Forense, 2002.
130. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. São Paulo: editora Civilização Brasileira, 20ª edição, 2000.
131. VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência. Uma crítica à patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 8ª edição, 2003.
132. VIEIRA, R.Amaral. *Comunicação de massa: o impasse brasileiro*. Rio de Janeiro: editora Forense, 1978.
133. YOUNG, Jock. *A sociedade excludente. Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: editora Revan, 2003.
134. XAVIER, Ismail. *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: editora Graal, 1991.

7. Hemerografia

- **Jornal Folha de São Paulo**

04/07/1989.
 30/03/1996. Pg. 3
 03/04/1996. Pg. 3
 07/04/1996. Editorial de Marcos Augusto Gonçalves, seção “Domingueira”. Pg. 1
 08/04/1996. Pg. 7
 09/04/1996. Pg. 1
 18/04/1996.
 29/05/1996. Pg. 6
 25/07/1996. Pg. 1
 22/09/1996. Caderno Mais
 10/12/1996. Pgs.1, 3 e 4
 11/12/1996. Pg. 3
 12/12/1996. Pg. 5
 15/12/1996. Seção Ombudsman, editoria Brasil, Pg. 1
 19/01/1997. Pg. 6
 8/04/2000. Caderno Folha Ilustrada. Páginas 1 e 10
 21/08/2001. Pg. C4
 31/08/2001. Caderno C6
 31/08/2001. Pg. 1
 31/08/2001. Pg. C4
 31/08/2001. Pg. C6
 01/09/2001. Pg. C5
 2/9/2001. Pg. 6
 7/09/2001. Pg. C1
 07/09/2001. Caderno Cotidiano,

- **Jornal A Notícia**

08/04/1978. Pg. 6

- **Jornal Correio Braziliense**

09/04/1996. Pg. 16
 10/12/1996. Pgs. 10, 11

- **Jornal Correio da Manhã**

22/08/1971. Pg. 1
 10/11/1971. Pg. 12
 28/08/1971. Pg. 1
 29/08/1972. Pg 15
 30/01/1975. Pg. 9

- **Jornal da Tarde**

23/01/1974. Pg. 13
 07/04/1995. Pgs. 9B e 10B
 26/06/1996.
 10/12/1996. Pg. 15A
 31/08/2001. Caderno Especial.
 04/01/2002, caderno A. Pg. 6

- **Jornal do Brasil**

01/08/1972. Pg. 11
 28/08/1972. Pg. 22
 29/08/1972. Pg. 16
 30/08/1972, 1º caderno.
 21/01/1974. Pg. 1
 30/01/1975. Pg. 10
 31/01/1974. Pg. 18
 31/01/1975. Pg. 10
 13/11/1981.
 06/12/1981. Pg. 42
 30/03/1996. Pg. 4
 04/04/1996. Pgs. 4, 5
 05/04/1996. Pg. 3
 25/06/1996. Pg. 9
 27/06/1996. Pg. 10
 10/12/1996. Pg. 8
 24/08/2001, seção Brasil
 29/08/2001. Box. Pg. 3
 29/08/2001. Pgs. 1, 3
 31/08/2001. Eugênio Bucci, Pg. 6
 05/09/2001. Pg. 3
 07/09/2001. Pg. 7
 09/06/2002. Dora Kramer - *Coisas da política*.
 12/06/2002. Fritz Utzeri – *Reflexões*.

- **Jornal O Dia**

11/11/1971. Pgs. 8, 11
 24/11/1971. Pg. 13
 30/11/1971. Pg. 12
 01/12/1971. Pg. 12
 30/11/1972. Pg. 10
 31/01/1975. Pg. 8
 10/12/1996. Pg. 17
 14/04/1998.
 31/08/2001. Pg. 6
 01/09/2001. Pg. 11
 02/09/2001. Pgs. 9, 10
 05/09/2001. Pg. 8
 7/09/2001. Pg. 5

- **Jornal O Estado de São Paulo**

23/01/1974. Pgs. 9, 13
 30/01/1975. Pg. 9
 26/11/1981. Pg. 21
 20/07/1988. Pg. 13
 13/10/1991. Pgs. 23, 24
 07/04/1996. “O Crime não compensa”, Pg. 1
 08/04/1996. Pg. Pg. C3
 22/05/1996. Pg. 6
 26/06/1996. Caderno Cidades, Pg. C10
 27/06/1996. Pg. C14

29/06/1996. Pg. C10
 02/10/1996. "Biografia de Pareja chega às bancas dia 10", Caderno 2, Pg. 1
 02/10/1996. Caderno Cidades
 11/12/1996.
 19/05/1997. Caderno 2, pg. 1
 27/08/1997. Caderno Cidades

• **Jornal O Globo**

02/12/1972.
 25/01/1974.
 27/01/1974.
 31/01/1974. Pg. 10
 02/02/1974.
 17/02/1974. Pg. 8
 30/01/1975. Pg. 13
 31/01/1975. Pg. 9
 04/11/79. Entrevista com Mariel
 24/09/1981. Pg. 13
 25/09/1981.
 08/10/1981. Pg. 12
 16/10/1981. Pg. 13
 02/12/1981. Pg. 24
 03/12/1981.
 05/12/1981.
 07/12/1981.
 08/12/1981.
 17/01/1982. Pgs. 24, 25
 08/04/1984. Pg. 18
 18/08/1984. Pg. 18
 23/04/1989.
 20/12/1993. Pg. 6
 05/02/1995. Pg. 32
 07/04/1995.
 24/12/1995.
 29/03/1996. Pg. 6
 04/04/1996. Pg. 8
 05/04/1996. Pg. 8
 08/04/1996. Pgs. 04, 9, 18
 13/04/1996. *Pior é Impossível*. Pg. 4
 22/05/1996
 27/05/1996
 28/05/1996. Pg. 10
 25/06/1996. Pg. 14
 26/06/1996. Pg. 12
 02/10/1996.
 10/10/1996. Pgs. 8, 9 e 10
 22/08/2001. Pg. 8
 23/08/2001. Pgs. 12, 13
 29/08/2001. Pgs. 4, 9
 30/08/01. Pg. 10

- **Jornal Última Hora**

10/11/1971. Pg. 9

21/01/1974. Pgs. 1, 11

23/01/1974. Pg. 11

30/01/1975. Pgs. 1, 9, 10

- **Jornal Veritas**

03/1998. *Remando contra a maré*. Pgs. 4 e 5

- **O Jornal**

25/01/1974. Pg. 12

- **Diário de Notícias**

30/01/1975. Pg. 1

- **Revista Caros Amigos**

agosto de 2000, número 41. Pg 9

- **Revista Cláudia**

junho de 1996. Pg. 24 e 25

- **Revista Isto É**

09/05/1979. Pg. 58

09/12/1981. Pgs. 33, 34

18/12/1996. Pgs. 40 a 44

- **Revista Lumina**

Jul/dez. 1998. Número I. FACOM/UFJF. Pgs. 1 a 21

jul./dez. 1999. Número IV. FACOM/UFJF. Pgs. 71 e 111

- **Revista Manchete**

15/02/1975. Pgs. 23,24,25

07/11/1981. Pgs. 16 a 19

06/11/1982. Pgs. 15 a 17

15/04/1984. Pg. 42

- **Revista O Cruzeiro**

24/11/1971. Pgs. 24, 25, 26 e 27

15/12/1971. Pgs. 102, 103, 104 e 105

- **Revista Veja**

30/01/1974. Pg. 24

05/02/1975. Pgs. 25 e 26

02/12/1981. Pg. 135

09/12/1981. Pgs. 137 e 138

16/12/1981. Pg. 126

10/04/1996. Pgs. 24 a 30

03/07/1996. Pg. 106

18/12/1996. Pg 122

29/08/2001. Pgs. 32 a 38

8. Anexos

8.1 As redes de solidariedade e as cidades como núcleos de comunicação e resistência

Os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, substituíram os espaços de representação popular como as praças. Alguns teóricos afirmam que se não houvesse meios audiovisuais ou impressos no mundo, teríamos necessariamente que recorrer aos espaços públicos. Segundo a Prof^a. Dr.^a Raquel Paiva, “quanto mais criativos formos com nosso cotidiano, menos vamos precisar da mídia”. Porém, importante constatar que cada vez mais a mídia vai ocupando o espaço e substituindo também outras instituições — como a igreja, a escola, a família, o sindicato — para exercer a completa hegemonia social.

No mundo antigo, em particular na Grécia, os lugares propícios ao diálogo eram chamados de *ágoras*. As praças eram e deveriam continuar a ser os canais de mediação do real, espaços reguladores das práticas sociais. As ágoras “acabaram” como espaço democrático e plural de discussão. Bakhtin trabalha com o sentido de praça pública como *feira livre* das expressões diversificadas da cultura popular onde acontece a confrontação — não só benéfica como necessária — entre este tipo de cultura e aquela dita *oficial, elevada* ou *alta cultura*^{LXXXII}.

Lá ocorre a interlocução, a apropriação, por vezes o sincretismo, de recursos culturais pelas classes sociais. Porém, interessante registrar que é no espaço público que o povo discute temas políticos, comportamentais, econômicos, culturais, religiosos; lá podem ser registrados seus anseios, necessidades, expectativas, devaneios... é não só um lugar de troca de bens simbólicos mas também de reconhecimento da legitimidade de práticas quaisquer. Porém, resta qualificar o local como área de contemplação, divertimento. A *ágora* permite que os atores sociais se reconheçam e percebam suas identidades. Em uma simplória apresentação de um grupo de artistas de rua, por exemplo, aqueles sujeitos podem estar trazendo à público dramas, vivências e aspectos do cotidiano familiares aos espectadores. Por isso é nesse conceito de *feira livre* que o homem comum se verá (re)apresentado.

“Colocai no meio de uma praça um poste coroadado de flores, reuni ali o povo e tereis uma festa. Melhor ainda: convertei os espectadores em espetáculo, fazei deles atores, fazei que cada qual se veja e goste nos demais para que deste

^{LXXXII} Muniz Sodré e Raquel Paiva expõem que a alta cultura é legitimada por instâncias oficiais de reconhecimento, como a Igreja, a Aristocracia, Estado, escolas entre outros. Já a cultura popular seria aquela historicamente transgressora dos cânones e assegurada pela força do espetáculo junto à massa das classes economicamente subalternas. (SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. O Império do Grotesco, pg. 108)

modo todos se achem mais unidos” (SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. O império do grotesco. Pg. 109)

Embora este assunto seja tratado mais adiante, não poderíamos nos furtar de tecer um comentário pontual relacionado à citação acima onde parece haver um forte indício do gosto do público pelos produtos midiáticos que trazem personagens populares à tona. É uma oportunidade — diga-se de passagem, talvez uma das poucas — em que os agentes sociais se reconhecem. Nas páginas dos jornais sensacionalistas aos programas que exploram o grotesco, a massa busca um espetáculo que a distraia e ao mesmo tempo a integre, ainda que imaginariamente, no espaço coletivo.

Propomos a seguir uma breve genealogia da cidade e sua função comunicativa.

As cidades, espaços habitacionais, foram criadas e se desenvolveram para atender às necessidades humanas, para que os homens pudessem viver juntos, numa organização comunitária. A primeira das necessidades, suficientemente poderosa para persuadir os homens a sacrificar a liberdade individual de que gozavam no campo e se aglomerar dentro dos limites de uma cidade murada, foi a da defesa contra animais selvagens e tribos hostis. Os motivos que favoreceram o desenvolvimento das cidades estão concentrados nas necessidades do comércio, indústria, administração governamental, vantagens culturais da religião, educação, recreação e ainda as oportunidades de contatos sociais ou a fácil aquisição de bens e serviços. Todos estes fatores continuam a atrair pessoas do campo para os centros urbanos desenvolvidos.

Quando observamos uma cidade com atenção compreendemos que razões lógicas contribuíram para sua localização. Por exemplo, se o que se tinha por objetivo seria a segurança da comunidade, escolhia-se para a fundação da cidade um local de difícil acesso e fácil defesa, geralmente o topo das colinas, como são as cidades etruscas, ou uma região cercada de charcos e água.

Jose Maria Guanter explica por sua vez que a cidade é origem e resultado da necessidade existencial que os homens têm de se comunicar. Não há sociedade, por mais arcaica que seja, sem um sistema de comunicação, ou seja, sem um sistema de troca de informações baseadas num código comum. A partir do enfoque da biologia sistêmica, a comunicação pode ser encarada como uma entidade viva, mutante e alicerçada justamente naquilo que lhe garante a sobrevivência: como um sistema aberto, prescinde de *feedback*, há uma permanente e necessária troca de bits informacionais.

“Comunicação é troca de informações (estímulos, imagens, símbolos, mensagens) possibilitada por um conjunto de regras explícitas ou implícitas, a que chamaremos de código. (...) A língua também é uma espécie de código, mas com regras implícitas, subentendidas para todos os usuários, letrados ou

analfabetos, numa comunidade lingüística. Nas ciências sociais, a compreensão dessas regras permite a construção de um modelo teórico do conjunto, que recebe o nome de estrutura. Entender a estrutura de um sistema implica em decifrar o seu código.” (SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco, pg. 12)

Todo agrupamento humano só se torna possível mediante uma coerência interna, a cultura, que é também a sua estrutura. E um dos lugares em que essa coerência se realiza é a cidade. Numa acepção mais ampla, a cidade é o lugar de representação da expressão coletiva do homem. A partir do pensamento grego, a cidade teria como fim “aspirar à perfeição”. Não custa lembrar que o termo “política”, outra subestrutura dentro da estrutura cultural, vem de *polis*, termo grego que traduzimos por “cidade”. Quando os gregos tentavam definir o que entendiam por *polis* falavam de uma “comunidade de cidadãos” (Koinonia tôn politôn). Juan Luis Vive, ao dizer que “a cidade não é outra coisa senão um conjunto de homens ordenados pela lei e pela justiça”, se aproxima de Freud. Na obra *Mal Estar na Civilização* encontramos que, para consolidar a vida em sociedade, foi realmente necessário impor restrições: “Assim, pois, o primeiro requisito cultural é a Justiça, a segurança de que a ordem jurídica, uma vez estabelecida, já não será violada”. O árabe Abenjaldun, por sua vez, une a idéia de felicidade à cidade. A perfeição começa pela união do disperso. A maior desgraça que pode ocorrer é a luta interna (Aristóteles: “a discórdia é a maior inimiga da cidade”).

Interessante notar que nas cidades gregas até os forasteiros gozam do direito de escutar e serem escutados. Uma das piores punições imposta na época era a privação dos direitos políticos. O *átimos* ficava condenado a nunca mais usar da palavra numa assembléia, embora tenha permanecesse com o direito de assistir às sessões na ágora.

Na cidade os indivíduos vivem dentro do mesmo universo de comunicação. A cidade é lugar de reunião e diálogo. As ruas convergem para a ágora, ou melhor, é a partir da praça que se traçam as vias (*stadtplatz* como modelo harmônico e de ocupação planejada). Edifica-se uma casa para habitá-la, ocupá-la e viver a intimidade familiar; se funda uma cidade para conviver, para se obter um espaço físico que permita dispor de um âmbito sócio-psicológico necessário. A cidade é uma comunidade que só se faz perfeita quando assegurada a comunicação.

“A cidade não deve ser considerada apenas como o locus gerador, processador, armazenador e circulador do acervo de informações de que a espécie humana necessita para sua sobrevivência, expressão e perpetuação. A cidade mesma é comunicação. Seu poder de transmitir mensagens, de induzir comunicação é tão intenso que tais efeitos se incorporam à nossa conduta a ponto de constituir elemento estruturador de nossa consciência na sua elaboração de uma visão de mundo” (VIEIRA, R.A.Amaral. Comunicação de massa: o impasse brasileiro. Pg. 220)

A cidade, com sua unidade formal que nos transforma em cidadãos, não apaga as diversidades. Millán Puelles comenta que esta unidade não é retilínea e estática, mas dinâmica e circulatória, ativa e operativa. A diversidade de idéias que alimentam o diálogo e a discussão pluralista é fundada no reconhecimento na liberdade de pensar. Daí a cidade ser sempre republicana. Não se pode, portanto, admitir um chefe despótico uniformizador de idéias e palavras. A liberdade de expressão há de ser sempre natural e nunca liberdade concedida.

A idéia abstrata de Estado tem início no conhecimento empírico da cidade elevada à situação estável de um território mais ou menos extenso delimitado por fronteiras em lugar de muralhas. A cidade, justamente por sua unidade, estabelece influência recíproca com o meio que a rodeia. Colônias são estabelecidas à margem da metrópole com a preocupação que todos os habitantes tenham os mesmos direitos. Assim como é diverso o componente interno urbano, também são diversas as cidades e o modo como se relacionam entre si.

A decadência da cidade clássica vem como consequência das invasões bárbaras. Há uma dispersão generalizada e as cidades se esvaziam de vida intelectual (agora restrita aos monastérios, que levam uma vida praticamente autônoma). Na Idade Média as cidades se fortificam. Dentro de um espaço delimitado notam-se mudanças arquitetônicas: as casas crescem em altura e procuram-se aproveitar todos os espaços existentes. A comunicação se fecha.

Jose Guanter mostra, historicamente, como se dá a mudança do valor cívico para o patriotismo. A nobreza e a burguesia se unem, o que possibilita a redução do poder dos senhores feudais. As cidades se tornam agora centros econômicos. O prestígio da cidade vai saturando sua zona de influência, garantida por uma extensa rede de comunicações. “Os caminhos do mar constituíram a rede de comunicação da civilização européia” (Dawson). Ao mesmo tempo as cidades interioranas se convertem em pontos de cruzamento de rotas comerciais. Estas cidades são também ponto de convergência de mensagens.

Ainda que as cidades não ponham abaixo os muros de concreto, elas já estão abertas intelectualmente. Com as universidades se garante a difusão do conhecimento científico através do latim. A universidade se constitui na vanguarda da sociedade urbana. A cidade que havia sido unidade primária da cultura passa a ser também foco que irradia a ciência.

Interessante notar como as expansões marítimas e comerciais contribuem para a consolidação de identidades culturais. Camões^{LXXXIII} faz em “Os Lusíadas” uma ode aos portugueses que com afinco, determinação e coragem se aventuram no desbravamento de mares tenebrosos. Foi com D. Manuel I (Venturoso), que reinou no século XV, a época em que Portugal alcançou o máximo de poderio, com o qual apenas a Espanha rivalizava. No Oriente, o domínio de entrepostos e rotas fez de Lisboa um grande centro comercial e cultural. Portugal, além de passar a figurar como nação de destaque, vai aí definindo sua identidade. O próprio termo “identidade cultural” é algo difícil de se conceituar: “É o princípio vital da personalidade individual e coletiva que inspira as decisões, as condutas e aqueles atos que consideramos autênticos”.

Fizemos essa referência a Portugal para trazer à tona uma discussão relevante do papel da comunicação no tocante a diferenciação entre *influência* e *imposição*. Uma coisa é o imperialismo cultural que produz uma uniformização e outra coisa é a transnacionalização da cultura. Entretanto, tanto tradição quanto assimilação se transmitem através dos meios de comunicação. A identidade de comunidades menores se mostra mais claramente do que das maiores que as incluem. O autor coloca que a Europa tem podido se definir como uma grande comunidade de cidades. Todas têm algo homogêneo na sua origem e desenvolvimento. Mas cada uma tem sua própria identidade cultural. Até porque é mais fácil o intercâmbio comunicativo em um meio local do que continental.

O caráter comunicativo da cidade, quanto ao livre fluxo de mensagens, desaparece quando surgem núcleos, estatais ou privados, que centralizam a informação. No caso brasileiro, a estrutura de propriedade das empresas jornalísticas reproduz com fidelidade a configuração da concentração de renda e propriedade da terra: o monopólio da fala faz convergir para determinado espaço o debate público. Aqui fica bem clara a frase segundo a qual “exerce o poder quem detém a informação”. A elite dirigente, aquela que possui o monopólio da fala, tem assegurada todo tipo de concessão ou benesse. O professor titular do curso de Pós-graduação da ECO/UFRJ, Francisco

LXXXIII “As armas e os barões assinalados que, da Ocidental praia lusitana, por mares nunca dantes navegados, passaram ainda além da Taprobana. E em perigos e guerras esforçados, mais do que prometia a força humana, e entre gente remota edificaram novo reino que tanto sublimaram. E também as memórias gloriosas daqueles Reis que foram dilatando a Fé, o Império, e as terras viciosas, de África e de Ásia andaram devastando. E aqueles que por obras valerosas, se vão da lei da Morte libertando, cantando espalharei por toda parte, se a tanto me ajudar o engenho e arte. Cessem do sábio Grego e do Troiano as navegações grandes que fizeram;

Cale-se de Alexandro e de Trajano a fama das vitórias que tiveram; Que eu canto o peito ilustre Lusitano, A quem Neptuno e Marte obedeceram. Cesse tudo o que a Musa antiga canta, Que outro valor mais alto se alevanta”. Os Lusíadas, Luís de Camões. Canto I, estrofes 1, 2 e 3.

Antonio Doria, costumava dizer em aula que o povo é excluído, alijado do direito de falar e ser ouvido. Segundo ele, ao cidadão comum que não entende as implicações do uso da comunicação pela classe dominante “é reservada a prerrogativa da ignorância; nada precisa ser explicado nem justificado”.

Pensamos que se a cidade nasceu para a comunicação, ela será tanto mais cidade quanto mais se der a comunicação interna e aquela com sua periferia natural. Luiz Signates, em *Estudo sobre o conceito de mediação*, cita Martin-Barbero que fala em mediações como lugares dos quais provêm as constrições que delimitam e configuram a materialidade social e expressividade cultural. É a mediação como instituição ou local geográfico.

Um questionamento se faz necessário: os bairros seriam locais que absorveriam a cultura que vem de fora mas também que serviriam de contraponto como modo a garantir a diversidade e os falares regionais. Seria uma representação, embora geograficamente menor, da idéia de fundação da cidade como meio a garantir a comunicação?

8.2 Comunicação e Cidade: entre meios e medos

“Se a televisão atrai, isso é em boa parte porque a rua expulsa. E a ausência de espaços para comunicação – ruas e praças – faz com que a televisão seja um local de encontro”. (Jesús Martín Barbero)

A possibilidade de entender a atração exercida pela televisão, por exemplo, está muito menos em estudar sua produção. Para corroborar a frase de que o “meio é a mensagem”, ou a “mensagem”, como preferem alguns, “os meios tornaram-se tão importantes que o político que não é citado ou entrevistado durante a semana começa a pensar que está morrendo politicamente”. Isso nos leva a considerar que hoje tudo é performático. Determinado congressista não precisa fazer nada, basta dizer que fará algo — o futuro comprovará que aquilo não passou de discurso retórico para alcançar espaço na mídia. A esfera pública é construída a partir da lógica do simulacro, ou melhor, do entretenimento, da estética do espetáculo.

“A mídia emerge como um espaço público tecnicamente alargado, mas sob o ângulo da democracia real como simulacro ou espectro da antiga mediação, ou seja, como uma espécie de política desossada, em que a palavra é apenas burocrática, e os votos meras simulações jurídicas de uma voz e uma ação inexistentes. (...) A mídia amplia o espaço público apenas de modo técnico e retórico. A política se distancia da soberania, a representação popular perde suas ligações com o poder. (...) A democracia resultante desse imbróglio não pode ser mais do que puro espectro, algo tão vazio de substância vital e de possibilidades transformadoras quanto uma imagem de televisão” (Muniz Sodré, Revista Caros Amigos, edição especial número 15, novembro de 2002, pg. 12)

Outra consideração nos leva a compreender que os novos medos não se devem única e exclusivamente ao aumento da violência. São antes uma angústia cultural que provém de três fatores:

a) perda do enraizamento coletivo das cidades que destrói toda paisagem de familiaridade em que se apoia a memória coletiva;

b) angústia provocada pela maneira como a cidade normaliza as diferenças (não são os meios de comunicação os culpados pela homogeneização da vida mas a cidade que impede a expressão e o crescimento das diferenças. “A cidade destrói as identidades coletivas, as altera, e essa erosão rouba-nos a base cultural, joga-nos no vazio. Daí o medo.”

c) angústia do tipo de ordenação que a cidade nos impõe. É uma ordenação precária, vulnerável, porém eficaz. É a incerteza que nos produz o outro, esse outro convertido em ameaça.

“Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. (...) Nessa guerra, duas estratégias alternativas, mas também complementares, foram intermitentemente desenvolvidas. (...) a estratégia da assimilação e a estratégia da exclusão”

(BAUMAN, Zygmunt. O Mal-Estar da Pós-modernidade. Pg.

26)

No que se refere à sociabilidade essa erosão pode ser constada através do distanciamento acelerado do que Habermas chama de tecnoestrutura. Com a retirada desta temática do foro de discussões, o cidadão se constrange ao perceber que “aquele piso em que assenta sua base trabalhadora, sua competência profissional e até sua identidade privada se encontra minada por forças que escapam por completo da sua compreensão”.

Na sociedade de informação^{LXXXIV} temos a supervalorização da informação. Entretanto, apenas em bases quantitativas. Como disse Baudrillard, “quanto maior a quantidade de informação, menos sentido”. Cada dia estamos informados sobre mais coisas, porém cada dia menos sabemos o que significam. Em nosso cotidiano somos bombardeados por milhões de *bits* informacionais. Essa comunicação maciça não permite apreender os fatos e decodificá-los. De fato, é uma estratégia sutil, cativante, de auto-sugestão, que nos faz perceber a vida apenas como espectadores. Na sociedade do espetáculo fica-se cada vez mais tempo diante da televisão, vendo e escutando, mas não estabelecendo trocas com ninguém. Deixamos de falar, de nos manifestar, de dialogar, numa espécie de transe coletivo que nos leva a um estado apoplético.

Se de um lado a informação a que temos acesso nos leva a ilusória sensação de que estamos participando como protagonistas da história, por outro as novas tecnologias não têm feito nada para impedir a concentração do poder e do capital.

“A quantidade e a velocidade da informação, ajudadas pela forma-espetáculo, suscitam uma sociabilidade eufórica e a ilusão de que até mesmo os analfabetos se tornam mais bem informados. Assim a periferia pode rejubilar-se por sentir-se muito bem informada pelo fluxo noticioso (...)” (SODRÉ, Muniz. O social irradiado: Violência urbana, Neogrotesco e Mídia. Pg. 47)

Hoje, informar é uma complicada indústria nas mãos de complexos interesses em defensiva: econômicos, políticos, sociais, com o nexo em comum da sua identificação com o sistema. O resultado desta ordenação é a situação quase indefesa do público perante a “conspiração” informativa a que o sujeitam os *mass media*.

^{LXXXIV} O Prof. Dr. Muniz Sodré afirma que a era da informação corresponde na prática a um modelo de desenvolvimento humano baseado em contingências teletecnológicas e comerciais. Extraído de anotações de aula na Pós-Graduação da ECO/UFRJ.

Dentro dos regimes democráticos sempre foram valorizados os espaços pluralistas, a participação do indivíduo na tomada de decisões e o respeito às diferenças. Porém, com as novas tecnologias da comunicação a serviço do globalismo econômico e do capitalismo internacional podemos perceber na contemporaneidade um esvaziamento das modalidades de representação e participação populares.

Assim, fica claro que por trás de tudo o que foi dito está a presença da mídia e sua dinâmica de transformar tudo em mercadoria. Mais até do que isso, os meios de comunicação nos colocam não apenas na posição de observadores mas de consumidores de bens culturais.

“Estamos impotentes diante dinâmica rudemente pragmática do mercado. Com a generalização da produção de mercadorias, o rosto expressivo do revolucionário serve de ilustração na T-shirt, os versos do poeta engajado são aproveitados em jingles publicitários, as fortes imagens eróticas do pintor combativo são adaptadas à linguagem da pornografia mercantilizada. (...) Naquilo que oferecemos à cidade é preciso que persista, no mínimo, certa incitação à rebeldia. Certo esforço no sentido de estimularmos nos cidadãos a inquietação que renasce e impede que eles se reduzam a meros consumidores.”
(Leandro Konder. Caderno B, Jornal do Brasil, 17/08/2002)

Para enfrentar a erosão da sociabilidade e aplacar o medo, há diversas reações. As elites, por exemplo, partem em busca das “autenticidades estéticas”. Outra reação é das pessoas que procuram novas modalidades para se agruparem (Michel Maffesoli e a sociabilidade tribal). Com as cidades cada vez mais “frias”, procuramos pequenas ilhas onde possamos partilhar gostos, gestos e medos. Na aproximação da política e da cultura percebemos que o direito à diferença, a luta contra a discriminação e demais formas de exclusão, são formas de vencer o medo e garantir o pleno exercício da cidadania.

Não podemos deixar que o ceticismo, o desânimo e a falta de perspectivas a curto prazo nos desmobilizem desse intento. É preciso trabalhar, ainda que nas sombras, na formação de consciências críticas e na valorização do legítimo espírito de cidadania. É na cidade, no bairro, na comunidade que devemos fazer o enfrentamento simbólico contra o que vem de fora. O resultado desse embate que se processa de modo dialético poderá nos permitir vislumbrar nossas identidades culturais.

8.3. Repórteres na cobertura do “teatro do horror”

Em se tratando de crimes hediondos, como os seqüestros perpetrados por alguns dos desviantes estudados por nós nesta Tese, há de se classificar o grau de risco ou ameaça representado pelos eventos em questão. O conhecimento dos graus de risco por repórteres investigativos poderia ser útil não apenas a integridade física dos mesmos, mas também ofereceria parâmetro a fim de que a cobertura se desse de maneira mais eficiente. Assim, para se ter noção da amplitude de um crime dessa natureza — como o seqüestro de Patrícia Abravanel e posteriormente de Silvio Santos — utilizaremos a escala do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) que estabelece um escalonamento de quatro graus:^{LXXXV}

- 1º Grau — Alto Risco
- 2º Grau — Altíssimo Risco
- 3º Grau — Ameaça Extraordinária
- 4º Grau — Ameaça Exótica

O FBI classifica uma crise como de “alto risco” o caso de um assalto a banco perpetrado por pessoas com armas de fogo de baixo calibre sem, contudo, manter reféns. Já uma situação de “altíssimo risco” é exemplificada como o caso de um assalto a banco por elementos armados e que mantêm três ou quatro pessoas como reféns. O próprio FBI recomenda, nessa situação, o emprego imediato das forças especiais (SWAT – Special Weapons and Tactics)^{LXXXVI}. Para os outros dois graus, segue a instrução:

*“Uma **ameaça extraordinária** é descrita como sendo o caso de quatro terroristas armados de metralhadoras ou outras armas automáticas, mantendo oitenta reféns a bordo de uma aeronave. Quanto à **ameaça exótica**, conforme o próprio nome indica, trata-se do exemplo típico de um indivíduo que, munido de um recipiente contendo veneno, vírus ou material radioativo de alto poder destrutivo ou letal, venha, por qualquer motivo, ameaçar a população”.* (Manual de Gerenciamento de Crises da Polícia Federal. Pg. 17. Organizado e Editado pela Coordenação de Apoio ao Ensino. 1ª edição, 2003)

A cada grau de risco ou ameaça corresponde um nível de resposta do organismo policial. Assim, temos:

^{LXXXV} Essa mesma classificação é também utilizada pela Polícia Federal do Brasil. Os aspirantes a delegado federal possuem no currículo de formação a disciplina “Gerenciamento de Crises” a fim de que possam lidar, em bases doutrinárias consistentes, com situações extremas.

^{LXXXVI} O equivalente no Brasil seria o Comando de Operações Táticas (COT) do DPF, BOPE (Batalhão de Operações Especiais) da Polícia Militar do RJ, o CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais) da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e ainda GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais) da Polícia Militar de São Paulo, TIGRE (Táticos Integrados de Grupos de Repressão Especial) da Polícia Civil do Paraná.

- **Nível um** — a crise pode ser debelada com recursos locais
- **Nível dois** — a solução exige recursos locais especializados (por exemplo SWAT)
- **Nível três** — a crise exige recursos locais especializados e também recursos do QG (Quartel-General)
- **Nível quatro** — requer o emprego dos recursos do nível três e também recursos exógenos

Desta forma, os veículos de comunicação — diante por exemplo da ameaça de Hosmany Ramos de ingressar no IRA para aprender técnicas de fabricação de bombas para “explodir o Judiciário” — poderiam dimensionar a crise e trabalhar juntamente com os órgãos policiais a fim de que fosse evitado, entre outras situações, o vazamento de informações, o pânico generalizado, a banalização da violência. Não se trata de censura prévia mas de responsabilidade na mediação da informação.

As escolas de jornalismo deveriam oferecer em seu curriculum de graduação uma disciplina, ainda que eletiva, para que os aspirantes a repórteres policiais tivessem conhecimento dos procedimentos a serem adotados numa cobertura especial. Além das técnicas de investigação jornalística e do saber mínimo e indispensável sobre o funcionamento do Judiciário, conhecer procedimentos das forças de segurança contribuiriam muito para que a matéria fosse apurada e veiculada com subsídios. Tal disciplina seria incompleta se não ministrasse também noções de Ética e Vitimologia. Isto porque há de se ter cuidado especial na difusão de notícias sobre vítimas de crimes. No processo de banalização da violência, as vítimas envolvidas não merecessem sofrer outro trauma emocional. E o público pode e deve cobrar da imprensa uma atuação com mais responsabilidade. Na já carcomida, porém rentável, técnica da espetacularização da violência, somos todos vítimas. É o Capitão do Departamento de Polícia de Nova Iorque, Frank Bolz Junior, quem define essa postura como “*teatro do horror*”, onde “o bandido é o ator principal, os reféns são os atores coadjuvantes e a polícia e o público, a audiência”.

A seguir, a guisa de informação complementar desenvolvemos pequeno texto sobre uma perturbação psicológica que acomete as vítimas de seqüestro. Com certeza isso contribuirá para o entendimento de certos comportamentos vistos em nossos estudos de caso.

8.4. A Síndrome de Estocolmo

A expressão foi criada pelo psicólogo clínico Harvey Schlossberg a partir de um evento ocorrido em Estocolmo na Suécia. No dia 23 de agosto de 1973, um indivíduo, Jan-Erik Olsson, armado de uma submetralhadora, entrou no Banco de Crédito de Estocolmo e tentou praticar um roubo. Com a chegada da Polícia, ele fez quatro reféns (três mulheres e um homem). Para se proteger, dirigiu-se ao caixa forte do banco e, de lá, exigiu da polícia que fosse trazido ao local um amigo que estava preso. Atendido nessa exigência, o assaltante e seu companheiro mantiveram os reféns em seu poder por seis dias, tendo ao final desse período se entregue à polícia. O interessante é que, ao sair do Banco, os reféns usaram seus corpos para, eventualmente, proteger os dois criminosos. Mais tarde, uma das jovens concedeu entrevista à Imprensa onde expressou não apenas sentimentos de admiração e respeito pelos seqüestradores como também afirmou que quando um deles saísse da prisão ela se casaria com ele. Outra das moças mantidas como reféns teve outra atitude ainda mais inconseqüente^{LXXXVII}. Com a repetição de fenômenos semelhantes em outros casos de seqüestro, os estudiosos chegaram à conclusão de que a síndrome de Estocolmo é uma perturbação de ordem psicológica, paralela à chamada “transferência” que é um termo que a Psicologia usa para se referir ao relacionamento que se desenvolve entre o paciente e o terapeuta.

“A Síndrome de Estocolmo é uma relação patológica que se assemelha muito ao relacionamento mãe e filho. O refém cria uma relação de dependência e vira um bebê. O seqüestrador é dono da vida do refém, é quem diz que hora ele deve comer, dormir e se vestir. Fica passivo e dependente. E isso, de certo modo, é cômodo para ele. Durante um seqüestro, por exemplo, o seqüestrado tem ódio e se pudesse mataria seu algoz. Depois de liberto, a coisa muda. Apesar de ser patológica, a Síndrome de Estocolmo não é uma doença e tende a passar” (THOMÉ, Ricardo Lemos. A solução policial e gerenciada das situações críticas. Florianópolis, Palotti, 1998, 174p.)

Os estudiosos afirmam ainda que a Síndrome de Estocolmo leva de 15 a 45 minutos para começar a se manifestar, tendendo a crescer e a se sedimentar num determinado patamar, logo nas primeiras horas de evolução. Assim, o risco maior ocorre no início e no fim das negociações. Assim, os repórteres que porventura estejam cobrindo um evento deste naipe precisam saber discernir entre a hora exata de intervir e o momento de abandonar, ainda que temporariamente, o palco de ação. Algumas vezes a presença da Imprensa funciona como instrumento que garante a integridade física dos

^{LXXXVII} Gerson Bastos, no livro **Seqüestros: a liberdade tem preço**, Rio de Janeiro, Quartet, 1998, pg. 70, afirma que a perícia encontrou sêmen na caixa-forte e que, depois de uma semana de interrogatório, uma das mulheres, embora tenha negado que tivesse mantido relações sexuais com algum dos captores, disse que “uma noite havia ajudado Olsson a se masturbar enquanto os outros dormiam”.

criminosos que optaram por se render. Por outras, a mídia age como elemento de tensão num cenário já conturbado onde as consequências podem ser imprevisíveis. Mesmo nos casos em que o epílogo da crise ocorre de uma forma mais branda (como na solução negociada para a liberação de reféns por exemplo), o nível de perigo nos momentos finais do evento é sumamente elevado. Diga-se de passagem que não apenas para policiais, criminosos e vítimas; os profissionais de imprensa também estão sujeitos aos riscos. Um passo em falso, um gesto mais brusco, um ruído inesperado, um flash, enfim, qualquer coisa pode ser interpretada erradamente pelos policiais ou pelos perpetradores podendo desencadear incidente de consequências nefastas.

8.5. Algumas matérias

OBS.: A seguir, uma seleção das matérias publicadas na imprensa escrita para que se possa acompanhar o fenômeno da vitimização. Devido ao arquivo hemerográfico ser demasiadamente extenso, optamos por apresentar cinco matérias para cada estudo de caso.

9. Índice

Nota Explicativa	pg. 1
Apresentação	pg. 3
1. Jornalismo como poder	pg. 9
1.1. Jornalismo como aparelho de hegemonia social	pg. 9
1.1.1 Informação: capital ou mercadoria?	pg. 10
1.1.2 A mídia na definição da opinião pública	pg. 16
1.1.3 Indústria Cultural	pg. 20
1.1.4 Ideologia	pg. 25
1.2. A notícia na era do consumo	pg. 27
1.2.1 Conflitos de interesse nos conglomerados	pg. 28
1.2.2 Interferências no jornalismo: a publicidade e pressões de outra natureza	pg. 30
1.2.3 Ainda sobre o caráter de mercadoria da notícia	pg. 33
1.3. Jornalismo e Espetáculo	pg. 42
1.3.1 Sensacionalismo na Imprensa	pg. 43
1.3.2 <i>Fait-divers</i>	pg. 46
1.3.3 Grotesco	pg. 51
1.3.4 Detalhando o emprego do termo “sensacionalismo”	pg. 55
1.3.5 O fenômeno da Vitimidiação	pg. 63
2. Desvio, Violência e Crime	pg. 68
2.1. Da Norma ao Desvio	pg. 68
2.1.1 Direito, Lei e Justiça	pg. 68
2.1.2 A Teoria dos Valores	pg. 76
2.1.3 Teoria do Desvio	pg. 80
2.2. Violência e Crime como práticas culturais	pg. 83
2.2.1 Cultura como sistema de mediação	pg. 85
2.2.2 Linguagem e Cultura	pg. 88
2.2.3 Aproximando Cultura e Violência	pg. 90
2.2.4 Violência	pg. 92
2.2.5 O Crime	pg. 96
2.2.6 A gênese da prisão como sistema autocontido de Vigiar e Punir	pg. 98

2.2.7 A reabilitação como desvio: caminhos para uma política de segurança pública	pg. 100
3. Estudo de Casos de Grande Repercussão na Mídia (em ordem cronológica)	pg. 109
3.1. Lúcio Flávio	pg. 109
3.1.1. Apêndice: Esquadrão da Morte dos Homens de Ouro	pg. 126
3.1.2. Apêndice: Mariel Moryscotte	pg. 128
3.2. Hosmany Ramos	pg. 131
3.3. Leonardo Pareja	pg. 145
3.4. Fernando Dutra Pinto	pg. 158
4. Considerações Finais	pg. 194
5. Notas Bibliográficas	pg. 199
6. Bibliografia	pg. 215
7. Hemerografia	pg. 223
8. Anexos	pg. 227
8.1. As redes de solidariedade e as cidades como núcleos de comunicação e de resistência	pg. 227
8.2. Comunicação e Cidade: entre meios e medos	pg. 233
8.3. Repórteres da cobertura do “teatro do horror”	pg. 236
8.4. A síndrome de Estocolmo	pg. 238
8.5. Algumas matérias	pg. 240